

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

DISSERTAÇÃO

**“Só os Vitoriosos Esqueceram” :
Intelectuais de Direita e as Disputas pela Memória da Ditadura Civil-
Militar Brasileira**

Fernanda Teixeira Moreira

2013



FERNANDA TEIXEIRA MOREIRA

"Só os Vitoriosos Esqueceram" :

Intelectuais de Direita e as Disputas pela Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História - PPHR, Área de Concentração em **Estado e Relações de Poder**.

Sob a Orientação do Professor Dr.
Luis Edmundo de Souza Moraes

SEROPÉDICA
2013

981.063
M835s
T

Moreira, Fernanda Teixeira, 1984-
"Só os vitoriosos esqueceram":
intelectuais de direita e as disputas pela
memória da ditadura civil-militar
brasileira / Fernanda Teixeira Moreira -
2013.

238 f.: il.

Orientador: Luis Edmundo de Souza
Moraes.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 204-213.

1. Brasil - História - Golpes de
Estado, 1964 - Teses. 2. Golpes de Estado
- Teses. 3. Ditadura - Teses. 4. Memória
coletiva - Teses. 5. Intelectuais -
Atividades políticas - Teses. I. Moraes,
Luis Edmundo de Souza, 1970-. II.
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

FERNANDA TEIXEIRA MOREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

APROVADO EM _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ)
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis (UFF)

Prof. Dr. Wanderley Vazelesk Ribeiro (UNIRIO)

Às mulheres da minha vida: Vó Lili e Mãe
Silvia. Aos meus queridos: Vovô e Waltinho.
Meus amores. E, claro, ao *Mestre* Luis
Edmundo!

Agradecimentos:

Enfim, chegou ao fim!

São tantos os agradecimentos! Tive sorte (pode-se, assim, dizer) de encontrar pessoas tão especiais e dispostas a colaborar comigo e com este trabalho! Dedico esse trechinho a todas e todos que contribuíram não só para a construção desta dissertação, mas, que me ajudaram e permitiram que eu chegasse até aqui. Aos queridos e as queridas que me acolheram nesta vida!

Primeiramente, gostaria de agradecer aos professores Adriana Barreto de Souza e Daniel Aarão Reis por aceitarem compor esta banca. Para construção deste texto final, foram valiosíssimas as críticas e considerações levantadas durante o exame de qualificação. Espero, de alguma forma, tê-los atendido.

Não poderia esquecer os professores e professoras que contribuíram (muito!) para minha formação. A começar pelo professor Wanderley Vazelesk Ribeiro, agradeço por me apontar um vasto campo de estudo. Lembro-me com carinho das conversas sobre tantas coisas, tantos assuntos e dentre estes: A direita, que viria a se tornar um dos temas da presente dissertação. Também agradeço à professora, Caetana Damasceno, pelas aulas, por nos ensinar o famoso “BCH” (ê aprendizado difícil!), por nos mostrar o “outro”; a sempre tão difícil compreensão dos que não são como nós! E pela alegria de tantos carnavais! À professora Vânia Losada Moreira pela ótima disciplina de mestrado cujas discussões permitiram pensar este trabalho a partir de diferentes perspectivas. Ao professor Ricardo Oliveira pelas dicas, apoio e palavras de incentivo. Ao professor José D’Assunção Barros, pelas aulas sempre repletas de discussões e possibilidades!

Aproveito para agradecer aos professores Maria Paula Araújo, Jessie Jane Vieira e Fernando Vale Castro cujas reflexões, realizadas ao longo das disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, forneceram um suporte teórico e metodológico fundamental para o desenvolvimento de questões centrais desta pesquisa, em especial, a memória e os intelectuais.

Às amigas de vida e mestrado Lorena Gouvea, Priscilla Soares e Natália Coelho! Pela ajuda (Ikêêêê! sempre me salvando!), pelo carinho, pelos desesperos, medos e *Stelinhas* compartilhadas! Enfim, estamos sãs (ou não!) e salvas! A *Saga das Doze Casas* chegou ao fim! Também, aqui, não poderia esquecer a *queridíssima* e *parça* Daniela Félix, companheira de pesquisa e de perrengues! Entre um telefonema e outro, quantas coisas vividas e divididas! Sempre com muito humor! Agradeço por aturarem, com paciência ou não, todas as crises e *pitis* desta pessoa aqui! Não foram poucos! Às companheiras de turma Thaís, Ethiene e Silvana, bem como aos demais colegas de mestrado! Bom estar com vocês!

À Denise Felipe Ribeiro (UFF) e Aline Martins (UFF) que, assim como eu, escolheram trilhar o duro e fascinante caminho dos estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira. Com as quais, por vezes, troco figurinhas e apoio!

Ao *povo encantado* das terras ruralinas! O que seria de mim sem Lucy, Marcelo Césio, Taty Geertz, Niurinha, Robson “Gordinho”, Ailton, Ênio, Digão, Sasá, Dudu, Mozinho, Junin, Margareth, Débora e Aline! Foi com vocês que cheguei até aqui! Aos meus primeiros amigos na Rural João André e Vinícius! Mentas Brilhantes! Ao Juliano pela amizade e o incentivo no momento certo... um sincero obrigada! Agradeço também à “Marileida” por ouvir minhas dúvidas, medos e tentar entender as “loucuras desse povo da história”, aos mais que prim@s Danillo, Bárbara e Mariana! A Dona Arlete e ao “povo” por tantas ajudas! Aos meus colegas de trabalho na Escola Municipal Mário Fernandes Ribeiro! Obrigada pela

acolhida e apoio! Ao pessoal da Escola Estadual Pedro Soares, lá da Ilha Grande! Ao meu amigo Márcio por sempre acreditar em mim!

À amiga Vanessa, ao amigo Waldemir e a querida tia Celina... além de saudades, nesta vida deixaram muita luz, inspiração e bons exemplos!

Ao querido Waltinho! Um leitor atento de cada linha, cada passo, cada página dessa dissertação! Companheiro no sentido mais amplo desta palavra... Sempre tão presente! O que seria de mim sem sua capacidade (extra-word) de encontrar sinônimos?!rs Sem aquela “ajudinha” com os momentos “me enrolei no francês”?!rs Obrigada pela paciência de ouvir todas minhas ideias, todos os meus medos, todos os reclames! Pela força no momento mais difícil! As etapas vencidas e essa dissertação tem um muito de toda sua dedicação e carinho!

Às mulheres da minha vida, mãe Silvia e Vó lili! O que dizer? Apenas agradecer por tudo, pela simples presença, pelo aconchego, por todo amor e por me trazerem até aqui! Amo vocês! Ao vovô pelo enorme carinho e as guloseimas que embalaram minhas noites em claro! A tia Sandra, tia Adilea, tio Orlando, o padraço “Paulão” e o tio Gilmar, meus fiéis escudeiros! Ao pai e ao meu pai. À minha família tão querida!

Um agradecimento especial não poderia faltar ao Mestre! Ao orientador de tanto tempo... Que viajou comigo do “negacionismo” à direita brasileira (com escala em outros temas!rs) sempre com muita atenção e, acima de tudo, compreensão! Que mesmo “cheio de coisas para ler” [sic] encontrou um espaço para minhas dúvidas, atrasos [sic] e ideias “mirabolantes”... Agradeço pelas dicas, por me indicar o caminho, mas me deixar andar com minhas próprias pernas! Por confiar em mim, até nos momentos mais complicados! Agradeço ao carinho, paciência e amizade com que me acolheu! Depois de tantos anos, deixo, aqui, um sincero e *saudosíssimo* obrigada!

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História da UFRuralRJ, da Biblioteca Nacional e da Biblioteca do Exército. À Capes pela bolsa em conjunto com UFRuralRJ que permitiu uma dedicação exclusiva aos dois anos de mestrado. Espero que essa dissertação possa contribuir para reforçar a importância de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Para além, agradeço a todas as mulheres que, assim como eu ainda buscam, neste mundo, – como lembra minha amiga Taty Geertz, citando Virgínia Woolf –, “Um teto todo seu”!

Por fim, agradeço a existência salvadora do *4shared* e do *Google books*!

RESUMO:

MOREIRA, Fernanda Teixeira. **“Só os Vitoriosos Esqueceram”**: **Intelectuais de direita e as disputas pela memória da ditadura civil-militar brasileira**. 2013. 238 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

O presente trabalho versa sobre a intervenção de um campo intelectual de direita, a partir da segunda metade da década de 1980, no processo de disputa pela memória do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar. Trata-se de um estudo de casos, no qual analiso os discursos e formas de ação no Espaço público do Coronel Reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, do Coronel Reformado Jarbas Passarinho e de Olavo de Carvalho. A escolha partiu do interesse em examinar as imagens do período ditatorial produzidas por esses indivíduos e as formas específicas de intervenção no espaço público em que estão envolvidos. Para tal, parte-se de um questionamento central, qual seja, saber o que legitima a entrada desses intelectuais nas “batalhas pela memória” da ditadura. Assim, constitui como objetivo desta dissertação examinar a intervenção desses que intitulo como intelectuais de direita no processo de disputa e na tentativa de construção e de reconhecimento social de uma versão desse passado recente em que sejam relativizados aspectos negativos associados aos governos civil-militares, a saber, os crimes cometidos por agentes do Estado. Diante do exposto, o eixo articulador da investigação proposta será a análise das estratégias argumentativas e de enquadramento das lembranças e esquecimentos organizados por estes indivíduos que vão a público defender as ideias de um campo intelectual, tal como porta-vozes. Por fim, vale ressaltar que as escolhas de Passarinho, Ustra e Olavo de Carvalho ocorreram no sentido de abarcar as narrativas construídas não só no âmbito dos militares que participaram e foram figuras ativas durante a ditadura, mas também daqueles sujeitos que incorporaram e ressignificaram tais discursos nos anos que sucederam a abertura política e o fim do estado de exceção. Para além, como uma forma de compreender a complexidade dessas narrativas e os diferentes *lugares* de fala em defesa da ditadura.

Palavras-chave: memória; ditadura; intelectuais de direita.

ABSTRACT:

MOREIRA, Fernanda Teixeira. “ ‘Only the Victors Forgotten’: Right intellectual and disputes by the memory of Brazilian civil-military dictatorship”. 2013. 238 p. Thesis (MA in History). Institute of Humanities and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

This present work talks about the intervention of an intellectual field right from the second half of the 1980s, in the dispute process by the memory of the 1964 coup and civil-military dictatorship. This is a case study, in which I analyze the discourses and forms of action in the public space of the Colonel Carlos Alberto Brilhante Ustra, Colonel Jarbas Passarinho and Olavo de Carvalho. The choice came from the interest in examining the images of the dictatorial period produced by these individuals and specific forms of intervention in the public space in which they are involved. To this end, I get a central question, which is, know what legitimizes the entry of these intellectuals in "battles for memory" of the dictatorship. Thus, the objective of this dissertation is examine the intervention of those who I call as right-wing intellectuals in the process of dispute and attempt to build and social recognition of a version of the recent past as they are relativized negative aspects associated with civil-military governments, namely, the crimes committed by state agents. The central theme of the proposed research is the analysis of argumentative strategies and framework of the memories and forgetfulness organized by these individuals who go to public defend the ideas of an intellectual field, as spokespersons. Finally, the choice by the names of Passarinho, Ustra and Olavo de Carvalho occurred in order to cover the narratives constructed not only the military who participated and were active figures during the dictatorship, but also those individuals who continued and incorporated new elements in such speeches after the political opening and the end of the state of exception. That is, a way of understanding the complexity of these narratives and different places of speech in defense of the dictatorship.

Keywords: Memory; dictatorship; right-wing intellectuals.

Sumário:

Introdução:

Considerações sobre Intelectuais de Direita e a Memória da Ditadura Civil-militar Brasileira.....	14
---	----

Capítulo I

Para Além da Caserna: Os Intelectuais de Direita.....	31
1.1- Breves considerações sobre o campo.....	35
1.2- Da batalha das armas ao embate das letras: Os primeiros trabalhos nos anos 1980....	39
1.3- <i>A semelhança na diferença</i> : Os anos 1990 e a constituição de um campo de direita..	54
1.4- O discurso autorizado.....	72
1.4.1- <i>O Híbrido Fértil</i>	72
1.4.2- <i>O Doutor Tibiriçá</i>	79
1.4.3- O Professor.....	85

Capítulo II

Entre Vítimas e Perpetradores ou a Crítica ao <i>Revanchismo</i> : Uma forma de estar no debate.....	91
2.1- A Anistia como ponto de partida.....	95
2.1.1- A Anistia e a construção de uma imagem positiva do regime civil-militar.....	102
2.1.2- A Anistia, o esquecimento e a noção de “guerra suja”.....	108
2.2- <i>A melhor defesa é o ataque</i> : Considerações sobre o revanchismo.....	113
2.3- <i>A verdade sufocada?</i> O revanchismo e os Direitos Humanos	129

Capítulo III

<i>Os Fins Justificam os Meios...</i> O lugar da ditadura nos discursos dos intelectuais de direita.....	142
3.1- Entre memória e história: A defesa de uma imagem positiva da ditadura.....	143
3.2- <i>A nova ordem nacional</i> : A memória positiva da ditadura e a crítica aos governos estabelecidos no pós-regime civil-militar.....	146

3.3- <i>Todo fato tem três versões: O lugar da ditadura nos trabalhos de Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho</i>	167
3.3.1- <i>O saldo do ciclo militar: Uma memória das esferas palacianas do governo ditatorial</i>	169
3.3.2- <i>Não se combate terrorismo com flores: Uma memória do DOI</i>	177
3.3.3- <i>Olavo de Carvalho e uma memória civil: A direita moderada e os militares como protagonistas</i>	189
Conclusão:	
Só os Vitoriosos Esqueceram?.....	199
Fontes	204
Referências Bibliográficas	209
Anexo 1	214
Anexo 2	220
Anexo 3	228
Anexo 4	233

“Escolhei viver de joelhos, de preferência a morrer de pé, para que o Universo encontre sua ordem medida pelo esquadro das potências, repartido entre os mortos tranquilos e as formigas, de agora em diante, bem educadas – paraíso puritano, privado de prados e de pão, onde circulem anjos policiais, de asas maiúsculas, entre os bem-aventurados, saciados de papel e de nutritivas fórmulas, prosternados diante do Deus condecorado, destruidor de todas as coisas e decididamente devotado a dissipar os antigos delírios de um mundo delicioso demais.”

Albert Camus
Estado de Sítio

“[...] já teria certamente esquecido sua negativa de se lembrar, e esquecido o esquecimento. Como era possível ter a certeza de que tudo não passava de estratagemas?”

George Orwell
1984

Introdução

Considerações sobre Intelectuais de Direita e a Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira...

Sempre é possível anular o passado. O arrependimento, o esquecimento e a renúncia poderiam apagá-lo. Mas, o futuro era improvável...

(Oscar Wilde)

...E fora improvável.

O ano é 2012. Pela primeira vez um militar brasileiro foi condenado, numa ação cível, a pagar indenização pela morte de um advogado, militante de esquerda, ocorrida durante o regime civil-militar. Um pouco antes, a antiga *comemoração* do *Clube Militar* pela “Contrarrevolução de 1964” se tornou alvo de protestos, apareceu na mídia, através da qual, de uma forma ou de outra, ganhou público... Também, os *escrachos* em busca de torturadores, reunindo jovens, muitos dos quais não vivenciaram o período da ditadura, irromperam no espaço público. Ao mesmo tempo a presidenta, ex-guerrilheira, sancionava a Comissão da Verdade, mesmo sem caráter punitivo, com o intuito de apurar as violações aos direitos humanos. No mesmo contexto, em nome daqueles que fizeram “março de 1964”, alguns civis e militares da reserva passaram a organizar protestos e memoriais, em *sites*, sob o argumento de “mostrar a verdadeira história sobre que ocorreu durante os governos militares”.

“Amanhã vai ser outro dia”... Cantava o poeta, ainda na década de 1970. E, realmente, foi. As batalhas de memórias estão mais vivas que nunca...

Ao iniciar a construção do meu projeto de mestrado escolhi como primeiro tema a memória do golpe de 1964 e do regime civil-militar brasileiro; acontecimentos recentes, polêmicos, controversos, que nos últimos anos, de forma crescente, vêm galgando uma repercussão maior no *espaço público*, em debates políticos e acadêmicos, multiplicando-se em reportagens, dossiês, filmes, livros, seminários... Marcados pela curiosidade de “gente jovem, querendo ouvir, ler, saber” e “reapropriar-se criticamente do passado, o *seu* passado, o de *seu*

país” para assim situar-se melhor e “descortinar novas perspectivas de futuro” – a memória do período ditatorial não só como *um passado que não passa*, mas como *presente do passado*, seguindo a expressão de Pierre Laborie¹. Diante desse quadro, a ideia da investigação agradou a muitos que, assim como eu, não vivenciaram a ditadura e se interessavam pela construção das memórias de tal evento.

No entanto, o “problema” surgiu quando – a partir de algumas sugestões e leituras – decidi estudar não a participação ou as reminiscências das esquerdas (que notei ser o esperado) e sim os discursos em defesa de uma memória positiva da ditadura. Mais especificamente, os das *direitas*. Diante disso, o entusiasmo de muitos foi substituído pelo estranhamento: Por que a direita? Você não é de direita, por que isso agora? Decidi que teria como objeto de análise a intervenção daqueles que intitulo como *intelectuais de direita* nas disputas pela memória do golpe de 1964 e do regime civil-militar. Centrando num estudo de casos, isto é, no exame das narrativas produzidas – a partir da década de 1980 – pelos Coronéis Reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Jarbas Gonçalves Passarinho, bem como por Olavo de Carvalho. Essa escolha partiu do interesse em investigar as imagens do período ditatorial produzidas por esses indivíduos e as formas específicas de ação no *espaço público* em que estavam envolvidos.

Como consequência, as indagações aumentaram: Por que esses três? Passarinho tudo bem, mas o Ustra intelectual? Esses dois não são militares? O “cara” [Ustra] não foi torturador? “Ah! Sim” *os velhos combatentes que se defendem e dizem as mesmas coisas sempre?* O que eles têm em comum? E o Olavo Carvalho, o que tem a ver com a ditadura?

Percebi que estava participando, de certa forma, dessas *batalhas de memórias* e, ao adentrar em suas águas turvas, lembrei-me que “o historiador é também um cidadão” – participa de modo crítico da vida social e responde a certas demandas – mas que existem

¹AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.10. / A expressão “um passado que não passa” remete ao título *Vichy, un passe qui ne passe pas* de Henry Rousso, onde o autor (com Eric Conan) examina a memória do período de *Vichy* na França e lança mão de discussões que ajudam, guardando as especificidades, a pensar o pós-ditadura no Brasil (no campo das reminiscências) Ver em: ROUSSO, Henry; CONAN, Eric. *Vichy, un passe qui ne passe pas*. Paris: Fayard, 1994. /LABORIE apud ROLLEMBERG, Denise. “História, Memória e Verdade: Em busca do universo dos homens”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.2, São Paulo: Hicitec, 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/temas/mem%C3%B3ria?page=1/Citação> semelhante em: LABORIE, Pierre. “Memória e Opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 86.

diferenças entre o trabalho militante e o historiográfico². Como destaca Daniel Aarão Reis, há uma desproporção entre os estudos que tratam das esquerdas e de suas reminiscências e daqueles que buscam compreender as atitudes de legitimação, de apoio ao golpe e ao regime que se estabeleceu. No que tange a estes últimos, na maioria, são analisados como memórias ou posições apenas de militares³. Assim, tomo os questionamentos e as incompreensões – anteriormente citados – como um ponto de partida para, nesta introdução, explicitar e justificar minhas escolhas: Por que direita? Por que memória de direita e não militar? Por que intelectuais? Por que Passarinho, Ustra e Olavo de Carvalho? Perguntas que trazem em si questões de fundo que percorrem o longo caminho de construção desta pesquisa. Dessa forma, pleonasticamente: Começaremos pelo início.

Durante muito tempo, na maioria dos estudos sobre o período e a memória da ditadura civil-militar brasileira, a observação se dava pela oposição entre *vítima* e *algoz*, pautando-se na ideia de “uma sociedade que não só resistira à ditadura, mas a venceu”⁴. *Deslocamentos de sentido* consolidados em 1979, no bojo da Anistia, quando a tentativa de *esquecer* foi essencial não só para os militares, mas também para uma sociedade que *escolheu* lembrar aquele passado como um “pesadelo a ser exorcizado” – algo “como recordar esquecendo, esquecendo a dor”⁵. Assim, uma página a ser virada sem acertos de contas⁶. De alguma forma,

² As citações no parágrafo estão em: LABORIE, Pierre. Op. Cit., p. 87./ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários. Legitimidade, Consenso e consentimento no século XX*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 14.

³ É interessante também ressaltar que, entre uma memória de esquerda e a memória em defesa do período ditatorial, existem outros comportamentos sociais, tais como: a indiferença, o apoio não declarado e, em acordo com algumas abordagens historiográficas, o próprio fato de que para muitas pessoas esta fase foi sentida ao mesmo tempo como *anos de ouro* e *anos de chumbo*. Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. “Anos de Chumbo ou Anos de Ouro? A memória social sobre o governo Médici”. In: *Estudos Históricos*, n. 43, 2009./ AARÃO REIS, Daniel “Ditadura, Anistia e Reconciliação”. In: *Estudos Históricos*, vol.23, n°45, janeiro-junho de 2010/_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002./_____. (org.). *Versões e Ficções. O seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999./ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). Op. Cit./ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: O cotidiano da oposição de classe média. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1998.

⁴ Cf. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). Op. Cit., p. 11/ AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 71.

⁵ AARÃO REIS, Daniel. “Um passado imprevisível: A construção da memória das esquerdas nos anos 60”. In: _____ (org.). *Versões e Ficções. O seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 35./_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 70.

⁶ É importante destacar que o processo da Anistia foi marcado por pressões, embates e não foi totalmente imposto de “cima para baixo”. Sigo aqui as indicações de Daniel Aarão, onde o historiador ressalta que o consenso, neste caso, abarca uma série de comportamentos e seguimentos sociais. E destaca, que nem todos tiveram seus projetos aceitos, “ficaram nas margens os que desejavam uma anistia ampla, geral e irrestrita. Prevaleceu uma lei restritiva que enseja até hoje debates em torno da questão da tortura.” Cf. REIS FILHO,

“a academia exprime a sociedade” e sob a égide de uma *memória da resistência* e do *oubli commandé*⁷ da Anistia alguns temas foram relegados à periferia dos debates historiográficos. Por exemplo, o colaboracionismo, os diferentes projetos das esquerdas – para além da *resistência democrática* – e, entre esses, *as direitas*⁸.

Logo as direitas. Direitas que sempre tiveram presença marcante na história do Brasil. A começar por uma forte *cultura política* e tradição conservadora, especialmente em setores das Forças Armadas, cuja intervenção, em diversos momentos-chaves da trajetória republicana brasileira, não pode ser desconsiderada⁹. Seguindo as análises de René Dreifuss e Daniel Aarão Reis, foi através da união de forças civis e militares *conservadoras* e *anticomunistas* – com forte apoio da população – que orbitou a articulação do golpe de 1964 e da ditadura; cujas influências de Carlos Lacerda, segundo Carlos Fico, não se pode desconsiderar. As ideias de direita pautadas por Lacerda conquistaram *corações e mentes* durante as décadas que antecederam o estabelecimento do regime civil-militar. Principalmente das correntes mais radicais que compuseram o Estado ditatorial. Em 1978, o jornalista Carlos Castelo Branco definia a influência do jornalista e ex-governador da Guanabara:

Não é segredo que a mentalidade desta corrente militar radical forjou-se ao longo da pregação do Sr. Carlos Lacerda, sobretudo de 1954 a 1964. O Sr. Carlos Lacerda, nessa época, moldou os ideais de uma geração militar, dos que eram tenentes e capitães e chegaram em dez anos ao escalão da hierarquia¹⁰

Não só dos militares, mas de amplos setores da Igreja, da imprensa e, principalmente, entre as classes médias e altas que, em nome da ordem e de modo a manter o *status quo*, conspiraram e tomaram o poder em 1964. Já bastante conhecido entre estudiosos do tema e

Daniel Aarão. “Ditadura, Anistia e Reconciliação” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, janeiro-junho 2010.

⁷Expressão de Paul Ricoeur, “esquecimento dirigido ou comandado”, que remete àquele instituído no bojo político e social da Anistia. Ou seja, no momento em que diversos sujeitos individuais e coletivos discutem e negociam abertamente o que *esquecer* e como realizar tal processo. O filósofo chama atenção para o fato de que a Anistia é útil como uma forma de impor limite à revanche de vencedores e evitar *abusos da memória* ou como uma maneira de afirmar uma unidade nacional através de celebrações públicas. Mas, por outro lado, destaca que o problema surge quando se forma uma “unidade imaginária”, sob o perigo de apagar da memória oficial questões do passado ainda sensíveis, de proteger e privar o futuro dessas relações traumáticas e condenar a *opinião pública* a uma vida *subterrânea*, enfim, aproximando-se da *amnésia*. Cf. RICOEUR, Paul. “O Esquecimento”. In: *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

⁸ As citações são retiradas de: AARÃO REIS, Daniel. “Ditadura Militar e a Revolução Socialista no Brasil”. Palestra proferida na VI Semana Acadêmica de História. América Latina: Ditaduras militares e experiências socialistas, em 18 de novembro de 2006.

⁹ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Editora O Globo, 2001.

¹⁰ BRANCO, Carlos Castello *apud* FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2001, p.37.

curiosos em geral, o amálgama unificador desses discursos e ações era a luta contra o comunismo ou o dito “perigo vermelho”. Como nos apontou Rodrigo Patto Sá Motta, o anticomunismo se expressa num campo que perpassa a direita e a esquerda, reunindo “reacionários, conservadores, liberais e esquerdistas”. Mas, no Brasil, este foi “representado majoritariamente pelo pensamento *conservador e reacionário*”¹¹.

Seguindo por esse caminho, convém ressaltar que neste trabalho as forças de direita são entendidas como aquelas cujas ideias são voltadas para a defesa da ordem e que relutam em aceitar mudanças: uma direita conservadora. É preciso, pois, compreender a noção de conservadorismo como uma defesa de princípios e valores que colaboraram para a manutenção do tecido social e da tradição, a saber, a ordem, a autoridade e os costumes – mesmo que compatibilizando com a economia liberal e com o sistema representativo¹². Nesse sentido, vale considerar o pensamento conservador não como uma visão política imutável, na qual a tradição aprisiona o presente, mas como aquela onde a crença num tipo de progresso passa por uma mudança prudente e gradual, sem cair no que seriam os ditos excessos das rupturas revolucionárias¹³. Cumpre observar que essa abordagem do conservadorismo permite compreender os diversos discursos – à direita – de legitimação do golpe de 1964, somados ao anticomunismo, no qual o inimigo seria a dita “revolução comunista em marcha”. Para além, lembrando que muitos desses se utilizaram do vocabulário “revolução” para descrever as ações cocorridas em 1964, pode-se dizer que esse argumento surge como uma forma de apresentar a própria atitude revolucionária como uma *reação*, ou seja, uma ruptura para não mudar. Uma atitude reativa que, como lembra Francisco Carlos Teixeira da Silva, deve ser compreendida não só como mera resposta, mas como um conjunto de práticas que moldaram nossa sociedade – em acordo com o que foi brevemente supracitado.

No entanto, a questão que norteia este trabalho são as disputas pela memória do golpe de 1964 e da ditadura, não o evento em si. Deste modo, cumpre assinalar que através de uma construção memorialística na qual “todos fomos vítimas” e a ditadura foi apenas obra da mobilização das casernas, a memória positiva de tal período só poderia ser pautada por membros das Forças Armadas que foram agentes de diferentes esferas do estado de exceção. Como consequência, as reminiscências da direita seriam aquelas articuladas *apenas* por

¹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo/Bauru: Editora Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 17

¹² LYNCH, Christian Edward Cyril. “O pensamento conservador Ibero-americano na Era das independências”, *Lua Nova*, São Pulo, 74, 2006, p. 73.

¹³ *Idem*, 71.

alguns militares. Um movimento duplo que, ao mesmo tempo, remete ao meio castrense como um todo homogêneo, desconsiderando as diferentes falas e correntes que compõem as Forças Armadas, como também deixa de lado outros discursos de legitimação da ditadura.

É certo que a caserna foi um território fértil para a expansão das ideias anticomunistas e conservadoras. Como lembra Celso Castro, a insurreição comunista de 1935, liderada por Luis Carlos Prestes e pelo Partido Comunista, descaracterizada numa determinada memória social como a “Intentona Comunista” – termo criado por militares e civis que lutaram, à época, contra o levante – foi um importante vetor de um sentimento anticomunista nas Forças Armadas. Somado ao nacionalismo que é uma característica muito cara a este meio¹⁴. Nas palavras de Rodrigo Motta, “os militares foram o grupo social mais receptivo às propostas de mobilização contra o comunismo, em defesa da pátria e da Nação”¹⁵. Porém, não se pode perder de vista que esse discurso nacionalista tinha fincado raízes para além das casernas. Os trabalhos de Lucia Lippi de Oliveira e Wilson Martins nos mostram como a questão nacional suscitava debates, amores e ódios, desde o início da primeira República, tanto em partidos como nas rodas de intelectuais¹⁶. Ademais, é importante salientar que nas Forças Armadas, especialmente no exército, houve setores que se posicionaram à esquerda, principalmente no período do golpe de 1964.

Como destacam Denise Rollemberg e Samantha Quadrato, é importante romper com essas dicotomias estritas e olhar para esse passado (bem como para a construção das memórias) a partir de “um quadro mais complexo e fino das muitas relações possíveis das sociedades com regimes ditatoriais”¹⁷. A *ditadura civil-militar* brasileira, ou seja, uma análise histórica que compreende não só a intervenção dos militares, mas que considera o apoio civil durante o golpe de 1964 bem como as diversas relações de consentimento durante a ditadura. Assim, visitando criticamente tais *batalhas de memórias*, é essa a perspectiva que abre um leque de amplas possibilidades de estudo e permite abordar uma memória positiva do período

¹⁴ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

¹⁵ De acordo com Motta, o anticomunismo de cunho nacionalista, no Brasil, foi fortemente influenciado nos modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente aqueles influenciados pelo romantismo alemão. Vertente que tinha seu fundamento central numa visão organicista da sociedade, isto é, “a nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social”. Nessa construção, as Forças Armadas obtinham destaque por sua tendência natural a respeitar o *status quo* e refutar projetos revolucionários. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.* p. 29/36/37.

¹⁶ Ver em: OLIVEIRA, Lucia Lippi de Oliveira. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990./ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol 6-7. São Paulo: Edusp, 1977-78.

¹⁷ ROLLEMBERG, Denise; QUADRATO, Samantha Viz (orgs.). *Op. Cit.* 2010, p. 12.

ditatorial, para além dos militares favoráveis ao golpe e ao regime. Mesmo considerando um painel histórico em que certa memória de esquerda – no caso, a *memória da resistência* – seja gradativamente recuperada como memória oficial, não se pode negar que ao longo do período democrático alguns militares da reserva e civis passaram a pautar um discurso em defesa da ditadura¹⁸. Um campo vasto, ainda pouco explorado pela historiografia.

Nesse sentido, é fundamental para a análise de memórias em processo de construção, como a do período ditatorial, a perspectiva que conhece o caráter problemático destas. Em acordo com os apontamentos de Michael Pollak, interessa pensar na memória como um espaço de disputa entre atores históricos distintos e em tensão permanente. Em suma, uma operação coletiva de reconstrução dos acontecimentos que sofre flutuações a partir das necessidades e indagações do presente. Que não é passiva, ou seja, relaciona-se com o tempo passado estabelecendo uma interação dialética entre esquecimento e preservação do que passou. E, assim como os símbolos, reforça sentimentos de identidade e também fronteiras sociais entre diferentes coletividades¹⁹.

Desse modo, a referência ao que passou tanto serve para manter coesões, reforçar laços de pertencimento e identidade como também para marcar oposições irreduzíveis²⁰. Seguindo por esse caminho, no final dos anos 1970, impulsionada pelas disputas em torno da Lei da Anistia e no bojo de uma abertura política “cautelosa, lenta e gradual”, ganhou força uma “batalha pela memória” do golpe de 1964 e da ditadura que o sucedeu²¹. Desde então, em contraponto aos relatos e reivindicações de ex-militantes de esquerda e seus familiares, um *campo intelectual* de direita, que defende uma imagem positiva da ditadura civil-militar, passou a interferir no *espaço público* para legitimar socialmente uma versão sobre tal passado. No entanto, cumpre assinalar, foi ao longo dos anos 1980 e 1990, a partir de uma crescente memorialística e do surgimento de diversas frentes de luta cujas bandeiras reivindicavam reparação moral pelos mortos e desaparecidos nas prisões dos governos militares estabelecidos no pós-1964, que grupos e indivíduos, advogando a favor da ditadura civil-militar, começaram a buscar estratégias diversas para defender uma imagem positiva desse

¹⁸ De acordo com Santos foram os grupos, por exemplo: Catavento, Gurarapes, Inconfidência. Estacio de Sá, entre outros. Cf. SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema-Direita, Volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação de Mestrado –Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, 2009.

¹⁹ Cf. POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Estudos Históricos*, vol.2, n. 3, 1989.

²⁰Idem, p.9.

²¹Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. “A Guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. In: *Varia Historia*, UFMG, n.28, dezembro de 2002.

regime político. Isto é, sem o peso negativo de questões incômodas como a repressão, as torturas e os desaparecimentos políticos. Especialmente, através da publicação de livros, artigos, periódicos e sítios virtuais.

E aí reside o objeto de estudo da presente pesquisa.

É importante ressaltar que esse espaço de disputa é aqui analisado tal como um *mercado de bens simbólicos* onde determinados agentes oferecem seus produtos que são avaliados por um público que pode “comprar” estas ideias ou passá-las adiante. Neste espaço circulam sujeitos individuais e coletivos com interesses diversos, que orientam tanto a oferta como a procura por essas “mercadorias”. Tal como analisa Pierre Bourdieu, é função do espaço público - onde ideias divergentes e concorrentes circulam - estabelecer regras e critérios que tornam algumas imagens sobre o passado socialmente legítimas, ou seja, *aptas* para compor a memória social de um determinado período e outras não. Dessa forma, os indivíduos envolvidos nesse processo buscam formas de valorizar o seu produto e de oferecê-lo ao mercado de ideias em que estão inseridos²².

No tocante a essas questões é de suma importância dar ênfase ao fato de que as versões que esses indivíduos passaram a elaborar sobre a fase da ditadura não se limitam apenas à recuperação do passado pela lembrança, mas principalmente para responder carências de orientação do presente. Já que, como foi citado - ao longo dos anos 1980 e especialmente a partir da década de 1990 - a imagem do período ditatorial passou a ser cada vez mais associada às arbitrariedades, aos Atos Institucionais e à repressão, como lembra a historiadora Janaína Cordeiro, o ideário dos anos de ouro foi gradativamente deixando espaço para a lembrança dos anos de chumbo e a “memória do trauma” tomou o lugar da memória do triunfo, “da revolução vitoriosa de 1964”²³. A imagem do golpe como a intervenção salvadora, em defesa da família, da democracia e da civilização cristã contra o comunismo ateu, a corrupção e a baderna foi progressivamente perdendo força. De acordo com Daniel Aarão Reis, a ideia da revolução salvadora e da ditadura em nome da democracia cedeu lugar às versões de esquerda²⁴.

²² Cf. BOURDIEU, Pierre. “O Mercado de Bens Simbólicos”. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

²³Cf. CORDEIRO, Janaína. *Op. Cit.*, 2009, p. 91.

²⁴REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O Golpe e a Ditadura Militar 40 anos Depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

Diante de tal quadro, como destacou João Roberto Martins Filho, a forma de intervenção desses intelectuais de direita no espaço público tem como marco o argumento de que “uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na *batalha das letras*, aquilo que perdeu no embate das armas”²⁵. Ou seja, se apresentam não só como produtores de uma leitura possível sobre o passado, mas como um grupo silenciado e vítima do que intitulam de *revanchismo esquerdista*. Tanto que em 1995 foi criado, por alguns civis e militares da reserva, a Organização Não-Governamental Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA)²⁶ com o intuito de ser um centro articulador de trabalhos e uma referência no que tange à memória positiva da ditadura. Trata-se de uma estratégia para se colocarem no debate e *oferecerem* seus produtos no espaço público. Nesse sentido, o que está em questão é um trabalho de *enquadramento da memória*, no qual grupos constroem narrativas sobre um determinado passado que devem ser socialmente reconhecidas e estabelecidas para construir a memória social; processo onde os intelectuais tem função essencial, principalmente no que tange ao controle da imagem que um determinado grupo pretende passar de si e de sua história²⁷. Num jogo que envolve a organização de lembranças e esquecimentos.

Assim, cumpre analisá-los como *intelectuais de direita*. É importante salientar que, inseridos neste espaço de trocas sociais, mas também de conflitos e concorrências – que o *espaço público* representa – esses indivíduos são aqueles que saem do “território” circunscrito do seu campo legitimador e vão a público defender as ideias do *campo*, ou seja, são indivíduos que compartilham visões de mundo, que disputam para “ser aquele que fala em nome de todos”, mas mantêm-se fechados por uma causa. No entanto, em meio ao campo, existem os que possuem *habilidade*, ou seja, aqueles que conhecem as regras do jogo e possuem o “capital simbólico” para lhe garantir a autoridade de falar e agir em nome de um grupo. E, ao voltar o olhar para esse espaço, os trabalhos dos Coronéis Carlos Brilhante Ustra e Jarbas Passarinho bem como de Olavo de Carvalho surgem como casos privilegiados para estudo desse tipo discurso em defesa de uma memória positiva da ditadura. E a escolha destes indivíduos não ocorreu ao acaso.

Cumpre ressaltar que Brilhante Ustra e Jarbas Passarinho “foram homens da ditadura”, mas em *lugares* diferentes. O primeiro chefiou o DOI-CODI de São Paulo entre os anos 1970-1974 e foi um nome comum nas listas de torturadores – sob o codinome de “Major Tibiriçá”

²⁵ MARTINS FILHO, José Roberto. *Op. Cit.*, p.180.

²⁶ Ver o Estatuto do grupo no anexo 1 da dissertação, p. 213.

²⁷ POLLACK, Michael. *Op. Cit.*, p. 9.

ou “Doutor Tibiriçá”²⁸. Escreveu dois livros, intitulados “Rompendo o Silêncio” e “A Verdade Sufocada”, além de artigos em alguns sítios virtuais²⁹. Já Passarinho – o “híbrido fértil”³⁰ – participou de quase todos os governos militares – como Ministro, Senador e Governador – e foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5. No período democrático continuou exercendo funções políticas e, após deixar seus cargos, seguiu na vida pública como um dos principais defensores de uma memória positiva da ditadura. Olavo de Carvalho, por seu turno, entre vários temas, escreveu seus primeiros textos em favor do regime civil-militar ao longo da segunda metade da década de 1990. Ao contrário dos dois primeiros, não foi militar e se apresenta aos seus leitores como um filósofo e cientista político ex-comunista.

Assim, pode-se questionar porque as características atribuídas – anteriormente – à Passarinho, Ustra e Olavo de Carvalho justificam a escolha destes em detrimento de outros autores. Cumpre assinalar que cada um dos três traz em seus relatos o olhar de seu *lugar* específico e de sua trajetória; não me refiro a um grupo – por mais que apareçam em espaços semelhantes ou em alguns casos venham da mesma Instituição –, mas sim a indivíduos que, com “uma semelhança na diferença”, partem de um ponto em comum – disputar as lembranças do regime –, mas podendo significá-las e respondê-las de formas diversas. Seguir tais caminhos torna-se mais interessante e instigante quando esses que chamo de intelectuais têm uma intervenção sistemática e combativa no espaço público – algo parecido com *portavozes* de uma causa³¹.

Mas, como assinalado no início da introdução, alguns poderiam perguntar: Por que intelectuais? Por que direita?

Partindo do segundo questionamento, uma forma interessante desses indivíduos se autocaracterizarem ocorre através da definição de quem é o “outro”. “O simples uso do ‘nós’ e do ‘vós’ estabelece, decerto, inclusões e exclusões”, como destaca Koselleck, a história tem exemplos de diversos conceitos que se opõem e “são aplicados de um modo que o reconhecimento mútuo fica excluído”, ou seja, da conceituação para caracterizar “a si

²⁸ Ver em: ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

²⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio. OBAN.DOI/CODI. 29 Set 70-23 Jan 74*. Distrito Federal: Editerra, 1987; USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A Verdade Sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2006./ Os sítios virtuais, em especial: www.averdadesufocada.com / www.ternuma.com.br.

³⁰ Numa referência ao fácil trânsito de Passarinho entre o meio civil e militar. Muitas vezes, no lugar de coronel, é citado como o Ministro, Senador ou Governador Passarinho; devido, em boa parte, à sua dinâmica trajetória política. “Um Híbrido Fértil” é também o título de sua autobiografia.

³¹ A citação está em: BOURDIEU, Pierre. “O campo intelectual: um mundo à parte”. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 170.

próprio” decorre a denominação desigual e que equivale linguisticamente a uma privação para “o outro”. Seguindo as análises de Norberto Bobbio, *direita e esquerda* compõem uma “díade antitética” que há muito tempo tem sido empregada para designar diferenças entre movimentos políticos e o contraste entre ideologias, no sentido de que não podem existir indivíduos ou grupos que pertencem simultaneamente aos dois lados³². Desse modo, ao voltar o olhar para os trabalhos em defesa da ditadura, percebe-se que estes se definem a partir de uma qualificação negativa de esquerda, no qual todos os argumentos e indivíduos que se colocam no sentido contrário de seus discursos são classificados de forma pejorativa.

Antes de considerar um conceito de direita – no caso, antes de apresentar características que permitem pensá-los como tal – é importante observar que este termo passa por uma série de debates. Enquanto alguns argumentam o fim da díade, outros, como René Rémond, pensam direita e esquerda como definições cambiantes, ou seja, “como duas posições relativas e circunstanciais”, sem que existam critérios específicos e atemporais para defini-las. Há também o viés de Bobbio, onde de forma geral a diferença básica entre esquerda e direita é fundamentada no critério de igualdade, no qual os primeiros seriam aqueles que consideram mais “o que os homens têm em comum do que o que os divide” e os segundos dariam “maior relevância política ao que diferencia um homem do outro”³³. Em suma, segundo Bobbio, para uma pessoa mais à esquerda qualquer forma de desigualdade precisa ser justificada, já para seu “antônimo” a desigualdade é a regra, ao passo que, “se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada”³⁴.

Nesse sentido, parto da consideração de que para além de um critério específico de caracterização, torna-se necessário voltar o olhar para aqueles que são cambiantes, como nos lembra Rémond, que podem estar tanto à esquerda quanto à direita. Características que não são exclusivamente de direita, mas podem ser pensadas como tal. Aspectos que confluem e marcam presença nos discursos em defesa da ditadura pautados por esses indivíduos, como especialmente os significantes: nacionalismo, valorização da ordem e da hierarquia, a família tradicional e a religiosidade, o militarismo e a obsessão pela defesa e a segurança nacional, o

³²KOSELLECK, Reinhart. “A Semântica Histórico- Política dos Conceitos Antitéticos Assimétricos”. In: *Op. Cit.*, p. 191-193./ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 49-50.

³³RÉMOND, René. “Droite-gauche: où est la différence”. In: WINOCK, Michel. *La Droite Depuis 1789. Les hommes, les idées, les réseaux*. Paris: Édition de Seuil, 1995, p.58./RÉMOND, René. *Les Droites en France*. Paris: Aubier collection historique, 1995, p. 31./ BOBBIO, Norberto. *Op. Cit.*, p. 22.

³⁴BOBBIO, Norberto. *Op. Cit.*, p. 23.

elogio à tradição e o *conservadorismo*³⁵. É importante não esquecer, no que tange à memória da ditadura civil-militar, que essas características aparecem associadas a um forte teor anticomunista que muitas vezes se expressa no anti-intelectualismo que marca esses discursos.

Em suma, parte-se aqui da análise desses intelectuais de direita como indivíduos engajados que, para além de uma defesa da própria trajetória política e de suas opções de vida – associadas a um regime cada vez mais desvalorizado e, no caso de Ustra, sujeito a condenações judiciais – vão a público advogando por uma causa: a defesa de uma imagem positiva da ditadura civil-militar brasileira. E, nesse processo, como forma de intervir no espaço público e nas disputas pela memória do regime civil-militar, produzem narrativas onde buscam interagir com o meio onde vivem (atribuindo-lhes significações) para legitimá-las socialmente. Pensar nesse “embate das letras” e na intervenção desses intelectuais traz à baila uma necessidade de caracterizá-los diante de sua atuação no espaço público, assim como pelo engajamento numa determinada causa.

No campo da historiografia, Jean-François Sirinelli fornece um suporte teórico interessante para analisar as intervenções desses indivíduos. De acordo com o historiador, no que concerne ao conceito de intelectual é preciso defender “uma definição de geometria variável”, levando em consideração a fluidez e a pluralidade do termo. Mas, esta acepção deve ser baseada em invariantes, que podem desembocar em duas concepções: uma sociocultural, que diz ser uma definição mais ampla; e a outra política, cuja acepção seria mais estreita. Sob essa perspectiva, apresenta os intelectuais como criadores e mediadores culturais, abrangendo tanto escritores como jornalistas e professores, enfim, indivíduos que através das ideias são capazes de estabelecer mediações com a sociedade. E também, como sugere a segunda categoria, definidos a partir da esfera política, determinado pelo “engajamento na vida da cidade como ator”.³⁶ A partir dessas duas definições interligadas, interessa pensar nos intelectuais – ao qual se refere este trabalho – como sujeitos ativos que se envolvem e agem politicamente no sentido de criar e afirmar uma ideia ou uma determinada imagem sobre o passado. Ao intervirem nas disputas pela memória, esses indivíduos produzem discursos que, para bem ou mal, carregam em si uma atitude crítica. Essa é uma

³⁵É necessário salientar, como fez Bobbio, que esses temas, ao contrário “de afirmações apressadas e preconceituosas, não são por si só nem de direita nem de esquerda, pois pertencem a ambas as partes, embora tal pertencimento não elimine a contraposição de fundo entre elas”. Cf. *Ibidem*, p. 98.

³⁶SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 243.

questão importante e aponta para a necessidade de considerar a complexidade dessa memória em defesa da ditadura civil-militar e, diante disso, perscrutar as lembranças, esquecimentos e silêncios que permeiam a sua constituição.

Tal exame se justifica, porque diante de uma série de debates e reivindicações envolvendo o tema da ditadura – e com o aumento no interesse da sociedade em geral, ao longo dos últimos anos, pelo assunto – as imagens articuladas por esses indivíduos surgem, ao historiador do tempo presente, como um *corpus documental* relevante para pensar nas formas de justificativa e defesa dos governos ditatoriais estabelecidos no pós-1964. Ao considerar Jarbas Passarinho, Brilhante Ustra e Olavo de Carvalho enquanto intelectuais, não há neste trabalho a pretensão de colocá-los numa posição valorativa (que não combina com a conceituação adotada), mas sim reconhecer que o discurso por eles organizado legitima uma série de silêncios que envolvem a memória do período ditatorial. Nesse sentido, cumprem algumas observações.

Como destacou Daniel Aarão Reis, durante muito tempo convencionou-se, no que tange a relação entre militares e ditadura, rotular os membros das Forças Armadas como *gorilas*, ou seja, atribuindo-lhes a alcunha de boçais, estúpidos, pessoas de intelecto reduzido e preocupadas apenas com as armas. No entanto, como salienta o próprio autor, esse é um rótulo não elucidativo das intervenções militares e nem da ditadura, quando membros das Forças Armadas – apoiados por civis – cunharam um discurso de grande eficácia política³⁷. Para além, como lembra Alfred Stepan, o estudo configura-se como uma importante ferramenta de promoção dentro da caserna³⁸. Interessante pensar nos casos de Jarbas Passarinho e Brilhante Ustra, ambos artilheiros de formação e com um longo percurso pelas escolas militares – especialmente no caso de Ustra cujo uso do termo intelectual gerou desconfiança de muitos. Ainda que, neste trabalho, o intelectual seja entendido como uma função social e não como uma condecoração ou título, vale destacar, como o fez Celso Castro, que o militar da artilharia é reconhecido pelos demais como aquele voltado para os estudos, com grande disciplina para realizá-los e bastante metódico³⁹.

³⁷ Cf. AARÃO REIS, Daniel. “Ditadura Militar e a Revolução Socialista no Brasil”. Palestra proferida na VI Semana Acadêmica de História. América Latina: Ditaduras militares e experiências socialistas, em 18 de novembro de 2006. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/viewFile/213/213>.

³⁸ STEPAN, Alfred. *Brasil: los militares y la política*. Argentina: Amorrortu ediciones, 1971.

³⁹ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Outro ponto a ser ressaltado refere-se ao que seria uma escassa relação da direita com intelectuais. Nesse sentido, Sirinelli faz uma observação de grande relevância para este trabalho, ao destacar que a noção de intelectual, definido não só por seu engajamento como também por sua crítica, muitas vezes resvala erroneamente na ideia de que pensar em *intelectuais de direita* seria contraditório em sua própria essência. A partir do exemplo Francês, o autor argumenta que seria equivocado deduzir das inventivas de um Maurice Barrès⁴⁰, por exemplo, “que as relações entre a direita e os intelectuais não passaram de imprecações e incompreensão”⁴¹. Lembra que a direita durante muito tempo se proibiu de assumir qualquer papel enquanto intelectual, mas na prática não hesitava em tecer armas e debater com a esquerda. Por fim, ressalta que essa associação do intelectual como uma figura mais à esquerda – como ocorre no caso da memória do período ditatorial– se deve ao fato de que esta “função cívica” foi frequentemente reivindicada por esses indivíduos⁴².

Desse modo, após essas considerações, é objetivo desta dissertação analisar as estratégias argumentativas e de intervenção, destes que intitulo como intelectuais de direita, nas disputas pela memória da ditadura civil-militar. Como foi apresentado no início dessa introdução, centrando num estudo de casos, nos trabalhos de Jarbas Passarinho, Olavo de Carvalho e Carlos Alberto Brilhante Ustra. Pretende-se aqui voltar o olhar para os *modos de produção* dessas narrativas sobre o passado, ou seja, trilhar os fios que tecem os discursos desses indivíduos, buscar os temas e argumentos centrais, mas não só as semelhanças, como também o que marca, especificamente, o discurso de cada um desses que intitulo como intelectuais de direita e que lhes garante o lugar de porta-vozes. Um percurso difícil, uma espécie de linha tênue, em que a todo o momento torna-se necessária a atenção para não cair no discurso acusatório e panfletário. Por outro lado, não se trata de dar voz ou fazer desta dissertação uma tribuna para as ideias desse *campo* e sim questionar os lugares-comuns

⁴⁰Maurice Barrès foi um conhecido político e teórico da extrema-direita Francesa. Entre suas principais idéias defendia o anti-intelectualismo, um nacionalismo radical e era crítico do racionalismo iluminista. Pensava a sociedade como um corpo biológico, onde na medida em que esta se desenvolvia, seus organismos se diferenciavam formando um todo descontínuo e hierárquico. Dessa forma, considerava estéreis as intervenções de intelectuais que caracterizava como voltadas para o ilusório, pois ao defenderem posições democráticas estariam rompendo com os fundamentos e a evolução natural da sociedade. Ver em: APPOLLONIA, Ariane Chebel. *L'extrême-Droite em France. De Maurras à Le Pen*. Paris: Editions Complexe, 1996, p. 32-56.

⁴¹No caso do Brasil, no que tange à relação direita e ditadura, podemos citar a ampla produção do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: vozes, 1981.

⁴²SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.*, p. 255-256.

construídos por esses discursos, as imagens superficiais... A ideia é desnaturalizar essas narrativas, *compreender* seus caminhos e motivações.

Como lembra o historiador Jean-Pierre Rioux, a memória – e, em contrapartida, os silêncios e esquecimentos que a compõem – sempre foi provocadora, imperiosa e cheia de artimanhas, mas nos últimos anos ela desafia, “desnuda e trespassa mais do que nunca”.⁴³ E a atitude de questioná-las, criticá-las e contextualizá-las cabe ao estudioso do presente – aquele cuja investigação perpassa as memórias dos acontecimentos que busca reconstruir. Assim como busca evidenciar e problematizar os processos e disputas que estão na sua constituição e formalização. Nesse sentido, a partir destas colocações algumas indagações sugerem pistas interessantes sobre esse processo: De que *lugar* falam esses intelectuais? Suas narrativas são apenas respostas a uma crescente memória de esquerda ou apresentam visões de mundo específicas? Por que justificar certos aspectos negativos que, em parte, caracterizaram os governos ditatoriais? Estes questionamentos apontam para a necessidade de refletir e problematizar os argumentos e as formas específicas destes indivíduos disputarem a memória do regime civil-militar.

A partir do que foi exposto, o problema que se coloca para a análise das imagens produzidas por esses intelectuais de direita é a possibilidade de identificar o que legitima tais intervenções nas “batalhas pela memória” do golpe de 1964 e da ditadura que se estabeleceu. Centrando na tentativa, por parte desses indivíduos, de construção de uma versão desse passado sem o peso negativo de questões incômodas como a tortura, os desaparecimentos e prisões decorrentes da repressão do Estado ditatorial. A hipótese central que norteia essa investigação é a de que, no caso desses intelectuais, disputar a memória do período ditatorial e relativizar aspectos associados aos crimes cometidos por agentes do regime significa não só validar sua versão sobre o passado, mas, a partir desta, justificar e legitimar o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar como projetos vitoriosos e viáveis. Lembrando que Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho, mesmo compartilhando perspectivas orientadoras semelhantes, seguem caminhos diversos e adotam meios específicos para apresentar suas ideias.

Assim, o primeiro capítulo “Para Além da Caserna: Os intelectuais de direita” estará voltado para a análise – através das fontes e também de trabalhos historiográficos – do lugar de onde emana o discurso destes intelectuais. Tal apreciação é importante para demonstrar de que forma e para quem a construção de uma memória positiva da ditadura civil-militar

⁴³Idem.

brasileira é legítima. A primeira parte do capítulo será dedicada ao mapeamento desse campo, isto é, do que define seus limites. Numa via de mão dupla, pretende-se voltar o olhar para as diferenças mais pontuais presentes nesses discursos, bem como para as semelhanças, a saber, ao mesmo tempo para o que aproxima essas narrativas – onde elas se tocam – e para aqueles aspectos que permitem pensar nesse *lugar* considerando diferentes comportamentos sociais. Ademais, pretende-se examinar como ao longo dos anos 1980 e 1990 foram se configurando os discursos destes intelectuais de direita.

Ainda neste ponto, o conceito de *campo* permite operar a reflexão acerca da relação entre esses indivíduos pensando-os inseridos num espaço de conflito e concorrência entre agentes e suas diferentes estratégias discursivas, porém levando em consideração que estes estão unidos por interesses que estão acima dessas divergências. Considero fundamental explicitar que ao construírem narrativas sobre o período da ditadura civil-militar tais indivíduos seguem, muitas vezes, caminhos diferentes e que esta produção e reconhecimento da eficácia do discurso está diretamente relacionada à posição que os agentes sociais ocupam dentro e fora do campo. A ênfase na última parte do capítulo será na construção do discurso autorizado e nas características específicas de cada um dos porta-vozes. Nesse sentido, é fundamental apresentar os argumentos que justifiquem o porquê de tomá-los como porta-vozes deste grupo – não outros –, bem como justificar a importância da intervenção destes intelectuais no espaço público. Neste caso, partindo do relato da trajetória e do contexto em que tais intelectuais se tornaram conhecidos.

Para a construção do capítulo foram de suma importância os artigos encontrados nos periódicos *Ombro a Ombro* e *Revista do Clube Militar*, publicações com características semelhantes – sendo a primeira uma publicação de circulação interna a setores das Forças Armadas – em que muitos desses intelectuais e grupos de direita apresentam suas ideias, tecem críticas aos governos estabelecidos no período democrático e articulam um discurso em defesa da ditadura. Também são fundamentais os trabalhos e memoriais articulados no sítio virtual do grupo *Terrorismo Nunca Mais*, assim como os artigos publicados por esses autores em periódicos de ampla circulação. Nessa parte da dissertação a análise das fontes e dos trabalhos historiográficos estará voltada para a busca de informações no que toca à organização desses indivíduos, ou seja, que tipo de vínculos possuem, em quais espaços atuam e também para aquelas que apontam um determinado padrão no perfil sociológico destes.

Já no segundo capítulo “Entre Vítimas e Perpetradores ou a Crítica ao Revanchismo: Uma forma de estar no debate”, proponho discorrer e problematizar sobre as disputas pela memória do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar brasileira, mais especificamente sobre a forma como as versões produzidas por intelectuais de direita disputam com outras imagens para serem reconhecidas como legítimas. Desse modo, o objetivo dessa parte da dissertação estará focado numa análise da crítica desses indivíduos ao que intitulam de revanchismo, considerando tal atitude como uma estratégia de intervenção no espaço público, ou seja, o elemento que marca o lugar que esses intelectuais tomam para si nessas “batalhas de memória”. Para tal, serão considerados os livros e artigos elaborados por Ustra, Passarinho e Carvalho que se encontram disponíveis na página virtual do grupo “Terrorismo Nunca Mais”, no *site* “A Verdade Sufocada” e também em periódicos de ampla circulação.

A primeira parte do capítulo refere-se ao lugar da Anistia como um ponto de partida na construção de uma crítica ao que tais intelectuais de direita intitulam como revanchismo da esquerda. Ou seja, como esses indivíduos interpretam o Decreto de 1979, que temas tornam públicos e sobre quais silenciam. Desse modo, sem perder de vista as diferenças de enfoques entre um autor e outro, a segunda parte traz uma abordagem sobre as estratégias que esses indivíduos constroem para disputar e descaracterizar a versão de porta-vozes, isto é, em que questões centram a crítica ao “revanchismo”, as mudanças de ênfase e permanências nesses discursos ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000. Em suma, é espaço onde será examinada a estratégia que alicerça todo o discurso desses intelectuais de direita.

Por fim, o objetivo do terceiro capítulo que compõe este trabalho – de nome “Os Fins Justificam os Meios... O lugar da ditadura nos discursos dos intelectuais de direita” – é de apresentar o lugar da ditadura nesses discursos e, para além, de que forma constroem uma imagem positiva do regime. Partindo desse ponto, outra questão importante a ser trabalhada nessa parte da dissertação é o lugar do discurso de cada um desses intelectuais. Pretende-se, portanto, inventariar os temas e os elementos centrais presentes nos discursos tanto de Olavo de Carvalho como de Ustra e Passarinho. Se o segundo capítulo versa sobre a estratégia que permite a esses intelectuais criticarem o “outro” e se inserirem no debate, neste a ênfase está situada no discurso de legitimação construído a partir dessa crítica. No que tange às fontes, de modo semelhante aos capítulos anteriores serão utilizados artigos e livros publicados por esses autores em grandes periódicos e também nos sítios virtuais de grupos de direita.

Capítulo I:

“[...] as suas palavras sábias, alicerçadas pela sua liderança incontestes, constituem um alerta à Nação sobre os rumos do país. A sua inteligência, a sua prudência, a sua coerência, a dignidade com que sempre se portou na sua vida pública, e a sua elevada estatura moral, levaram os organizadores deste ato de solidariedade *a fazer nossas as suas palavras.*”

(Coronel Reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra sobre Jarbas Passarinho em ato no Clube Militar)

“[...] O Ternuma [Terrorismo Nunca Mais] foi formado contra o Tortura Nunca Mais porque estavam mentindo para burro [...]. É mais interessado em produzir, trazer à luz uma memória que o pessoal da esquerda quer sepultar completamente. *E nesse ponto, entra o cara mais importante, que é de Brasília, o Ustra* [...] o segundo livro dele é fantástico, *A Verdade Sufocada* e o primeiro também *Rompendo o Silêncio*. O Ustra é um pouco mais para o lado nacionalista [...].”

(Heitor de Paola. Entrevista concedida a Eduardo Heleno J. Santos In: *Extrema-Direita, Volver! Memória, ideologia e políticas dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação de Mestrado –Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, 2009.)

“Tem o brilho e a coragem dos inconfidentes”

(Aristóteles Drumonnd sobre Olavo de Carvalho. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org>)

Para Além da Caserna: Os intelectuais de direita

Em 21 de novembro de 2006, assim como ocorreria em 25 de janeiro de 2007, alguns militares e civis se reuniram para saudar um Coronel Reformado, primeiro em Brasília e depois no Rio de Janeiro. Hino nacional, discursos, congratulações, trajes de festa, almoços, membros dos clubes militares, generais, empresários, esposas... Aparentemente nada de excepcional, isto é, que fugisse ao protocolo de uma comemoração – nem as datas remetiam a eventos especiais. Entre as palavras proferidas por um orador bastante aclamado, estavam aquelas em referência aos brasileiros que “lutaram e preservaram a democracia”, bem como ao homenageado, “um *patriota*” que defendeu “com o risco da própria vida, a nossa Pátria”. O ambiente era festivo. Porém, havia um detalhe destoante do clima amigável, o homem a ser prestigiado, segundo vozes acaloradas, era *vítima* “da *difamação* e do *rancor dos vencidos*”. Interessante notar que este tinha acabado de lançar um livro, intitulado “A Verdade Sufocada”, e, em sua “defesa”, um polêmico escritor afirmara, nas páginas do “Jornal do Brasil”, o quanto esta obra era importante, pois dava ao *acusado* “alguma chance de ser ouvido fora do círculo de seus familiares e amigos”.

Estranhas confraternizações?

Não eram comemorações, no sentido de festa, mas atos em solidariedade ao homenageado. Quem era este então? Pode-se supor pelo título do livro, o homem a ser prestigiado e apoiado, naqueles espaços, era o Coronel Reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. Os discursos de defesa faziam referência ao processo movido pela família Teles, em 2005 – mas que se tornou público só no ano seguinte – onde constava a acusação por crimes de tortura, sequestro e cárcere privado, do período em que comandou o DOI/CODI da unidade do II Exército de São Paulo⁴⁴. E aqueles que o elogiaram? No almoço, as palavras partiram de

⁴⁴Ação civil impetrada, na 23ª Vara Cível de São Paulo, por Maria Amélia Teles, César Augusto Teles, Edson Luis de Almeida Teles, Janaína de Almeida Teles e Criméia Schmidt de Almeida. O processo refere-se ao período em que estiveram presos nas dependências da OBAN/DOI-CODI do II Exército de São Paulo, como desdobramento do “estouro de um aparelho” de imprensa do PCdoB, partido do qual eram militantes, em 1972. A acusação de tortura, sequestro e cárcere privado, envolvia não só Maria Teles, Criméia e César Augusto, mas também os filhos Janaína e Edson Luis que – ainda crianças – também foram levados para as dependências que Ustra comandava. O caso é citado no livro “Brasil Nunca Mais”, onde aparece a referência ao codinome “Major Tibiriçá” e na obra “Mulheres que Foram à Luta Armada”. Ustra apresenta sua versão nos livros “Rompendo o

outro Coronel da reserva, conhecido por sua atuação política e intervenção na grande mídia, quem saudava Ustra era Jarbas Passarinho, “o Coronel-Ministro”. Já no Periódico, a voz não era militar, mas sim de Olavo de Carvalho, escritor conhecido por seu declarado posicionamento *de direita*⁴⁵.

Os discursos em defesa do coronel afirmavam que, a respeito de seus acusadores, “a história, ao revés, provava que eles sim eram violadores crueis dos direitos humanos”, militantes de um partido comunista que tinha, “ainda hoje, em Stalin o seu herói”, “tirano, que mandou assassinar milhões de pessoas de seu próprio povo por ousarem discordar de sua figura sinistra”⁴⁶. Outros, em suas assertivas, colocavam a situação “dos que *combateram o terrorismo*” e de seus familiares como *condenados* a “um passado doloroso” esquecido pela sociedade, contrapondo-a com a “dos esquerdistas” para os quais, segundo Olavo de Carvalho, o futuro seria repleto de promessas, já que ainda havia “muitos dinheiros nos cofres públicos para ser gasto em indenizações”⁴⁷. O próprio Brilhante Ustra tecia as suas considerações ao destacar que “estava sendo julgado, apesar da Lei da Anistia” cuja validade, acreditava, seria revogada em breve, “assim como aconteceu na Argentina, no Chile e no Uruguai” e advertia “aos seus”: “Sou o primeiro!!! Mas, não se iludam, amanhã serão outros”⁴⁸.

*Vingança dos esquerdistas, combate ao terrorismo, vencedores-vencidos... Imposturas do Revanchismo*⁴⁹. Uma faixa destacava: “Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se opor a *agitadores e terroristas* de armas na mão, para que a *Nação* não fosse levada à *anarquia*”⁵⁰. Por esse

Silêncio” e “A Verdade Sufocada”. Como desdobramento, em 2008, o coronel foi considerado *torturador* pela justiça. Apesar de não ser uma ação criminal, esta teve um grande valor simbólico devido ao seu pioneirismo.

⁴⁵As citações, muitas delas em paráfrase, foram retiradas de: CARVALHO, Olavo. “Abolindo a Inquisição”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de junho de 2006. Disponível em: <http://www.jornaldobrasil.com.br/newsarchive/> Vídeo do almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em Brasília, novembro de 2006. A Verdade Sufocada. Visto em 05/12/2011 às 17:58. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=294&Itemid=74

⁴⁶ Discurso proferido por Jarbas Passarinho no almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 21 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=1

⁴⁷CARVALHO, Olavo. *Anistia?*, 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061114dce.html>. [Grifos meus].

⁴⁸ BN- Discurso proferido por Carlos Alberto Brilhante Ustra no almoço em sua solidariedade, 25 de janeiro de 2007. In: *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, abril de 2007, p. 22-23.

⁴⁹ A Verdade Sufocada- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Contestações às injúrias e difamações contra mim*, 2008. Disponível: <http://www.averdadesufocada.com.br>. Consultado em: 19/09/2011 às 18:24.

⁵⁰ A frase original foi do Ministro do Exército (1979-1985) Gal. Walter Pires de Carvalho e Albuquerque. Vídeo do almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em Brasília, novembro de 2006. 2006. A Verdade Sufocada. Visto em 05/12/2011 às 17:58. Disponível em:

caminho seguiam os argumentos. Nas palavras de Passarinho, o Coronel Ustra “honrou o compromisso que jurou ao receber a espada de Oficial” e “defendeu a pátria que nos ensinou Ruy Barbosa” por fim ““não ser um sistema, nem uma seita, nem uma forma de governo, mas sim o ceu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade””⁵¹.

Assim, enalteciam aqueles que foram agentes da ditadura como os detentores de *valores morais e políticos* superiores aos dos indivíduos que haviam participado da luta armada, da contestação aos governos militares e, principalmente, àqueles beneficiados pela chamada *justiça de transição*⁵², bem como aos militantes de esquerda que passaram a ocupar cargos políticos no período de democratização. Se havia a acusação de tortura, contrapunham-na ao terrorismo e à “anarquia dos esquerdistas”. No entanto, esses discursos não olhavam apenas para o passado. A ideia pautada nas palavras proferidas ao “homem patriota” o colocava como *vítima* de um pacto “entre a mídia e os *maîtres a pense*, a autoproclamada intelectualidade brasileira”, cujo objetivo – de “recontar a história dos governos militares como os ‘anos de chumbo’, um combate sujo dos sangrentos militares contra os bondosos *herois*, combatentes da liberdade e da democracia” – estava sendo alcançado, já que “o eleitorado, fascinado colocou os tais herois lá: primeiros os *tucanos*, depois os *carcamanos*”; acrescentando ser este “um pacto sinistro pelas duas acepções da palavra: por ser simultaneamente terrível e de esquerda”⁵³. Argumentos fortemente marcados pelo antigo *anticomunismo*, mas, atualizado, com novas roupagens, ligado aos embates do presente.

Porém, esses discursos não foram forjados “no calor do momento”.

http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=294&Itemid=74. [Grifos meus].

⁵¹ A Verdade Sufocada- Discurso proferido por Jarbas Passarinho no almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 21 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=1

⁵² É um conceito derivado das ciências jurídicas, cunhado no âmbito dos processos de redemocratização, cujo significado está diretamente relacionado com a luta por reparação e justiça. Por indicação de diversas instituições ligadas a questão dos direitos humanos, a justiça transicional implica numa série de medidas para tratar o legado da violência de regimes autoritários e totalitários, por exemplo: processos aos perpetradores, políticas de verdade e reparação às vítimas, o direito à memória, reforma de instituições que ainda guardem resquícios e formas de atuação autoritárias, entre outros. Essas medidas são aplicadas de diferentes formas, de acordo com a cultura política, a conjuntura nacional e a correlação de forças de cada país. No Brasil, é implementada de forma gradativa, principalmente a partir da década de 1990, com ênfase na reparação simbólica, trabalhista e pecuniária às vítimas da repressão do Estado ditatorial. No caso brasileiro, não há punições. Cf. “Dossiê: O que é Justiça de Transição?” In: *Revista da Anistia. Política e justiça de transição*. n. 1, janeiro-junho, 2009.

⁵³ Mídia Sem Máscara- PAOLA, Heitor de. “Quem tem Medo do Coronel?”, *Mídia Sem Máscara*, 03 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.midiasemmascara.com.br/artigos.php?sid=4940>. Acessado em 13 de junho de 2008 às 18:09. [Grifos meus].

Ustra foi homenageado não só por solidariedade ou amizade, Passarinho proferiu o discurso, nas palavras do próprio Brilhante Ustra, devido à “inteligência, prudência, coerência e a dignidade com que sempre se portou ao longo da sua vida pública” e Olavo de Carvalho, “o professor”, como o chamam, teve destaque por sua trajetória literária, em que dedicou uma boa parte de seus escritos para a crítica às esquerdas. Ou seja, são indivíduos com a autoridade reconhecida, neste meio, como aqueles que conseguem “ser ouvidos” ao sair do espaço de seu *campo legitimador*. A faixa estendida, em meio ao evento, era obra da Organização Não-Governamental Terrorismo Nunca Mais. Diante desse quadro brevemente esboçado, duas perguntas tornam-se fundamentais: Quem foram esses que se reuniram para apoiar Brilhante Ustra? Como Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho chegaram à posição de *porta-vozes*?

De acordo com Elizabeth Jelin, a memória é uma construção social que se alimenta de diversas narrativas, assim, decorre daí a necessidade de analisar aqueles que narram e o *lugar* que lhes outorga autoridade de proferir um discurso, já que o poder das palavras está, muitas vezes, em quem representam e nos processos que as legitimam⁵⁴. Dessa forma, pretende-se neste capítulo fazer uma apresentação do *lugar* ou *lugares* de onde emanam os discursos pautados por esses que intitulo como *intelectuais de direita*; interessa pensar suas características, como eles se veem e por quais caminhos Jarbas Passarinho, Olavo de Carvalho e Brilhante Ustra conseguiram se destacar como porta-vozes de uma causa.

1.1- Breves considerações sobre o campo

Entre os presentes na confraternização, que ficou conhecida como “almoço dos 420”⁵⁵ – em referência ao número de participantes – e também daqueles que escreveram a favor do Coronel em jornais e sítios virtuais, havia militares da reserva e civis que se solidarizaram com Ustra para além de uma simpatia ou espírito corporativo, guardada a importância deste último ao meio castrense⁵⁶. Eram indivíduos que desde a década de 1980, através de textos e narrativas, interviam no espaço público para tecer forças contra o que intitulam de *memória*

⁵⁴ JELIN, Elizabeth. “Memorias en Conflicto”. In: *Revista Puentes*, Buenos Aires, n.1, agosto de 2000, p. 10./ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

⁵⁵ Figuras 3 e 4 no anexo 4 da dissertação, página 234.

⁵⁶ Referente ao meio militar. Para uma análise importante sobre a formação militar e o corporativismo, ver em: CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

da esquerda, leia-se, aquela que contrasta com as referências e ideias por eles pautadas; ou seja, ante um quadro em que, gradativamente, o ideário dos *anos de ouro*, da memória do triunfo, “da revolução vitoriosa de 1964”, deixava espaço para a *soturna* lembrança dos *anos de chumbo*, da repressão, dos embates, perseguições, torturas...⁵⁷

De acordo com Eduardo Heleno Santos, foi nesse período que começaram a se formar grupos, não só por membros das Forças Armadas, com o intuito de discutir as prerrogativas militares no pós-ditadura e para defender uma visão positiva sobre o golpe de 1964 e o regime estabelecido. Aqui, a ênfase será na última questão⁵⁸. Na base dessas entidades estavam indivíduos que vivenciaram de diferentes formas a fase de exceção, alguns como figuras importantes que participaram em esferas diversas de atuação do Estado, outros que foram membros efetivos dos governos, terceiros, civis que desde os anos 1960 se articulavam em coletivos de direita – que apoiaram o golpe de 1964 – e por fim, ao contrário dos anteriores, aqueles que outrora pertenceram a grupos e partidos de esquerda. Entre estes havia médicos, políticos, professores, escritores, militares de diversas formações... Muitos deles sócios ativos do *Clube Militar*.

No entanto, visto que seria superficial “determinar mecanicamente a relação entre uma opinião expressa e o pertencimento a um meio ou a um grupo social”⁵⁹, entende-se que as palavras proferidas em defesa de Ustra partiram daqueles que, para além dessas entidades coletivas – das quais não necessariamente eram membros – formavam uma *comunidade argumentativa*⁶⁰. Isto é, através da publicação de livros, autobiografias, artigos em periódicos e sítios virtuais, ofereciam reflexões sobre a memória da ditadura e, principalmente, elaboravam uma versão desse passado recente sem o peso negativo de questões como a

57REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O Golpe e a Ditadura Militar 40 anos Depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004. / CORDEIRO, Janaína. “Anos de Chumbo ou Anos de Ouro? A memória social sobre o governo Médici”. In: *Estudos Históricos*, n.43, 2009.

⁵⁸No que tange a parte militar desses grupos é importante ressaltar que estes não são formados por todos militares da reserva, mas sim por uma parcela. Ver em: SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Op. Cit.*

⁵⁹Tradução livre, citada em paráfrase, sobre: «On ne peut pas sérieusement s'appuyer sur un déterminisme mécanique entre l'opinion exprimée et l'appartenance à un milieu [...] ou à un groupe social, aussi structuré soit-il». Cf. LABORIE, Pierre. “De L'Opinion Publique à L'Imaginaire Social”. In: *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 18, avril-juin 1988, p. 107. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/xxs_0294-1759_1988_num_18_1_4857.

⁶⁰ Ao falar em Comunidade argumentativa, pretende-se destacar um espaço em que autores partilham vocabulários e usos de uma determinada retórica; onde estabelecem estratégias, organizam ideias e discursos cujo objetivo é interferir e mudar os rumos dos debates em que estão inseridos. Onde é o discurso, bem como o motivo pelo qual o constroem, que dá unidade (que não quer dizer homogeneidade) a determinados intelectuais engajados nos embates políticos de sua época. Para o aprofundamento do termo, ver em: POCOOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 63-83.

tortura, os desaparecimentos políticos e a repressão. Buscava-se assim relativizá-las ou justificá-las de diferentes formas – como aparecem nos trechos citados no início deste capítulo. O interesse era disputar a *opinião pública* e “resgatar a verdadeira história da Revolução de 1964” e “*mais uma vez opor-se a todos aqueles que ainda teimam em defender os referenciais comunistas travestidos como se fossem democráticos*”⁶¹.

Da batalha das armas ao embate das letras. Nas palavras de Olavo de Carvalho era o “esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais” já que, segundo o autor, “deixados à vontade no seu feudo”, “os derrotados de 1964 obtiveram assim uma vingança literária”⁶². Ao apontarem como alvo de críticas não só aqueles que ocupam cargos políticos ou partícipes de frentes de lutas por verdade e justiça, mas, principalmente, a *intelligentsia* – termo muito utilizado por Passarinho para designar o que dizia serem “os que odiavam Hitler e justificavam as monstruosidades de Stálin” – esses indivíduos definem *para si* uma atitude intelectual⁶³. Como lembra Norberto Bobbio:

Quem fala dos intelectuais desempenha, pelo fato mesmo de assim agir, uma função que habitualmente cabe aos intelectuais; torna-se, ao menos naquela ocasião, um intelectual. [...] Não é preciso ser médico para falar de medicina, ou jóquei para falar de hipismo. Mas, não se pode falar de intelectuais sem fazer o que habitualmente fazem os intelectuais [...]⁶⁴

Mas, no caso, não se trata apenas de uma atitude momentânea.

Considerando a fluidez e a pluralidade do conceito de intelectual, aqui definido não só em termos de engajamento, mas também pela habilidade de elaborar críticas e *mediá-las* com a sociedade, como destaca Jean François-Sirinelli, muitas vezes é uma atitude comum encontrar indivíduos que não se assumem enquanto intelectuais, mas que na prática não hesitam em tecer armas para disputar e reivindicar a “função cívica” de intervir nos debates “da cidade” – semelhante à forma como tais autores, muitas vezes, tomam partido no caso da memória do período ditatorial⁶⁵. Nesse sentido, é exemplar uma passagem em que Ustra

⁶¹ TERNUMA. “Apresentação”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>. Consultado em: 10/05/2010 às 15:27. [Grifos meus].

⁶² BN- CARVALHO, Olavo. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

⁶³ PASSARINHO, Jarbas. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005.

⁶⁴ BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 8.

⁶⁵ SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 255-256.

afirma: “Chega de Silêncio! Escrevam. Façamos como eles, mesmo não sendo escritores”⁶⁶. *Vítimas do revanchismo esquerdista*. Esse é o ponto de partida para disputarem a memória do regime civil-militar, para se colocarem nas discussões e expor suas ideias no *espaço público*.

Entretanto, a *legitimidade da ação* se define para além da oposição ao “outro” (aos valores do outro) e perpassa também a proposta de uma leitura possível sobre o passado. Isto é, se criticam aqueles que estão à esquerda no espectro político, fornecem também uma versão que, nas palavras do General Agnaldo del Nero Augusto, visa “manter viva a chama do episódio que possibilitou à Pátria permanecer livre e democrática” ao vencer “os comunistas e espertalhões a eles agregados, que derrotados hoje escrevem essa *mitologia de nossa história*”⁶⁷.

Cabe ressaltar que os modos de produção desses discursos seguem caminhos diferentes de acordo com cada autor – seja por sua formação, atuação, itinerário, em suma, por sua visão de mundo. Ao inserir esses indivíduos numa *comunidade argumentativa*, não significa tratar-se de um espaço homogêneo ou de um grupo, mas de narrativas que competem, apesar das afinidades, para se imporem como legítimas. Trata-se de *intelectuais* que se pretendem *porta-vozes*, concorrentes em um *campo* que ao mesmo tempo os legitima e também pode destituí-los. Para expressar suas reflexões, símbolos, concepções e, dessa forma, serem aqueles reconhecidos como aptos a tentar agir fora dos limites de seu *lugar* legitimador, esses intelectuais buscam estratégias diversas para afirmar suas ideias. Convergem numa causa, mas a esta atribuem significados distintos e, em meio a esse espaço de conflito, em que podem ser aceitos ou recusados, buscam ser aqueles “que conseguem agir com a palavra em relação a outros agentes”⁶⁸. Este foi o protagonismo – como será demonstrado mais a frente – alcançado por Jarbas Passarinho, Brilhante Ustra e Olavo de Carvalho.

O “caso Ustra” foi um momento em que esses discursos vieram a público de forma sistemática. E, entre várias declarações, Heitor de Paola fez uma consideração interessante para essa pesquisa, ao reclamar em um texto que o livro do Coronel “A Verdade Sufocada” foi “alvo de ataques e... silêncio, sobretudo, silêncio” – referência à mídia, as livrarias e

⁶⁶ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A Verdade Sufocada*. Brasília: Editora Ser, 2007, p. 566.

⁶⁷ Há alguns trechos em paráfrase, ver em: AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. “Negligência Histórica”, 30 de março de 2006, disponível em: <http://www.averdadesufocada.com.br>. Acessado em: 22 de julho de 2009 às 14:15. [Grifos meus].

⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. “A Linguagem Autorizada. As condições sociais da eficácia do discurso ritual”. In: _____. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 89./ _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

editoras – concluía seu argumento afirmando “*que falar mal da esquerda é permitido, mas jamais defender a direita*”⁶⁹. Essa passagem aponta para uma questão delineada desde o início desse capítulo, ou seja, se por um lado esses indivíduos compõem uma direita que se define em contraponto ao outro, à esquerda, o prefixo “anti” – por outro também são propositivos, através da rememoração do golpe de 1964 e da ditadura trazem à baila e defendem certos valores.

Esta não é uma direita homogênea. Pode-se dizer que, neste meio, alguns indivíduos não se assumem como de direita. Contudo, ao buscar delimitar quais seriam os limites deste *campo*, torna-se necessário inventariar algumas características que permite pensá-los como tal. Como já o fez Jarbas Passarinho, numa apropriação das palavras de Rui Barbosa, ao afirmar “a pátria não ser um sistema, nem uma seita, nem uma forma de governo”, mas sim “o ceu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade”⁷⁰. Em maior ou menor grau, surge o nacionalismo, o tradicionalismo, o conservadorismo, a defesa da ordem e da segurança nacional e em alguns casos a religião e a família, mas principalmente o “anticomunismo”, já que muitos desses temas vinham a ele associados. Palavras-chave que por si só não qualificariam uma direita, mas que dentro desse contexto – das batalhas pela memória da ditadura – e diante da atitude de contraposição à esquerda, permitem adjetivá-los de tal maneira⁷¹.

1.2- Da batalha das armas ao embate das letras: Os primeiros trabalhos nos anos 1980

Carlos Alberto Brilhante Ustra nas páginas finais de seu livro “A Verdade Sufocada” conclamava:

⁶⁹ PAOLA, Heitor de. “Quem tem Medo do Coronel?”, *Mídia Sem Máscara*, 03 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.midiasesmascara.com.br/artigos.php?sid=4940>. Acessado em 13 de junho de 2008 às 18:09. [Grifos meus].

⁷⁰ A Verdade Sufocada- Discurso proferido por Jarbas Passarinho no almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 21 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=1

⁷¹ Pois, como afirma Norberto Bobbio, *direita e esquerda* compõem uma “díade antitética” que há séculos tem sido empregada para designar diferenças entre movimentos políticos e o contraste entre ideologias, no sentido de que não podem existir indivíduos ou grupos que pertencem simultaneamente aos dois lados. Cf. BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 49-50.

[...] Chega de Silêncio! Escrevam. Façamos como eles, mesmo não sendo escritores. Eles já têm centenas de livros publicados e bem difundidos. É preciso não deixar que os vencidos continuem escrevendo a história⁷².

Na verdade, Ustra já não falava sozinho. Em 1986, ainda no período de transição democrática, Marco Pollo Giordani, então Tenente-Coronel do Exército, lançava o livro intitulado “Brasil Sempre”, cujo objetivo, nas palavras do autor, era contrapor aqueles que “numa manifestação clara de revanchismo” e “ocupando posições de mando, acusando ‘torturadores’”, tanto “se fizeram, se projetaram e, desonestamente, enriqueceram, enxovalhando e distorcendo os sublimes objetivos da *Revolução* de 1964”. Entre vários agradecimentos, dedicava seu trabalho aos jovens que afirmava serem as maiores *vítimas* das “opressões e consequências das doutrinas alienígenas”⁷³. Giordani foi membro do destacamento do DOI-CODI de Porto Alegre, salientando estes como “os anos mais felizes e profícuos de toda a [sua] vida militar”. Ressaltava na introdução de “Brasil Sempre” que a “decisão em escrever o livro decorreu – dentre outros motivos – essencialmente da edição de ‘Brasil: Nunca Mais’” caracterizando-o como um “faccioso relato de um pretenso grupo de especialistas”⁷⁴.

O projeto “Brasil Nunca Mais”, inspirado no informe *Argentina Nunca Más* – pioneiro na América Latina – foi organizado pelo cardeal Paulo Evaristo Arns, da Arquidiocese de São Paulo e James Wright, pastor presbiteriano, além de ter apoio da organização internacional intitulada Conselho Mundial de Igrejas. Entre finais dos anos 1970 e início dos 1980, uma equipe do projeto conseguiu reunir mais de cinco mil páginas de testemunhos que foram organizados em um livro de título homônimo, lançado em julho de 1985. Este “documento” firmou-se como o alicerce e principal ponto de referência da memória militante de esquerda organizada ao longo dos anos 1980 e 1990. Isto é, uma das realizações mais importantes e de maior êxito no que concerne às tentativas de fazer frente à (uma) memória (positiva) da ditadura civil-militar⁷⁵. *Brasil: Nunca Mais* se tornou um *best-seller* e a partir do impacto que causou na opinião pública contribuiu para que o Brasil ratificasse a Convenção Contra Tortura⁷⁵. Porém, uma das grandes repercussões do PBNM foi apresentar uma lista com codinome de torturadores, na qual Ustra é citado sob o título de “Major Tibiriçá”.

⁷²USTRÁ, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 566.

⁷³GIORDANI, Marco Polo. *Brasil Sempre*. Porto Alegre: Tchê!, 1987, p. 7-9.

⁷⁴ Idem, p. 100./ Ibidem.

⁷⁵Cf. BRITO, Alexandra Barahona de. “Verdad, justicia, memoria y democratización en el cono sur”. In: BRITO, Alexandra Barahona de; FERNANDEZ, Paloma Aguilar & ENRIQUEZ, Carmen González (eds.). *Las*

Assim, ao escrever “Brasil Sempre”, o Tenente-Coronel, pioneiramente, trazia à tona um tipo de intervenção e disputa cujo *locus* era o espaço público e os principais objetivos, segundo o autor, seriam os de “antes de tudo, mostrar a parte *esquecida*” e defesa “às nossas tradições e à nossa ideologia de homens livres”, para resguardar o Brasil “dos tentáculos opressores do comunismo”⁷⁶. Através do livro pretendia confrontar o que dizia serem “recomendações impensadas de esquecimento do passado”, tanto “de políticos e até mesmo de autoridades militares”, mostrando “a real experiência do contato permanente com a subversão” – num testemunho que reivindica para si o caráter de verdade sobre um determinado acontecimento⁷⁷. Conclamava “uma arrancada Nacional direitista” que fosse “capaz de arrebatá-los todos os segmentos conservadores e tradicionais dessa grande Nação”; no tocante à dita “ameaça esquerdista” pautava-se no argumento de que era preciso “*vencê-los através das ideias e das urnas, para evitar vencê-los através das armas*”⁷⁸.

Essa referência a uma *batalha das letras* abre um leque de possibilidades para compreender e mapear os limites de um campo que começou a se configurar a partir desta publicação de Giordani e num contexto de crescente produção de memórias sobre os *anos de chumbo*. Pode-se dizer que um dos elementos estruturantes desse campo reside no fato de que – como veremos adiante – eles se constituem em contraposição a tais memórias que então se multiplicaram.

Não se trata de afirmar uma ausência de batalhas de memórias ou discursos em defesa da ditadura publicados antes do livro de Giordani; figuras públicas como os colaboradores civis Luís Viana Filho, chefe da casa civil de Castelo Branco e Daniel Krieger, senador durante o governo de três presidentes militares, lançaram seus testemunhos em 1975 e 1976, respectivamente. Seguindo mesmo caminho, Jayme Portella de Mello, chefe do gabinete militar de Costa e Silva, e Hugo Abreu, com mesma função do anterior só que no governo de Geisel, publicariam suas narrativas em 1979⁷⁹. Numa previsível parcialidade, essas descrições

Políticas Hacia El Pasado: Juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias. Madrid: Ediciones Istmo, 2002, p. 203.

⁷⁶GIORDANI, Marco Pollo. *Op. Cit.*, p. 8-10. [Grifo meu].

⁷⁷Idem, p. 14/7.

⁷⁸Idem, p. 243. [Grifo meu].

⁷⁹ Em 1978, também foi publicada uma obra memorialística póstuma de Olympio Mourão Filho (1900-1972), Ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) do Governo de Castelo Branco (1964-1969) e um dos protagonistas do Golpe de 1964 – no comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediados em Juiz de Fora (MG), deu início ao movimento de tropas que afastou Goulart da presidência. Sobre os livros citados, ver em: VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975./ KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões... Saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976. /

se propunham expor assuntos dos “bastidores” do regime, cisões internas, alusões a uma dicotomia entre “linha dura” e “moderada”, em suma, eram relatos organizados por aqueles que vivenciaram e tiveram participação direta nas esferas de comando do estado ditatorial⁸⁰. Não obstante, outros indivíduos reunidos no “Clube Militar” e em editoriais de periódicos – como o “Ombro a Ombro” e “Letras em Marcha”, de circulação interna às Forças Armadas – algumas vezes conseguiam espaço na grande mídia para expor suas ideias e demandas, nas quais a tônica era de crítica ao tratamento dado pelos governos estabelecidos no período democrático às prerrogativas militares, nesse caso, a memória da ditadura surgia sob uma veste saudosista.

Diante de tal quadro, a novidade da obra de Giordani residia no fato de dar a ver uma memória que “elogiava e valorizava o trabalho e o poder político da comunidade de informações”⁸¹. Ademais, ainda no bojo da Anistia, pretendia narrar a parte “esquecida” do período de exceção, rompendo com uma atmosfera de silêncio, por parte daqueles que defendiam uma imagem positiva da ditadura no que concerne a questões polêmicas como a tortura e os demais crimes cometidos por agentes do Estado, justificando e relativizando “pretensas necessidades inexoráveis de repressão”⁸². O que se tornava público eram as ideias de um homem dos “porões”⁸³ da ditadura, partícipe do combate direto à luta armada, uma

MELLO, Jayme Portella. *A Revolução e o Governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979./ ABREU, Hugo. *O Outro Lado do Poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979./ MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

⁸⁰ FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004.

⁸¹ Ao falar em Comunidade de informações e segurança torna-se de suma importância caracterizá-las e diferenciá-las entre si. Como destacou Carlos Fico, o que se convencionou a chamar de “comunidade de informações”, consagrado pelo uso como um todo homogêneo, na verdade, abarca setores interligados, no entanto, com funções diferentes e atividades específicas; “embora absolutamente correlacionadas, as atividades de informações e as de segurança – vale dizer, a espionagem e a repressão – eram normatizadas, coordenadas e executadas em esferas próprias”. Assim, estas estavam divididas em dois grandes sistemas: O Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN). O primeiro era voltado para o recolhimento de informações, espionagem e, como ressalta Fico, “os agentes de informações desenvolveram técnicas de trabalho capazes de gerar culpados compatíveis com o forte sentimento anticomunista”. O órgão central desse sistema era SNI (Sistema Nacional de Informações) e mantinham contatos com os órgãos de informação específicos de cada Arma. Já o segundo estava diretamente relacionado com a estrutura da repressão. Apesar do SNI ter patrocinado as prisões e interrogatórios, foram criadas (no âmbito do SISSEGIN) seções especializadas para a prática repressiva, foram essas: O CODI, voltado para o planejamento e a coordenação das medidas de defesa interna, o DOI, criados para o combate direto com os “subversivos”, constituía-se em um organismo com capacidade de adaptação a diferentes situações de “combate ao comunismo”, além do ZDI (Zona de defesa interna) e os CONDI (Conselho de Defesa Intena). Cf. FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 71-143. Já a citação no parágrafo é de: GIORDANI, Marco Pollo. *Op. Cit.*, [capa].

⁸² FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2004, p. 24.

⁸³ Cumpre ressaltar que ao usar este termo não estou em acordo com o argumento de que as violências e os ditos “excessos” ocorreram fora do olhar daqueles envolvidos na administração dos governos ditatoriais. É importante lembrar o fato da hierarquia e a obediência serem importantes componentes da formação militar e que esses órgãos foram criados e tinham gerais ligados aos gabinetes ministeriais como responsáveis por suas diretrizes.

memória do DOI/CODI. Aqui abre-se a antítese entre *vencedores-vencidos* e *vencidos-vencedores*, qual seja, a máxima de que “os vencedores pelas armas não pregavam o perdão, que pressupõe arrependimento, mas o esquecimento mútuo, fundamental para reconciliação”, nas palavras de Passarinho, a ideia de que ante a isso “só os vitoriosos esqueceram”, ou seja, aqueles que fizeram parte de esferas do governo durante o regime; argumento que marca a forma como esses indivíduos entram no debate e nas disputas de memória do regime civil-militar, a saber, apresentando suas narrativas como resposta ao que seria um *revanchismo* de esquerda⁸⁴.

Porém, Giordani não foi uma voz isolada. Ainda nos anos 1980, mais especificamente em 1987, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra lançou o livro “Rompendo o Silêncio. OBAN- DOI/CODI. 29 Set 70- 23 Jan 74 85”. Como explícito no título, o trabalho de Ustra aborda o período em que comandou o DOI/CODI do II Exército de São Paulo e o autor dedicava-o aos:

[...] abnegados e queridos comandados, que respondendo ao chamado da Pátria, não hesitaram em lutar com honra, com bravura, com coragem e dignidade para *extirpar* o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranquilidade do Brasil. [...] que cumprindo ordens minhas [Ustra] enfrentaram aqueles brasileiros fanatizados e tombaram ou que ficaram inutilizados nessa “guerra suja”⁸⁶

De forma geral, assim como na obra “Brasil Sempre”, Ustra pretendia contar “a verdadeira história sobre alguma coisa daquilo que ocorreu no que alguns chamam “os porões da tortura”. Para balizar seus argumentos afirmava, na introdução do livro, “não entrar em polêmicas ou debates ideológicos” ressaltando que pretendia “contar apenas aquilo que os jovens desconheciam e alguns não queriam lembrar”⁸⁷. O coronel, de maneira semelhante a Giordani, também escreveu seu texto em resposta às denúncias apresentadas no livro (e projeto) “Brasil Nunca Mais”, no entanto a narrativa de Ustra estava inserida num contexto um pouco diferente. Quase dois anos antes do lançamento de “Rompendo o Silêncio”, em agosto de 1985, Bete Mendes, então Deputada Federal pelo Estado de São Paulo – e

Pode-se considerar certa autonomia dessas comunidades, porém, sem perder de vista a convivência e até mesmo, como destaca Fico, em última instância, uma omissão dos Chefes de Estado. Para além, o termo foi usado com intuito de salientar qual é o lugar, nesses discursos, dos crimes decorrentes da repressão de Estado. A saber, o obscuro e o silêncio. Cf. FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001.

⁸⁴ BN- PASSARINHO, Jarbas. “A incoerência”. In: *O Estado de São Paulo*, 20 de novembro de 2001, Caderno A, p. 2.

⁸⁵ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*. Distrito Federal: Editerra, 1987.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ *Ibidem*. [Grifo meu].

nacionalmente conhecida por ser atriz da Rede Globo de televisão – integrava a comitiva do presidente José Sarney que cumpria uma visita de dois dias em Montevideu. Nada haveria demais se Bete Mendes não tivesse encontrado com Brilhante Ustra, a quem ela reconheceu como o “Doutor Tibiriçá”, o homem que comandava as seções de tortura no período em que esteve detida na sede do II exército paulista. O caso envolvendo Ustra e a Deputada repercutiu amplamente na imprensa brasileira e uruguaia, ganhou capa em revistas e jornais:

Em carta emocionada ao presidente José Sarney, a deputada Bete Mendes denunciou ontem que o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, Adido Militar da Embaixada do Brasil no Uruguai – onde Bete esteve essa semana, na comitiva do presidente – a torturou em São Paulo, em 1970 [...] Ustra é o 18º nome da lista de pessoas que torturaram diretamente presos políticos [...] apresentadas ao congresso no dia 6 pelo deputado José Genuíno (PT-SP) [...] O reverendo James Wright, que trabalhou no projeto *Brasil: Nunca Mais*, confirmou a inclusão do nome de Ustra na relação elaborada pela arquidiocese. Segundo Wright, Ustra era o chefe do DOI-CODI paulista na época que seu irmão, Paulo Stuart Wright, desapareceu [...] ⁸⁸

Diante desse quadro, numa evidente tentativa de oposição à atitude tomada por Bete Mendes, o autor destacava que escrevera “Rompendo o silêncio” “por um dever de consciência”, enfatizando não ter por intenção “reacender ódios ou revanchismos”. Nas suas palavras, tratava de “restabelecer a verdade” diante de acontecimentos que, ressaltava, distorciam a História do Brasil⁸⁹; como exemplifica o seguinte trecho:

[...] jamais me perdoarei por omitir fatos que permitam julgar, de forma isenta e imparcial, uma época da História do Brasil, onde se deram profundas modificações na vida política e socioeconômica. [...] A esquerda, distorcendo os fatos, os conta a seu modo, visando assim a iludir a opinião pública, procurando conquistá-la, fazendo-se de vítima [...] ⁹⁰

A narrativa de Ustra, mais “comedida” que a de Marco Pollo Giordani, não clamava por um movimento de direita ou fazia referência a um possível combate de armas no futuro. Mas expunha argumentos balizados numa visão anticomunista e de contraposição ao que considerava agentes da esquerda, nos termos do autor, “não se combate terrorismo com flores, mas com coragem, tenacidade e objetividade”, ressaltando, pois, que lutara com pessoas “das quais por ideologia, por ignorância ou por fanatismo, praticaram os maiores e mais horrendos

⁸⁸ BN- Deputada Denuncia Adido no Uruguai como seu Torturador. *Jornal o Globo*, Sábado, 17 de agosto de 1985, p. 1-2.

⁸⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987, [s/p].

⁹⁰ *Ibidem*.

crimes”⁹¹. Desse modo, afirmara que era “caluniado, achincalhado, vilipendiado” e “comparado aos assassinos nazistas” por aqueles que, em suas palavras, visavam “escrever a história como um panfleto, diferente da realidade”, enfatizando que por essas razões tinha “o dever de ir a público para esclarecer muitos fatos”⁹².

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o Tenente-Coronel Marco Pollo Giordani, ao intervirem no espaço público para legitimar uma imagem positiva da ditadura, fizeram-na – como esboçado anteriormente – sob o olhar daqueles que foram figuras ativas das comunidades de informações e segurança. Nessa primeira investida, a questão dos crimes cometidos por membros do Estado ditatorial foi pautada numa clara defesa, não só da imagem do golpe de 1964 ou do regime civil-militar, mas daqueles que integraram os “órgãos encarregados de fazer espionagem e reprimir brasileiros considerados ‘subversivos’”, ou, nos termos de Giordani, “especializados, para o enfretamento cada vez mais temerário dos *terroristas*”⁹³.

Em suas narrativas construíram um discurso onde os que compunham tais espaços – em especial os DOIs – eram apresentados como os reais conhecedores das práticas dos grupos de esquerda que participaram da luta armada, no qual estes últimos apareciam caracterizados como *terroristas, fanáticos, assassinos, mentirosos...* Não obstante, balizavam seus argumentos na experiência, segundo Ustra, na vivência daqueles que “ante a incerteza e o perigo” e “atendendo ao chamado do Exército brasileiro”, logo “lutaram com coragem e abnegação no combate ao terrorismo”, conhecendo, assim, o que diziam ser um inimigo “militarmente treinado e disposto a tudo, para implantar, no Brasil, uma ditadura de esquerda”⁹⁴. Se por um lado, nas acusações como a de Bete Mendes e nas denúncias presentes no projeto “Brasil Nunca Mais”, foram expostos relatos de pessoas que tiveram contato direto com a repressão nos órgãos de segurança, por outro esses dois trabalhos (“Rompendo o Silêncio” e “Brasil Sempre”) tinham a pretensão de mostrar a versão daqueles que – nas palavras de Ustra – “cumpriram o seu dever com o risco da própria vida”.

Nesse sentido, exaltavam “a coragem, a determinação e a integridade dos homens de informações”, que “dedicaram partes de suas vidas ao combate do terror”, ressaltando como

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem.

⁹³ FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2001, p. 18./ GIORDANI, Marco Pollo. *Op. Cit.* p.99. [Grifo meu].

⁹⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987, [s/p].

uma atividade “de sacrifícios imensos, de *renúncias silenciosas*, dedicados exclusivamente ao Brasil – *no mais completo anonimato*”⁹⁵. Sob a veste de um discurso silenciado articulado à imagem de que estes teriam vivido abnegados e reclusos – ou seja, esquecidos – o livro de Brilhante Ustra, em conjunto com o de Giordani, trazem não somente uma justificação ou relativização das violações cometidas durante os *anos de chumbo*, mas são importantes para essa pesquisa na medida em que trazem à baila o olhar que os membros dos destacamentos de segurança e informação tinham não só do “outro” – daqueles que combatiam – mas também sobre o próprio regime do qual participaram e, especialmente, do lugar que ocupavam no Estado ditatorial.

Publicamente, esses autores buscam tanto afirmar como naturalizar temas e conceitos que formavam um painel complexo de associações e nuances, como o dito *revanchismo de esquerda*, a contraposição entre *tortura e terrorismo*, bem como a oposição entre *vítimas e perpetradores*. Tópicos como a luta armada e a repressão figuram como assuntos principais, com destaque para a lista de nomes que os autores apresentam como vítimas das “atividades de terrorismo praticadas por guerrilheiros comunistas”, muito semelhante com a encontrada no livro “Brasil Nunca Mais”⁹⁶. Convém observar que essa construção remete ao próprio *ethos da comunidade* – dos órgãos especializados em segurança e informação – como ressalta Carlos Fico, ou, nos termos de Ustra, o *espírito de corpo*, constituído sob a noção de “guerra interna” que identificava “inimigos internos” e superestimava sua capacidade ofensiva, como bem exemplifica a passagem do Coronel⁹⁷:

As organizações terroristas brasileiras lutavam dentro de um contexto de guerra revolucionária. [...] Uma guerra onde os militantes eram enquadrados por organizações terroristas muito bem estruturadas que recebiam do exterior armas, dinheiros e munições [...] ⁹⁸

No entanto, não se pode perder de vista que tais argumentos, forjados ao longo do período de exceção, começaram a se configurar enquanto memória valorizadora, em especial, do sistema de segurança no período de transição, ao mesmo tempo enaltecendo-o e justificando a sua criação. Nesta fase marcada pelo *difícil desmonte* do aparelho repressivo, a

⁹⁵ GIORDANI, Marco Pollo. “Prefácio”. In: *Op. Cit.* [s/p]/ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “Introdução”. In: *Op. Cit.* 1987, [s/p].

⁹⁶ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “Introdução”. In: *Op. Cit.* 1987, [s/p].

⁹⁷ FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 136./ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 286.

⁹⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987, [s/p].

“simples menção ao projeto de ‘distensão’ política gerou imensa reação interna nas comunidades de segurança e informação”⁹⁹. Nesse ínterim, ocorreram atos como os atentados à bomba nos prédios da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em 1976, e mais à frente, 1981, durante um show de Música Popular Brasileira (comemorativo ao Dia do Trabalhador) no Riocentro, marcos que contribuíram bastante para a desmoralização e decadência desses órgãos de vigilância política, em especial do DOI, órgão do qual faziam parte Ustra e Giordani¹⁰⁰.

As relações entre o processo de “abertura” e o desmonte do DOI-CODI são uma dimensão reveladora. Aqueles indivíduos que participaram principalmente do DOI – nas palavras do General Adyr Fiuza de Castro, “o braço armado da inquisição”¹⁰¹ – foram criadores e criaturas de um discurso ancorado na lógica do inimigo interno, mas perdiam de forma crescente seu espaço no período de distensão política¹⁰². Não se trata de reafirmar o argumento desses autores de que foram esquecidos e sim dar ênfase ao fato de que as ideias pautadas por Ustra e Giordani perpassam a perda de prestígio e identidade dessas comunidades no pós-ditadura¹⁰³. Ademais, numa breve observação, vale ressaltar que essas narrativas compõem *certa* memória – e não *a* memória – cunhada por integrantes desses órgãos, em especial dos Destacamentos de Operações e Informações.

Mesmo considerando que com o fim do período de exceção o que estava em questão, para setores das Forças Armadas, era manter a imunidade militar e a garantia de que não

⁹⁹ FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 211.

¹⁰⁰ Ainda nesse período ocorreram as mortes, no QG do II exército em São Paulo, de Vladimir Herzog em outubro de 1975 e de Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976. Noticiados na grande imprensa, tiveram ampla repercussão. O caso levou a demissão do General e comandante do II exército General Ednardo Dávila Melo.

¹⁰¹ Adyr Fiuza de Castro entrevista concedida a Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares, março de 1993. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Os Anos de Chumbo. Memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 59.

¹⁰² Digo “criadores e criaturas”, pois, como lembra Carlos Fico, os indivíduos que compunham essas comunidades, tal como um “corpo de especialistas”, produziram discursos que orientavam e justificavam suas práticas e a própria existência. Constituindo um campo de produção e circulação de mensagens, *relativamente* autônomo, “produtor de eficazes efeitos de sentido e convicção”, que deu base as suas ações e também ao silêncio dos ditos “moderados”, seguros pela atuação dessas entidades. Cf. FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 21.

¹⁰³ Vale ressaltar, que mesmo considerando uma queda de prestígio dessas comunidades de segurança não se pode perder de vista que a repressão continuou a atuar. Nesse sentido, como observou Samantha Quadrat, pode-se dizer que Geisel tomou medidas para “controlar” as comunidades segurança e não para extingui-las, já que, diante de um aumento da bancada de oposição ao governo no Congresso e de uma abertura cujos limites ainda não estavam bem definidos, tais comunidades tinham uma função simbólica e prática de controle da oposição. Cf. QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 55.

haveria o dito revanchismo, cumpre assinalar que aludir a tal diferenciação é importante¹⁰⁴. Pois, a partir da década de 1980, sob a noção de “porões da ditadura”, que desloca as responsabilidades de integrantes da administração direta (presidentes, ministros, senadores, entre outros) para uma dita autonomia dessas comunidades de segurança, pode-se dizer que a imagem mais negativada fora daqueles que integraram esses órgãos de execução das atividades de espionagem, das prisões e interrogatórios; numa versão em que as ações violentas teriam ocorrido sem a autorização dos Chefes de Estado¹⁰⁵. Interessante notar que, em depoimentos, alguns militares partícipes do regime buscaram desvincular as suas atuações com a de integrantes destes destacamentos, como o general Adyr Fiúza de Castro, numa tentativa de explicar as diferenças entre CODI e DOI:

Por que se fala em ‘DOI-CODI’, quando eram duas estruturas?
Porque os jornalistas crismaram assim. Está crismado e ponto. Eu tentei, em toda entrevista que dei aos jornalistas, desmanchar o equívoco. **Jamais** fui comandante do DOI. Sempre foi um tenente-coronel comandante do CODI¹⁰⁶.

Convém fazer a ressalva de que retomar essa construção de uma memória, cujos crimes cometidos pelo Estado ditatorial encontram-se vinculados especialmente aos membros dos órgãos de repressão, permite inserir suas narrativas num contexto de decadência dos espaços de atuação que marcaram suas carreiras militares e, para além, destacar que, de certo modo, estes indivíduos deram voz à figura “abstrata”, sem rosto, do torturador – especialmente no caso de Ustra. Nesse sentido, nos trabalhos dos dois autores, é notável a preocupação em deixar registros para as novas gerações, contrapondo não só o que entendem

¹⁰⁴ Nesse sentido, ao voltar o olhar para atuação de setores do Exército durante a abertura, não se pode perder de vista que, apesar dos imensos conflitos internos, durante *a volta aos quartéis* “nenhum grupo poderia reivindicar bravuras ou denunciar interesses escusos”; o que estava em questão era responder coesamente pelo papel político exercido durante o regime civil-militar. Cf. D’ARAÚJO, Maria Celina. “Política e corporativismo militar no Brasil”. In: Anais Eletrônico do Primeiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa. ABED. 19 a 21 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/maria_celina_27-8-07.pdf

¹⁰⁵ Também é importante observar que, após a ditadura, alguns membros do exército ligados a setores de informação (SNI e CIE), bem como do CODI, continuariam a exercer funções na “nova república” como, por exemplo, o Gal. Leonidas Pires Gonçalves – em 1974 assumiu como chefe de Estado-Maior do I Exército, que implicava em ser responsável pelo CODI, e no governo de Sarney (1985-1990) foi Ministro do Exército – numa continuidade que não ocorreria da mesma forma para os integrantes do DOI.

¹⁰⁶ Em outros depoimentos essa separação também aparece. A citação do texto está conforme: Adyr Fiúza de Castro entrevista concedida a Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares, março de 1993. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Op. Cit.* 1994, p. 58. [Grifo meu]. Para um aprofundamento ver depoimentos em: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *A Volta aos Quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995./ COUTO, Ronaldo Costa. *Memória Viva do Regime Militar: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

como fatores positivos da ditadura àqueles que consideram aspectos negativos do processo de redemocratização, mas principalmente o ensejo de tecer uma imagem do regime sob o olhar daqueles que, nas palavras de Ustra, “lutaram diariamente enfrentando o terrorismo”¹⁰⁷. Isto tem o papel de constituir uma memória positiva do regime civil-militar através da defesa dos métodos e atuação das comunidades de segurança. Uma disputa de passado e futuro.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que, para ambos os autores, há uma preocupação em realçar uma dita “autonomia” das reflexões neles pautadas, enfatizando-as como fruto de “pesquisa solitária, de anotações de dados e ensinamentos adquiridos através da vivência diária”¹⁰⁸; nas palavras de Ustra:

Para a elaboração deste livro trabalhei praticamente sozinho. Não solicitei e nem recebi apoio de qualquer órgão ou entidade. Os dados que obtive foram conseguidos através de pesquisas **em processos**, nas bibliotecas, em livros, em documentos e, também, através de um reduzido número de amigos [...]¹⁰⁹

Tanto “Brasil Sempre” como “Rompendo o Silêncio” foram lançados em editoras independentes e pouco conhecidas. Porém, essa apregoada autonomia não releva o lugar de produção de tais discursos, ou seja, persistem traços identitários característicos desses setores de vigilância e de alas mais extremadas do regime. Outrossim, de uma ditadura que se valeu e se manteve em acordo com as práticas desses setores.

No entanto, Ustra e Marco Pollo Giordani não foram os únicos.

De um *lugar* um pouco diferente, mas nem por isso distante, ainda na década de 1980, o Coronel Jarbas Passarinho – que não foi um homem do DOI/CODI, mas ministro do regime civil-militar – publicava artigos em periódicos de grande circulação, onde entre outros assuntos valorizava o que eram denominados aspectos positivos da ditadura. Entretanto, num caminho um pouco diferente das narrativas organizadas tanto por aqueles que também foram membros de “gabinetes militares”, anteriormente apresentados, como dos que participaram das comunidades de segurança e informação.

Passarinho, até metade dos anos 1990, exerceu as funções de Ministro e Senador, ou seja, estava diretamente envolvido nos debates e embates que marcaram o período de transição democrática como, por exemplo, as disputas em torno da Constituinte e das “Diretas-Já”, em suma, presente na constituição dos primeiros governos no pós-ditadura.

¹⁰⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “Introdução”. In: *Op. Cit.* 1987, [s/p].

¹⁰⁸ GIORDANI, Marco Pollo. “Prefácio”. In: *Op. Cit.* [s/p].

¹⁰⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “Introdução”. In: *Op. Cit.* 1987, [s/p]. [Grifo meu].

Como versa em sua autobiografia, sua atuação foi considerada, por setores militares e pela bancada governista do ARENA – posteriormente PDS¹¹⁰ – bastante “útil na fase de transição do autoritarismo para a democracia plena, na coordenação dos debates parlamentares”¹¹¹. Trata-se de uma figura pública que transitou do período de exceção para o democrático, sem perder o seu lugar em determinados cargos políticos e de confiança do governo¹¹².

Ao contrário de Ustra e Giordani cujos trabalhos foram publicados em livros e editoras independentes de pouca expressão, o espaço principal de circulação das ideias de Passarinho eram as colunas de opinião e fóruns de debate dos periódicos nacionais, nos quais participava ativamente das discussões sobre assuntos contemporâneos, em especial no tocante à questão da transição. Nesse sentido, é importante considerar “que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler” e que “não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao leitor”¹¹³. Assim, ao figurar, além de político, como articulista de jornais de grande porte, pode-se dizer que o discurso do coronel desfrutava de um *status* distinto ao de Giordani e Brilhante Ustra; atribuindo a Passarinho um *capital simbólico* diversificado daqueles autores. Convém ter em vista que as publicações na imprensa periódica resultam de uma gama variada de relações que abrangem diferentes referenciais, envolvendo a escolha dos articulistas e dos temas, orientados tanto pela seleção dos editores como de leitores, portanto, o nome de Passarinho não surgiu nesses espaços por acaso.

Ao longo da década de 1980, marcada pela transição democrática e seus embates, a questão da reconciliação – incluindo aqui diferentes acepções deste termo – figurava como um dos assuntos centrais das discussões políticas e, em maior ou menor grau, era pautada nos periódicos de grande circulação. Assim, nessa fase de mudanças e negociação política – entre governo e setores variados – a intervenção do Coronel Reformado era mais plástica que a dos autores anteriormente analisados. Passarinho buscava afirmar a imagem de uma pessoa *moderada* e empenhada “na consolidação do processo democrático”, cujos argumentos não tinham orientações ou “comprometimentos ideológicos”¹¹⁴. Nesse ritmo, nas páginas da

¹¹⁰ O ARENA ou Partido da Aliança Renovadora Nacional foi o partido representante dos interesses da ditadura e do golpe de 1964. Já o PDS ou Partido Democrático Social refere-se à designação adotada pelo ARENA após a sua extinção legal em 1979.

¹¹¹ PASSARINHO, Jarbas. *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 469.

¹¹² Foi Senador pelo PDS durante o governo do Presidente Sarney.

¹¹³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 127.

¹¹⁴ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Como fica o país após a morte de Tancredo”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de abril de 1985, Segunda-Feira, Caderno Opinião, p. 5.

“Folha de São Paulo”, numa espécie de avaliação póstuma sobre o período da ditadura, ponderava que:

Em primeiro lugar, diria que fica a modernização do Brasil, por ser indiscutível a erradicação das estruturas obsoletas antes de 64, praticamente em todos os setores da vida nacional [...] se a modernização no Brasil é fato incontestável e do qual não há temer retrocesso, no campo político os últimos 21 anos sugerem lições profundas. [...] O ideal é que se lute pela consolidação da democracia [...] Não basta que tenhamos tido êxito, como agora, ao fazermos a transição [...] Em linguagem bem coloquial sentenciava o General Castello Branco: “é fácil mergulhar no autoritarismo; o difícil é vir a tona, depois”[...]¹¹⁵

Esse era o tom dos discursos do Coronel. Em sua narrativa, a defesa da ditadura era organizada de modo a afirmar um engajamento com a *conciliação* do país. O autor destacava que a consolidação da democracia era “uma conquista que exigiria o empenho sincero de todos” ressaltando que lastimava “não incorporar entre as consequências irreversíveis do autoritarismo extinto, o regime democrático estável”¹¹⁶. E, assim, por um lado ressaltava as conquistas da “revolução de 1964” e por outro justificava as “dificuldades” dos governos autoritários. Apresentava suas narrativas como exemplo da “vitória sobre os radicalismos e demagogias”. A partir dessa aparente perspectiva conciliadora, nos discursos de Passarinho, produzidos ao longo dos anos 1980, há poucas referências diretas à tortura, às prisões, desaparecimentos, entre outros assuntos polêmicos. O que não significa dizer que esses temas estavam ausentes nos trabalhos do Coronel. Ao cotejar seus diferentes artigos e declarações, percebe-se que Passarinho lançou mão de estratégias argumentativas diversas para tratar dos tópicos citados e também para demonstrar sobriedade em seu discurso.

Nos textos do coronel, assim como nos trabalhos de Giordani e Ustra, um artifício central para expor suas ideias no debate – principalmente ao fazer referência à questão dos crimes decorrentes da repressão de Estado – era apresentá-las como resposta à “enxurrada de ataques aos ‘vinte e um anos de autoritarismo’”¹¹⁷. No bojo dessa estratégia e apesar da tentativa de se apresentar no espaço público como um indivíduo compromissado com a reconciliação nacional, há nos artigos de Passarinho um receio com a ausência de autores e intervenções em defesa da memória positiva de 1964 e da ditadura. Nas palavras do autor, a

¹¹⁵ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Vitória sobre os radicalismos e demagogias”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 1985, Sábado, Caderno Opinião, p. 3.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ BN- PASSARINHO, Jarbas. “A safra dos aretinos”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 de abril de 1986, Quarta-feira, caderno Opinião, p. 2.

crítica realizada pelos “derrotados” só podia ser comparada “à pusilanimidade dos que temem defender 64”, afirmando que tal descompromisso poderia “anestesiá as consciências e exigiria muitos anos” para “fazer valer a verdade sobre a paixão política”¹¹⁸.

De modo semelhante à Ustra e Giordani, Passarinho se colocava no debate como o defensor da verdade. Interessante notar que, mesmo pretendendo passar uma imagem de ponderação, percebe-se nas narrativas do autor que a verdadeira história seria aquela na qual é reconhecida a relevância do golpe de 1964 e de avanços sociais e econômicos durante o período ditatorial. Assim, os que contestavam tal versão foram caracterizados como “vítimas da paixão política” e, para além, como revanchistas inconformados com a derrota da luta armada. No entanto, enfatizando questões distintas às dos autores anteriormente citados, seu testemunho era aquele de um homem público, que “teve por destino influir nos rumos históricos de sua terra” e fora “personagem em eventos importantes” do país, “com passagens sucessivas pela vida pública”; comparável ao que Stepan caracterizou como o militar enquanto liderança e dirigente do governo do país¹¹⁹.

Desse modo, as narrativas de Passarinho buscavam retratar o Congresso, os gabinetes ministeriais e as reuniões de cúpula. Em suma, entre assuntos principais de seus escritos estava a articulação para o golpe, explicações para os Atos Institucionais, cassações de direitos políticos, as políticas econômicas e sociais desenvolvidas durante o regime e a sua própria participação enquanto ministro durante a ditadura. Importante destacar que tal distinção – pautada pelo Coronel – torna-se mais clara no que tange ao tema dos crimes decorrentes da repressão de Estado:

[...] já a vileza de me pintar como defensor da tortura [...] é fruto de mente mórbida. [...] ‘Repito: Não defendo nenhum tipo de tortura’. Poderia ser mais claro? **Ao chamar atenção para as duas faces da moeda, isto é, a violência contra os direitos humanos de ambos os lados**, disse que **o coronel Ustra deu sua explicação sobre seu trabalho no DOI-CODI**. Não falei em justificação, mas em explicação que ele deu **para a necessidade do imediatismo de suas providências**. Essa era uma face, oposta da mesma moeda¹²⁰.

¹¹⁸ Trecho em Paráfrase. Cf. Ibidem.

¹¹⁹ Esta caracterização foi citada apenas para marcar que Passarinho escreve sob o olhar de quem, enquanto ministro, viveu sua carreira política em meio a Chefes de Estados (presidentes). Diretamente relacionado ao exercício do governo e ao homem público. As citações no parágrafo, na ordem em que aparecem, estão conforme: PASSARINHO, Jarbas. “Introdução”. In: *Op. Cit.* 1996, p. 15/619./ STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.41.

¹²⁰ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Historiadores e Historicidas”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 de setembro de 1989, Domingo, Caderno Opinião, A3. [Grifos meus].

Apesar de ser tão militar e integrante do regime quanto Ustra e Giordani, Passarinho em suas narrativas ancorava-se na estratégia de atribuir autonomia e responsabilidade pelos “excessos” àqueles que compunham os destacamentos de segurança. Tal argumento o colocava num lugar mais cômodo que o dos demais autores. Ao intervir no espaço público, falava como representante legítimo do “movimento de 1964” e “dos governos revolucionários”, nesse sentido, exercendo cargo político no pós-ditadura, era um indivíduo que ainda representava os interesses e valores dos que compuseram a administração do regime civil-militar. No ano de 1988, em entrevista ao programa “Roda Viva” na antiga “TVE”, quando perguntado “se seriam absolvidos os homens responsáveis pelo ‘movimento de 64’ caso passassem por uma espécie de Tribunal de Nuremberg”, a resposta do coronel afirmava que “muitos seriam, outros não”, pode-se dizer, traduzindo a diferença entre o seu lugar e, por exemplo, o de Brilhante Ustra¹²¹.

Entretanto, não se pode perder de vista que, mesmo com esse deslocamento de responsabilidade no que tange aos crimes perpetrados com aval do Estado, esse tema era, normalmente, evitado e amenizado sob o termo “excesso”. Ademais, vale salientar a importância e a capacidade corporativa militar de defender seus interesses. Ou seja, acima dessas diferenças estava a proteção da Instituição e de um momento histórico ao qual a imagem das Forças Armadas – em especial, do Exército – estava diretamente associada. O próprio Passarinho em entrevista a “Revista Veja”, durante o lançamento do livro “Rompendo o Silêncio” de Ustra, contava que tinha indicado a editora para o autor publicar seu trabalho¹²². Em suma, tratava-se de uma intervenção de autores militares que tiveram sua trajetória diretamente ligada ao regime. De forma geral, pode-se dizer que, após a publicação de “Brasil Nunca Mais”, essas foram as intervenções mais sistemáticas e enfáticas no que tange à construção de uma memória positiva da ditadura.

Cumprido recordar que as Forças armadas ou, em específico, o Exército não compõem um todo homogêneo e nem o período de exceção foi fruto apenas de uma corrente política e militar. Mesmo sem entrar a fundo nessas questões, é importante ressaltar que as diferenças delineadas, nesse tópico, importam e devem ser demarcadas, pois permite olhar para a memória positiva da ditadura não como monólito, mas considerando diferentes matizes e

¹²¹ Jarbas Passarinho em entrevista concedida ao programa Roda Vida, TVE, em 6 de outubro de 1988. Vídeo e transcrição disponíveis em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/255/entrevistados/jarbas_passarinho_1988.htm. Visto em: 06/02/2012.

¹²² O Grito do Porão. *Revista Veja*, 18 de março de 1987, p. 28. Disponível em: <http://www.veja.com.br>. Consultado em: 15/01/2011 às 22:36.

vozes que a constituem. A partir dos anos 1990, foram ampliados os limites dessa produção intelectual em defesa de uma imagem positiva do regime civil-militar. Houve, paralelamente, o alargamento do campo temático que distingue e atribui uma identidade a estes indivíduos em sua intervenção pública.

1.3- A *semelhança na diferença* *: Os anos 1990 e a constituição de um campo de direita

Se durante os anos 1980 o lugar desse discurso, mesmo com diferentes nuances, era a narrativa daqueles que de alguma forma atuaram durante o período ditatorial, a partir da década de 1990 essa memória em defesa da ditadura ganhou em complexidade. Aos indivíduos anteriormente citados, juntaram-se as abordagens de autores civis, alguns dos quais não haviam participado como membros ou apoiadores do golpe de 1964 e do Estado de exceção. Com a diversificação desses trabalhos, começou de fato a se constituir um campo intelectual de direita, abrangendo diferentes enfoques, mas que confluíam na construção de uma memória positiva do regime civil-militar sob um viés conservador e anticomunista. Nessa nova fase, tais narrativas passaram a ser organizadas diante de um quadro menos favorável que no período anterior. Ao longo da década de 1990 um novo espaço passou a ser importante para a publicação desses trabalhos, pois, ao lado dos periódicos e dos livros, a internet, ou seja, os sítios virtuais passaram a ser um local privilegiado de organização de diferentes grupos e discursos de direita, entre os quais remeto àqueles indivíduos que advogam em favor da ditadura.

“Toda moeda tem duas faces. Está na hora de conhecerem a outra...”¹²³

Com esse tom, em 25 de julho de 1998 era oficialmente criada a organização não-governamental Terrorismo Nunca Mais, TERNUMA¹²⁴. No sítio virtual do grupo, seus

* O uso da expressão “semelhança na diferença” remete ao sociólogo Pierre Bourdieu, cujo conceito de campo é basilar para análise proposta nesta pesquisa. Cf. BOURDIEU, Pierre. “Campo Intelectual”. In: _____. *Op. Cit.* 1990, p. 170.

¹²³TERNUMA. “Apresentação”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>. Consultado em: 10/05/2010 às 15:27.

¹²⁴ A ideia é anterior ao ano de 1998. Em 1995, o coronel Sillas Bueno e general Hélio Ibiapina, entre outros, lançaram manifestos incitando a criação do grupo. Nas palavras do coronel Bueno: “Desde o início de 1995 decidi desencadear uma campanha pessoal [...]. Passei a colocar no topo das correspondências a expressão **terrorismo nunca mais**. [...] tenho certeza de que todos os que manusearam minhas correspondências e a idéia-força, dela resultante, tem mobilizado as consciências contra as ações terroristas, venham de onde vier. [...] a ideia desabrochou em minha mente após a leitura de um documento circular [...] que foi remetido pelo general

integrantes se apresentavam como “um punhado de democratas civis e militares, inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas”¹²⁵. Através de textos e memoriais, articulados no próprio espaço eletrônico, pretendiam “passo a passo” vir a “contar a versão daqueles que derrotaram a luta armada no Brasil” e deixar tais registros “como um ponto de referência para as novas gerações”¹²⁶. Entre os fundadores estavam o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o coronel Sillas Bueno, o economista Marcos Coimbra, o coronel-aviador Juarez de Deus Gomes da Silva, que presidiu o coletivo desde a criação até 2010, além do general Agnaldo Del Nero Augusto e o psicólogo e ex-militante da Ação Popular (AP)¹²⁷ Heitor de Paola, sócios efetivos¹²⁸. O patrono simbólico da organização era o ex-presidente militar General Médici.

O TERNUMA se tornou um importante centro articulador dos trabalhos de autores que escrevem artigos e livros, nos quais pautam imagens positivas do regime civil-militar e é a chave para compreensão do lugar de onde emana tal discurso. Não são textos articulados para serem publicados exclusivamente nesta página eletrônica, mas escolhidos pelos editores entre publicações de *blogs*, livros e periódicos, ou seja, sem ser necessariamente de membros efetivos do grupo¹²⁹. Na apresentação do *site* advertem que “as opiniões e conceitos emitidos nas diferentes matérias”, pois, “são de exclusiva responsabilidade de seus autores”¹³⁰. Mesmo com essa observação, cumpre assinalar que boa parte do material exposto no TERNUMA está de acordo com as diretrizes e argumentos centrais do *site*, leia-se “levantar informações sobre

Hélio Ibiapina [...]”. Cf. BN- BUENO, Sillas. “Terrorismo Nunca Mais”, *Ombro a Ombro*, ano IX, nº 98, julho de 1996, p.11.

¹²⁵ TERNUMA. “Apresentação”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>. Consultado em: 10/05/2010 às 15:27.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ Na década de 1960, a Ação Popular foi um importante movimento fomentado a partir de antigos quadros da Juventude Católica, com ampla participação de setores do Movimento Estudantil; pautavam, principalmente, a bandeira das “reformas de base”, em especial, as da reforma agrária. De 1962 até 1972 fez todos os presidentes da UNE.

¹²⁸ Cf. SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Op. Cit*, p. 46-50./ informações também encontradas em: <http://www.ternuma.com.br>.

¹²⁹ Como consta no Estatuto do grupo de (Capítulo II, Art. 5º, incisos §1º, 2º e 3º, Art. 6º, 11º e 12º) existem três tipos de sócios na organização: O “fundador”, que participou da Assembleia de criação do grupo; o “efetivo”, refere-se à pessoa admitida mediante proposta aprovada pela diretoria (tanto os sócios efetivos como fundadores podem votar e serem votados nas assembleias e fóruns deliberativos); também há o sócio “colaborador”, assim como o “efetivo” é integrado ao grupo mediante apresentação de proposta à diretoria, no entanto, podendo ser tanto pessoa física como jurídica, as atividades são de colaboração para o desenvolvimento dos objetivos do TERNUMA (o sócio colaborador não tem direito a voto ou ser votado). Todos esses sócios tem como atribuições representar o grupo, participar e organizar eventos, fornecer temas a serem debatidos, neste último ponto, pode-se dizer que inclui a organização e escolhas de textos para compor os espaços do sítio virtual. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/upload/520112508161720EstatutoTernuma2011.pdf>, acessado em: 09/03/2012 às 14:30. Anexo 1, página 213.

¹³⁰ Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php>, acessado em: 20/06/2012 às 11:54.

subversivos em altos postos do governo” bem como “preparar matérias para a difusão na imprensa” visando “mobilizar as consciências contra as ações terroristas” e “resgatar a verdadeira história da revolução de 1964”¹³¹. De acordo com o Estatuto que rege o grupo:

Art. 3º. O Grupo tem por objetivos:

- I - trabalhar para esclarecer os atos, ditos políticos, de assaltos, sequestros e mortes praticados por terroristas, com repercussão na história do Brasil;
- II - denunciar à sociedade brasileira as ações institucionalizadas de assaltos, sequestros e mortes praticadas por terroristas, de modo a criar uma consciência nacional favorável à extinção dos privilégios a eles concedidos;
- III - defender e propor posturas e procedimentos que visem manter a integridade e a inviolabilidade do território nacional, bem como combater o avanço de ideologias que desrespeitem os princípios democráticos;
- IV - consolidar a dignidade pessoal e profissional dos cidadãos de acordo com os objetivos do TERNUMA;
- V - promover e incentivar manifestações patrióticas, assim como o estudo e a discussão de assuntos nacionais de alta relevância;
- VI - pugnar pela adoção de uma legislação que defina o terrorismo como crime hediondo, devidamente tipificado no Código Penal Brasileiro, para que haja cooperação de todas as Unidades da Federação no sentido de extirpá-lo do cenário nacional¹³².

A formação do grupo e logo os seus objetivos estavam, assim, diretamente relacionados com a ascensão, no espaço público, de uma “memória de esquerda” – como esses indivíduos a intitulam. A partir da década de 1990 e início dos anos 2000 foram estabelecidos governos de ex-presidentes que fizeram oposição à ditadura e um marco dessa mudança estava centrado na questão dos crimes de Estado ocorridos durante o período de exceção, isto é, nas políticas de memória, verdade e justiça que passaram a ser gradativamente empregadas pelos governantes. Em especial, após a lei nº 9.140 – promulgada em dezembro de 1995 durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), impulsionado principalmente pelo grupo “Tortura Nunca Mais”¹³³ – que previa o

¹³¹ Cf. BN- BUENO, Sillas. “Terrorismo Nunca Mais”, *Ombro a Ombro*, ano IX, nº 98, julho de 1996, p.11./ TERNUMA. “Apresentação”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>. Consultado em: 10/05/2010 às 15:27.

¹³²TERNUMA- Estatuto do Grupo Terrorismo Nunca Mais. Brasília, DF, 30 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/upload/520112508161720EstatutoTernuma2011.pdf>, acessado em: 09/03/2012 às 14:30.

¹³³ O grupo Tortura Nunca Mais (TNM) foi fundado em 1985 com a bandeira de reparação jurídica e moral atuou no que concerne a questão da tortura, dos desaparecimentos e das indenizações. Criado originalmente no Rio de Janeiro, ao longo da década de 1990 foi expandido para outras cidades do Brasil, com destaque (neste caso) para o TNM de Minas, São Paulo, Pernambuco e Rio que estiveram diretamente associados com o manifesto de 1994. Cf. QUADRAT, Samantha Viz. “A Emergência do Tema dos Direitos Humanos na América Latina”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 381.

reconhecimento da responsabilidade estatal pelas mortes e desaparecimentos políticos engendrados no período de setembro de 1961 até agosto de 1979 e que também criava uma comissão permanente para proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas ou mortas¹³⁴.

O TERNUMA, portanto, era definido como uma resposta a essas atitudes que eles intitavam de *revanchistas*. Segundo as informações no sítio virtual, representava “um grito de repulsa contra o inefável grupo de esquerda ‘Tortura Nunca Mais’”¹³⁵. Nesse sentido, pode-se dizer que a própria forma como foi criada essa organização reflete uma estratégia *reativa* de interferência no espaço público que não seria característica apenas desse grupo, mas de indivíduos que já se posicionavam nesses embates de memória através de uma produção intelectual tida como fruto daqueles que, “diuturnamente, trabalham para impedir que uma nova história seja reescrita pelos derrotados e que uma nova tentativa revolucionária tenha êxito”¹³⁶. Tanto que o nome “Terrorismo Nunca Mais”, anterior ao coletivo, faz referência ao título de um dos capítulos da obra “Rompendo o Silêncio” de Brilhante Ustra. Autores como o próprio Ustra e Jarbas Passarinho, por exemplo, têm artigos – no caso do primeiro, até um texto em defesa – apresentados na página eletrônica do grupo.

De forma geral, embutidas nos textos em defesa do golpe de 1964 e da ditadura, as ideias pautadas no sítio eletrônico da organização tinham como eixo articulador, sob um forte viés anticomunista, a crítica aos governos estabelecidos no período democrático, à mídia, ao sistema nacional de ensino e aos intelectuais. Tanto que em um artigo ressaltando a importância do TERNUMA, o escritor Olavo de Carvalho afirmava:

A memória coletiva está inteiramente a mercê de duas forças estranhas: a mídia e o sistema nacional de ensino. Quem dominar esses dois canais mudará o passado, falseará o presente e colocará o povo no rumo de um futuro fictício. Por isso que o site de [sic] Ternuma é algo mais que a reconstituição de detalhes omitidos pela mídia. É uma contribuição preciosa à reconquista da verdadeira perspectiva histórica de conjunto, roubada da memória brasileira por manipuladores maquiavélicos, oportunistas levianos e tagarelas sem consciência¹³⁷.

¹³⁴ Cf. BRITO, Alexandra Barahona de. *Op. Cit.* p. 222.

¹³⁵ TERNUMA. “Convite”. Disponível

em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/Convite%20para%20ingresso.pdf> Consultado em: 10/05/2012 às 08:40.

¹³⁶ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006, p. 28.

¹³⁷ TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

Esse texto tinha um lugar de destaque na página virtual do TERNUMA, porém, a sua importância estava para além de uma defesa do grupo. Olavo de Carvalho era um escritor que se tornava conhecido do público através das polêmicas geradas por seus livros – principalmente, o “Jardim das Aflições” e o “Imbecil Coletivo”¹³⁸ – e também pelos artigos publicados em periódicos de grande circulação (em especial “O Globo” e “Jornal do Brasil”), nos quais criticava o que dizia ser “as tolices irritantes” que são “ditas por homens de letras” e “em doses cada vez maiores encontrava nos jornais”¹³⁹. O autor se apresentava como “um franco-atirador em guerra contra um exército organizado”, a saber, “a classe unida dos pretensos intelectuais de esquerda”¹⁴⁰. Em seus textos, lamentava o que dizia ser a “ausência de um amor à Pátria autêntico” e “[de uma] cultura doméstica, [das] tradições nacionais, [dos] símbolos de continuidade”¹⁴¹. Nesse sentido, ressaltava a importância das Forças Armadas para a manutenção da *ordem*, já que “por força da *continuidade imutável* das suas instituições e do seu modo de existência, haviam *conservado* a memória viva da *construção nacional*”¹⁴².

Além disso, vale ressaltar que esse texto de Olavo de Carvalho – assim como a criação do TERNUMA – surgiu num período em que se desenvolvia, como parte da conjuntura nacional, uma *crise de identidade* militar, isto é, de setores das Forças Armadas que se sentiam desprestigiados pelas novas políticas e por uma redefinição de seu papel social – especialmente com a criação do Ministério da Defesa, incluindo a escolha de um civil para o cargo (em 1999) e, já no governo de Luis Inácio [Lula] da Silva, com as atividades do ministro Nelson Jobim, sobretudo o apoio deste às políticas de memória, reparação e justiça¹⁴³. Dessa forma, a relevância de artigos como o de Olavo de Carvalho residia no fato de trazer à baila o olhar de um indivíduo que não participou do golpe de 1964 ou de qualquer esfera de atuação do Estado ditatorial, mas que, “após ter [se] desiludido com a perspectiva

¹³⁸ CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições*. É Realizações Editoras, 1995./ _____. *O Imbecil Coletivo: Atualidades inculturais brasileiras*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora/Academia Brasileira de Filosofia, 1996.

¹³⁹ CARVALHO, Olavo de. “Prólogo do prólogo”. In: *Op. Cit.* 1999, [s/p].

¹⁴⁰ Idem, p. 20/ 339. [Grifos meus].

¹⁴¹ TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. “Militares e a memória nacional”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

¹⁴² Ibidem. [Grifos meus].

¹⁴³ Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, os ministérios antes divididos entre as três forças (Marinha, Aeronáutica e Exército, este último representando o Ministério da guerra) foram centralizados no Ministério da Defesa sob o comando de um civil. No que tange a presente questão, ver em: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; SOARES, Samuel Alves. “Forças Armadas, direção política e formato institucional”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000./ SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Op. Cit.*

socialista”, reconhecia a importância dos militares e daquilo que fizeram, apoiados por “banqueiros, senhores do capital, empreiteiros, políticos de direita” e em 1964 “pela maior manifestação de massas de toda história nacional” – referência às “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”¹⁴⁴. Nas palavras do autor, explicando sua trajetória:

Existem pessoas que têm o dom de se aproximar de quem está no poder. Eu pareço que fui brindado com o dom contrário. No tempo dos governos militares, logo no começo, entre 1966 e 68, eu era um militante do partido comunista e odiava os militares. [...] Hoje em dia, quando os esquerdistas estão no poder, dominam tudo e estão passando muito bem de saúde, já não estou mais ao lado deles [...] ¹⁴⁵.

E seguia afirmando:

Foi revirando livros e documentos, fazendo entrevistas com testemunhas da época que me dei conta dessas coisas [...] dá para medir o tamanho da minha sonolência, da minha burrice, da minha idiotice? Dá para vocês medirem o estado de hipnose em que vivi todos esses anos entre 1964 e 1996 [...] ¹⁴⁶.

Se os textos de Olavo de Carvalho representam uma defesa do regime civil-militar sob o olhar de um indivíduo que não havia ocupado cargos no Estado ditatorial e que teria se *arrependido* de sua militância de esquerda, esses também aduziam a um discurso *de direita*. Aliás, aqui cabe o destaque: um dos poucos que abertamente se afirmava como *de direita* e *tinha voz fora do campo*. E, de forma geral, Carvalho ressalta em seus discursos “a brandura do governo militar” que dizia ser “muito moderado, em comparação com o padrão universal das ditaduras”, sendo “um dos regimes autoritários mais equilibrados e produtivos que o mundo já conheceu”¹⁴⁷. O autor fala em brandura e não em ausência de repressão ou de autoritarismo. Nesse sentido, é relevante assinalar que ao se colocar numa posição de quem vivenciou o regime fora das esferas de comando e de atuação dos governos ditatoriais, Olavo

¹⁴⁴ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00./ CARVALHO, Olavo de. *Op. Cit.* 1999, p. 133./ CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

¹⁴⁵ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ BN- CARVALHO, Olavo de. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999./ Trecho em paráfrase: CARVALHO, Olavo de. *Op. Cit.* 1999, p. 98. / A citação final (em paráfrase) está conforme: CARVALHO, Olavo de. *Ordem do Dia e Ordem Pública*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990415jt.htm>. Consultado em 15/05/2010 às 23:47. Publicado originalmente no “Jornal da Tarde”, 15 de abril de 1999.

de Carvalho chega a admitir, por exemplo, que “houve prisões, houve torturas, houve mortes” durante o período ditatorial¹⁴⁸. No entanto, relativiza a repressão de Estado afirmando que:

Teria de ser um monstro da mesquinaria para condenar em bloco, por esses atos de violência, por revoltantes e intolerantes que sejam em sua própria escala, um regime que salvou o país de uma guerra civil e que salvou cinquenta milhões de pessoas da miséria. Porque ninguém conseguiu fazer tanto com tão pouca violência¹⁴⁹.

Seguindo por este caminho, sob a veste de “liberal-conservador” – como se autointitula – também destacava a “preocupação sincera, quase obsessiva, com os destinos do Brasil” pautada pelos militares, que “discutiam os problemas brasileiros como quem tivesse em mãos a responsabilidade pessoal de resolvê-los”, ou seja, “simplesmente eram patriotas, tinham o amor ao território, ao passado histórico” e “consideravam que era do seu dever lutar por essas coisas”¹⁵⁰. Segundo o autor, se houve a necessidade de alguma violência, esta ocorrera devido à dita “reação terrorista da esquerda” e que não se poderia esquecer o fato, por exemplo, do governo Médici ser “marcado pela guerrilha” e, no entanto, “por um sucesso econômico estrondoso”, no qual o Brasil que “era a 46ª economia do mundo, subiu para o 8º lugar”, bem como o período “saneador e modernizador de Castelo Branco”¹⁵¹.

A essa alusão à *modernização conservadora*, Olavo de Carvalho contrapunha “a campanha pertinaz e crescente de ódio aos militares e a beatificação dos comunistas”, lembrando que apesar de estar na esquerda em 1964 e ao longo do regime, nunca “pensou em negar suas realizações mais óbvias” e nem, como se faz hoje, “ocultar por baixo de suas misérias os crimes incomparavelmente mais graves praticados por comunistas que agora falseiam a memória nacional”¹⁵². Em seu discurso, ao voltar o olhar para a memória da ditadura, reclamava que “se houvessem organizações militantes de direita” ainda hoje, dificilmente a esquerda construiria essa “farsa histórica”. Nas palavras do autor:

¹⁴⁸ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. “Militares e a memória nacional”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

¹⁵¹ BN- CARVALHO, Olavo de. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

¹⁵²CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

Os liberais e os conservadores a quem a queda da URSS inspirou o mais fácil e o leviano dos triunfalismos, não querem confessar que cantaram vitória cedo demais. Acostumados a exorcizar o adversário mediante a simples alegação de que está morto, têm medo de despertar dessa ilusão e topar a luta com um tiranossauro vivo¹⁵³.

E prosseguia sua crítica afirmando:

Tudo que tenho lido sobre o movimento de 1964 se divide nas seguintes categorias: (a) falsificação esquerdista, camuflada ou não sob aparência acadêmica respeitável; (b) apologia tosca e sem critério, geralmente empreendida por militares que estiveram de algum modo ligados ao movimento e que têm dele visão idealizada¹⁵⁴.

Dessa forma, Olavo de Carvalho busca legitimar seu discurso como uma narrativa privilegiada, ancorado no fato de ser alguém que conheceu “o outro lado” – ou seja, a esquerda – e se enquadra como um autor de direita. Porém, no que tange à sua crítica à “apologia tosca e sem critério” daqueles que eram ligados ao “movimento de 1964” e ao regime, é importante assinalar que esta observação não se estende a todos que articulam discursos em defesa da ditadura. Pois, afirmando que só “logram acesso à informação correta os cidadãos que tenham a iniciativa de buscá-la pessoalmente nas fontes, hoje tornadas mais acessíveis pela *internet*”, o autor sublinha a importância do TERNUMA que “ao revelar o *passado proibido*” teria como função “iluminar o presente”¹⁵⁵; elogio que se estende não apenas ao coletivo em questão, mas àqueles que escrevem e têm lá seus textos publicados, assim como aos demais sites de direita. Ainda em referência às críticas anteriormente citadas, essas podem ser entendidas como um modo de se colocar no campo, de legitimar determinado discurso e posicionar este mesmo campo nas disputas pela memória.

Em suma, apesar de se apresentar no espaço público como um ex-militante de esquerda, Olavo de Carvalho produz um discurso calcado no anticomunismo, assim como os demais autores. E se posiciona de modo a instigar novos autores e novos trabalhos em defesa de uma imagem positiva da ditadura, por exemplo, ao questionar:

¹⁵³ CARVALHO, Olavo de. “Três mentiras”, *Revista Época*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2001.

¹⁵⁴ Trecho em paráfrase: CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!* (Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

¹⁵⁵ TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. “Censura e desinformação”, *Terrorismo Nunca Mais*, 26 de novembro de 2000. Disponível em: <http://www.ternuma.com/> <http://www.olavodecarvalho.org/textos/desinformacao.htm>. Consultado em: 03/03/2012 às 19:11.

Quantas reportagens o prezado leitor leu na Imprensa ou viu na TV, ao longo dos últimos vinte e um anos, sobre esquerdistas mortos durante o último regime militar? Quantas sobre os homicídios cometidos pelas organizações de esquerda? Quantas sobre a revolução comunista já em plena realização em março de 1964, que uma reação oportuna fez abortar?¹⁵⁶

Assim, pode-se dizer que por caminhos análogos aos de Olavo de Carvalho, outros autores com trajetórias semelhantes passaram a pautar, no espaço público, argumentos de defesa da ditadura sob um viés anticomunista e conservador. Heitor de Paola, por exemplo, mesmo que numa *escala* menor que a de Carvalho, ou seja, com o espaço de circulação mais restrito ao campo, produz diversos textos com a temática em questão. Seus trabalhos são frequentes no site do Ternuma bem como em outras páginas virtuais de grupos de direita. A importância da atuação deste autor se deu devido “ao seu conhecimento de obras com cunho político e filosófico”:

Adam Smith é o papa, completo e total para todo o sempre [...] Locke, o liberalismo inglês. Do Século passado, eu gosto também de certas ideias do Milton Friedmann, da Escola de Chicago, que foi quem tomou conta do Chile quando o Pinochet deu o golpe. [...] Na minha trajetória, eu cheguei a conhecer um pouco da Escola de Frankfurt. De Gramsci, eu não conhecia nada. Passei a conhecer há poucos anos atrás, **através do Olavo** e logo depois o General Coutinho lançou os livros dele sobre Gramsci¹⁵⁷.

De acordo com o autor, sua trajetória teve início “ao distribuir artigos e formar amizades com integrantes do *Mídia Sem Máscara*” e, com aprovação do público, “começou a chover pedidos” de textos seus para serem publicados em sítios virtuais de grupos de direita:

Um deles foi do Ternuma e veio através do Coronel Odin. Um dia ele me convidou para ir ao Clube Militar, me apresentou ao Juarez (presidente do Ternuma) e no dia mesmo eu paguei a mensalidade e desde então estou lá. O inconfidência, o Miguez me conhece há muito. [...] No Guararapes, eu tenho uma ligação direta com o general Torres de Melo¹⁵⁸.

No entanto, e como visto, o autor não iniciou sua militância na direita. Formado em psicologia, Paola iniciou sua vida política na esquerda quando “[oi] para o diretório acadêmico e entr[ou] para a AP” – ressaltando que sua adesão mesmo fora “*no primeiro dia*

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Heitor de Paola entrevista concedida a Eduardo Heleno J. Santos In: SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Op. Cit.* p. 196. [Grifo meu].

¹⁵⁸ Idem, p. 197.

de abril, logo no dia da revolução”¹⁵⁹. Assim como Olavo de Carvalho, reflete a imagem do militante de esquerda *arrependido*:

Olha eu não sei muito bem, como poucos sabem **como entram nisso**. Há um certo entusiasmo inicial – comecei a trabalhar, como secundarista ainda, com o pessoal que dava aulas em escolas populares em favela [...] A minha entrada para a AP se deu por uma razão: sou de esquerda, sou contra esse negócio aí, sou socialista e tal; não sabia se eu ia entrar, porque eu sempre tive uma pinimba por ser – como chamavam na época – teleguiado de Moscou. Embora fosse, sem saber. Este era o grande problema. Não me agradava o partido comunista, para o qual fui convidado várias vezes. [...] Mas eu comecei nesse troço e aí, quando eu fui decidir, pensei: eu tenho que me meter em alguma coisa, estava perdido, eu sou de esquerda, mas esquerda, o quê? A AP me atraiu por não ser comunista – entre aspas – e por ser cristã. [...] eu vim para o Rio, assumi a vice-presidência [da UNE] e fui preso em Fortaleza [...] acabei sendo absolvido pelo Superior Tribunal Militar [...] o voto de minerva foi dado pelo general que desencadeou a revolução de 1964, o Olímpio Mourão Filho. [...] Eu me afastei porque estava suspeitando de muita coisa esquisita. A coisa começou a virar maóista pura, e eu comecei a pensar: estes caras estão malucos lá na China. [...] Eu me encantei e desencantei, quando comecei a ver o que era aquilo mesmo. [...] **eu pulei fora e evidentemente sofri algumas ameaças dos meus ex-companheiros. Eles começaram a ameaçar a mim e à minha namorada** [...]¹⁶⁰.

Tratando-se de um relato de memória, é interessante observar a presença de julgamentos, no texto do autor, ao relatar a sua trajetória. Como se desde o início tivesse percebido “o lado ruim da esquerda”. A narrativa é apresentada nesse sentido, ou seja, Paola deixou a esquerda porque as ideias eram fruto de pessoas loucas, perigosas, vingativas... entre outros pejorativos. Quanto à sua trajetória intelectual, cumpre assinalar a relevância que o autor dá ao escritor Olavo de Carvalho para a sua formação e engajamento na direita. Nas palavras de Heitor de Paola:

Na parte filosófica, eu comecei a pesquisar por mim mesmo muita coisa, mas quando eu conheci o Olavo eu sistematizei melhor o meu estudo através dele. [...] E quando eu comecei com Olavo, eu comecei a me dedicar a esta filosofia grega, com os cursos deles. [...] Olavo tem um livro que é talvez o mais importante dele que é *A Nova Era e A Revolução Cultural* – o subtítulo é *Antonio Gramsci e fritjof Capra* – aí eu comecei a ler Gramsci¹⁶¹.

Um exemplo do lugar relevante ocupado pelos trabalhos de Olavo de Carvalho no campo. A importância do escritor para Paola se estende até a matriz ideológica de seu

¹⁵⁹ Interessante notar que de modo diferente ao dos “companheiros” de campo, Paola toma como data do golpe o dia 1º de abril. Historicamente, a direita e os militares envolvidos no evento reivindicam o dia 31 de março como data oficial do golpe de 1964. No que tange a citação, está conforme: Idem, p. 192. [Grifo meu].

¹⁶⁰ Idem, p.192-195.

¹⁶¹ Idem, p. 196.

pensamento político, ao se afirmar como “um liberal na economia e um conservador em moral e religião”, e prosseguia assim, “nós nos chamamos, acho que o Olavo também se chama assim”. No entanto, tratando-se de um campo, não se pode perder de vista que mesmo os ocupantes de uma posição hegemônica nesse espaço de disputa tem seu *lugar* por vezes questionado e até ensejado. Nesse sentido, mesmo com toda a referência e elogio a Olavo de Carvalho, ao tratar num artigo a questão da “hegemonia esquerdista na mídia” encontra-se a seguinte construção de Paola:

Esse pacto [mídia e esquerda] [...] foi aqui ali rompido na mídia hegemônica, mas quase sempre **por “ultradireitistas fanáticos” como Olavo de Carvalho**. Apenas jornais alternativos ou eletrônicos, **como esse que escrevo**, e sites como o Ternuma (Terrorismo Nunca Mais) têm inutilmente tentado levantar o véu que encobre a verdade¹⁶².

A julgar pelo argumento do autor, ao referir-se a Carvalho como um “ultradireitista fanático”, Paola articula mais uma ironia do que uma crítica à atuação do escritor. No entanto, tratando-se de um espaço de disputa pelo reconhecimento da fala, ou seja, de destituir o outro para ocupar o *lugar* daquele que guarda a *linguagem autorizada*, pode-se conjecturar que tal ironia, que remete à forma como Olavo de Carvalho seria visto no espaço público, é a estratégia que permite a Paola se apresentar como uma novidade, como alguém ainda não rotulado de forma negativa no “mercado de ideias” e assim mais apto a fornecer e ter seus argumentos “comprados” e reconhecidos. Cabe ressaltar que Olavo de Carvalho é o editor do site *Mídia Sem Máscara*, local onde fora publicado este texto por Heitor de Paola. Como nos lembra Pierre Bourdieu, acima das divergências, o campo se une por um objetivo em comum. Desse modo, assim como os trabalhos até aqui citados, Paola defende uma imagem positiva da ditadura e acusa o que chama de complô de esquerda:

Desde a chamada “redemocratização” em 1985, com direito a pantomimas mórbidas e palhaçadas explícitas do Presidente do Partido dos “milicos” que se transmutou em oposicionista, formou-se um pacto entre a mídia e os maîtres a pensar, a autoproclamada intelectualidade brasileira, de recontar a história dos governos militares como os “anos de chumbo”, um combate sujo dos sangrentos militares contra os bondosos heróis, combatentes da liberdade e da democracia. Contaram para isto com a benigna atitude de brasilianistas, especialistas (ôops!) em Brasil, todos escrevendo por encomenda e regimento pagos por Fundações esquerdistas americanas. [...] Ainda que seja por obra de uma minoria atuante (que pode tirar partido de sua própria fraqueza ao jogar com a estratégia propriamente

¹⁶² Mídia Sem Máscara- PAOLA, Heitor de. “Quem tem Medo do Coronel?”, *Mídia Sem Máscara*, 03 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.midiasemmascara.com.br/artigos.php?sid=4940>. Acessado em 13 de junho de 2008 às 18:09. [Grifos meus].

simbólica da provocação ou do testemunho para conseguir arrancar réplicas, simbólicas ou não, que impliquem um reconhecimento)¹⁶³.

No mesmo caminho de Paola, outros autores que orbitam entre grupos de direita e transitam por esse campo intelectual produziram trabalhos sobre a ditadura, no entanto numa *escala* menor que os autores até aqui citados. Tratam-se dos trabalhos de Percival Puggina, Nivaldo Cordeiro, Reinaldo Azevedo, F. Dumont, Marcos Coimbra, Aristóteles Drummond, Carlos Ilitch Santos Azambuja, capitão Felix Maier, Raymundo M. Negrão Torres, Licio Maciel – fico aqui nos mais conhecidos para não ser exaustiva.

Por esse caminho, um campo intelectual de direita ganhava corpo ao longo da década de 1990. No bojo dos discursos militares sobre o tema, ganhou destaque o trabalho do general Agnaldo Del Nero Augusto através da sua obra “A Grande Mentira”, cujo cunho era combater o dito revanchismo da esquerda e contar a verdadeira história sobre o que ocorreu durante a “contrarrevolução de 1964 e os governos militares”. O discurso de Del Nero (General-de-Divisão) tinha seu lugar reconhecido, principalmente, por sua trajetória nas Forças Armadas. Entre outras atividades, fora Oficial da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), Chefe da Seção de Informações do Centro de Informações do Exército (CIEEX) e redator da revista das Forças Armadas *Defesa Nacional*, sobretudo por sua contribuição intelectual nesse periódico anteriormente citado, cuja história é de grande importância para os militares e, diga-se de passagem, para a formação militar. Del Nero era um integrante ativo do TERNUMA, e, de forma geral, seus textos perpassam a crítica e enfrentamento a “uma *mitologia* cunhada por esquerdistas”, em especial à Mídia e professores, sobre o comunismo e o ocorrido em 1964:

Doi a história revista ou inventada que se fabricou, em relação a um período crucial da vida de nosso país, sendo transmitida aos nossos jovens. Pois foi com a mentira e valendo-se de técnicas psicológicas de indução, que as esquerdas criaram uma verdadeira **Mitologia Histórica** para nosso país. [...] Uma história revista ou inventada para atender conveniências de pessoas, grupos ou ideologias, e os termos empregados nesse conceito dizem tudo – é, na verdade, uma Grande Mentira [...] Estamos trabalhando esse tema da mitologia inteira, hoje, porém, queremos remexer um ponto específico do passado. Parece que, fruto dessa mitologia, há gente que

¹⁶³ Ibidem.

ainda acredita que as esquerdas pretendiam defender a democracia. [...] À mentira só há um antídoto: a VERDADE. Vamos remexer o passado com ela¹⁶⁴.

Em nota sobre o falecimento de Del Nero, Nelson Marquezelli (PTB-SP), num discurso feito na Câmara dos Deputados em Brasília, afirmava que “discordando frontalmente, como grande parcela dos cidadãos de nosso País, das *distorções* incutidas por certos setores na história pós-movimento de 1964, Del Nero” veio a produzir “uma peça de relevante valor histórico, que um dia, segundo a sua convicção e a *dos verdadeiros democratas*” então “haverá de ser reconhecida como importante e incontestável fonte de conhecimento e de informação às gerações futuras: o livro *A Grande Mentira*”¹⁶⁵.

Mas, e os autores citados na primeira parte deste capítulo?

Ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, como visto, as batalhas de memória tornaram-se mais acirradas, ganharam o espaço público e, principalmente, a memória das esquerdas conseguiu uma repercussão maior nesse período. Desse modo, em defesa de uma imagem positiva da ditadura, os temas ficaram mais imbricados e os discursos mais confluentes, apesar das diferenças demarcadas. O próprio Passarinho que tem a preocupação de afirmar que “suas mãos estão livres do sangue dos adversários” passou a ter uma escrita mais combativa e direta, na qual temas que nos anos anteriores eram evitados tornaram-se centrais em sua narrativa, como a questão do terrorismo e da tortura, por exemplo. Após deixar a política de Estado – seu último cargo foi de Ministro da Justiça no governo do Presidente Fernando Collor – passou a escrever sistematicamente em periódicos de ampla circulação. A despeito de afirmar ser “apenas um espectador não-engajado, assistindo a longa transição do autoritarismo para a democracia plena”, publicava o seguinte trecho na coluna Opinião do *Estado de São Paulo*¹⁶⁶:

E porque não se virar a página entre nós? O exemplo dos vitoriosos não é seguido pelos vencidos [...]. A mídia, onde ainda militam muitos molestados ou de seus parentes, se encarrega de soprar as brasas ainda subjacentes às cinzas. Não deixa que elas se apaguem. A propósito de tudo e a propósito de nada. Quando há falta de quorum na câmara, um repórter aproveita a chance e, pelo rádio, diz que não foi preciso o coronel fulano, “como em 1964”, porque os parlamentares se encarregam de fazê-lo pela ausência ao trabalho. Outro, escrevendo para louvar o

¹⁶⁴ TERNUMA- AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. “A contra-revolução de 1964 e a ideologia”, *TERNUMA*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/bsb287.htm>.

¹⁶⁵ MARQUEZELLI, Nelson. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 14 de julho de 2009 às 12:54 na seção 183.3.53.O, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>, seção: Deputados/ Discursos e Notas Taquigráficas. Acessado em 15/01/2012 às 19:00.

¹⁶⁶ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.*, p. 625.

presidente do Supremo Tribunal Federal, que se tem como militante, outrora, do ‘partidão, recorda ‘os meganhas, dos quais não lembramos sequer os nomes, sepultados na história, que cassaram ímpolutos ministros daquela Corte Suprema¹⁶⁷.

Apesar de manter o argumento em que associa os crimes da repressão do Estado ditatorial “às distorções praticadas por encarregados da manutenção da ordem estabelecida em 64”, seus textos tornaram-se muito mais combativos no sentido de confrontar uma memória das esquerdas. Vale retomar que Passarinho pautou uma defesa pública de Ustra, quando este último fora processado pela família Teles:

No crepúsculo de minha vida, recebo com honra a excelsa missão que me cometeram nossos camaradas de farda: saudar um patriota que a mentira, a difamação e a calúnia, arma dos covardes, intenta retratar como réprobo. De que o acusam e quem o acusa? Do crime – como se crime fosse defender com o risco da própria vida a sua, a nossa Pátria. Seus acusadores, esses sim, são militantes de um partido comunista que tem, ainda hoje, em Stálin o seu herói, um tirano que, por quase trinta anos, matou ou mandou assassinar milhões de pessoas de seu próprio povo por terem ousado discordar de sua figura sinistra. Eles mentem, difamando, a história, ao revés, prova que eles, sim, são os violadores cruéis dos direitos humanos¹⁶⁸.

Já no que tange ao coronel Ustra, se em 1985 estourava na imprensa o caso Bete Mendes-Brilhante Ustra, em 2006 sua situação era bem diferente. Como apresentado no início do capítulo, Ustra fora processado. Diante desse quadro escreveu seu livro “A Verdade Sufocada”, onde pretendia “mostrar para as novas gerações o porquê da contrarrevolução de 1964 e o porquê da luta armada” e destacava que “teria muito a escrever sobre esses dias” bem como “sobre os combates travados, assim, desmentindo versões fantasiosas” e “mentiras ideológicas”¹⁶⁹. Ademais, prosseguia advertindo que “teria muito mais a escrever. Afinal, foram 20 anos de pesquisa”, estabelecendo uma relação entre seu primeiro livro “Rompendo o Silêncio” com a “A Verdade Sufocada”, lembrando que ambos foram fruto de uma resposta ao “revanchismo de esquerda”.

Em confluência, no mesmo período, o TERNUMA lançou em sua página eletrônica o Projeto Orvil (anagrama que, lido ao contrário, significa livro), um documento de aproximadamente quinhentas páginas, no qual afirmavam que nada tinha de “segredo e a

¹⁶⁷ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Página Virada?”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Quarta-feira, 25 de outubro de 1995, Caderno A, p. 2.

¹⁶⁸ A Verdade Sufocada- Discurso proferido por Jarbas Passarinho no almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 21 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=1

¹⁶⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 565.

esconder” sobre o período do regime civil-militar, ao contrário, sua função era “mostrar tudo aquilo que a esquerda não queria que o Brasil conhecesse”¹⁷⁰. No sítio virtual, o grupo Terrorismo Nunca Mais apresentava o livro como resultado dos arquivos abertos da ditadura, contrapondo-se ao trabalho da equipe de “Brasil Nunca Mais”, que acusavam ser resultante de um trabalho de pesquisa unilateral “nos inquiridos disponíveis na justiça militar”, onde se “extraiu, apenas, o que interessava, desde que fossem acusações e críticas aos militares e civis que os combateram [referência à luta armada] e os derrotaram”¹⁷¹. Tanto que em 2008, não só no *site*, como nos principais jornais e *outdoors* de grandes cidades brasileiras, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo (lugares de maior atuação do coletivo), espalharam a notícia de que “foram abertos os arquivos da ditadura”.

É de interesse para a pesquisa ressaltar que tal projeto tornou-se público justamente no período em que tramitava o processo movido contra Ustra e também numa fase em que ganhara público a bandeira de abertura dos arquivos secretos e sigilosos da ditadura. Tanto que ao relatar o histórico do livro esses indivíduos destacavam que:

No último semestre de 1985, em razão das acusações articuladas no livro Brasil: Nunca Mais e pelas suas repercussões na Mídia, a Seção de Informações do Centro de Informações do Exército (CIE) [...] recebeu a função de empregar seus analistas [...] na realização de uma pesquisa histórica, considerando o período histórico que abarcasse os antecedentes imediatos da Contrarrevolução de 31 de março de 1964, até a derrota e o desmantelamento das organizações e partidos que utilizaram a luta armada como instrumento de tomada do poder. [...] Todas as pesquisas contribuíram para a elaboração desse livro [Orvil], diferentemente do trabalho da equipe de D. Evaristo Arns [...]. Visando resguardar o caráter confidencial e a elaboração da obra, foi designada uma palavra-código para se referir ao projeto – Orvil –, livro escrito de forma invertida. **Em fins de 1987**, o texto de aproximadamente, mil páginas, estava pronto. A obra [...] foi classificada como “Reservado”, grau de sigilo válido até que o livro fosse publicado oficialmente ou que ultrapasse o período previsto na lei para torná-lo ostensivo. Concluída e apresentada ao Ministro do Exército, General Ex Leônidas Pires Gonçalves, este não autorizou a sua publicação - que seria a palavra oficial do Exército -, sob a alegação de que a conjuntura política não era oportuna, que o momento era de concórdia, conciliação, harmonia e desarmamento de espíritos e não de confronto, de acusações e de desunião. Assim, a instituição permaneceu muda e a farsa dos revanchistas continuou, livre e solta, a inundar o País. Muitos militares, considerando que a classificação sigilosa “Reservado” já ultrapassara o sigilo imposto pela lei e dispostos a divulgar o livro, resolveram copiá-lo e difundi-lo [...]¹⁷².

¹⁷⁰ A Verdade Sufocada- “A Difusão do Projeto Orvil”, *A Verdade Sufocada*. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=737. Acessado em: 06/01/2012 às 19:40. [em paráfrase].

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Ibidem. [Grifos meus].

Assim, para além do citado anteriormente, o momento de publicação seria aquele em que era lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, durante o governo do Presidente Lula, o livro “Direito à Memória e à Verdade”, com relatos e dados de militantes de esquerda que foram vítima da repressão de Estado. Sobre o livro afirmavam ser tendencioso, pois, “os crimes praticados pelos militantes da luta armada, simplesmente, não existiam” em suas páginas, onde os militantes das esquerdas eram qualificados como “‘heróis’ que precisam ser permanentemente homenageados”¹⁷³. Aqui, cumpre ressaltar que Ustra integrou o CIE, como chefe da Seção de Operações, entre 1976-1978, tanto que em seu livro “A Verdade Sufocada” presta “homenagem *aos companheiros de projeto Orvil*”¹⁷⁴.

Apesar da data que remetem como o início da construção do projeto ser 1985, quando Ustra já estava fora do Centro de Informações do Exército, não se pode perder de vista que muitas das informações pautadas em seus livros vão ao encontro e até mesmo apresentam redação semelhante com as encontradas no “Orvil”. O seu primeiro trabalho “Rompendo o Silêncio” – que ressaltava ser fruto de pesquisas “em processos, nas bibliotecas, em livros, em documentos e, também através de um reduzido número de amigos”, contudo, sem oferecer uma referência específica sobre a obtenção dessas fontes – foi publicado no mesmo período em que afirmam ter terminado o projeto Orvil, em 1987. No que tange ao seu segundo livro, em referência ao CIE, o coronel agradecia “a esses anônimos militares da Inteligência do nosso Exército”, nas suas palavras: “deixo a minha homenagem e a certeza de que vocês, também, são autores desse livro”¹⁷⁵. Nesse sentido, ao cotejar essas duas obras, convém sublinhar que na introdução de “A Verdade Sufocada” Ustra afirma ser este uma revisão ampliada de seu escrito anterior:

Já que estavam tão interessados nos documentos guardados por civis e militares [...] resolvi abrir os meus, alguns arquivados na memória, outros na memória de companheiros de luta, outros pesquisados em jornais, livros e revistas e também na internet [...]. **Eu e minha mulher iniciamos as pesquisas para escrever o meu primeiro livro, *Rompendo o Silêncio*, e continuamos a fazê-la no curso dos últimos vinte anos. Possivelmente, nada de novo foi escrito por mim.** Os dados pesquisados foram reunidos e ordenados para facilitar a leitura e o entendimento da mensagem que agora transmito¹⁷⁶.

¹⁷³ Trecho em paráfrase. Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, [s/p]. [Grifos meus].

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 27. [Grifos meus].

Ou seja, diante deste quadro pode-se supor que Rompendo o Silêncio já fora escrito com informações articuladas no projeto Orvil. O que nos aponta não só para uma defesa do próprio Ustra, mas para seus trabalhos como um espaço privilegiado de defesa de uma memória positiva da ditadura, pois, o bojo das acusações recebidas por Ustra permite aos que advogam a favor do regime civil-militar apresentar dados e argumentos críticos acerca da esquerda, sem por isso ser considerado “revanchista”. A ênfase no caso Ustra é importante - nessa nova fase de intervenção dos que intitulo como intelectuais de direita - porque boa parte dos argumentos do *campo* orbitaram em torno das acusações contra os “terroristas da luta armada” e, no mesmo caminho, contra “o revanchismo daqueles que derrotados tentam reescrever a história”, do qual o caso Ustra seria o exemplo principal. Tanto que autores como Passarinho, Olavo de Carvalho, Heitor de Paola, como exemplos, passaram a escrever textos em que a defesa de Ustra se misturava na crítica ao dito “complô de esquerda” e na construção de uma imagem positiva do regime.

A partir da década de 1990 e anos 2000, a memória que ganha força no discurso deste campo é aquela “da luta direta contra a luta armada”, ou nos termos desses intelectuais de direita, “daqueles que enfrentaram diretamente o terrorismo de esquerda”¹⁷⁷. Um exemplo foi a criação do sítio virtual “A Verdade Sufocada”, onde Ustra, apesar de afirmar não ter envolvimento direto com os textos publicados, surge como um dos editores e sua esposa “Joseíta Ustra” como a produtora e organizadora do site. Cumpre assinalar que, assim como o Ternuma, a página virtual funciona como lugar de articulação de textos. No entanto, não se trata de um *grupo concreto* como o Terrorismo Nunca Mais e se dedica especialmente à questão da luta armada e à defesa de Ustra. Nas páginas desse *site* assim como nas do Ternuma, havia uma série de referências a livros e autores importantes para o entendimento da “verdadeira história do movimento de 1964 e dos governos militares” e criticando o que seria “um boicote das livrarias” aos que escrevem livros sob esse viés. Desse modo, a “Livraria Brasil.net” é apresentado como o local onde estão disponíveis, para serem adquiridos, todos os trabalhos produzidos por esse campo intelectual.

Interessante notar que a despeito de todos advogarem a favor de uma memória da ditadura sem o peso negativo das torturas, prisões, desaparecimentos e mortes, o lugar do combate à luta armada, como elemento central dos discursos desses intelectuais, gerou até mesmo uma crítica a Jarbas Passarinho. Em artigo intitulado “Apogeu e Declínio do Ciclo

¹⁷⁷ Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com.br>.

Militar”, o coronel Passarinho argumentava que “tudo de bom que os militares fizeram pelo Brasil, foi posto a perder”, entre diversas questões, devido ao fato do “Estado ter respondido com fogo contra fogo”, ou seja, a dita “guerra suja” na qual “crueldades foram praticadas de ambos os lados” e na “hediondez das torturas” que “não eram uma política do governo, mas deformidades dos que esqueceram a Convenção de Genebra”¹⁷⁸. Posição também encontrada em outros artigos do autor. Em resposta, seus *pares* – companheiros de campo – foram contra as suas palavras, como Nivaldo Cordeiro:

Se há um brasileiro a quem admiro e respeito, esse é Jarbas Passarinho. Biografia límpida e realizadora, ele prestou serviços públicos inestimáveis à Nação brasileira, em seus momentos mais difíceis, tendo ocupado as mais altas responsabilidades na República. Estimo particularmente a sua arte de escrever, que usa da sobriedade tanto quanto da clareza e da elegância expositiva, para o deleite de seu leitor. Suas posições são cristalinas e quase sempre estou de acordo com elas. Digo isso porque li o seu artigo de hoje, publicado na Folha de São Paulo (19/12) "Apogeu e declínio do ciclo militar", no qual ele relata seu estranhamento para com a sistemática e perene campanha de difamação do ciclo do regime militar no Brasil, extensivo às próprias corporações militares enquanto tal até hoje, ignorando sua etiologia histórica, tão bem exposta no artigo. [...] Passarinho aqui fez uma concessão demasiada aos inimigos da razão e aos decadentes da civilização. Eles não são merecedores¹⁷⁹.

No entanto, é importante enfatizar que Passarinho, mesmo com esse discurso, saiu em defesa de Ustra e em diversos textos faz críticas ao “terrorismo das esquerdas revolucionárias”. Trata-se de uma estratégia. Como visto anteriormente, muitas dessas narrativas pautam uma defesa das próprias atuações e trajetórias, bem como daquilo que consideram mais importante no regime civil-militar. Mas, como uma “semelhança na diferença”, esses indivíduos partem de seus lugares e escolhas específicas para defender uma memória positiva da ditadura civil-militar. Estão coesos na defesa, apesar de seguirem por diferentes caminhos. Entre 1985 e os anos 2000, estas foram as intervenções mais sistemáticas no tange à atitude de fazer frente à certa memória de esquerda. Não se pode negar que havia grupos e outras pessoas (tanto civis como militares) envolvidas nesse processo, porém, esses autores citados representam uma produção intelectual constante, cujo reconhecimento está para além do campo. O modo de seleção desses nomes foi baseado na constância de textos

¹⁷⁸ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Apogeu e Declínio do Ciclo Militar”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Domingo, 19 de Dezembro de 2005, Caderno Opinião, A3.

¹⁷⁹ Mídia Sem Máscara/ A Verdade Sufocada- CORDEIRO, Nivaldo. *Os por quês de Passarinho*. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com.br>. Acessado em: 06/01/2012 às 14:00.

publicados em páginas eletrônicas de coletivos de direita – que pautam a bandeira da ditadura – e das próprias referências encontradas em textos deles.

Todavia, alguns desses intelectuais de direita ocuparam um lugar de reconhecimento distinto dos demais; como um exemplo a ser seguido e, para além, como uma voz autorizada a advogar, no espaço público, uma imagem positiva do regime civil-militar. Já que ao voltar o olhar para um campo constituído, não se pode perder de vista que há aqueles cuja fala “concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador”¹⁸⁰. Ou seja, mesmo não se tratando de um grupo, interessa pensar naqueles que quer por trajetória, formação ou lugar ocupado fora do campo, são reconhecidos como autoridades no tema e, desse modo, autorizados a disputar a legitimidade social do discurso sobre determinado tema.

1.4- O discurso autorizado

Se três nomes tiveram destaque nesse campo intelectual, estes foram os de Passarinho, Ustra e Olavo de Carvalho, indivíduos que de alguma forma portam a *linguagem autorizada*. Segundo Pierre Bourdieu, “a matéria do discurso depende da posição social do locutor”, nesse sentido, pretende-se no presente tópico abordar, de forma breve, os principais caminhos e aspectos das trajetórias desses autores que os permitiram gozar do status de “porta-vozes autorizados” de uma causa. Indivíduos cujos discursos concentram o capital simbólico que os possibilita falar em nome de outros¹⁸¹.

1.4.1- O Híbrido Fértil

Em 1996, Jarbas Passarinho lançava sua autobiografia intitulada “Um Híbrido Fértil” – em referência tanto de sua atuação enquanto militar como de político. No prefácio escrito pelos editores, advertia-se:

Estudar a história do Brasil é, muitas vezes, dificultado pela falta de fontes primárias de pesquisa e pela ausência de depoimentos confiáveis de seus principais agentes. [...] Este livro, no entanto, é escrito por quem participou diretamente e, não

¹⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. “A linguagem autorizada”. In: _____. *Op. Cit.* 2008, p. 89.

¹⁸¹ Idem, p. 87.

só isso, por quem ajudou a construir a história que alterou definitivamente os rumos da vida do país e do povo brasileiro [...]”¹⁸².

Trata-se de uma afirmação que busca ressaltar a imagem de um *testemunho verdadeiro* sobre o passado. Ou seja, devido a sua trajetória, Passarinho era apresentado como uma espécie de verdadeiro narrador da história do regime. Lugar construído tanto pelo itinerário político como pela trajetória intelectual do autor. Nesse sentido, é interessante tomar alguns aspectos marcantes do percurso de Passarinho que possibilitou uma caracterização como essa citada no trecho anterior.

Nascido em 11 de janeiro de 1920 na cidade de Xapuri, localizada no Pará, o itinerário político de Jarbas Passarinho é bastante conhecido, já que desde o governo de Castelo Branco¹⁸³ o coronel esteve envolvido com questões de Estado, tanto como governador quanto Senador ou Ministro. Além de ter participado de diversos eventos-chave que antecederam ao golpe de 1964. Nas próprias palavras do autor: “ao cabo de seis décadas e meia de vida, contemplo com uma ponta de orgulho a trajetória que tracei”, a saber, a de “quem teve por destino influir nos rumos históricos de sua terra”¹⁸⁴. Como versa em sua autobiografia, o autor iniciou sua carreira militar “em Porto Alegre, no antigo quartel do Colégio Militar, que se transformara em Escola Preparatória de Cadetes”¹⁸⁵ e ao lembrar-se de seu posterior ingresso na Escola Militar de Realengo (que na época funcionava como Academia Militar), aproveitava para ressaltar a lisura dos vestibulares para a carreira militar, bem como a importância do desempenho intelectual nesse processo:

Eu estava muito bem preparado para o novo vestibular em Realengo. Havia cerca de 4 mil candidatos, disputando 200 vagas. [...] Novamente tropecei no exame de saúde, por faltar-me um molar. [...] Mas a tristeza só durou poucas horas. A um candidato, filho de oficial poderoso, faltavam-lhe dois molares. Foi salvo pela modificação do regulamento, que aceitou examinando só com dois molares. Passei junto com ele. Aprendi a gíria militar, quando se refere ao “peixe”, um protegido que não se beneficia sozinho de qualquer vantagem. [...] vim a ser submetido ao exame intelectual, no qual o “peixe” fora reprovado, por que não havia, nesse julgamento, influência de ninguém. Tanto que três filhos de generais foram reprovados no exame. Eu, filho de um maquinista de família modesta, passara na cabeça da turma. Data de então o meu orgulho do Exército que recruta seus oficiais à base de mérito e não do sobrenome ou da condição social¹⁸⁶.

¹⁸² PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996.

¹⁸³ Primeiro presidente (1964-1966) do regime civil-militar estabelecido após o golpe de 1964.

¹⁸⁴ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p.618/15.

¹⁸⁵ Idem, p. 46.

¹⁸⁶ Idem, p. 50-51.

Interessante notar que, segundo o autor, a prova para a Academia Militar fora sua “única oportunidade em vida de competir com o sr. Carlos Prestes”¹⁸⁷ – referência ao líder da Coluna Prestes¹⁸⁸ e posteriormente do Partido Comunista no Brasil:

Para surpresa minha, fui chamado pelo famoso major Osório, diretor de ensino. Queria cumprimentar-me, pois obtivera grau dez nas três matérias. **Disse-me que só Carlos Prestes, até então, tivera o mesmo desempenho. Isso quase me custou o insucesso.** Enchi-me de peso da responsabilidade e, assim tenso, fui para a quarta prova eliminatória: trigonometria. [...] Sofri o que se chama de “um branco” [...]. E, lá se foi a única oportunidade que a vida me deu de competir com o sr. Carlos Prestes [...] ¹⁸⁹.

O fato de Passarinho afirmar que quase foi recusado devido ao seu feito ser semelhante ao de Prestes, para além de uma competição com aquele que seria um representante de determinada esquerda, remete a sua própria formação. Ao voltar o olhar para sua trajetória, é preciso ter em vista que a Escola Militar passou por profundas mudanças em sua estrutura, objetivo e currículo. Passarinho ingressou na Academia entre final da década de 1930 e início dos anos 1940, ou seja, ainda no âmbito da reforma do ensino militar pautada pelo comandante José Pessoa e pelo Ministro Góis Monteiro, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. De acordo com Celso Castro, após eclodirem as revoltas tenentistas – cujos métodos setores importantes do Exército consideravam como fonte de enfraquecimento e divisão entre os militares – tomou corpo uma proposta, na qual se concebia a intervenção das Forças Armadas na vida política do país não pela atividade de grupos ou facções e sim pela própria instituição representada por seu estado-maior.

Assim, a formação na caserna se voltou para a construção do “novo exército”, onde as cisões e fissuras da política deveriam ser deixadas de lado em prol da disciplina, de “um novo estado psicológico”, em que o “*corpo* de cadetes” seria formado por indivíduos selecionados por um profundo processo de exames, tendo em vista o ingresso dos melhores e mais aptos à

¹⁸⁷ Idem, p. 51.

¹⁸⁸ Movimento, composto em grande parte por capitães e tenentes, que surgiu ainda na Primeira República, no bojo do tenentismo, diante de uma forte insatisfação com as condições do Exército e com as políticas do governo. Apesar de ter como objetivo a derrubada do governo, a coluna não tinha um programa claramente definido, já que abrigava diferentes correntes políticas – tanto que havia mais de uma liderança, junto com Prestes, na coluna, estavam Siqueira Campos e Miguel da Costa. De forma geral, defendiam bandeiras como voto secreto, a independência do judiciário e um Estado Forte. Ao longo da década de 1920, durante dois anos os integrantes da coluna marcharam por diversas regiões brasileiras e, por muitas vezes, enfrentaram grandes efetivos enviados pelo governo. Com a imagem associada à marcha e a luta contra as oligarquias, Prestes ficou conhecido como o “cavaleiro da esperança” e após o fim da coluna iria se filiar ao Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>.

¹⁸⁹ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 51. [Grifos meus].

carreira, e com uma formação em que fora reforçada a posição do Exército como fiador da Pátria e da Nação, numa tentativa de evitar, desse modo, a influência das divisões existentes na sociedade¹⁹⁰. O lugar da disputa política seria o *Clube Militar*, do qual o general Góis Monteiro era presidente, e não a Instituição.

Nessa tradição, o coronel foi senador e ministro dos governos militares estabelecidos no pós-1964, além ter participado ativamente da construção do golpe. Também consta em seu percurso a participação em momentos-chave ao longo dos anos 1950 e 1960, como na pressão militar contra Vargas – nas palavras do autor: “Participei da deposição do dr. Getúlio, em nome do princípio de obediência à hierarquia”¹⁹¹ – ainda nos acontecimentos que envolveram a posse de Juscelino Kubitschek e, posteriormente, João Goulart. Porém, como argumenta em seu livro de memórias, apesar de “se colocar em solidariedade aos amigos envolvidos nos levantes”, busca reforçar a imagem de que sempre esteve ao lado da legalidade. Como exemplifica a passagem sobre a conturbada posse de Kubitschek:

Eu não tivera qualquer compromisso com a ideia de impedir o Presidente Juscelino. Minha participação, a partir do momento em que fui ao encontro do general Alcides Etchegoyen no Palácio do Catete, passou a ser consequência natural da solidariedade de classe [...] A confiança de Newton Barreira em mim, vinculando seu destino a uma decisão que eu tomasse, a amizade por Veloso, tudo contribuiu para que eu me envolvesse na conspiração. Já, os militares, os que eram simpáticos ao Presidente Juscelino e alguns que visavam fazer carreira no Governo dele, tornavam inviável qualquer rebelião contra o novo Governo Federal. Não havia clima para isso. O Exército sempre teve como fator importante de sua conduta um princípio legalista, que é pertinente a outro mais importante: o da lealdade. Para que uma força armada se rebelde, como aconteceria quase dez anos mais tarde, seriam necessários argumentos muito mais poderosos e comprovados do que os apresentados contra o dr. Juscelino [...]¹⁹².

Desse modo, apesar de seu envolvimento direto em cisões na caserna e em acontecimentos políticos do país, o coronel buscava ressaltar uma imagem na qual, acima de tudo e de todas as diferenças, estava a estabilidade das Forças Armadas. No entanto, mesmo se apresentando como um militar que fora “desviado para a política, pela força das circunstâncias conjunturais que desaguaram no evento de 31 de março de 1964”, a trajetória política de Passarinho remonta seus primeiros traços ao tempo em que fora orador e presidente da Sociedade Acadêmica da Escola Militar, passando por suas intervenções no

¹⁹⁰ CASTRO, Celso. *Op. Cit.* 2002./ _____. “Inventando tradições no exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p.233-235.

¹⁹¹ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 55.

¹⁹² Idem, p. 96.

Clube Militar e em protestos como representante de turma na ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), onde estudou até 1955. No dia de sua formatura, logo após o caso envolvendo a posse do Presidente Juscelino, Passarinho esteve no centro de um protesto da turma contra aqueles que reprimiram a rebelião de oficiais e soldados no período da posse do presidente¹⁹³.

Ao longo de sua formação, estudou na Escola de Aperfeiçoamento de oficiais (ESAO), em 1950, período em que afirma ter ocorrido “o que chamaria de embrião de 1964”¹⁹⁴. Segundo o coronel, “apesar da intensa atividade profissional”, as suas atenções e de seus companheiros de ESAO estavam voltadas “para o Clube Militar, cuja direção havia sido conquistada em eleições pouco disputadas” e que não agradava a todos¹⁹⁵. Isto é, nos termos do autor:

Venceram os que se diziam nacionalistas, como se os outros menos fossem. Mas entre eles havia oficiais que, assumindo a direção do departamento cultural, usavam a revista do Clube como veículo de pregação mais que simplesmente nacionalista. Tangenciavam, com cuidado que a matéria impunha, a defesa das teses marxistas, sob mascaramento. [...] Vimos no Clube Militar uma cabeça-de-ponte para o doutrinação do Exército pela esquerda. Reagimos¹⁹⁶.

De acordo com Passarinho, sua imagem era do “Major incendiário do Clube da Aeronáutica e do Clube militar” e do “pivô da manifestação hostil, na formatura da turma de 1955 da ECEME”, tanto que, segundo o autor, não teria conseguido lograr êxito em sua tentativa de ser instrutor na ECEME e na AMAM (Academia Militar das Agulhas Negras, que antes se localizava em Realengo), pois “era visto sob a suspeição de *subversivo*”, desse modo, “perigoso no Comando de Cadetes”¹⁹⁷. Como vimos anteriormente, a reforma educacional no Exército pregava uma separação da vida política e da formação dos futuros oficiais, nas palavras de Passarinho:

Aluno do último ano da Escola de Estado-Maior do Exército comandava-a o General Humberto de Castelo Branco. Tentava-se impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Era o ano de 1955. Em preleção aos seus comandados, o general

¹⁹³ Idem, p. 623.

¹⁹⁴ Idem, p. 72.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Idem, p. 72-73.

¹⁹⁷ Idem, p. 107.

pregava o afastamento dos militares da política. Do contrário – dizia –, em vez de um exército teríamos milícias sob chefetes¹⁹⁸.

Porém, esse mesmo percurso legou a Passarinho um papel relevante ao longo da história do golpe e da ditadura civil-militar brasileira e foi assim que manteve contato com militares importantes durante o período que antecedeu diretamente 1964. Pode-se dizer que Passarinho, ao longo de sua vida militar e pública, apresentou uma grande habilidade diplomática, já que conseguiu circular e costurar acordos com indivíduos que compunham grupos com interesses diversos dentro das casernas – ao tratar dessa diversidade, no caso da atuação de Jarbas Passarinho, remeto especificamente aos setores à direita. Como exemplo, convém destacar que o coronel, com todo o histórico de levantes e conspiração, nunca fora punido por seus superiores. Ao contrário, recebera convites para ocupar cargos, bem como medalhas e promoções, entre as quais, em 1962, a Medalha do Mérito Militar, em 1965, a Medalha do Pacificador, em 1968, ganhou do Presidente Costa e Silva a Ordem do Mérito Militar no grau de Grande Oficial. Ademais, vale destacar que apesar de seu envolvimento em levantes e conspirações, Passarinho sempre, no fim, se colocava a serviço da legalidade e da unidade das Forças Armadas.

Nesse sentido, se há um elemento privilegiado nas narrativas do coronel sobre o período da ditadura, estas se referem às descrições que faz sobre o “meio palaciano”, daqueles que compunham altos cargos no Estado ditatorial e tal posicionamento, pode-se dizer, fora alcançado devido a suas experiências no campo da política e de sua fidelidade ao regime. Passarinho representa, como poucos, a figura do homem do regime. Como descreveu Brilhante Ustra, no ato em sua defesa contra o processo movido pela família Teles: “Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a presença do senador, governador, ministro e, acima de tudo, Cel do Exército brasileiro, Jarbas Passarinho”¹⁹⁹. Frase que resume bem a atuação de Passarinho, tanto pelo seu percurso como político bem como militar – esferas que se entrecruzaram ao longo da trajetória do coronel reformado.

Em seu itinerário, foi interventor no Pará durante os primeiros anos do regime civil-militar, de 1967 até 1987 exerceu a função de ministro, ou seja, participou ativamente de todos os governos; foi um “homem da ditadura”, que, em 1968, mandou “às favas a

¹⁹⁸BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em Vez de Ação de Graças”, *O Estado de São Paulo*, domingo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.

¹⁹⁹ Discurso do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em Brasília, novembro de 2006. A Verdade Sufocada. Visto em 05/12/2011 às 17:58. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=294&Itemid=74. [

consciência” e protagonizou a assinatura do Ato Institucional número cinco, durante o governo do General Costa e Silva, assim como fora figura de frente do governo no processo de abertura política. Em suma, esteve presente não só como espectador, mas como alguém que construiu e participou ativamente da história desse passado recente. Mas, especialmente porque, como poucos que vivenciaram e articularam tais eventos, seguiu na defesa pública desse movimento do qual participara. Cruzou o caminho da batalha das armas para o “embate das letras”.

Assim, ao tratar de sua intervenção nos “embates das letras”, se sua trajetória política fora importante, a intelectual não fica atrás. De acordo com o que foi visto, Passarinho, em sua vida pública, sempre publicou artigos em periódicos de ampla circulação – mesmo durante a ditadura o coronel apresentava textos nas colunas de “Opinião” de jornais como “A Folha de São Paulo”, “O Estado de São Paulo” e o “O Correio Brasiliense” – espaços que nem todos aqueles que defendem uma imagem positiva do regime conseguiram obter. Deslocando o olhar do percurso político para o itinerário intelectual de Passarinho, cabe ressaltar que o coronel é membro da Academia Paraense de Letras e sócio Honorário desde 1970 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Interessante salientar que, durante os anos 1960 e 1970, o autor recebera não só medalhas e prêmios associados a sua conduta militar e atuação ao longo do regime, mas também no âmbito das letras. Em 1971, obteve da PUC de Campinas o título de Doutor *Honoris Causa*. Título com o qual seria agraciado em outras Universidades, como fora em 1973, na Universidade Federal do Maranhão, em 1972, na Universidad Autonoma de Guadalajara, no México, assim como na Universidade Federal do Paraná e na Universidade de Pernambuco, nesta última com a participação de Gilberto Freyre, então decano da Universidade, na entrega do título. Para além, Passarinho recebeu prêmios por livros publicados – o coronel escreveu muitos livros em sua trajetória – como, em 1959, o entregue pela Academia Paraense de Letras²⁰⁰.

Percurso do qual Passarinho se orgulhava e gostava de ressaltar:

Encharcado de Machado de Assis, a leitura do jornal O Estado de Minas me chamou atenção para um concurso permanente de contos. Eram três os prêmios, expressivos para época. Julgado por titulares da Academia Militar de Letras [...]. Enchi-me de coragem, apesar de ser um concurso aberto a qualquer candidato, e não

²⁰⁰ Os prêmios estão conforme: PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996.

apenas estreantes. Mandei um conto sob o título intrigante: “Um Viúvo Solteiro”. Abiscoitei o primeiro prêmio [...]”²⁰¹.

Além de escrever diversos livros, muitos deles sobre temas políticos, Passarinho foi um importante orador no Congresso, cuja eloquência fora solicitada diversas vezes para defender as propostas do regime. Interessante notar que em seus discursos, como recurso estético ou retórico, sempre buscou associar e ilustrar suas ideias e argumentos retomando citações de autores conhecidos e consagrados, tanto na literatura como na filosofia.

Em suma, como dito na citação inicial deste tópico, foram poucos indivíduos que vivenciaram importantes acontecimentos da história recente do Brasil que permaneceram a intervir no espaço público para defender suas ideias. Diga-se assim que a importância de Passarinho no âmbito do campo e da pesquisa se deve ao fato deste ter vivido, em sua trajetória militar e política, momentos de articulação do golpe, de ter convivido e construído o regime pós-1964, ou seja, de em suas memórias trazer à baila uma visão de quem vivenciou especialmente as esferas de comando do Estado ditatorial. Some-se a isso o fato do coronel organizar uma intervenção intelectual reconhecida pelos seus *pares* e também fora do campo – já que seus escritos são publicados em jornais de ampla circulação. Seu percurso resume fielmente a passagem da batalha das armas para o embate das letras. Especialmente quando se trata da defesa daqueles que compuseram as esferas de comando do Estado ditatorial.

1.4.2 - O Doutor Tibiriçá

“Para denegrir o Exército, dentre muitos que combateram o terrorismo, fui o escolhido”, sou “Um militar que lutou contra a Guerrilha Urbana em São Paulo, durante quatro anos”²⁰². Assim, Ustra se apresentava nas páginas de seu primeiro livro “Rompendo o Silêncio”.

Ao longo de sua trajetória, Carlos Alberto Brilhante Ustra representa o que esses intelectuais de direita intitularam como “vítima do revanchismo da esquerda”. Ou seja, enquanto Passarinho apresenta seu discurso amparado por flertes com o meio acadêmico, Ustra acumulou um *capital simbólico*, devido às constantes acusações, sofridas no espaço

²⁰¹ Idem, p. 70.

²⁰² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987. [s/p].

público, relacionadas à tortura. No entanto, não foi apenas por esse motivo que Ustra galgou um lugar de porta-voz autorizado no *campo*. Veremos como.

Um importante paralelo para tal análise é a comparação de seu trabalho e intervenção no espaço público com a de Marco Pollo Giordani, já que ambos foram membros dos destacamentos de segurança e escreveram suas memórias num período próximo, ainda na segunda metade da década de 1980. Conforme vimos, nos anos de 1986 e 1987, respectivamente, Giordani publicou o livro intitulado “Brasil: Sempre” e o Coronel reformado Brilhante Ustra lançou “Rompendo o Silêncio”²⁰³, ambas obras vieram a público após uma série de denúncias pautadas por militantes de esquerda e familiares de vítimas da repressão do Estado ditatorial. O primeiro foi apresentado como uma resposta aos relatos de violência e às listas de torturadores presentes no Dossiê Brasil Nunca Mais, mas pode-se dizer que não emplacou.

De todo modo, num primeiro momento havia certa expectativa de que esse livro se configurasse como um trabalho pioneiro:

[...] ‘Brasil Sempre’, escrito pelo tenente da segunda seção (serviço secreto) do Comando Militar do Sul, Marco Pollo Giordani, é a resposta ao livro ‘Brasil: Nunca Mais’ [...] A ‘relação dos mortos pela subversão’ [...] ocupa um capítulo do livro, e inclui, principalmente, militares e civis mortos durante assaltos a bancos ou casas comerciais [...] Giordani diz que não pretende contestar os relatos das vítimas de esquerda, mas mostrar a parte esquecida [...]²⁰⁴.

Todavia o conteúdo de *Brasil Sempre* ficou aquém da obra que pretendia refutar. Como descreveu o próprio diretor da editora em que foi publicado o livro, “este era um verdadeiro curso do SNI (Sistema Nacional de Informação) sobre como enfrentar a subversão e o comunismo”²⁰⁵. Além de pautar-se na antiga noção de perigo vermelho e de uma teoria (nos moldes do “darwinismo social”) sobre a cordialidade do povo brasileiro. De acordo com a crítica de João Roberto Martins Filho, este se configurou como uma decepcionante reação à memória de esquerda, principalmente “enquanto refutação histórica ou argumentação discursiva”²⁰⁶.

²⁰³GIORDANI, Marco Pollo. *Op. Cit.*/ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987.

²⁰⁴ Arquivo Ana Lagoa- Tenente do Exército lançará livro em resposta a “Brasil: Nunca Mais”. *Folha de São Paulo*, 15 de julho de 1986. Ver em: www.arqanalagoa.ufscar.br. (Setor: Recortes 1968-1986). Consultado em: 15/01/2011 às 20:38.

²⁰⁵ *Apud* MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. Cit.*, p. 187.

²⁰⁶ *Ibidem*.

Tanto que apesar de ser um oficial “com vários anos de DOI-CODI”, o autor teve sua versão profundamente criticada pelas Forças Armadas e foi preso no Quartel Geral de Porto Alegre por desacato, devido ao conteúdo do livro²⁰⁷:

O Tenente Marco Pollo Giordani da 2ª seção (informações) [...] está preso desde segunda-feira da semana passada no QG do Comando em Porto Alegre (RS). O motivo foi a publicação do livro e Airton Ortiz, editor de ‘Brasil Sempre’, assegurou que Giordani pode pedir passagem para a reserva²⁰⁸.

Como destaca a reportagem, em 1986, Marco Pollo Giordani foi para a reserva e deixou a vida militar. Encerrava assim umas das tentativas de certa “direita” em fazer frente a certa memória da ditadura.

O caso de Ustra foi bem diferente.

De acordo com Michael Pollak, quando um grupo pretende passar uma imagem de si e de suas memórias, busca escolher testemunhas confiáveis à coletividade da qual pertencem e irão representar, para evitar que mitômanos tomem publicamente a palavra²⁰⁹. Tal atitude é que o intitulou de *testemunha autorizada* e no processo de disputa pela memória da ditadura o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra tomou para si essa função. Porém, ao contrário do primeiro caso citado, não veio a público nenhuma referência a alguma punição oficial impetrada ao Coronel.

De acordo com o que foi apontado nesse capítulo, tanto Giordani como Ustra escreveram textos semelhantes. Porém, a narrativa de Ustra seguia um caminho mais comedido, em certas colocações, do que as do tenente-coronel. Numa fase cujo discurso perpassa uma ideia de “pacto de silêncio da Anistia”, clamar por um movimento armado de direita, como o fez Giordani, comprometia a imagem de setores das Forças Armadas que, ancoradas em figuras como o Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves e, pode-se dizer também do Senador Jarbas Passarinho – envolvidos no governo de transição do Presidente Sarney – mantinham um discurso de “virar a página sobre o passado recente” e não “reabrir feridas”. Remeter aos textos de instrução do SNI significava remexer num emaranhado de questões que poderiam manchar a imagem daqueles que participaram do regime. Em certos momentos, Giordani chega a afirmar que o SNI era o maior e mais bem equipado sistema de

²⁰⁷Arquivo Ana Lagoa- “Brasil Sempre”. [recorte de jornal sem referência]. Ver em: www.arqanalagoa.ufscar.br. (Setor: Recortes 1968-1986). Consultado em: 15/01/2011 às 19:01.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ POLLAK, Michael. *Op. Cit.* 1989.

informações da América Latina, com dados não só de “comunistas” brasileiros, mas também de outros países da América do Sul, ressaltando que o órgão tinha “munição” para enfrentar todas as possíveis investidas da esquerda; na época uma menção que destoava da “política de esquecimento” articulado por aqueles que fizeram 1964. Ademais, vale ressaltar que o SNI ainda era um órgão ativo na década de 1980.

Outro ponto a ser ressaltado e, vale dizer, um dos mais importantes nessa diferenciação é que Ustra fora diretamente acusado de tortura por Bete Mendes, em 1985, ao cabo que Giordani tomara uma iniciativa própria de se contrapor à obra “Brasil Nunca Mais”. Isto é, o trabalho de Ustra seria uma resposta, uma reação contra uma acusação marcadamente pessoal, e a atitude de Giordani nem tanto. Interessante notar que, logo após a acusação, o coronel Brilhante Ustra não fez nenhum comunicado sobre o ocorrido. Sua defesa foi feita pelo General Leônidas Pires da Silva, àquela época Ministro do Exército que apresentou um discurso pautado na *conciliação*. De acordo com o Jornal “O Globo”²¹⁰:

Na ordem do dia lida ontem, na cerimônia de comemoração do dia do soldado, em Brasília, o Ministro do exército, General Leônidas Pires da Silva, pregou a conciliação como forma de promover o bem comum no país. Em entrevista preparada pelo centro de comunicação social do exército, o Ministro comentou o episódio envolvendo o Adido Militar do Brasil no Uruguai [...] afirmando que a confrontação político ideológica no Brasil foi sepultada pela lei da Anistia [...] ²¹¹.

Contudo um documento interno e reservado, escrito pelo Ministro e que veio a público no *Estado de São Paulo*, apontava para outro posicionamento em que o general, remetendo ao caso Ustra, homenageava todos “aqueles que atuaram patrioticamente contra os subversivos e terroristas” e num claro elogio aos agentes dos órgãos de segurança afirmava o respeito da Instituição para com estes que alçaram êxitos “muitas vezes com o risco da própria vida”²¹². Essa colocação do general dá uma dimensão da importância do caso Ustra. A nota “polêmica” de Leônidas “passou”, apesar de suscitar algumas discussões no âmbito do governo, assim como o acontecimento envolvendo Ustra. Em março de 1987, Brilhante Ustra “romperia o silêncio”. Ou seja, após um tempo considerável o coronel ia a público, pautando sua

²¹⁰ Leônidas Pires Gonçalves foi um dos protagonistas dos governos militares. Entre suas atuações, nesse período, vale destacar o comando (chefia) do Estado Maior do I Exército iniciado em 1974 (no final do governo de Emílio Garrastazu Médici, o então presidente militar), cuja uma das responsabilidades era o Centro de Operações de Defesa Interna (o CODI). Cf. SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *A Volta aos Quartéis. Memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 173.

²¹¹ BN- Ministro do Exército Prega Conciliação. *Jornal O Globo*, Segunda-feira, 26 de agosto de 1985, p. 02.

²¹² [s/t]. *O Estado de São Paulo*, 24 de agosto de 1985, p. 6.

“resposta” e, conseqüentemente, defendendo uma imagem positiva da ditadura, em especial das comunidades de segurança. Nesse sentido, se em 1987 o ministro Leônidas Pires considerava inoportuno publicar as informações contidas no levantamento do intitulado projeto Orvil – “em nome da concórdia, do desarmamento de espírito e da pacificação nacional” – pode-se supor que o livro do coronel era um espaço privilegiado e momento oportuno para expor tais escritos pautados no projeto, ou seja, seria uma forma de falar do “outro” sem aparecer, perante a sociedade, como aqueles que “rompem com a Anistia”.

“Rompendo o Silêncio”, ao contrário da obra de Giordani, conseguiu uma boa repercussão nacional, tanto que no dia de seu lançamento – 5 de março de 1987 – Brilhante Ustra concedeu uma entrevista ao jornalista Alexandre Garcia na extinta TV Manchete. E, como destacava a reportagem da época na “Revista Veja”:

[...] um sucesso editorial poderia servir a Ustra, mas esse não é o seu objetivo. É também impossível que rompendo o silêncio [Ustra] consiga ir a general. É certo, contudo, que ele reabriu, com sucesso, a questão tortura [...] Até o lançamento de seu livro, essa discussão era prerrogativa dos presos. Com ele, pela primeira vez, o debate é iniciativa do carcereiro²¹³.

No ar, durante a entrevista, destacou que se contando essa história tivesse cometido algum ato de indisciplina aceitaria com tranquilidade as punições vindas de autoridades militares²¹⁴. O Coronel não foi punido, pelo contrário “Rompendo o Silêncio” entrou na lista dos livros mais comprados do ano de 1987 e assim permaneceu por alguns meses na décima colocação²¹⁵. Anos mais tarde, Ustra novamente acusado de tortura aumentava a sua *importância* como o exemplo “do ódio presente no discurso revanchista da esquerda”. No entanto, o capital simbólico do Ustra não termina por aí. Convém alinhar um breve relato de sua carreira militar.

Nascido em 28 de Julho de 1932, na cidade de Santa Maria – interior do Rio Grande do Sul – Ustra percorreu todos os cursos principais das Forças Armadas. Com trajetória semelhante a do coronel Jarbas Passarinho, iniciou sua carreira militar na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (em 1949), após sua formatura seguiu para a Academia Militar

²¹³ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acessado em: 14/01/2011 às 16:00.

²¹⁴ CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA. Entrevista concedida ao jornalista Alexandre Garcia. Rio de Janeiro: TV Manchete, 5 de março de 1987.

²¹⁵ Numa pesquisa realizada na coluna de livros mais vendidos publicada na revista veja, o livro de Ustra permaneceu ao longo do ano de 1987, após seu lançamento na décima posição. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

das Agulhas Negras (AMAM) – na qual participou do curso de Formação de Oficiais em Artilharia – como Aspirante e depois 1º Tenente serviu no regimento Mallet em sua cidade Natal, sobre o qual afirma ser “a unidade militar mais tradicional da Artilharia”. Já em 1958 foi transferido para Deodoro, no Rio de Janeiro, onde na ESAO cumpriu a grade de Defesa Antiaérea, passagem necessária para obter a patente de capitão, onde ficou até 1963, quando passou para o comando do 1º Grupo de Canhões 90mm Antiaéreo. Em 1967 entrou na ECEME, curso necessário para aqueles que almejam ao generalato.

Dessa forma, vale destacar que Ustra cursou a ESAO e a ECEME, num período de efervescência do golpe e, posteriormente, da ditadura. Como descrito no tópico sobre Passarinho, a ESAO (e não só a ECEME) foi um espaço de formação de quadros que interviam “contra o perigo vermelho” em 1964 e também daqueles que compuseram os governos ditatoriais. No caso da ESAO, num momento em que se formaram indivíduos que atuavam nas comunidades de informação e segurança²¹⁶. Já na ECEME no período da ditadura, entre 1967 e 1969, ingressou numa fase de endurecimento do regime, em que foi alterada a grade curricular da Escola Militar e incluídas aulas voltadas para diferentes tipos de guerra, assim como cursos voltados para proteção e segurança interna. Como destaca Alfred Stepan, a partir de 1968, o plano de estudo para os alunos da ECEME destinava 222 horas de aulas sobre segurança interna, 129 horas para atividades de combate irregular e apenas 21 horas para os temas clássicos de defesa territorial²¹⁷.

Com essa formação, em 1964, Ustra adquiriu o comando, como diz, de uma “área embaraçosa”, onde havia “duas baterias a favor de Jango e três contrárias à anarquia crescente que se instalava nos quartéis”. Assumindo, portanto, a responsabilidade de “recuperar as baterias perdidas para o comunismo”²¹⁸. Em 1970, assumiu o DOI. De acordo com Carlos Fico, após a organização da estrutura repressiva do DOI-CODI, o comandante para essas áreas (principalmente do DOI) precisava satisfazer certas características específicas, ou seja, ter treinamento para essa função, bem como a consciência dos riscos e envolvimento pessoais que esta acarretaria²¹⁹. Este *capital* Ustra já havia acumulado, tanto por sua formação como pela participação na OBAN (Operação Bandeirantes), estrutura que inspirou a construção do sistema DOI/CODI.

²¹⁶ Cf. QUADRAT, Samantha Viz. *Op. Cit.* 2000. Em especial, o capítulo sobre a ESAO.

²¹⁷ STEPAN, Alfred. *Brasil: los militares y la política*. Argentina: Amorrortu ediciones, 1971, p. 213.

²¹⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* p. 85.

²¹⁹ FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 123-124.

Portanto, ao traçar um paralelo entre a trajetória de Ustra durante o regime e no pós-ditadura, encontram-se as características que possibilitaram ao coronel o *status* de porta-voz autorizado. Primeiramente, por ter seu nome envolvido em polêmicas e acusações diversas de tortura. O que poderia ser um aspecto negativo para sua reputação no *campo*, na verdade é o que garante a posição de importância do seu discurso, somado a sua formação e carreira militar voltadas, em boa parte, para o “combate do terrorismo”, ou seja, daquele que conhece os dois momentos da intervenção das esquerdas: o primeiro enquanto combate armado, de quem lutou contra a guerrilha; e o segundo de quem fora vítima na “batalha das letras” do “revanchismo das esquerdas”.

1.4.3- O Professor

Olavo de Carvalho nasceu em 1947 e tem sido saudado pela crítica como um dos mais originais e audaciosos pensadores brasileiros, entre suas obras, destacam-se: os gêneros literários; os livros Aristóteles em nova perspectiva; o Jardim das Aflições²²⁰.

Assim, Olavo de Carvalho era apresentado pela editora O Globo, ao justificar a escolha do autor para prefaciar a obra “Admirável Mundo Novo” do escritor Aldous Huxley. Como se vê, o autor já possuía um reconhecimento exterior ao *campo*. E, portanto, o título de “o professor” não foi escolhido para tratar do escritor Olavo de Carvalho de forma aleatória ou simplesmente ilustrativa. Este remete tanto à forma como sua trajetória intelectual é reconhecida dentro e fora do *campo*, bem como ao caráter pedagógico atribuído, por seus *pares*, ao seu discurso assumidamente de direita e, principalmente, ao fato de sua narrativa ser o testemunho de um ex-militante de esquerda que se *arrependeu* de sua antiga posição ideológica.

No que tange à formação e à vida de Olavo Carvalho há pouquíssimas referências. Sabe-se que, ao longo dos anos 1970, foi astrólogo da conhecida revista “Planeta”, além de lançar alguns livros sobre o tema. E que também fez alguns trabalhos como jornalista e de consultoria editorial para empresas como, por exemplo, o “serviço editorial que prestava para a Odebrecht”, tendo exercido “temporariamente como editor de texto de um volumoso

²²⁰ Cf. HUXLEY, Editora Globo. “Apresentação”. In: Huxley, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: O Globo, 2001, p. 7-17.

tratado” intitulado “O Exército na História do Brasil”²²¹. No entanto, para a pesquisa interessa especialmente a forma como Carvalho narra a sua própria trajetória de desencanto com as esquerdas, pois é especialmente essa dimensão que permite intitulá-lo como porta-voz autorizado.

De acordo com Pierre Bourdieu, o capital simbólico da linguagem autorizada resulta e é consagrado por uma nomeação ou legitimação que garante ao porta-voz fazer o uso da palavra a partir de uma qualificação linguística reconhecida pelos pares. A *eficácia performativa do discurso* resulta de uma fala proferida de um lugar reconhecido e pronunciada por aquele que recebe a delegação de falar em nome de outros. A saber, “não basta que ele seja compreendido”, mas sim “que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio”²²². Para ter a fala autorizada, é necessário que o discurso seja pronunciado em uma situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos que lhe outorgam a autoridade ²²³. Dito isto, um pouco diferente de Passarinho e Ustra, cuja própria trajetória de ex-integrantes do regime, de certo modo, lhes possibilita falar em nome de uma memória positiva da ditadura, Olavo de Carvalho passou por um *rito de iniciação* quando proferiu um discurso no *Clube Militar*, na data simbólica de 31 de março, explicando como e porque se arrependeu de sua militância política de esquerda durante a ditadura.

O autor recebeu o convite após a publicação de seu artigo, no Jornal O Globo, intitulado “A História Oficial de 1964”, onde fazia uma defesa do golpe sob um viés fortemente anticomunista e realçava o que dizia ser “um movimento único na história de tomada do poder”:

Na noite de 31 de março para 1º de abril, uma mobilização militar meio improvisada bloqueou as ruas, pôs a liderança esquerdista para correr e instalou um novo regime num país de dimensões continentais – sem que houvesse, na gigantesca operação, mais que duas vítimas [...]. As lideranças esquerdistas, que até a véspera se gabavam de seu respaldo militar, fugiram em debandada para dentro das embaixadas, enquanto a extrema-direita civil, que acreditava ter chegado sua vez de mandar no país, foi cuidadosamente imobilizada pelo governo militar e acabou por desaparecer do cenário político²²⁴.

²²¹TERNUMA- CARVALHO, Olavo. “Os militares e a memória nacional”, *Ternuma*. Disponível: <http://www.ternuma.com.br>

²²²BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 91.

²²³Ibidem.

²²⁴BN- CARVALHO, Olavo de. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

Ou seja, reforçava a imagem da “intervenção salvadora” e *moderada*, em nome da ordem, contra os extremismos. Somando esse texto à trajetória intelectual de Olavo de Carvalho, na qual escrevera livros contra “a intelectualidade de esquerda” e defendendo autointituladas posições de direita, o autor foi convidado a dar uma palestra no Clube Militar e também no Instituto de História e Geografia Militar. Nas suas palavras:

Meu artigo "A história oficial de 1964", publicado em O Globo de 19 de janeiro de 1999, que nenhum mandarim da esquerda ousou responder [...] trouxe para o autor um presente inesperado e — nos dias que correm — bastante incômodo: a amizade dos militares. É preciso estar maluco para declarar isto em público, mas é certo que essa amizade muito me honra e me alegra. E foi ela que levou dois ilustres militares brasileiros, o Cel. Luís Paulo Macedo Carvalho, presidente do Instituto de História e Geografia Militar, e o Gen. Hélio Ibiapina Lima, presidente do Clube Militar, a me convidar para falar nessas duas instituições, respectivamente nos dias 30 e 31 de março passado²²⁵.

Ao iniciar sua palestra destacava que “os fatos de sua vida iriam se encaixar muito bem” no assunto abordado e *comemorado*, a saber, a “Contrarrevolução de 1964”:

[...] as paixões infames de que o ser humano é capaz, sempre podem ser muito bem trabalhados e aproveitados por pessoas sedutoras. A palavra "sedutor" vem do latim sub ducere. Ducere é "conduzir", e sub, "por baixo". Quer dizer: o sedutor é alguém que nos conduz pela nossa parte inferior, pela nossa parte fraca e pelas nossas tendências abissais ocultas. Ora, não há tendência mais baixa do que a vaidade e a arrogância rancorosa. Quem quer que diga a um garoto de quinze anos que ele é superior à geração de seus pais porque tem o espírito da justiça é apenas um sedutor barato e mentiroso. Mas acho que não houve na história do século XX uma única geração que não tenha ouvido esse canto de sereia. Eu também ouvi, eu também fui seduzido, eu também achei maravilhoso me imaginar o grande justiceiro: aos dezessete, dezoito anos eu tinha a certeza de que sabia quais eram os males do mundo [...]. Ou seja: para resolver tudo bastava uma só coisa — dar o poder absoluto ao Olavo de Carvalho e a seus cumpinchas. Então tudo estaria resolvido, isto eu achava aos dezessete anos e toda a minha geração pensava como eu. Vocês chamam isso de espírito de justiça? Eu chamo de espírito de estupidez, espírito de arrogância, espírito da pretensão boba. A diferença entre eu e os meus companheiros de geração é a seguinte: eu percebi isso e eles não²²⁶.

Diante desse quadro, vale observar que tal discurso pautado por Olavo de Carvalho lembrava um tipo de atividade muito recorrente durante o regime civil-militar, qual seja, os arrependimentos públicos de ex-militantes de esquerda; prática comum na década de 1970,

²²⁵ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

²²⁶ Ibidem.

especialmente no governo do Presidente Médici, em que militantes de esquerda eram levados a público para contradizer as denúncias de tortura, falar bem da ditadura e de como foram negativos os tempos em que viveram na militância de esquerda ²²⁷. Segundo Beatriz Kushnir, o intuito dessas “retratações públicas” era de afirmar o quão sem sentido fora a militância de esquerda e o combate armado, um modo de “destruir a imagem desses militantes diante da população em geral” ²²⁸. Contudo, já no pós-ditadura, no caso de Olavo de Carvalho, ocorria o contrário, isto é, era uma forma de mostrar como uma pessoa conseguiu “se livrar” do comunismo e construiu uma reconhecida carreira intelectual, para além, como bastou apenas se desiludir com “as falácias comunistas” para reconhecer a importância do “movimento de 1964” e do regime civil-militar.

Assim, nesse discurso intitulado “Reparando uma Injustiça Pessoal”, Carvalho prosseguia afirmando sobre sua trajetória na esquerda:

Pergunto: onde estava eu? Eu estava dormindo. Dormindo no berço esplêndido da mitologia esquerdista, alimentado de palavras, sobretudo de adjetivos: "Fascista!", "Explorador!", "Imperialista!" Ah!, como essas palavras mexiam comigo! Como eram poderosas! Alimentando-me delas, pude passar muito tempo sem me perguntar o que acontecia na realidade. Quando finalmente — e a contragosto — descobri o que acontecera, eu me disse: Quê posso fazer agora? Eu não posso mudar o curso da história passada, mas posso dizer algumas coisas boas àquelas pessoas que participaram desses acontecimentos, que tiveram uma participação em 1964 e que ajudaram a construir o Brasil. Não adianta chegar hipocritamente para vocês e pedir desculpas. Não se trata disso. Mas há uma coisa que posso fazer. Posso lhes dizer: Não se envergonhem da sua obra. Levantem as suas cabeças, tenham orgulho e não permitam que nenhum hipócrita comunista venha se fazer de seu fiscal²²⁹.

Numa construção semelhante aos discursos daqueles que eram levados a público para se retratarem como arrependidos, Carvalho construiu uma narrativa com clássicas representações do imaginário anticomunista. Atribuía à esquerda uma série de atitudes que iam de encontro à moral e aos bons costumes, além da imagem do comunista ardiloso e

²²⁷ Para uma análise profunda dos “arrepentimentos” públicos, ver em: GASPAROTTO, Alessandra. “*O Terror Renegado*”: Uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

²²⁸ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores. Do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 311.

²²⁹ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

sedutor, bem como da associação do comunismo com um “agente patológico” que se infiltra na sociedade e nas pessoas. Nesse sentido, descrevia que:

Sendo educado nesta mentalidade, — da qual felizmente me liberei, mas me liberei progressivamente, porque é uma ilusão pensar que você se livra do veneno marxista simplesmente trocando a carteirinha do seu clube; não é assim, é um processo interior que requer uma verdadeira psicanálise, uma retirada progressiva dos enclaves, dos complexos, dos cacoetes mentais que se impregnam profundamente na nossa alma[...]”²³⁰.

E prosseguia:

Não sei se cheguei a ser alguma coisa que preste, mas aquela porcaria que eu era já não sou mais. Não consigo mais me enganar com tanta facilidade, não consigo dizer a mim mesmo, como naquela época: "Olavo, você sabe quem são os culpados dos males do mundo", "Olavo, você tem o direito de reivindicar a posse do chicote universal para açoitar o lombo de todos os malvados", e assim por diante. Ora, estou com 52 anos, alguma coisa devo ter aprendido neste período, mas certamente, se aprendi, foi porque me abstive de falar durante vinte anos ou mais. Ontem mesmo, na conferência que fiz no Instituto de Geografia e História Militar, estava contando que fiz como Buda, que, sendo tomado por uma dúvida, sentou ao pé de uma árvore e disse: Não me levanto daqui até descobrir a resposta. [...] Quem estudar brevemente a história do século XX verá que todos os movimentos destrutivos, todos os movimentos responsáveis por massacre de milhões de pessoas, todos eles, foram sempre encabeçados por jovens, e que a militância a serviço desses movimentos foi sempre de jovens. Isso será porque o jovem tem espírito de justiça? Somem o número dos mortos; cem milhões do comunismo, mais vinte milhões do fascismo e assim por diante, sem contar a maravilhosa militância de 1968 — Woodstock — em favor da disseminação das drogas, que transformou o mundo num feudo dos traficantes²³¹.

Seguindo por esse caminho, Olavo de Carvalho fechava seu argumento afirmando que fora “à luz desta mentalidade que julg[ou], sem conhecer, o movimento de 1964”, mas que “um dia constatou a própria ignorância”²³². Com esse discurso ganhou espaço entre aqueles que participaram da intitulada “Contrarrevolução de 1964” e do regime que se estabeleceu, não só no Cube Militar, mas entre os que buscavam, através de uma intervenção intelectual, legitimar socialmente uma versão positiva da ditadura. Tratava-se de um civil que não havia apoiado o golpe e nem a ditadura, mas que reconhecia “seu erro” e dedicava-se a intervir no espaço público para disputar a memória do regime civil-militar. Com uma imagem já conhecida fora do *campo* - somado a sua trajetória intelectual cujo foco estava centrado na

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem. [Trecho em paráfrase].

crítica aos intelectuais de esquerda e, para além, a uma valorização da direita - Olavo de Carvalho se tornava, em defesa de uma causa em comum, um porta-voz autorizado do campo.

A partir desses três discursos – de Ustra, Passarinho e Carvalho – tem-se uma dimensão da complexidade da intervenção desses intelectuais de direita. Como apresentado no presente capítulo, apesar das semelhanças, ou seja, de convergirem numa causa, esses indivíduos falam de lugares variados e a partir de trajetórias diferentes. Assim, tanto Ustra como Passarinho e Carvalho são exemplares dos diferentes matizes que compõem a memória positiva da ditadura. A posição de porta-voz (aqui a eles atribuída) advém de certa maneira da necessidade de compreender esses discursos em sua pluralidade, na medida em que esses três indivíduos - ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000 - realizaram interferências sistemáticas no espaço público e nas disputas de memória da ditadura. Entre os integrantes desse campo intelectual de direita são aqueles que possuem mais voz e reconhecimento fora de seu espaço legitimador – sublinhe-se, cada um a sua maneira. Demarcando os limites desse campo, em meio a essas diferenças eis que, para além de pautarem um discurso anticomunista e de cunho conservador, esses que intitulo de intelectuais de direita têm uma forma semelhante de intervir no espaço público, a saber, trata-se da ideia de “resposta” ao “revanchismo das esquerdas”.

Capítulo II:

“Apesar de ser sempre procurado pela imprensa, *mantive-me discreto, respeitando a Lei da Anistia e tentando contribuir para a união, a paz e a concórdia.* [...] Penso que fiz a minha parte. Agora, concito a todos que conhecem essa história e que trabalharam para pacificar o país, para que escrevam relatando a nossa saga. *Sem ódio, sem rancor, sem revanchismo* [...]”

(Carlos Alberto Brilhante Ustra. “Palavras Finais”. In: *A Verdade Sufocada*. Brasília: Editora Ser, 2007, p. 565.)

“*O fim do período militar não trouxe a pacificação* [...]. Nesta nova fase, o conflito adquiriu uma feição das mais estranhas: só um dos lados prosseguiu combatendo, enquanto o outro se recolhia à passividade e ao silêncio, confiando, com boa-fé suicida, na cicatrização espontânea das feridas que seu adversário, enquanto isso, ia reabrindo à força, tenazmente, dia após dia.”

(Olavo de Carvalho. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001.)

“Os fatos comprovam quão iludidos estiveram Petrônio Portella e Golbery do Couto e Silva quando, artífices do texto do projeto de lei, no governo João Figueiredo, imaginaram possível *a Anistia recíproca, como vetor da reconciliação nacional.*”

(Jarbas Passarinho. *A Anistia e o Revanchismo*, em 18 de novembro 2004. Disponível: <http://www.dci.com.br/A-anistia-e-o-revanchismo-4-81678.html>)

Entre Vítimas e Perpetradores ou a Crítica ao *Revanchismo*: Uma forma de estar no debate

Na semana do aniversário de quarenta anos do golpe de 1964, num estilo *conciliador* foi emitida a “ordem do dia” pelo comandante do Exército, General Francisco Roberto de Albuquerque, onde as costumeiras expressões *revolução* ou *contrarrevolução* estavam ausentes, no lugar houve apenas menção aos antepassados que “viveram, reagiram e enfrentaram, com coragem, otimismo e dignidade, as peculiaridades e os desafios próprios de suas épocas”²³³. Alguns anos antes, na *comemoração* da “Intentona” de 1935, as palavras proferidas durante o evento ressaltavam “haver o comunismo chegado ao fim”, enfatizando que “os heróis que serviram de exemplo e incentivo à perpetuação do sentimento anticomunista” teriam concluído sua luta²³⁴. Seguindo caminho semelhante, Jarbas Passarinho argumentou: “[...] considero março de 1964 um facho de luz que ilumina o passado para evitar repetir os erros cometidos. [...] o *contragolpe* é um fato histórico a ser examinado [...] sem o fel da paixão, meditando erros e acertos, à busca de *reconciliação* da sociedade [...]”²³⁵.

Num primeiro momento, guardando suas respectivas especificidades, a ideia que emana destas declarações – que foram apresentadas em periódicos de ampla circulação – é a de que após décadas do fim da ditadura civil-militar brasileira, diferentes grupos sociais estariam confirmando um projeto *reconciliador* sobre esse passado, tal como analisou o historiador Henry Rousso, pautado na lógica do *esquecer*, não no sentido de “ausência de memória”, mas de uma escolha política, de reconstrução dos vínculos sociais – “virar a

²³³A ordem do dia é emitida, diariamente, pelos respectivos comandos e lida em todas as áreas militares. Em datas especiais esta costuma ser escrita respeitando o tema da “comemoração”. No caso do trecho citado, o título (que sugere uma ambiguidade, assim como uma continuidade temporal) é “31 de março” e ao longo do texto é marcante a contraposição entre os tempos modernos, ou seja, de aperfeiçoamento democrático e os velhos tempos difíceis “como aqueles de 1964”. Cf. “31 de março”, *Informex*, n° 11, 25 de março de 2004. A leitura do texto foi realizada no dia 31 do mesmo mês.

²³⁴Apud. CASTRO, Celso. “Comemorando a ‘revolução’ de 1964”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 129.

²³⁵BN- PASSARINHO, Jarbas. “31 de março de 1964”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2004.

página”, para uma “‘refundação’ nacional”²³⁶. No entanto, cotejando com outras declarações do mesmo período e de acordo com o que foi alinhavado na primeira parte deste trabalho, a mencionada *reconciliação* ainda estava distante. No bojo das atividades de março de 2004, num tom pouco mais intenso que o anteriormente citado, o mesmo Jarbas Passarinho escreveu um artigo onde afirmara:

[...] mentem os que dizem ter lutado contra a ditadura quando defendiam ardorosamente as ditaduras de Fidel Castro e Stálin. Tartufos, os que se simulam ter lutado por direitos humanos ofendidos ao mesmo tempo em que os aplaudia violados em Cuba. Não foi à toa que Voltaire disse, diante das farsas dessa natureza: “Assim se escreve a história”²³⁷.

Por um caminho análogo, Brilhante Ustra ressaltava que a anistia, por parte das esquerdas, havia se tornado “instrumento de um *revanchismo* imoral”²³⁸. Alusão presente na reclamação de Olavo de Carvalho, contrária ao que intitulou de “campanha pertinaz e crescente de ódio aos militares” e “de beatificação dos comunistas”, classificando-a como estratégia “para que os reus confessos de terrorismo, instalados em altos postos da república pudessem estar tranquilos”²³⁹. O “antigo” *inimigo interno*, dado como superado por alguns setores – inclusive das Forças Armadas – ainda exaltava os ânimos deste campo de direita. Sob a noção de um *revanchismo de esquerda*, ou seja, através desse tema, o anticomunismo de outrora ganhava um novo lugar e atribuía novas roupagens às antigas questões. Assim, para além de um elemento definidor de limites do *campo*, a afirmação de que “os vencedores nas armas” são “réprobos na história reescrita pelos vencidos”²⁴⁰ aduz à forma específica como esses intelectuais se posicionam em meio às tensões que marcam a constituição da memória social da ditadura.

Desse modo, cumpre destacar que a construção de uma imagem positiva do período de exceção, sem a carga dos crimes cometidos por agentes do Estado, compõe um quadro complexo em que as imagens de *vítimas* e *perpetradores* confluem numa estratégia que

²³⁶ROUSSO, Henry. “El Estatuto del Olvido”. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (org.). *Porqué Recordar?.* Buenos Aires, Barcelona, México, Santiago, Montividéu: Granica Ediciones, 2002, p.89./_____. *Le Syndrome de Vichy. De 1944 à nos Jours.* Paris: Seuil, 1990.

²³⁷ BN- PASSARINHO, Jarbas. “O contra-golpe de 1964”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de março de 2004.

²³⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 445.

²³⁹ BN- CARVALHO, Olavo de. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001./_____. “Tortura e Terrorismo”, *O Globo*, 6 de janeiro de 2001.

²⁴⁰BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em Vez de Ação de Graças”, *O Estado de São Paulo*, domingo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.

permite a Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho adentrarem nas disputas e não aparecerem perante a sociedade como aqueles que “colocam o dedo na ferida” o que, nas palavras de Passarinho, significaria romper com o projeto de Lei da Anistia que “incluiu na graça os *crimes conexos*, assim tidos pelo congresso em 1979, como a *tortura* e o *terrorismo*”²⁴¹. Até as *comemorações*, antes voltadas para celebrar “o fato histórico da Revolução de 1964”, agora tinham a função, como no almoço de Ustra, de protestar contra a dita “*manipulação hábil da opinião pública*”²⁴².

Nesse sentido, ao estudar as direitas e o anticomunismo de direita é importante ressaltar, como visto no capítulo anterior, que a noção de *pensamento dos vencidos* e de *ressentimento* ocupa, para estes, um lugar de suma importância. Em certa medida, pode-se dizer que o termo revanchismo, por ser bastante frequente no vocabulário político Ocidental desde o final do século XIX – em especial, no meio militar – e, principalmente, por expressar “um comportamento tendente a anular uma derrota sofrida”, surge nos discursos desses intelectuais como algo a ser combatido, em defesa da memória do “movimento de 1964” e do regime civil-militar; elemento que autoriza sua intervenção pública, numa via de mão-dupla, tal como um *contrapensamento*, ao mesmo tempo reativo e defensivo, mas que também afirma e constroi uma imagem própria dos acontecimentos²⁴³.

Não se deve, portanto, perder de vista que o tema do *revanchismo* – isto é, a crítica ao que seriam atitudes “revanchistas” da esquerda – enquanto elemento comum que permeia as versões desses intelectuais emerge como uma palavra-chave que dá a ver um discurso de memória com função militante, de acordo com Pierre Laborie, que “luta pelas causas que considera justas, denuncia o que *lhe parece* intolerável, celebra o que *lhe parece* admirável, exprime convicções”²⁴⁴. Nesse sentido, no presente capítulo há a preocupação em analisar por quais caminhos a crítica aos que seriam “atos revanchistas de esquerda” passou a balizar o discurso produzido por esses autores e pode ser considerada uma estratégia para se colocarem nos debates e disputas pelas reminiscências do regime civil-militar. Pretende-se, pois, voltar o

²⁴¹BN- PASSARINHO, Jarbas. “Julgadores Facciosos dos Direitos Humanos”, *Folha de São Paulo*, sexta-feira, 7 de novembro de 2008, Opinião, p. A-3.

²⁴²BN- *O Globo*, 31 de março de 1985, p. 2 /BN- CARVALHO, Olavo de. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001.

²⁴³ A citação no parágrafo é de: BIANCHI, Giorgio. “Revanchismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1998, p. 116.

²⁴⁴LABORIE, Pierre. “Memória e Opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 86.

olhar para a dinâmica de constituição dos argumentos pautados por esses intelectuais, destacando que a crítica ao revanchismo, embora constante nesses discursos, foi ao longo dos anos associada a variadas questões. E, para além, a despeito de ser um elemento comum nas narrativas desses autores, ressaltar que há diferenças de abordagem entre eles. Observar tal movimento possibilita compreender esses discursos como uma construção plural.

2.1- A Anistia como ponto de partida

Se existe um marco temporal na constituição da ideia de *revanchismo das letras* e um “elemento fundador” do discurso desses intelectuais de direita, este é o decreto de 1979, para o qual conferiram significados específicos e atribuíram um lugar simbólico. No entanto, convém salientar que a Anistia, embora seja um tema fundamental na organização dessa memória em defesa da ditadura – principalmente no que tange à questão dos crimes decorrentes da repressão do Estado –, possui lugar central nas narrativas de membros das Forças Armadas que fizeram parte do regime civil-militar, no caso, nos trabalhos dos Coroneis Reformados Brilhante Ustra e Jarbas Passarinho; o fato deste último ter participado dos debates e negociações em torno da Lei faz com que suas descrições sejam mais pormenorizadas²⁴⁵. Tal constatação não significa dizer a ausência deste tópico nos textos de Olavo de Carvalho, apenas que a ênfase é menos constante. Pois o que está em questão ainda é ressaltar que, em certos pontos, a abordagem do tema Anistia cumpriu funções variadas nesses discursos²⁴⁶. Observar, portanto, as significações produzidas por esses indivíduos é uma peça-chave para a compreensão do modo como se apresentam no espaço público e das estratégias que trazem à tona ao intervirem nas disputas de memória.

Como exemplificou Roberto Martins, o ato político de anistiar adquiriu diferentes significados ao longo da trajetória republicana brasileira, confluindo com questões como o perdão, esquecimento, a reconciliação, apaziguamento e, vale acrescentar, num viés mais

²⁴⁵ Voltando a questão da centralidade do tema da Anistia nas narrativas de integrantes das Forças Armadas, como destacou Celso Castro, a ideia de que não houve anistia ‘moral’ para os militares permeia as declarações desses indivíduos e é um elemento-chave para compreensão da noção de revanchismo. Cf. CASTRO, Celso. *Op. Cit.* 2008, p. 133.

²⁴⁶ Deve-se a essas questões o fato de ser mais recorrente o uso de citações do Coronel Jarbas Passarinho ao longo do tópico. No entanto, como será demonstrada neste capítulo, no que concerne a Olavo de Carvalho, a presença menos constante de referência à Anistia não altera a centralidade deste tema enquanto elemento norteador do discurso.

recente, à *reparação*²⁴⁷. Variadas interpretações, elaboradas por diversos grupos e em diferentes espaços – forjadas num longo processo – que lhes atribuíram sentidos específicos, tanto num viés jurídico bem como naquele traçado no campo da política e da memória, isto é, fruto de embates, disputas e acepções concorrentes. Considerar esta dimensão permite pensar tais autores como produtores de uma interpretação particular da Lei de Anistia, a despeito de ser por eles apresentada como a única possível – para a qual conferiram estatuto de verdade e buscam legitimar socialmente.

Assim, num primeiro momento, pretende-se apresentar – de forma sucinta – o modo como o tema da Anistia surge nos discursos de Passarinho, Ustra e Olavo de Carvalho, considerando a abordagem de cada um dos autores.

Do ponto de vista do coronel Jarbas Passarinho:

O presidente João Baptista Figueiredo disse que a anistia **não implicava perdão**, que pressupunha **arrepentimento não pedido**, mas **esquecimento recíproco**, em favor da **reconciliação da família brasileira**. Perto de 30 anos passados, o esquecimento é unilateral²⁴⁸.

Dito isto, a definição de Passarinho é central para o entendimento do modo como esses intelectuais estabelecem estratégias para tratar o tema da Anistia e também para abordar algumas divergências presentes nesses trabalhos. Na afirmação do Coronel, *anistiar* surge como sinônimo de *esquecer* e, assim, condição necessária para *conciliar*, ou seja, “precisamente *pacificar* a família brasileira”²⁴⁹. No entanto, em outros textos, enfatiza que as “guerrilhas causadas pelos combatentes comunistas” acabaram “causando mortes não só de guerrilheiros como dos agentes da contrarrevolução”. Ou seja, apesar de reforçar a importância do esquecer mútuo, a citação de Passarinho segue culpabilizando a esquerda²⁵⁰.

Na versão do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, mesmo citando que a Lei tinha validade para todos que tivessem cometido crimes políticos, a ênfase está, na prática, somente nas ações dos militantes de esquerda.

²⁴⁷ MARTINS, Roberto R. *Liberdade para os brasileiros: anistia, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁴⁸BN- PASSARINHO, Jarbas. “Julgadores Facciosos dos Direitos Humanos”, *Folha de São Paulo*, sexta-feira, 7 de novembro de 2008, Opinião, p. A-3. [Grifos meus].

²⁴⁹BN- PASSARINHO, Jarbas. “Historiadores e Historicidas”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 de setembro de 1989, domingo, p. A3.

²⁵⁰PASSARINHO, Jarbas. *A Anistia e o Revanchismo*, em 18 de novembro 2004. Disponível: <http://www.dci.com.br/A-anistia-e-o-revanchismo-4-81678.html>. Visto em: 28/02/2012 às 19:00.

A Lei 6.683 [...] concedia a todos que cometeram crimes políticos, crimes eleitorais e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, a Anistia ampla e irrestrita. Proporcionando a todos os brasileiros que direta ou indiretamente haviam participado do movimento subversivo e da luta armada, aos banidos e aos que se exilaram voluntariamente, fugindo do País, o direito de retorno ao Brasil, além da extinção dos processos que estavam respondendo²⁵¹.

Seguindo por um caminho um pouco diferente, Olavo de Carvalho chega a afirmar que a Anistia não significou esquecimento e que, de certa forma, “na mais modesta das hipóteses, o retorno à democracia deveria implicar, para os dois lados, a obrigação de confessar publicamente seus pecados e crueldades”²⁵². Apesar de apontar para uma divergência, no que tange a esta última consideração, é importante tomá-la como um recurso retórico, ou seja, uma estratégia, já que, cotejando com outras declarações de Carvalho, a posição do escritor tende abertamente para a defesa da atuação repressiva do Estado ditatorial:

Eis um placar que não permite, em sã consciência, fazer de um dos lados um monstro de crueldade, do outro uma vítima inerme e angelical – principalmente quando se sabe que a guerrilha não foi um último recurso encontrado por opositores desesperados após o esgotamento das alternativas legais, mas a retomada de uma agressão que, subsidiada e orientada desde Cuba, já havia começado em 1961, em pleno regime democrático²⁵³.

Ou seja, se por um lado afirma uma igualdade de violência para ambas as partes envolvidas no conflito, por outro ressalta a gravidade da intervenção da esquerda representada por “guerrilheiros armados, treinados e financiados pelo governo genocida de Fidel Castro”, nos termos do escritor, que ao invés de “democratas sinceros em luta contra a tirania” eram “agentes revolucionários a serviço da mais sangrenta ditadura do continente”²⁵⁴. Ademais, prosseguia, destacando que “nunca, na história do mundo, uma revolução comunista foi abortada com tão escasso derramamento de sangue como aconteceu no Brasil em 1964”²⁵⁵. Assim, pode-se dizer que, como no caso de Passarinho, Olavo de Carvalho não considera o *perdão recíproco* como forma de reconciliação e, por sua vez, reforça um caráter agressivo da intervenção armada de esquerda.

Como alinhavado nessas breves considerações, um elemento de suma importância para o entendimento dessas narrativas é que sublinham a reciprocidade da lei e de sua relação

²⁵¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 444.

²⁵² BN- CARVALHO, Olavo. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

com a ideia de esquecimento mútuo. Pois vale observar que a crítica ao “revanchismo” está diretamente imbricada ao modo como formalizam uma imagem de Anistia conciliadora. Assim, ao voltar o olhar para essas narrativas, é interessante compreender tais estratégias de intervenção no espaço público “ao mesmo tempo como uma luta contra o esquecimento, a recusa ao esquecimento e uma forma de organização do esquecimento”²⁵⁶. Ou seja, um trabalho de *enquadramento*, no qual, em linhas gerais, a memória da reconciliação é recuperada, por esses intelectuais, como fruto de um projeto formulado “para evitar traumas à sociedade com o conhecimento de eventos que deveriam ser sepultados em nome da paz”²⁵⁷.

Atitude que, primeiramente, refere-se à pretensão de afirmar um *pacto de esquecimento*, numa construção narrativa onde recordam a Anistia como resultado de um acordo *legalista* da sociedade – representado pela vitória da “reciprocidade idealizada pelos congressistas em 1979” – a partir do qual fora decidido “zerar as contas” com o passado traumático, nas palavras do Coronel Passarinho: “O desejado foi o esquecimento, por ambas as partes, do ocorrido ao tempo das guerrilhas”²⁵⁸. Nesse sentido, não se pode perder de vista que para além de relativizar os crimes ocorridos em decorrência da repressão de Estado, no trabalho desses intelectuais a afirmação de um esquecer mútuo está diretamente relacionada com a formatação de uma imagem, na qual “o coroamento do objetivo político da revolução” aparece representado pela vitória sobre a guerrilha e, com isso, “a normalização da vida política, num estado democrático de direito”²⁵⁹. Recuperando portanto o decreto de 1979 como um acordo conciliador, resultante de um esforço coletivo para “virar a página”, que ratificara o projeto articulado por membros do regime e também o silêncio sobre os ditos *excessos* ocorridos em decorrência da dita “luta ideológica fratricida que havia dividido o país” – quando o próprio termo excesso, cabe ressaltar, já porta uma atitude de silenciamento²⁶⁰.

De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva, a recusa de pensar os diferentes atores sociais como parte do processo político é uma postura inerente aos conservadores, expresso na crença “de que evoluem num cenário vazio, onde são capazes de controlar todas

²⁵⁶ LABORIE, Pierre. *Op. Cit.* 2009, p. 86.

²⁵⁷ PASSARINHO, Jarbas. *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p.481.

²⁵⁸ PASSARINHO, Jarbas. *A Anistia e o Revanchismo*, em 18 de novembro 2004. Disponível: <http://www.dci.com.br/A-anistia-e-o-revanchismo-4-81678.html>. Visto em: 28/02/2012 às 19:00.

²⁵⁹ BN- Jarbas Passarinho entrevista concedida à João Emílio Falcão. “Passarinho faria 64 outra vez”, *Folha de São Paulo*, Domingo, 2 de Janeiro de 1983, 1º caderno, p. 7.

²⁶⁰ BN- PASSARINHO, Jarbas. “A Anistia revisitada”, *Folha de São Paulo*, Domingo, 13 de setembro de 2004, Opinião, p. A-3.

as falas”²⁶¹. Porém convém salientar que – e apesar de recuperarem o protagonismo e reforçarem a vitória do projeto de membros do Estado ditatorial – para esses intelectuais de direita ressaltar que houve uma boa aceitação pública da ideia de esquecimento torna-se de suma importância para deslegitimar as atitudes consideradas *revanchistas*, visto que tais autores buscam legitimidade não só na imagem de um decreto construído, pelo governo, em nome da paz e da conciliação entre partes, mas, em especial, de uma lei que abordou o esquecimento desejado pela sociedade. Mesmo que em certos momentos recordem a perda do “enorme apoio popular com que fora iniciado o regime”, é comum encontrar o argumento de que “vencidas as guerrilhas comunistas, não mais se justificaria a resistência de uma *minoría* que se opunha à Anistia”²⁶². Ou seja, de modo geral, o que estava em questão era resguardar a ideia de uma dita “conquista do povo brasileiro, como sonharam seus formuladores”, no caso, representada pela vitória da medida proposta por partícipes dos governos civil-militares²⁶³.

Além disso, afirmam uma concordância coletiva com tal projeto, de modo que rememorar esse passado sob um prisma negativo e contestar o decreto de 1979 sejam consideradas ações *ilegítimas*, não só como ato jurídico – cujas brechas permitiriam o questionamento de sua validade –, mas baseando-se na vontade expressa e *soberana* de uma sociedade. Para tal, estabelecem um *continuum* entre “o clamor geral pela derrubada do presidente João Goulart” e a memória de apoio ao regime, em especial no governo Médici – o presidente popular que “passara bem até pelo teste do Maracanã” –, recordado pelo milagre econômico e pela vitória contra a guerrilha. Nesses discursos, compreendendo a democracia como sinônimo de expurgo do comunismo, vinculam uma versão em que vencida a luta armada e com a abertura política, o regime alcançara o que haviam desejado não só os militares, mas a sociedade em geral. A lembrança desta “epopeia coletiva” reforça sentimentos de pertença a um mesmo projeto, e permite a esses indivíduos caracterizar quaisquer tentativas de revisar a Lei da Anistia e rememorar certas questões polêmicas como

²⁶¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 256.

²⁶² BN- PASSARINHO, Jarbas. “A Anistia revisitada”, *Folha de São Paulo*, Domingo, 13 de setembro de 2004, Opinião, p. A-3.

²⁶³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 445.

um atentado contra a vontade coletiva; nos termos de Passarinho, neste caso, a “sociedade estaria também se colocando no banco dos reus”²⁶⁴.

Nesse sentido, cumpre fazer algumas observações. É certo que o processo de transição no Brasil ocorreu de forma pactuada e que determinados silêncios foram construídos pela própria sociedade – que ante a necessidade de fazer frente ao período de exceção, consolidou o ideário de que todos *resistiram* à ditadura em nome da democracia, deixando de lado questões polêmicas que lembrassem os anos de conflito, tal como o projeto de luta armada revolucionária e o próprio apoio civil ao regime²⁶⁵. No entanto, não se pode perder de vista que nem toda a sociedade apoiou o golpe e nem todos os *atingidos* – por cassações, exílio, prisões, torturas, desaparecimentos e mortes – tiveram suas demandas atendidas pelas leis revogadas e editadas no período de abertura, o que inclui a Anistia. Ademais, o próprio movimento de constituição das memórias, por mais coesivo que pareça, deve ser entendido como um processo plural que abarca diversas versões, formalizadas de diferentes maneiras.

É importante observar que o decreto vencedor atendera e confirmara os interesses do governo, através de um acordo compensatório, no qual, se houve a liberação de alguns prisioneiros políticos, esta se deu mediante a garantia de que integrantes do Estado, sem exceção, fossem beneficiados pela Anistia²⁶⁶. Convém recordar, também, que a promulgação do decreto de 1979 aconteceu em meio a embates e protestos pautados pelo movimento por Anistia “ampla, geral e irrestrita” – como afirmou o próprio Jarbas Passarinho, “a pressão popular que crescera desde a revogação do AI-5 em outubro de 1978”²⁶⁷ – que, diante de uma Lei que não contemplou a todos, seguiu tensionando o governo²⁶⁸. Ou seja, atitudes que

²⁶⁴ Alguns trechos em paráfrase: CARVALHO, Olavo. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!* (Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16./ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 422.

²⁶⁵ Como destaca Daniel Aarão Reis, ainda no bojo da Anistia, ocorreram deslocamentos de sentidos em questões centrais para o entendimento das relações entre Estado e sociedade durante o período ditatorial. Sob a égide da ideia de Resistência democrática, as atuações das esquerdas revolucionárias (anteriores ao golpe,) foram redefinidas em termos de uma resistência armada em nome da democracia. Nesse processo, a sociedade como um todo surge como vítima e defensora da democracia, deixando de lado todo um apoio ao golpe e ao regime. Construção em que a ditadura se estabeleceu e se manteve no poder “apenas” pelo uso sistemático da repressão. Cf. REIS, Daniel Aarão. *Op. Cit.*

²⁶⁶ Aqui cumpre ressaltar eu fora a revogação da Lei e Segurança Nacional que possibilitou a libertação de alguns presos e não, especificamente, a Anistia

²⁶⁷ PASSARINHO, Jarbas. “A Anistia que não deu certo”. In: *Op. Cit.* 2005, p. 101.

²⁶⁸ Como demonstrou Heloísa Greco, o movimento pela anistia teve um caráter eminentemente instituinte, pois, através do confronto aberto com a ditadura e contra o aparelho repressivo estatal, fomentou um espaço comum em torno de propostas de caráter político e estrutural. Porém, esse processo ocorreu quando a fórmula ditatorial perdeu suas bases de sustentação e, diante desse quadro, integrantes do regime “militar” buscaram estabelecer

destoavam dessa construção na qual se destaca um acordo, quase unânime, entre governo e sociedade. No caso das mencionadas manifestações de apoio coletivo tanto no momento do golpe quanto durante o regime, cumpre salientar a complexidade desses comportamentos sociais, como ressaltou Denise Rollemberg, que “por vezes não cabem em campos bem delimitados de oposição ou situação”²⁶⁹. E, para além, que confirmar esse respaldo de setores da sociedade não retira o peso negativo da repressão organizada pelo Estado.

Assim, como meio de confirmar o dito acordo de esquecimento mútuo, esses movimentos por Anistia e de oposição ao Estado de exceção – cujo inconformismo fomentou denúncias e debates no pós-ditadura – surgem, nos discursos desses intelectuais de direita, classificados como atos de uma minoritária “esquerda alvoroçada”, que fora “derrotada na luta armada”, e para a qual “era inaceitável a transição pacífica”, pois “em vez de inovar, pretendia-se destruir o *status quo*”²⁷⁰; tudo em contraposição à imagem “da Nação que, em 1964, unida pelo mesmo ideal, exigiu dar-se um paradeiro à desordem generalizada”²⁷¹. Seguindo por este caminho, num primeiro momento, o que estava em questão era afirmar “a *boa-fé*” dos agentes e membros do Estado ditatorial que, numa “nova fase”, em respeito ao acordo de esquecimento recíproco, teriam se recolhido “à *passividade* e ao silêncio”, confiando “na cicatrização espontânea das feridas”²⁷². Atitude contrastada com o caráter degenerado dos “provocadores esquerdistas”, como o Coronel Passarinho os intitulou.

Diante desse quadro esboçado, cumpre destacar que ao invés de uma tentativa de apagamento total dos fatos – como citado no início do tópico – esse dito pacto de esquecimento evidencia escolhas de *enquadramento* ou de *organização do esquecimento*²⁷³. Assim, é importante considerar que apesar de estar representada como marco fundador de uma “nova etapa”, mais do que um recomeço, a afirmação da Anistia como a lei “criada para exorcizar ódios e amparar os dois lados do desditoso conflito” surge como o ponto de

negociações pactuadas, com esses grupos sociais e políticos, para confirmar um projeto de abertura em que tivessem garantidas a não punição por crimes de Estado e também que tal situação permaneceria inalterada com a implantação da democracia. Cf. GRECO, Heloísa. *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em história)/ GÓMES, José Maria. “Memória, Justiça e Direitos Humanos: A propósito da herança das ditaduras militares no Cone-Sul latino-americano.” In: Sússekind, Elizabeth (org.). *Memória e Justiça*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2009, p. 111.

²⁶⁹ ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974).” In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *Op. Cit.* 2010, p. 12.

²⁷⁰ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 476-477.

²⁷¹ Paráfrase: BN- PASSARINHO, Jarbas. “A Prova”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 de agosto de 2000, Caderno A, p. 2.

²⁷² CARVALHO, Olavo. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001.

²⁷³ Cf. ROUSSO, Henry. *Op. Cit.* 2002./ POLLAK, Michael. *Op. Cit.* 1989, p.9. Vale ressaltar que o termo “organização do esquecimento” é utilizado por Pierre Laborie. Ver em: LABORIE, Pierre. *Op. Cit.* 2009, p. 86.

chegada, o fim de um processo lento e cauteloso, produto de “um gradualismo planejado como uma operação de Estado-Maior”²⁷⁴. Ou seja, ressaltar o decreto de 1979 como o evento que deveria “contribuir para trazer as bases mais autênticas da união, a paz e a concórdia entre os brasileiros” tem também, por função, afirmar a vitória do “movimento de 1964”²⁷⁵.

2.1.1- A Anistia e a construção de uma imagem positiva do regime civil-militar

Nesse sentido, de acordo com Elizabeth Jelin, diante do conflito que envolve períodos repressivos recentes, enquanto alguns sujeitos individuais ou coletivos buscam “lembrar para não esquecer”, outros atores preocupados com a estabilidade das instituições democráticas hesitam em voltar a esse passado doloroso e enfatizam a importância de políticas de *reconciliação* e *esquecimento*, ademais, também há aqueles dispostos a glorificar o papel exercido pelas ditaduras²⁷⁶.

No caso das intervenções de Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho, convém assinalar que essas se dão, a um só tempo, na defesa de uma memória positiva deste momento histórico e na afirmação de que tal atitude só fora tomada porque “grupos de esquerda” interessados em se promover como “vítimas” romperam com o pacto de sociedade (de “virar a página”) e perturbaram assim a “ordem e o progresso” da sociedade.

Cabe salientar, portanto, que a perspectiva orientadora desses argumentos foi balizada numa posição só aparentemente ambígua destes intelectuais, no que concerne à relação entre anistia, esquecimento e *conciliação*. Ao voltar o olhar para as narrativas articuladas por tais autores é importante tomar seus argumentos para além de uma atitude reativa. Ou seja, considerar os discursos de Olavo de Carvalho, Ustra e Passarinho apenas como uma resposta significa corroborar com a própria visão que esses indivíduos buscam passar de si. Para lá desse aspecto, a forma como tratam a Anistia - sob uma estratégia que ao mesmo tempo reforça o esquecimento das atividades de contestação do regime e por outro afirmam valores positivos da ditadura - constitui-se um momento privilegiado para compreender esses discursos além de uma contraposição à construção de certa memória de esquerda.

Como expõe o Coronel Brilhante Ustra:

²⁷⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “Motivações para a luta armada”. In: _____. *Contestações às Injúrias e Difamações Contra Mim*. 2008. Disponível: <http://www.averdadesufocada.com.br>. Consultado em: 19/09/2011 às 18:24./ PASSARINHO, Jarbas, *Op. Cit.*, 1996, p. 482.

²⁷⁵ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987.

²⁷⁶ JELIN, Elizabeth. “Memorias en Conflicto”, *Revista Puentes*, Buenos Aires, n. 1, agosto de 2000, p. 8.

[...] Figueiredo assumiu a presidência da República em 15/03/1979. A política de distensão lenta e gradual tomou força em seu governo, acelerando o projeto de abertura política, iniciado no governo anterior. Livre da guerrilha rural e urbana, prosseguiu na implementação de medidas *liberalizantes* que a Nação, a sociedade e a contrarrevolução aspiravam. João Baptista Figueiredo realizou a difícil tarefa de garantir a transição pacífica do último governo militar para um governo civil. Em 26 de agosto de 1979, foi aprovada pelo Congresso Nacional, por 206 votos contra 201, a Lei 6.683, conhecida como a Lei da Anistia²⁷⁷.

Argumento que se pauta e reforça o discurso – forjado por amplos setores que fizeram parte do Estado ditatorial – de que bastava “seguir em frente”, pois os militares já teriam *apaziguado* as divergências num longo processo político, cujo ato inicial teria sido a “revolução ou contrarrevolução” de 1964, passando pela desarticulação da luta armada e chegando até a *abertura*. Apesar dos números da votação – por cinco votos de diferença – passarem longe de um *consenso*, nessas narrativas buscou-se valorizar a Anistia como produto de um país *pacificado* pelo sucesso da *intervenção salvadora*, em nome da democracia, sobre o comunismo. Nas palavras de Jarbas Passarinho: “vencidas as guerrilhas e restabelecidas as liberdades” era “propício o momento” para “ultimar o processo visando a reconciliação dos brasileiros”²⁷⁸. Diante de tal quadro, palavras como *arrependimento* e *perdão* não combinariam com a imagem do regime civil-militar enquanto “um movimento muito bem sucedido, que desmontou máquinas de guerra e devolveu a paz à nação”²⁷⁹.

Interessa, contudo, atentar para as “medidas liberalizantes” citadas por Ustra. Muito embora o coronel ressalte a Anistia como o momento da desejada reconciliação nacional, vale lembrar que a distensão política iniciada no governo Geisel e a “transição pacífica” garantida por Figueiredo seguiu uma *liberalização controlada*²⁸⁰ cujo objetivo era a salvaguarda de estruturas e valores que marcaram o período ditatorial²⁸¹. Deslocando o olhar dessas questões,

²⁷⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 442.

²⁷⁸ BN- PASSARINHO, Jarbas. “A Anistia revisitada”, *Folha de São Paulo*, Domingo, 13 de setembro de 2004, Opinião, p. A-3.

²⁷⁹ Parafrazeado de: CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

²⁸⁰ De acordo com Nicos Poulantzas a rigidez característica do Estado de exceção é para ele uma base para exercer o poder, bem como uma fonte de fragilidade, ou seja, a “menor ‘abertura’ real corre o risco de fazer desabar o conjunto do edifício”. Além de que tal abertura “torna-se rapidamente uma brecha aberta em que se engolfa o movimento popular”. Assim, a necessidade, para aqueles que compõe o Estado de exceção, de uma liberalização controlada. Cf. POULANTZAS, Nicos. *A Crise das Ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.73-74.

²⁸¹ De acordo com o foi anteriormente citado, muitos presos políticos não foram liberados, assim como seguiu o controle, criminalização e repressão aos movimentos de contestação. Como observou Samantha Viz Quadrat, os

esses intelectuais de direita sublinham a Anistia como um objetivo político do “movimento de 1964” que fora “acelerado no governo Geisel em razão da derrota de todas as organizações que optaram pela luta armada para conquistar o poder”, ressaltando um suposto oportunismo da oposição que pretendia “arrombar uma porta aberta”²⁸².

Ainda hoje ouço dizer que a *liberalização* não foi iniciativa racional do Governo, mas uma rendição que lhe foi imposta. Minha visão é diferente. Entendo que foi o resultado de uma fadiga do poder, a que se somou a pressão de base surgida com a eliminação da camisa de força da *pax romana*, mas que o Estado comandou como sujeito da ação, e não objeto dela. Desde o início, os generais-presidentes expressavam a intenção de restaurar o estado de direito democrático. A contestação armada, dirigida pelas diversas facções em que se atomizou o movimento comunista, retardou a distensão.²⁸³

Ao recuperarem a memória da Anistia sob o prisma apresentado nesse trecho de Passarinho, há uma forte tendência em demonstrar a “vocação democrática do regime”, principalmente a partir do argumento de que se houve um *endurecimento* do governo, eufemismo para autoritário, este se deveu à “insensatez da luta armada”.

Ao analisar a forma como esses intelectuais tratam o tema da democracia em suas narrativas, é interessante abordá-las considerando que anticomunismo e democracia confluem num discurso conservador que se baliza na defesa de atitudes bastante autoritárias, por exemplo, as medidas liberalizantes citadas por Ustra, o processo de abertura como resultado do expurgo do comunismo, a necessidade de uma ditadura para deter o “inimigo vermelho”, ou seja, em linhas gerais, democracia surge associada, por esses indivíduos, à vitória contra “a ameaça comunista”²⁸⁴.

Nesse sentido, Olavo de Carvalho ressaltava o argumento de que “o movimento de 1964” “não foi feito para implantar uma ideologia determinada”, mas sim “para tirar o país de uma emergência catastrófica”, representada pelo “perigo vermelho”²⁸⁵. Por mais que o autor

aparelhos repressivos foram mantidos intactos e atuantes até o ano de 1990 (o SNI e o aparato repressivo foram extintos no Governo de Fernando Collor de Mello). A historiadora relembra que o exemplo dessa atuação ainda presente foi atuação contra o movimento grevista e sindical que estourou no Brasil e também a presença de membros do SNI, por exemplo, em cargos do governo. Cf. QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 55.

²⁸² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 442./ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 482.

²⁸³ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 476.

²⁸⁴ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Op. Cit.* 2002.

²⁸⁵ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

em questão saliente o regime militar como “resultado de uma sequência de transformações – quase ‘golpes internos’ –, num caminho que difere dos outros autores, e, em alguns textos, teça críticas, por exemplo, ao governo de Costa e Silva como “um período de confusão e *opressão*”, o sentido de uma intervenção em nome da democracia contra a “barbárie do comunismo” permanece em suas análises²⁸⁶. De maneira semelhante à Passarinho e Ustra, reforça a concepção de que para os membros dos governos ditatoriais “urgia pacificar o país para entregá-lo de novo a governantes não comprometidos com a subversão” e, como consequência, a transição ocorreria lenta e gradual devido ao “receio de uma pressão popular das esquerdas” e não por pressão destas²⁸⁷.

Trata-se de uma memória na qual o Decreto de 1979 surge como símbolo da benevolência dos “vitoriosos nas armas”, como nas palavras de Jarbas Passarinho, “vencidos, foi-lhes *dada* anistia”²⁸⁸. Construção que remete a uma concessão. Assim, o coronel segue afirmando que “não foram insinceros os presidentes militares quando, todos eles, dispunham-se, no início de seus mandatos a restabelecer o poder civil” – articulando tal argumento de modo um pouco diferente que Olavo de Carvalho, mas com objetivo semelhante – e que a liberalização fora tardia, pois havia “sérios obstáculos a vencer”. Sublinhando, assim, que a Anistia recíproca evitou que o ciclo militar terminasse “com a soma dos contrários, isto é, de um lado a pressão popular” e, “do outro, o sincero desejo *da grande maioria* dos militares de retornar à prevalência do poder civil”²⁸⁹.

Sabemos que o discurso desses intelectuais, apesar de compor um mesmo campo de direita, parte de lugares e trajetórias de vida diferentes. Assim, ao analisar a memória da Anistia e as estratégias de abordagem da relação do decreto em questão com a ideia de esquecimento recíproco, é preciso alinhar as divergências, zonas de tensão e as diferenças de ênfase pautadas por Passarinho, Olavo de Carvalho e Ustra – como brevemente apresentado no início deste tópico. Ao destacar *a grande maioria dos militares*, Jarbas Passarinho aduz a uma questão de suma importância para o entendimento da forma como esses indivíduos rememoram e atribuem significados à Anistia. Em sua narrativa, o coronel

²⁸⁶CARVALHO, Olavo. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

²⁸⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 237. / PASSARINHO, Jarbas. “A Anistia que não deu certo”. In: *Op. Cit.* 2005, p. 101.

²⁸⁸ PASSARINHO, Jarbas. “O saldo da derrota comunista”. In: _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005, p. 68.

²⁸⁹ PASSARINHO, Jarbas. “A Anistia que não deu certo”. In: _____. *Op. Cit.* 2005, p. 101.

refere-se não só à esquerda, mas sim ao que considera outro obstáculo à abertura planejada pelo governo – retomando uma expressão de Geisel – os ditos “bolsões sinceros mais radicais”, quer dizer, em suas palavras, o “público interno, com militares e civis que correram risco iminente de vida no combate ao terrorismo e não entendiam a anistia irrestrita”; como Passarinho os intitula seria “a direita insatisfeita”²⁹⁰:

[...] se não por pressão dos órgãos de segurança, certamente o presidente tinha de avançar cautelosamente se queria ter bom sucesso, pois, ao contrário da ilusão oposicionista de que o governo estava cedendo ‘impotente à grita popular’, havia consideráveis áreas de resistência à Anistia irrestrita, que seria conquistada, ainda por iniciativa do Presidente Figueiredo, mais adiante, dentro do planejamento estabelecido: gradual e seguro²⁹¹.

Como se vê, na construção da imagem de uma Anistia desejada pelo governo, o Coronel também classifica como obstáculo aqueles grupos internos que participaram do combate direto à guerrilha. Como visto no primeiro capítulo, não se pode negar que, com o início do período de abertura, esses setores perderam benefícios e *status* que tiveram ao longo do regime, bem como, se sentindo ameaçados diante da possibilidade de punição e insatisfeitos com essas transformações, muitos tomaram atitudes mais drásticas²⁹². No entanto, cotejando o trecho anteriormente citado com outros textos de Passarinho – produzidos ainda no período ditatorial –, percebe-se que o argumento do autor seguia por um caminho diferente, onde afirmava que: “se você tem um preso nas mãos e sabe que ele sabe em que momento e local vai estourar uma bomba que pode ferir e matar várias pessoas, que fazer se ele se recusa a falar?”, uma clara referência ao “endurecimento”, para usar um termo deles, dos interrogatórios²⁹³.

Assim, pode-se considerar que o argumento atualizado do Coronel surge como uma forma de retirar o peso negativo de sua participação na ditadura e daqueles que compunham os altos cargos do governo, ou seja, evitando criminalizações. E que, de certa forma, quando advoga a favor de Ustra, não faz só pela pessoa, mas sim pela Instituição militar, pela memória positiva do regime e, por extensão, em sua própria defesa. O que está em questão são as estratégias não só para garantir um objetivo em comum, mas para disputar e marcar

²⁹⁰ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 486-487.

²⁹¹ *Idem*, p. 488.

²⁹² Refiro-me aos atentados a bomba, ao massacre da Lapa, aos assassinatos disfarçados de suicídio como de Herzog e Manuel Fiel Filho.

²⁹³ PASSARINHO, Jarbas *apud* MARTINS, Roberto. *Segurança Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 32.

uma posição diante das relações de força dentro do campo; diga-se, resguardar o lugar de porta-voz. Como exemplo dessas divergências, Brilhante Ustra, lembrando de membros do DOI/CODI que morreram durante o período da guerrilha, de forma sutil tece críticas aos posicionamentos semelhantes ao de Passarinho:

Não há nada que nos fará esquecê-los [os mortos], nem cargos públicos, nem posições políticas, nem mandatos eletivos, **nem honraria dos altos postos de comando das Forças Armadas**, nem as demais benesses do poder. Continuaremos lembrando que eles morreram pela democracia e que merecem o mais profundo respeito da Nação²⁹⁴. (Grifos meus)

Pode-se dizer que essa dissensão está presente principalmente nas narrativas daqueles que participaram do regime. Nesse sentido, vale observar que tal discussão se torna mais evidente e ganha em complexidade quando associada ao tema da *guerra suja*, um tópico também fundamental para o entendimento da noção de esquecimento recíproco pautada por esses intelectuais.

2.1.2- A Anistia, o esquecimento e a noção de “guerra suja”

Antes de adentrar esta questão, é importante considerá-la tendo em vista que ao longo dos anos 1980 e, sobretudo, a partir da década de 1990, o discurso pautado por esses intelectuais se desenvolveu em contraponto a *uma* memória de esquerda (e não *a* memória da esquerda) que começara a ascender no espaço público, principalmente, a partir de publicações, filmes, produções acadêmicas. Memória, esta, na qual se valoriza a perspectiva de que a sociedade (como um todo) resistiu à ditadura e vivenciou o regime como um pesadelo a ser exortado, isto é, uma *memória da resistência*. Como lembra a historiadora Denise Rollemberg, diversos temas foram redefinidos em termos de resistência democrática, por exemplo, a luta armada. E, no âmbito dessa construção, ao se confrontarem com essa memória dos vencidos consolidada em detrimento da versão dos vencedores – “a rememoração das vítimas e a demonização dos perpetradores”²⁹⁵ – o tema da “guerra suja” ganhou destaque nesses discursos como estratégia argumentativa. Ademais, cumpre assinalar essa questão se apresenta com um elemento privilegiado na observação das fissuras internas

²⁹⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 524.

²⁹⁵ CORDEIRO, Janaína. *Op. Cit.*, p. 93.

ao campo – os lugares e as posições distintas dentro do campo que orientam certas estratégias de intervenção.

De forma geral, esses intelectuais afirmam que no país tanto a direita quanto a esquerda estiveram envolvidas num embate cruel e sem regras, concepção expressa num jogo estratégico em que o decreto de 1979 aparece como resultado da “necessidade de amparar ambas as partes” envolvidas no conflito; porém, recordando que a iniciativa do combate partiu de um “inimigo fortemente armado” e que, diante deste, fora necessário criar mecanismos coercitivos para combatê-los. Confirmar a imagem positiva do regime perpassa a ressignificação da atuação de agentes dos governos de exceção durante a guerrilha – quando não, a separação entre moderados e extremistas – e é em confluência com tal questão que esses intelectuais relativizam a repressão decorrente do Estado ditatorial. Nas palavras de Passarinho:

As guerrilhas e o terrorismo existem à [sic] séculos e continuam sendo formas importantes de conflito armado. Ontem como hoje ‘guerra suja’, para ela nunca se estabeleceu nenhum código de conduta. Não há sucedaneo [sic] exceto a vitória, na qual os fins justificam os meios, nestes incluídos os crimes cruéis. Agredido pela luta armada desde 1966, o governo desbaratou as guerrilhas finalmente em 1974²⁹⁶.

Construção que se aproxima da conhecida “teoria dos dois demônios”, na qual os atos de violência desempenhados pela ditadura seriam respostas aos das ações armadas de esquerda, afetando não só os envolvidos no conflito, mas os demais cidadãos²⁹⁷. Ou seja, uma espécie de subterfúgio que permite transferir a responsabilidade inicial pelo ato negativo para o rival – no caso de Jarbas Passarinho, e, principalmente, de Brilhante Ustra. O que, de certo modo, significa minimizar acusações e justificar a própria atuação em postos de comando no Estado ditatorial. Essa transferência de culpa está clara no seguinte trecho:

²⁹⁶ CARVALHO, Olavo. *Anistia?*, 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061114dce.html>.149.

²⁹⁷ A teoria dos dois demônios tornou-se conhecida, no período de abertura política na Argentina, com a publicação, em 1984, durante o governo de Raúl Alfonsín, do Informe produzido pela *Comision Nacional sobre la Desaparición de las Personas (CONADEP)* e mais conhecido como *Nunca Más*. De forma geral, confirmando a própria posição do referido presidente, é uma metáfora na qual o primeiro “demônio”, representado pela esquerda, teria convulsionado a ordem social, isto é, rompido de forma violenta com a segurança nacional. E, assim, provocando a “ira” do segundo demônio, no caso a direita e setores das Forças Armadas que teriam empregado, como *respuesta*, uma violência muito maior e mais sistemática que o primeiro; configurando, assim, uma espécie de mal maior *versus* mal menor.

O desejado foi o esquecimento, por ambas as partes, do ocorrido **ao tempo das guerrilhas deflagradas pelos combatentes comunistas, causando mortes não só de guerrilheiros como dos agentes da contrainsurreição**. [...] É imperativo reconhecer que os insurgentes [...] cometeram violências inomináveis, desde os atentados terroristas, aos assassinatos sob a capa de justificações [...] ²⁹⁸. (Grifos Meus)

Dessa forma, o esquecimento recairia sobre questões negativas associadas aos governos ditatoriais, sem fornecer obstáculos à recordação de aspectos positivos daqueles anos. Porém, é imprescindível ter em vista, para a compreensão desses discursos, que diante de uma série de denúncias, dossiês e até mesmo confissões sutis que emergiram no espaço público, a partir da segunda metade dos anos 1980, tornou-se inviável negar a violência de Estado ocorrida durante a ditadura ²⁹⁹. Nesse bojo, dentro da noção de guerra suja, tais autores estabeleceram uma diferenciação entre os *excessos forçados* do dito “braço armado” da repressão e os *crimes* cometidos por *comunistas*. Ou seja, a tortura de um lado e o terrorismo do outro. Em artigo, publicado no Jornal *O Globo*, Olavo de Carvalho destacava:

Quem comete delito mais grave: o sujeito que coloca uma bomba em lugar público, despedaçando transeuntes inocentes, ou aquele que dá uma surra em quem fez isso? A natureza humana, a razão e o instinto respondem resolutamente: o primeiro. [...] Toda a Humanidade compreende intuitivamente que o torturador, por cruel e asqueroso que seja é apenas um agressor, ao passo que o terrorista, por belo e idealista que se anuncie, é um homicida por atacado, virtualmente um genocida ³⁰⁰.

A imagem da luta armada associada ao terrorismo serve como mote para defender as atitudes daqueles que, mesmo se valendo da violência, estariam defendendo o país de “genocidas”. Essa tipificação entre violências maiores e menores, perpetradas ao longo do período ditatorial, é um dos fios condutores do modo como esses intelectuais recordam a “Anistia mútua”. No caso, constroem uma memória em que os “agentes revolucionários a serviço da mais sangrenta ditadura do continente” – nas palavras de Olavo de Carvalho, “o governo genocida de Fidel Castro” – foram detidos por indivíduos que agiram “em obediência aos códigos militares e policiais que regiam o combate ao terrorismo”, qual Ustra afirmaria ser a “necessária repressão forte e organizada para acabar com a subversão” ³⁰¹. No entanto,

²⁹⁸ PASSARINHO, Jarbas. *A Anistia e o Revanchismo*, em 18 de novembro 2004. Disponível: <http://www.dci.com.br/A-anistia-e-o-revanchismo-4-81678.html>. Visto em: 28/02/2012 às 19:00.

²⁹⁹ Como as várias listas de torturadores, o dossiê Brasil Nunca Mais, os sites de grupos como do Tortura Nunca Mais, num período mais recente, projetos como o memória reveladas e, em especial,

³⁰⁰ BN- CARVALHO, Olavo de. “Tortura e terrorismo”, *O Globo*, 6 de Janeiro de 2001.

³⁰¹ BN- CARVALHO, Olavo de. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001. _____. “Anistia?”, *O Globo*, 14 de novembro de 2006.

como forma de afastar a memória do regime da questão da tortura, não podendo negá-la, Jarbas Passarinho associa tal prática a grupos marginais que teriam adquirido uma autonomia muito grande durante a ditadura. Nos termos do autor, “paralelamente às ações militares, havia os crimes típicos da ‘luta suja’ onde a tortura, se houve, mas não institucional, igualou-se ao terrorismo, esse sim, defendido por escrito por Marighella”³⁰².

Como se trata de um crime contra a humanidade, o autor não afirma tal prática diretamente, mas, em diversos textos associou “crimes conexos” à tortura e terrorismo:

Em 1979, líder do governo de Figueiredo, defendi na tribuna a anistia, que se estendeu aos crimes conexos que não respeitaram a Convenção de Genebra. O governo, pois, reconheceu a existência simétrica dos excessos inevitáveis posto que não justificados, da insurreição como da contrainsurreição e os anistiou reciprocamente³⁰³.

Como chama atenção o historiador Carlos Fico, no pós-ditadura convencionou-se a associar “crimes conexos” ao que seriam os “atos terroristas de esquerda” e o perdão aos torturadores, porém, o autor salienta que tal medida também abarca as diversas irregularidades cometidas, ao longo do período ditatorial, por oficiais de diversas patentes; abrangendo todos os crimes por motivação política, “inclusive aqueles que afrontaram o ordenamento jurídico brasileiro com as diretrizes que criaram os sistemas de repressão – ordens emanadas dos gabinetes de oficiais-generais”³⁰⁴. Desse modo ressaltando a participação daqueles que ocupavam cargos nas altas cúpulas durante o regime. O trecho citado de Passarinho traz à baila uma tentativa de se eximir da culpa e associar apenas os crimes conexos à tortura – sob esta lógica, praticada nos “porões” – e ao terrorismo.

Entretanto, de forma geral, ao tratar de discursos que compõem um campo de direita, deve-se ter em vista que apesar das divergências e disputas internas, a defesa de uma memória positiva da ditadura e do Golpe de 1964, sob um viés conservador e anticomunista, constituiu-se como um amálgama unificador. Tanto que o próprio Passarinho ressalta “os muitos terroristas, que mataram no Aeroporto de Recife e estraçalharam o corpo da sentinela do quartel de São Paulo” e que “vivos recebem homenagens”³⁰⁵. Destarte, pode-se dizer que a noção de guerra suja é um importante elemento para a construção de uma imagem positiva do

³⁰² PASSARINHO, Jarbas. “O saldo da derrota comunista”. In: _____. *Op. Cit.* 2005, p. 68.

³⁰³ PASSARINHO, Jarbas. “A História Revisitada”. In: _____. *Op. Cit.* 2005, p. 72.

³⁰⁴FICO, Carlos. *Op. Cit.* _____. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=24&sid=3>

³⁰⁵ PASSARINHO, Jarbas. “O saldo da derrota comunista”. In: *Op. Cit.* 2005, p. 68.

regime. Através desta ideia estabelecem uma relação entre terrorismo e tortura, relativizando-as. Como nos termos de Olavo de Carvalho:

Condenar o terrorismo como “crime hediondo” é falar de um delito definido, claro, insofismável, ao passo que usar o mesmo termo para qualificar a “tortura” é um expediente linguístico para meter no mesmo saco o torcionário científico que aplicou choques a um prisioneiro por meses a fio, o sargento que lhe deu um pontapé numa explosão de raiva, o médico que lhe aplicou uma injeção para que não morresse e o soldado de plantão que atendia o telefone na delegacia. Terrorismo e tortura, enfim, não estão no mesmo plano: aquele é hediondo em si, esta depende de graus e circunstâncias. E, quanto ao dano infligido, o da tortura quase sempre pode ser reparado, física e moralmente. Mas que reparação oferecer à vítima que o corpo feito em mil pedaços pela explosão de uma bomba?³⁰⁶

O trecho de Olavo de Carvalho – que, pode-se dizer, por não ter participado do Estado ditatorial usa mais abertamente o termo tortura – ilustra claramente como apesar de certas diferenças e tensões, a menção a uma guerra suja surge como uma forma de positivar a imagem da ditadura, ou seja, do golpe e do governo que vencera “os comunistas fanatizados”³⁰⁷.

Desse modo, a centralidade nesses discursos de ressaltar a Anistia como uma forma de esquecimento – não do *esquecer ativo* fundamental para o *perdão* em prol da construção de uma *memória feliz*, fruto do trabalho de luto e rememoração –, reside no fato de reforçar a imagem de um regime que, apoiado pela população, prosperou, venceu a ameaça comunista e retornou a um sistema democrático. Formalizando, assim, uma memória na qual se fora necessário cometer arbitrariedades e *excessos*, estes se justificavam pelo perigo de uma “ditadura comunista”. Nos termos de Olavo de Carvalho, “estava sendo montada aqui [no Brasil] a maior revolução comunista da história das Américas”, e, com o amparo de demonstrações populares – como destaca Ustra, “uma resposta da população civil ao restabelecimento da ordem e dos valores cívicos ameaçados” –, como as Marchas da Família com Deus, os “inimigos e a ameaça comunista foram derrotados”³⁰⁸.

³⁰⁶ BN- CARVALHO, Olavo de. “Tortura e terrorismo”, *O Globo*, 6 de Janeiro de 2001.

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00./USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 66

De um lado a *lembrança* de uma “epopeia coletiva”, reforçando sentimentos de pertença a um mesmo projeto, expresso no “clamor geral pela derrubada do presidente João Goulart”, segundo Olavo de Carvalho, “um ato legítimo, apoiado pelo Congresso e por toda a opinião pública”, cuja máxima demonstração de força fora a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”³⁰⁹. Ou a memória do apoio ao regime, em especial ao governo Médici, ressaltando a figura do presidente que “passou bem até pelo teste do Maracanã, onde recebera aplausos, ao assistir a um jogo de futebol”; também relembrando o milagre econômico e as grandes obras, a partir da imagem do homem cuja “franqueza e a preocupação para com os problemas sociais” foram responsáveis por “altos índices de popularidade”³¹⁰.

No outro lado, o *esquecimento* do que não combinava com *conciliação*, isto é, daquilo que não se ajustava à imagem do regime civil-militar enquanto “um movimento muito bem sucedido”, que desmontou “o maior esquema revolucionário já montado pela esquerda”³¹¹.

É importante considerar esse aspecto, pois a construção da imagem de uma esquerda revanchista perpassa essas questões. Se o regime estava fundamentado na defesa de valores democráticos e se com a vitória sobre a luta armada havia concretizado um interesse coletivo, esquecer mutuamente as questões negativas associadas a tal passado seria uma espécie de *virtude cívica*³¹², que não fora respeitada pelos intitulados esquerdistas. Perspectiva que permite a esses intelectuais qualificar negativamente qualquer tentativa de trazer ao primeiro plano temas *polêmicos* associados à ditadura e, paralelamente, possibilita que se autotransformem como *vítimas* – em especial, no caso de Ustra e Passarinho. Em suma, mais do que ressaltar a *conciliação* associada ao decreto de 1979, o que está em questão, nessas narrativas, é validar socialmente uma imagem positiva do regime civil-militar.

E, para tal, se voltam para a Anistia como um modo de fomentar e construir *silêncios*, ou seja, o que pode ou não ser dito. Nesse sentido vale lembrar, no que tange à memória, que *silenciar* não significa *esquecer*. Tal como destaca Pollak, quando existe *silêncio* sobre um determinado acontecimento, embora não se tematize publicamente sobre o assunto, as lembranças persistem associadas a determinados grupos que rememoram entre si, potencialmente prontos a tornar público suas versões sobre determinado passado. E este ato

³⁰⁹CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”, maio de 2004. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Original em: *Bah!* (jornal universitário gaúcho), maio de 2004. Consultado em: 25/10/2011 às 15:16.

³¹⁰PASSARINHO, Jarbas. *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 422./ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A Verdade Sufocada*. Brasília: Editora Ser, 2007, p. 233.

³¹¹BN- CARVALHO, Olavo de. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

³¹²LABORIE, Pierre *apud* CORDEIRO, Janaína. *Op. Cit.* 2008, p. 14.

de “não-falar” pode ser associado a experiências traumáticas (não conseguir expressar o vivido) e também a opções políticas, sendo que esta última remete a duas situações diferentes: ao fato de não haver “escuta” ou espaço para essas reminiscências dentro de uma determinada sociedade, assim como à atitude de silenciar em nome de uma *reconciliação*. E, no misto dessas duas possibilidades – em especial, na segunda – se encontra o caso da memória do golpe de 1964 e do estado de exceção³¹³.

Assim, lembrando que a memória é traiçoeira e sempre cambiante, convém salientar que, ao longo dos anos 1980 e 1990, diante do crescimento de uma memória de esquerda, esses intelectuais de direita tomaram a crítica ao dito revanchismo como um argumento para afirmar essa versão de Anistia recíproca como forma de esquecimento e, também, para entrar e disputar no espaço público o reconhecimento e legitimidade de seus discursos de memória sobre a ditadura.

2.2- A melhor defesa é o ataque*: Considerações sobre o revanchismo

“A Anistia, de fato, não prosperou”³¹⁴.

Assim afirmava Jarbas Passarinho. E deste tipo de argumento emerge a questão do revanchismo. Como anteriormente abordado, esses que intitulo como intelectuais de direita se colocam nos debates de memória advogando a favor da ditadura; seja a favor daqueles que compunham o Estado ditatorial, das comunidades de segurança, dos valores conservadores e da direita... de modo que, para tal, afirmam a Anistia como um pacto social de esquecimento recíproco – a saber, uma forma de virar a página sem “pôr o dedo nas feridas”.

Nesse sentido, como destacou Michael Pollak, no processo de construção da memória daqueles que foram vitoriosos, *nas armas*, num determinado conflito, é importante enfatizar que, por mais que alimentem uma crença na qual “o tempo trabalha a seu favor” e, também, de que seja possível, ao longo dos anos, estabelecer o esquecimento, estes indivíduos sabem que tal espaçamento temporal igualmente pode contribuir para reforçar irrupções de memórias daqueles que foram vencidos e marginalizados após o conflito³¹⁵. Desse modo, ao tratar dos discursos organizados por intelectuais de direita, pode-se dizer que a crítica ao intitulado

³¹³POLLAK, Michael. *Op. Cit.* 1989.

* Título de um dos capítulos do livro “A Verdade Sufocada”, de Brilhante Ustra. Ver em: Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 380.

³¹⁴ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 2005, p. 103.

³¹⁵ POLLAK, Michael. *Op. Cit.* 1989.

revanchismo de esquerda compõe uma tática argumentativa e de intervenção, nas disputas pela memória da ditadura civil-militar brasileira, que possibilita a esses indivíduos falarem de *si*, daquilo que defendem e, em especial, do *outro*. Uma jogada.

Assim, de forma geral, partem do argumento de que a atitude revanchista seria resultante de uma espécie de “*má-fé*”, nas palavras de Olavo de Carvalho, “o pressuposto geral de toda instrumentalização esquerdista dos ‘anos de chumbo’”³¹⁶:

Como acontece em todos os movimentos onde os comunistas são derrotados, eles iniciam a sua volta lutando pela anistia, que, uma vez conquistada lhes permite viver usando as liberdades democráticas que queriam destruir. Posteriormente, começam uma **virulenta** campanha para denegrir os que os combateram, posam de vítimas e de heróis e fazem da mentira e da calúnia o seu discurso³¹⁷. (Grifo meu)

Típica construção que permitiu a Ustra, Olavo de Carvalho e Passarinho – em meio aos debates de memória no pós-ditadura – caracterizar o revanchismo, exemplificando-o, principalmente, após a publicação da obra “Brasil Nunca Mais” (símbolo da memória militante da esquerda), como um atributo inerente a indivíduos *impregnados*, no termo de Olavo de Carvalho, pelo “veneno marxista”³¹⁸. Assim retomando uma clássica categorização do imaginário anticomunista, em que esses atos considerados condenáveis são tidos como “decorrência necessária dos ensinamentos de uma ‘ideologia malsã’”³¹⁹; ainda em confluência com a imagem que associa militância de esquerda a uma suposta ameaça à moral – sob o rótulo de corruptos, mentirosos, caluniadores, cínicos, entre outras classificações pejorativas. Não obstante, também surge como uma espécie de modelo concebido de modo a apresentar as “ações comunistas” como semelhantes à de *agentes patológicos*, no caso, responsáveis por “uma *virulenta* campanha”, contagiosa, que teria por função denegrir sistematicamente e “criminalizar a Revolução de 1964”³²⁰. O dito “revanchismo da esquerda” seria, por excelência, o lugar do anticomunismo no discurso desses intelectuais de direita.

³¹⁶CARVALHO, Olavo. *Anistia?*, 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061114dce.html>.

³¹⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “A Vingança dos derrotados”. In: *Op. Cit.* 2007, p. 546.

³¹⁸ Cf. CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

³¹⁹ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.* 2002, p. 76.

³²⁰ A utilização da noção de agente patológico está conforma: Idem, p. 53./ A citação final está conforme: CARVALHO, Olavo de. *Ordem do Dia e Ordem Pública*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990415jt.htm>. Consultado em 15/05/2010 às 23:47. Publicado originalmente no “Jornal da Tarde”, 15 de abril de 1999.

Deste modo, assim como os *infiltrados* no governo de João Goulart e os *fanatizados* pela ditadura do proletariado, após o fim do período ditatorial o alvo a ser combatido eram aqueles “*intoxicados por Gramsci*” que viviam usando “as liberdades democráticas que queriam destruir”³²¹. Sob uma visão organicista da sociedade – integrada como um todo e marcada pela autoridade, a hierarquia e a obediência –, questionar as decisões e regras estabelecidas significaria o desvio, a violação e a marginalidade³²². Logo, diante das denúncias de arbitrariedades cometidas e das pressões por justiça contra a ditadura civil-militar – principalmente, ao longo dos anos 1990 –, classificá-las como “revanchismo” possibilita a esses intelectuais continuarem falando sobre o passado traumático, pois, ao mesmo tempo em que desautoriza a fala do outro, permite a tais indivíduos apresentarem seus argumentos como uma forma de defesa.

Conforme visto, a abordagem das atitudes que se esses intelectuais de direita intitulam de “revanchismo” sugere uma continuidade destas com as intervenções da esquerda desde a década de 1930. A saber, nos trabalhos de Ustra e Jarbas Passarinho a crítica ao tal “revanchismo” está associada a um *continuum* que perpassa à retórica de justificação do Golpe de 1964 e a necessidade dos Atos Institucionais – em especial, o AI-5 –, isto é, a ideia de que houve uma *reação* da direita ou uma *resposta ao fantasma da revolução brasileira* – no caso, refiro-me à luta armada –, esta última cuja origem estaria no sentimento de *revanche* dos “comunistas derrotados” no ano de 1935, durante a chamada “*Intentona comunista*”. Esse evento é chave na construção de um imaginário anticomunista, principalmente nas Forças Armadas. Como lembra Rodrigo Motta, foi o acontecimento que forneceu os “argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo”³²³. Cumpre assinalar que não pretendo com isso falar em ausência de projetos revolucionários da esquerda, mas sim demonstrar como esses autores se valem desse assunto para afirmar o imaginário do “perigo vermelho”, da “ameaça comunista”.

Nesse sentido, o mesmo coronel Ustra destacava que, para tecer suas considerações concernentes à “história reescrita pelos derrotados” em seu livro “A Verdade Sufocada”, tivera “que voltar ao tempo e escrever, ainda que superficialmente,” sobre “a primeira

³²¹ Os termos grifados são de: USTRA, Carlos Alberto Brillante. *Op. Cit.* 2007./ USTRA, Carlos Alberto Brillante. *Op. Cit.* 1987. Já o termo “intoxicados por Gramsci” está conforme: BN- CARVALHO, Olavo de. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

³²² Cf. D’APPOLLONIA, Ariane Chebel. “Les grands traits de la doctrine”. In: _____. *L’Extrême-droite en France. De Maurras à Le Pen*. Paris: Éditions Complexe, 1996, p. 33-35.

³²³ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Op. Cit.* 2002, p.76./ CASTRO, Celso, *Op. Cit.*

tentativa de tomada do poder pelos comunistas, em 1935”, bem como, “analisar e estudar o período que vai de 1960 até os dias de hoje”, exame que considerava necessário para “mostrar a verdade” sobre “a segunda e terceira tentativa de tomada do poder pelos partidos e organizações marxistas-leninistas que optaram pela luta armada”³²⁴. Pois, os “que não atingiram seus objetivos durante a ditadura de Getúlio Vargas”, “mudaram o estilo, a técnica e a forma de atuar”, mas não teriam se afastado, “jamais, de seus desígnios de implantar no Brasil um governo marxista-leninista”³²⁵.

É importante destacar que essa referência a um *revanchismo histórico* da esquerda brasileira também serve de base para diversos argumentos de posituação da ditadura. O primeiro *uso*, como foi visto no tópico anterior, relaciona-se ao golpe de 1964. Numa breve retomada, cumpre observar que esses intelectuais lembram o período anterior ao golpe como uma fase em que “guerrilhas e atentados espocavam por toda parte” e “a ascensão do comunista parecia irresistível”³²⁶. Ressaltando que como “a direção do PCB não fora atingida” pela derrota do levante comunista em 1935, “ela continu[ou] a agir, na clandestinidade e de forma mais cautelosa, visando à instituição de um Governo Popular Nacional Revolucionário”³²⁷. De acordo com Brilhante Ustra, a dita “revolução comunista em curso” ganharia força no governo de João Goulart:

O início da década de 1960, com a posse de Jango na presidência da República, caracterizou-se por galopante e variada infiltração comunista no País, em todos os níveis da administração pública. Houve por parte do governo uma grande abertura para a extrema esquerda, o que favoreceu vários movimentos subversivos³²⁸.

Desse modo, segundo Jarbas Passarinho, “já em 1963”, a direita “organiza[va]-[se] para enfrentar, se necessário, um *autogolpe* da esquerda no poder”, pois havia “informações seguras de que o presidente João Goulart, apoiado por Luís Carlos Prestes, preparava uma república sindicalista”³²⁹. Em contraposição, ressaltava “o clamor geral pela derrubada do

³²⁴ USTRA, *Op. Cit.* 2007, p. 28.

³²⁵ PASSARINHO, Jarbas. “Verdade Histórica”. In: *Op. Cit.* 2005, p. 21./ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “Intentona Comunista”. In: *Op. Cit.* 2007, p. 49.

³²⁶ BN- CARVALHO, Olavo de. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

³²⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 49.

³²⁸ *Idem*, p. 73.

³²⁹ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em vez de ação de graças”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.

presidente”³³⁰. Como outro ponto central, destacava “a insatisfação e divergência nos quartéis”, sob o argumento de que, assim, “a disciplina militar se deteriorava rapidamente”, principalmente porque alguns militares “aliados à subversão” então “procuraram levá-la para o interior dos quartéis”³³¹. Diante desse quadro, portanto, Passarinho justificava e confirmava o caráter democrático da “contrarrevolução” de 1964:

Certos de nos [os militares] batermos pela preservação da Democracia, realmente ameaçada, sublevamo-nos em 1964, abortando o golpe da esquerda. O apoio maciço que nos deram a sociedade civil, a igreja, a grande imprensa nacional e a burguesia amedrontada respalda[ram] a nossa penosa decisão. Penosa, sim, porque o exército tinha vocação legalista, e não golpista³³².

E, fazendo referência às disputas de memória, prosseguiu afirmando: “Viramos golpistas quando estávamos fazendo uma contrarrevolução”³³³. Assim, se os ditos “escribas que tratam do período de 1964” intitularam o movimento de Golpe, através da crítica a essa que seria uma “atitude revanchista”, esses intelectuais defendem a memória da contrarrevolução, ou seja, de um movimento apoiado por *todos* e, por isso, na afirmativa de Olavo de Carvalho, “um ato legítimo”³³⁴. Como justifica Jarbas Passarinho:

Foi a nação, essa sim, que, unida pelo mesmo ideal, exigiu-se dar paradeiro à desordem generalizada, econômica e social, à preparação do autogolpe, à quebra da disciplina culminando no motim dos marinheiros e na agressão à hierarquia. Só assim se explica que o governante fosse deposto sem um só tiro disparado e que a multidão popular, antes em passeatas de protestos, logo comemorasse nas ruas a queda de um presidente débil e ambíguo [...]. Os que fizemos 31 de março de 1964 correspondemos ao anseio nacional³³⁵.

Ante a essa abordagem, aqui, convém salientar que ao relacionar a estratégia de crítica ao intitulado revanchismo com a justificação do termo contrarrevolução no lugar de golpe, não há pretensão de negar o apoio da sociedade civil ao ocorrido em 1964, mas sim destacar que sob a afirmativa de que “os que fizeram 31 de março de 1964 correspondemos ao anseio

³³⁰ CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”, maio de 2004. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Original em: *Bah!* (jornal universitário gaúcho), maio de 2004. Consultado em: 25/10/2011 às 15:16.

³³¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p.

³³² BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em vez de ação de graças”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.

³³³ *Ibidem*.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ BN- PASSARINHO, Jarbas. “A prova”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 de agosto de 2000, Caderno A, p. 2.

nacional” esconde-se toda uma preparação anterior ao golpe. Não se pode perder de vista que à época (década de 1960) o golpismo e a ditadura não compunham só o programa de uma *determinada esquerda*, mas também estava presente em setores da direita. Ou seja, trata-se, aqui, de reforçar que a versão articulada por esses intelectuais *silencia* toda uma preparação para 1964: marcada pela atuação da UDN, principalmente na figura do Governador da Guanabara Carlos Lacerda e do também conservador Magalhães Pinto, dos IPES, IBAD e de setores das Forças Armadas reunidos na ESG, na ECEME e ESAO³³⁶. O único que faz uma referência à direita civil é Olavo de Carvalho, lembrando que ao mesmo tempo em que “a esquerda montava sua revolução” era

[...] evidente que estava sendo **montada uma reação** a essa revolução. Que reação era esta? De onde partia? Partia sobretudo de algumas lideranças civis. Particularmente em São Paulo do governador Adhemar de Barros e no Rio do governador Lacerda. Um dos recursos que esses dois líderes utilizaram para fazer face a uma eventual ameaça comunista foi a organização de tropas paramilitares³³⁷.

Porém, a organização dessa direita civil é tida em termos de reação, deixando de lado a sua importante intervenção no espaço público e, principalmente, o fato das ideias desses setores terem influenciado de forma considerável as alas mais extremadas do regime, a chamada *linha dura* – tanto que o próprio Carvalho chama figuras como Lacerda e Magalhães Pinto de líderes.

No bojo dessa construção, a esquerda vencida em 1964 teria continuado as suas investidas que, diga-se, nas narrativas desses intelectuais de direita são representadas pela vontade de tomar o poder e por um sentimento de revanche pela derrota sofrida. A grande representante dessa “insurgência ressentida” das esquerdas seria a guerrilha armada. E, como consequência, Passarinho afirma que esta “impediu a volta da democracia plena, que os chefes militares propunham *sinceramente* restabelecer”³³⁸. Ou seja, a ideia mantida por esses

³³⁶ Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: vozes, 1981./ GÁSPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002./ PRESOT, Aline Alves. *Op. Cit.* 2004.

³³⁷ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00. [Grifos meus].

³³⁸ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em vez de ação de graças”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2. [Grifo meu].

intelectuais era de que o fim do governo Médici fora marcado por “uma tentativa fracassada de retorno à democracia”³³⁹. De acordo com Passarinho:

De fato, o autoritarismo impôs para vencer a guerrilha, do contrário se beneficiaria das liberdades democráticas, figuras como Marighella, o mais destemido guerrilheiro que, preso, foi libertado por habeas Corpus. À esquerda não convém assumir essa responsabilidade. Dominando órgãos de comunicação, prefere a inverdade e diz que as guerrilhas foram feitas por democratas e foram repostas ao AI-5³⁴⁰.

O autoritarismo seria, então, uma forma de vencer a guerrilha. Pode-se dizer um subterfúgio para justificar os anos de Estado de exceção, já que a luta armada fora vencida, como esses autores mesmo afirmam, no governo Médici; uma espécie de contradição, pois apresentam a luta armada como o grande motivo do autoritarismo. O próprio Passarinho justifica ao afirmar que após 1973 as guerrilhas “não representavam, nem de longe, ameaça concreta que havia na guerrilha urbana de Marighella” e afirmava: “a luta armada foi usada como pretexto, não tenho dúvida, para continuação *do regime inaugurado pelo AI-5*, então irrecusavelmente necessário”³⁴¹. Como “motivos reais” citava o setores *duros* do regime e o *temor* de entregar o poder a representantes “dos adversários batidos na luta armada”³⁴². Esse quadro evidencia, portanto, a própria estratégia de anular a disputa real pelo poder, esta última ressignificada enquanto *virtude* dos militares e colaboradores do Estado de exceção.

No entanto, é interessante retomar a frase do Coronel que se refere ao “regime inaugurado pelo AI-5”. Diga-se, a ideia de que antes da “escalada do terror”, como intitula Ustra, não havia uma ditadura e que esta fora *resposta* à “tranquilidade sacudida por uma sequência de explosões de bombas”, durante o “atentado no Aeroporto de Guararapes”. Assim como pelos “agrupamentos de esquerda” que “começaram, logo após, a realizar o que esses intelectuais enfatizavam como “atos de terror: *assaltos* a banco, sequestros, assassinatos, ataques às sentinelas e rádios patrulhas, furtos e roubos de armas dos quartéis”³⁴³. Nas palavras de Jarbas Passarinho, “batidas em 1964, as esquerdas não reconheceram a derrota, ao contrário, reorganizaram-se e partiram para a ofensiva”. Ressaltando, pois, que nesse processo

³³⁹ CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”, maio de 2004. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Original em: *Bah!* (jornal universitário gaúcho), maio de 2004. Consultado em: 25/10/2011 às 15:16.

³⁴⁰ PASSARINHO, Jarbas. “A Loucura das Paixões”. In: *Op. Cit.* 2005, p.17.

³⁴¹ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 433. [Grifos meus].

³⁴² Idem, p. 464.

³⁴³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987.

“mobilizaram-se em dezenas de organizações revolucionárias, em 1966, e desencadearam a luta armada a partir de 1967”³⁴⁴.

Assim, Passarinho justificava o AI-5:

Nós vivíamos o auge da guerra fria, da expansão do comunismo dominando a Ásia, grande parte da África e já tendo uma cabeça de ponte em Cuba, no Caribe, de onde vinha não pequena parcela de guerrilheiros treinados militarmente para a tentativa de derrubar o regime instalado a partir de 1964. A reação era armada e dirigida por líderes marxistas-leninistas que, se vitoriosos, pretendiam instalar um satélite da URSS no Brasil, uma imensa Cuba, cujo ditador pretendia ser uma espécie de Símon Bolívar. Além da guerrilha de marighella, havia o terrorismo, que ele defendia e mandava praticar³⁴⁵.

Por esse caminho, destacam a importância do presidente Médici que “enfrentou o auge das atividades terroristas e combateu-as com determinação”, nas palavras de Ustra, lembrando que “as organizações do terror, com a reação do governo sofreram diversos revezes, sendo em sua maioria desarticuladas”³⁴⁶. Segundo Olavo de Carvalho, pois “a direita sempre foi mais combativa que as esquerdas”³⁴⁷. Reforçando, assim, o argumento de que devido a essa derrota sofrida durante o governo de Médici “as esquerdas, hoje, realizam forte orquestração associando o seu nome [Médici] à imagem de um tirano cruel que perseguia aqueles que combatiam a sua ditadura”. Um *complô da esquerda* “jamais se permitirá admitir que Emílio Garrastazu Médici foi um dos melhores presidentes que o Brasil já teve”³⁴⁸.

Dessa forma, estabelecendo uma linha entre essa derrota e o revanchismo, Passarinho critica:

Vencido[s] na luta armada [...] hoje se dizem democratas, afirmando que a tortura foi que os derrotou. Falso, perderam porque lhes faltou apoio da opinião pública, sem o que nenhuma guerrilha é vitoriosa. [...] Perderam a guerra. A tortura institucional, eles sabiam existir em Cuba, de Fidel, e na China de Mao, o que não os incomodava, quando lá se adestravam [...] são todos democratas pragmáticos³⁴⁹.

³⁴⁴ PASSARINHO, Jarbas. “Uma democracia em perigo”. In: *Op. Cit.* 2005, p. 28./BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em vez de ação de graças”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.

³⁴⁵ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Waterloo e o AI-5”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 de agosto de 1996, Caderno A, p. 2.

³⁴⁶ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 237.

³⁴⁷ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

³⁴⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 237-238.

³⁴⁹ TERNUMA- PASSARINHO, Jarbas. “A esquerda mitônomia”, *Ternuma*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/jpassarinho0828.htm>. Consultado em: 18/10/2008 às 18:35.

Essa passagem de Passarinho é ilustrativa, pois, mesmo indiretamente, compara a popularidade do Regime com a da luta armada, a saber, uma forma de lembrar o apoio público à ditadura e a dita “farsa dos revanchistas”. Interessante notar, nesse sentido, que uma estratégia muito utilizada por esses intelectuais é retirar citações de ex-participantes da luta armada, militantes de esquerda, bem como de acadêmicos para legitimar suas proposições e críticas. Não há referência ao contexto, *usam* a passagem como uma espécie de confissão e de reconhecimento do erro passado. Esse tipo de tática aparece com maior frequência nos trabalhos de Passarinho e Ustra; autores que dedicam páginas de seus trabalhos a essa atividade. Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis e Luís Carlos Prestes são os nomes mais constantes³⁵⁰. No que tange à relação entre a guerrilha e a duração da ditadura, Passarinho exemplifica que a demora para o fim do regime, “não desejada pelos militares”, então “deveria ser debitada às guerrilhas comunistas” sobre as quais afirmava que “à mídia, Prestes disse que só tiveram um efeito: prorrogar no tempo o autoritarismo”³⁵¹. E seguia:

Outro diz que não eram terroristas. [...] Declara que lutavam pela resistência democrática. O ex-guerrilheiro exilado Daniel Aarão Reis repudia a versão oportunista. “Não lutamos pela democracia, mas pela ditadura do proletariado. Nenhum documento nosso àqueles tempos, fez apologia da democracia”. Finalmente, escreveu vencido na luta armada [...]”³⁵².

Assim como Passarinho, Ustra vale-se de Jacob Gorender para demonstrar que o ocorrido em 1964 fora uma prevenção à tomada de poder pela esquerda: “O historiador Jacob Gorender, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em seu livro *Combate nas Trevas*, intitula o capítulo 8 de ‘Pré-revolução e Golpe Preventivo’”, lembrando que Gorender afirmara que “nos primeiros meses de 1964 esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário”³⁵³. Num caminho semelhante Olavo de Carvalho, reforçando o caráter reativo e imediatista do “movimento de 1964”, salientava que “um historiador comunista chamado Moniz Bandeira”, sobre o qual dizia que “apesar de comunista sempre pareceu honesto no que escreve”, sugeria a existência, antes da intervenção à direita dos insurgentes

³⁵⁰ A referência a muitos historiadores e historiadoras.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² *Ibidem*.

³⁵³ GORENDER, Jacob *apud* USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 111. [Grifo da fonte].

militares e civis, “de que provavelmente na Paraíba havia por volta de dez mil homens” prontos a iniciar um combate armado³⁵⁴.

Esses argumentos merecem algumas considerações. Em linhas gerais, é uma forma de deslegitimar os trabalhos acadêmicos que abordam o tema da ditadura; Passarinho chega a questionar: “Historiadores ou historicidas”? Referência ao que seria uma atitude revanchista dos acadêmicos. Cumpre ressaltar que esses trechos são utilizados de forma a fazê-los falar aquilo que convém para justificar as pretensões desses intelectuais de direita. Quanto ao fato, muito citado, do AI-5 como reação dos governos militares à “escalada do terror” comunista, vale ressaltar, como fez Carlos Fico, que “os episódios de 1968 foram *utilizados* como ‘prova’ da necessidade de um sistema rigoroso”, no entanto, tais motivos – principalmente a pressão dos *duros* com o respaldo dos ditos *moderados*, que também se beneficiaram com o ato – já estavam dados desde os primeiros atos institucionais. Lembra o historiador que o AI-5 só inovou no artigo 12 “que não estabelecia um prazo para vigência do ato”³⁵⁵.

Outro ponto a ser ressaltado remete à utilização do trecho de Daniel Aarão Reis. Nesse sentido, pode-se dizer que Passarinho se insere em brechas e debates, no âmbito dos trabalhos acadêmicos, para tentar validar suas ideias. A saber, Aarão Reis propôs uma análise da luta armada sob uma nova perspectiva, esta, crítica à versão em que as esquerdas revolucionárias surgem redefinidas “como parte integrante da *resistência democrática*”. Esse discurso é, então, retomado por esses intelectuais de direita como um reconhecimento daquilo que propõem em suas narrativas e apreendido como uma resposta ao revanchismo – uma crítica à esquerda pela esquerda.

É importante, portanto, salientar – como fez a historiadora Denise Rollemberg³⁵⁶ – que o argumento de que “uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas”³⁵⁷, para além de *silenciar* e simplificar a pluralidade de memórias no que tange ao regime civil-militar, traz em seu bojo e reforça o esquecimento ensejado por esses intelectuais que defendem uma imagem positiva da ditadura. Ou seja, a ideia de que voltar a esse passado recente seria uma atitude revanchista. Assim, ao se confrontar com a “memória da esquerda”, que de alguma forma traz à baila aquilo que

³⁵⁴ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

³⁵⁵ FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p.64-65.

³⁵⁶ ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: *Op. Cit.* 2004, p.30.

³⁵⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. Cit.* 2002, p.180.

deveria ser deixado para trás com a Anistia, definem esta atitude como vingança. E, diante dessa construção, formalizam uma imagem onde aqueles que fizeram 1964 ou advogam a seu favor, por respeitarem o “virar a página” do decreto de 1979, seriam vítimas dos que intitulam de “esquerdistas revanchistas”. É este o jogo que permite deslegitimar qualquer tentativa de rememorar assuntos como a tortura, os desaparecimentos, as mortes de presos sob a tutela do Estado...

Dessa forma, esse dito revanchismo que seria próprio da esquerda – segundo os argumentos de Ustra, Carvalho e Passarinho – chegaria ao pós-ditadura como uma vingança das letras. E agora os principais alçozes se situavam na mídia, entre os professores universitários e os partidos políticos. Como exemplifica Carlos Alberto Brilhante Ustra:

Creio ser imperioso desmistificar versões veiculadas, maciçamente, por alguns órgãos da imprensa escrita, falada e televisionada, por partidos políticos, por professores e outros formadores de opinião que têm recursos, plateias e oportunidades para difundir, com uma visão ideológica e ressentida, o que ocorreu no Brasil em passado recente³⁵⁸.

No entanto, o revanchismo é, neste trabalho, entendido como uma estratégia. E, ao voltar o olhar para o modo como esses indivíduos abordam o momento em que se iniciou e se desenvolveu “a revanche das letras”, cumpre destacar que o localizam como resultado “da brandura do Estado ditatorial”.

De acordo com Olavo de Carvalho, “por coincidências das mais irônicas, foi a própria brandura do governo militar” que teria permitido “a entronização da mentira esquerdista, como história oficial”³⁵⁹. Tanto que Ustra chegara a afirmar que haviam “derrotado a luta armada e o terrorismo, mas se *omitido* na batalha das comunicações”, lembrando que nas eleições diretas para o Congresso Nacional e para os governos estaduais, em 1982, “a contraofensiva dos inimigos da Contrarrevolução”, na qual “exilados e cassados concorreram nas legendas da oposição”, a propaganda “foi utilizada de forma exaustiva, pelos militantes das antigas organizações clandestinas, com slogans e palavras de ordem com críticas aos governos militares”; referência à vitória expressiva que a oposição conseguiu em diversos

³⁵⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 28.

³⁵⁹ BN- CARVALHO, Olavo. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

estados³⁶⁰. Aqui até cabe a observação de que tal argumento pautado por Ustra se revela como uma crítica velada ao processo de abertura.

Desse modo, num misto de crítica e defesa, datam o período de abertura como a fase que impulsionou e “deixou brechas” para que esses setores – a mídia, as Universidades e os partidos políticos, em especial o PT – se tornassem os principais veículos de transmissão das ideias da esquerda. Apesar de ser um ponto comum no discurso desses indivíduos, esse recorte temporal se expressa mais abertamente nas narrativas de Brilhante Ustra e Olavo de Carvalho. O que não significa dizer que este tema esteja ausente nas abordagens de Passarinho, no entanto, cabe ressaltar que o Coronel foi um dos homens do governo que entrevistou diretamente nos debates públicos e parlamentares sobre o tema; líder do governo e do Senado durante a presidência de Figueiredo, vale dizer, um dos momentos finais do processo “lento, seguro e gradual” iniciado por Geisel. Assim, pode-se considerar que esse argumento toma contornos mais sutis nas análises de Jarbas Passarinho.

Porém, uma descrição exemplar da forma como localizam o início do “revanchismo das letras” foi articulada por Olavo de Carvalho, onde afirmava:

Inutilizada para qualquer ação armada, a esquerda se refugiou nas universidades, nos jornais, no movimento editorial, instalando aí sua principal trincheira. O governo, influenciado pela teoria golberiana da “panela de pressão”, que afirmava a necessidade de uma válvula de escape para o ressentimento esquerdista, jamais fez o menor esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais, considerados militarmente inofensivos numa época em que o governo ainda não tomara conhecimento da estratégia gramsciana e não imaginava ações esquerdistas senão de natureza insurrecional, leninista. [...] E, quando a ditadura se desfez por mero cansaço, a esquerda, intoxicada de Gramsci, já tinha tomado consciência das vantagens políticas da hegemonia cultural, e apegou-se com redobrada sanha ao seu monopólio do passado histórico³⁶¹.

Assim, era redefinida uma nova investida revolucionária da esquerda. E, como forma de reforçar uma imagem positiva da ditadura e afastar o aspecto negativo da repressão realizada pelo Estado, Passarinho, assim como Olavo de Carvalho, toma como exemplo a questão da imprensa e das Universidades. O coronel, lembrando o decreto editado durante sua passagem no Ministério da Educação, ressaltava que era “estultícia atribuir ao regime uma tática de sujeição dos futuros jornalistas ao regime” já que todos sabiam que “nas universidades se consolidava, através da ação de mestres e alunos militantes das esquerdas, a

³⁶⁰ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 443.

³⁶¹ BN- CARVALHO, Olavo. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

resistência a esse mesmo regime”. E fechava seu argumento destacando que “logo, a exigência do curso superior para jornalistas levaria mais facilmente ao proselitismo contra, do que a favor dos governos anticomunistas”, concluindo-o com a afirmativa de que isto fora “exatamente o que se deu”³⁶². Em suma, criticar o regime seria quase que uma espécie de ingratidão. Pois, seguindo esse raciocínio, se o regime fora brando, a repressão também.

Por um caminho análogo, apenas mudando o período, Brilhante Ustra ressaltava que com a abertura e Lei da Anistia:

As universidades receberam ex-professores banidos e de ex-autoexilados, que passaram a moldar o pensamento das novas gerações. Essa situação proporcionou condições excepcionais para o trabalho de massa. [...] Era preciso convencer a Nação e a sociedade de que a esquerda lutava “novamente pela liberdade”³⁶³.

Exemplo de como esses intelectuais articulam estratégias para afirmar o que seria um “espírito democrático” presente nos governos ditatoriais. Uma defesa de tal período, contrapondo-o com as ditas intermináveis investidas da esquerda, primeiro como luta armada e depois como disputa intelectual. Um ponto a ser ressaltado remete, especialmente, ao argumento de Passarinho referente à imprensa e às Universidades – já que o coronel assumiu o Ministério da Educação no período de maior repressão do regime, da *ditadura escancarada* –, e cabe lembrar que justamente nessa fase o movimento estudantil fora fortemente combatido. Ademais, cumpre assinalar a presença da censura, que de modo algum facilitou a vida dos jornalistas. Interessante notar, também, que o receio de uma conquista de “corações e mentes” durante a intervenção das esquerdas ao longo da década de 1960 e 1970 – o risco das ideias comunistas, ou seja, o “trabalho de massa” – estava agora redefinido em termos de conquista pedagógica, no âmbito das ideias.

No bojo dessa questão pedagógica e de “trabalho de massa”, Olavo de Carvalho argumentava que o “revanchismo” fora possível, para além das causas já alinhavadas, “por um motivo muito simples”³⁶⁴:

³⁶² BN- PASSARINHO, Jarbas. “Peço um aparte!”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Quarta-feira, 09 de abril de 1986, Coluna Opinião, p. 2.

³⁶³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 443-444.

³⁶⁴ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

[...] esse governo militar, que não era opressivo, que não era um governo fascista, não tinha um dos principais traços que caracterizam todas as ditaduras e todos os movimentos fascistas: ele não tinha a menor vontade de inculcar uma ideologia na população [...] De vez em quando faziam uns cartazes, “Brasil, Ame-o ou deixe-o”, ou mandava passar uns anúncios de suas realizações, uma estrada, uma usina e uma ponte – tudo com o menor alarde possível ³⁶⁵.

No entanto, como lembra o historiador Carlos Fico, especialmente durante o governo Médici, foram desenvolvidas diversas políticas para tornar público os feitos do governo; os *anos de ouro*, do milagre econômico, da copa do mundo e das obras faraônicas, cuja outra face era os *anos de chumbo*, o sombrio período da guerrilha, da repressão, das torturas... Assim, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), com a função voltada para a propaganda e que era, portanto, fundamental em diversas campanhas publicitárias do governo. Também vale sublinhar a criação de disciplinas escolares obrigatórias de Educação Moral e Cívica, Organização social e Política do Brasil e Estudos de problemas brasileiros. Além das diversas “liturgias cívicas”, como as comemorações da semana da pátria e do aniversário da “revolução” de 1964³⁶⁶.

No que toca a este tema, da propaganda ideológica do regime civil-militar, Passarinho argumentava que a esquerda:

[...] de ma-fé indiscutível, fazia divulgar a mentira de que nós [Estado ditatorial] estávamos fazendo lavagem cerebral da criança e do jovem, em favor do movimento de 1964. Quem se der à pachorra de manusear os programas verá [...] que, do curso fundamental (antigo primário) à Universidade a ênfase era concentrada na democracia [...] na valorização do trabalho e nos símbolos da Pátria: bandeira e Hino. Já a partir da 5ª série (ginásial) tratava dos direitos fundamentais do homem, sistema de governo, tradições religiosas [...] À proporção que crescia a faixa etária, os programas ampliavam objetivos conceituais [...] entrando pelo exame da problemática brasileira [...] (Habitação, Saúde, Educação, função social das empresas, papel constitucional das Forças Armadas)³⁶⁷.

Dessa forma, Passarinho contrapunha uma coisa à outra, lançando o questionamento de como “seria um conteúdo curricular dessa natureza nos países dominados pelas ideologias totalitárias”, em referência “a países como Cuba e URSS”³⁶⁸. Mesmo com um currículo em que a Doutrina de Segurança Nacional surgia como uma disciplina de nível universitário, como informa o próprio Passarinho, o autor ressalta que o “cerne dos assuntos era

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ Cf. FICO, Carlos. *Reiventando o Otimismo. Ditadura Propaganda e Imaginário Social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997./ Também ver em: CORDEIRO, Janaína. *Op. Cit.* 2009.

³⁶⁷ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 409.

³⁶⁸ Ibidem.

democracia”, ou seja, o antigo argumento que associa democracia à vitória sobre o comunismo. Atualizando o discurso, afirma essa política do Estado ditatorial ao contrário “do que fazem hoje as esquerdas com a memória da ditadura”.

Diante desse quadro, Carvalho traz à tona, por exemplo, o argumento de que “não havia programas de TV martelando e remartelando o discurso oficial 24 horas por dia, como em Cuba e em todos os países comunistas”, lembrando que, no Brasil, “as novelas eram todas escritas por comunistas notórios como Dias Gomes e Janete Clair” e caso o “governo censurasse alguma cena erótica julgando-a imprópria para o horário” acontecia “uma tempestade de protestos”³⁶⁹. É interessante notar como esse discurso refere-se, justamente, ao período de maior embate com as guerrilhas e subsequente ao AI-5. A isso, contrapunham a ideia de que a propaganda como forma de inculcar ideologia era coisa dos países comunistas. No caso brasileiro, da esquerda que, segundo o autor, “ocupou todas as cátedras de EMC [Educação Moral e Cívica] e transformou em canais de propaganda comunista”. Em suma, de acordo com Carvalho, “não se notou um esforço ideológico por parte do governo”, destacando que “o único passo” que teria dado “nessa direção foi a Educação Moral e Cívica”, entretanto, configurando-se como uma tentativa frustrada³⁷⁰.

Essa referência da parte de Olavo de Carvalho é o pano de fundo que articula o argumento de que o governo:

[...] além de dar liberdade para os comunistas fazerem o que fizeram, ainda criou instrumentos, financiou filmes, deixou que ocupassem as cátedras de EMC, deixou que tomassem toda a imprensa e toda a universidade, onde hoje exercem cinicamente um poder de censura [...] Era só o que eles queriam para fazer da sua derrota militar a sua vitória política³⁷¹.

Assim, o “revanchismo” era definido como uma tentativa de tomada do *poder ideológico* por parte das esquerdas. Essa “necessidade de poder” ancorava a ingratidão e o sentimento de vingança com um regime que, segundo os argumentos desses intelectuais de direita, teria deixado brechas para os “esquerdistas” desenvolverem suas ideias. Como exemplo dessa *má-fé* da esquerda, Ustra tomava o caso da imprensa que em 1964 “bradava por uma contrarrevolução para impedir a tomada do poder pelos comunistas” e, hoje,

³⁶⁹ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem.

“esquecida, chama de golpe a reação dos militares atendendo o chamamento que ela, impulsionada pela sociedade, fez”³⁷². Nessa construção de estratégias, é central a forma como Carvalho argumenta:

[...] estavam começando a entrar no Brasil as obras do ideólogo italiano Antonio Gramsci. Este dizia adeus à teoria leninista da insurreição e criava uma nova estratégia baseada em duas coisas: de um lado, aquilo que chamava de Revolução Cultural, ou seja, o domínio do vocabulário, o domínio dos automatismos mentais, de modo que as pessoas, sabendo ou não, passem a falar e pensar como os comunistas e acabem aceitando o comunismo, com ou sem esse nome, como se fosse a coisa mais natural do mundo; de outro lado, o que ele chamava de a longa marcha da esquerda para dentro do aparelho de Estado, ou seja: ocupar todos os postos da burocracia. Lentamente, com muita calma, através de ocupação de espaço, de nomeações [...]³⁷³

Nesse sentido, ao afirmar a existência de um dito revanchismo de esquerda, voltavam-se para o argumento de que, assim como em 1964, estariam se batendo contra “a ameaça comunista”. Principalmente, a partir da década de 1990 e anos 2000, quando o “inimigo” conquistara por vias democráticas o poder, sobretudo com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002. Para Ustra o que se apresentava era “um Lula repaginado e conciliador” que havia estrategicamente “mudado o tom do seu discurso”, mas que na prática continuava radical, sobretudo no que tange às políticas de memória sobre a ditadura³⁷⁴. Portanto, ao longo das décadas de 1990 e início dos anos 2000, a questão da reparação concedida pelo governo passou a guiar a noção de revanchismo expressa nesses discursos. E, para além, norteou um movimento que é fundamental na construção dessas narrativas, a saber, a constituição da imagem de uma *memória negada*³⁷⁵. Esta, diretamente relacionada com o que Ludmila Catela, estudando o caso da direita na Argentina, intitulou como *memórias denegadas*, ou seja, aquelas às quais não se concede o que solicitam³⁷⁶. Em suma, sob a veste de lembranças clandestinas, quase que proibidas.

Porém, no caso dessa memória de direita, mais especificamente no período aqui analisado, quando a imagem da ditadura passou a ser cada vez mais associada aos *anos de chumbo* e pautada na rememoração das vítimas, é necessário destacar que não se trata de um

³⁷² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 82.

³⁷³ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

³⁷⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 527.

³⁷⁵ CATELA, Ludmila da Silva. “Violencia política y dictadura em Argentina”. In: *Op. Cit.* 2008, p. 194.

³⁷⁶ *Ibidem*.

processo em que a reminiscência daqueles defensores do golpe e da ditadura tornar-se-ia *subterrânea*. Mas sim o que Elizabeth Jelin analisou como um conflito entre memórias rivais “onde cada uma destas incorporou suas próprias lembranças e esquecimentos” para fazer frente à “outra” – “a ‘memória contra o esquecimento’ ou ‘contra o silêncio’ esconde o que na realidade é uma oposição [...] memória contra memória”³⁷⁷.

2.3- A Verdade Sufocada*? O revanchismo e os Direitos Humanos

Vencidos pelas armas os comunistas hoje são todos heróis. Sobreviventes foram readmitidos no serviço público, no mais alto posto da carreira interrompida. Os descendentes dos mortos foram providos com generosas indenizações e os que os combateram, muitos dos quais caíram sob as balas ou ações terroristas, anti-heróis, sem o menor amparo do Estado³⁷⁸.

A citação de Passarinho é exemplar da forma como a crítica ao que eles intitulam como revanchismo passou a ser tematizada nos discursos desses intelectuais de direita. A denúncia por ditas indenizações unilaterais, de um tratamento diferenciado às vítimas do terrorismo, de uma política de memória e justiça que não respeitou a Lei da Anistia, são elementos centrais. Ou seja, se “o passado guerrilheiro ou terrorista é premiado e o reverso é punido”³⁷⁹, culpabilizam o governo, a política de *reparação* e, principalmente, os Direitos Humanos. Esses temas, transversais aos trabalhos dos três autores, são mais frequentes no discurso de Carlos Alberto Brilhante Ustra, pois como abordado no primeiro capítulo, o coronel foi por duas vezes processado por sua atuação enquanto comandante do DOI em São Paulo, além de outras associações de seu nome com a figura de torturador. Ademais, também é notável que a referência à Ustra esteja presente nas narrativas de Olavo de Carvalho e Passarinho, já que a imagem do coronel surge como forma de “dar rosto”, uma representação, às “vítimas” do dito “revanchismo de esquerda”.

Primeiramente, para o entendimento dos argumentos elaborados por esses intelectuais de direita, convém observar que tal postura pode ser compreendida como uma tentativa de fazer frente a uma nova maneira pela qual a *memória do trauma*, daqueles que foram vítimas

³⁷⁷ JELIN, Elizabeth. “Memorias en Conflicto”, *Revista Puentes*, Buenos Aires, n. 1, agosto de 2000, p. 9.

* Título do Livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra.

³⁷⁸ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em vez de ação de graças”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.

³⁷⁹ BN- PASSARINHO, Jarbas. “A Incoerência”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 de novembro de 2001, Caderno A, p. 2.

da repressão do Estado, passou a ser tratada no âmbito deste campo durante a década de 1990 e início dos anos 2000 – o que inclui as demandas por *justiça de transição* reivindicadas por frentes de lutas e organizações de militantes, ex-militantes de esquerda e familiares de mortos, desaparecidos e torturados durante a ditadura brasileira. Como destacou Elizabeth Jelin:

[...] a incorporação do mote ‘violações dos direitos humanos’ foi [...] uma verdadeira revolução paradigmática. Esta definição implica em conceber [...] o assinalar de uma responsabilidade central das instituições estatais em garantir a vigência e o cumprimento desses direitos [...]³⁸⁰

Modificações que, no Brasil, estiveram diretamente relacionadas com a emergência e consolidação da questão dos direitos humanos na América Latina, em especial, na Argentina e Chile³⁸¹. No caso brasileiro, a temática dos “direitos humanos enquanto bandeira política ante aos governos ditatoriais” que já se desenhava desde o final da década de 1970 – período da abertura – recebeu um importante impulso com a publicação da obra “Brasil Nunca Mais”. Ao longo da década de 1990, com o afastamento temporal bem como na presença de uma nova geração e de governos não alinhados com o Estado ditatorial começou a ganhar força e se consolidar uma memória mais favorável aos que foram vitimados pela repressão do Estado ditatorial; um marco desse processo fora a redefinição da memória como um direito humano e político.

Nesse sentido, é importante considerar dois momentos dessas disputas: de um lado a década de 1980, ainda no bojo da Anistia e de uma transição democrática e, do outro, a década de 1990, já diretamente marcada pela questão dos direitos humanos e pelo estabelecimento dos governos democráticos, o que esteve diretamente relacionado com a ampliação do *uso* da noção de “revanchismo da esquerda”. De acordo com Olavo de Carvalho:

Até o começo da década de 1980, nenhum brasileiro, por mais esquerdista que fosse, ignorava que havia uma revolução comunista em curso, que essa revolução sempre tivera respaldo estratégico e financeiro de Cuba e da URSS, que

³⁸⁰Tradução livre: «[...] la incorporación de la clave ‘violaciones a los derechos humanos’ fue [...] una verdadera revolución paradigmática. Esta definición implica concebir [...] a la asignación de una responsabilidad central a las instituciones estatales de garantizar la vigencia y el cumplimiento de esos derechos [...]» Cf. JELIN, Elizabeth. *Los Derechos Humanos y la Memoria de la violencia política y la represión: La construcción de un campo nuevo em las ciencias sociales*. Buenos Aires: Cuadernos Del Ides, 2003, p. 5.

³⁸¹ QUADRAT, Samantha Viz. “A Emergência do Tema dos Direitos Humanos na América Latina”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz. *Op. Cit.* / BRITO, Alexandra Barahona. *Op. Cit.*

ele havia atravessado maus bocados em 1964 e tentara se rearticular mediante as guerrilhas, sendo novamente derrotada [...] Passada uma geração tudo isso se apagou. A juventude, hoje, acredita piamente que não havia revolução comunista nenhuma [...] que os terroristas da década de 1970 eram patriotas lutando pela liberdade e pela democracia³⁸².

Assim, antes de adentrar especificamente a questão dos direitos humanos na década de 1990, cumpre realizar uma pequena abordagem sobre a forma como esses intelectuais de direita articularam, em seus discursos ao longo dos anos 1980 a questão do intitulado “revanchismo da esquerda”.

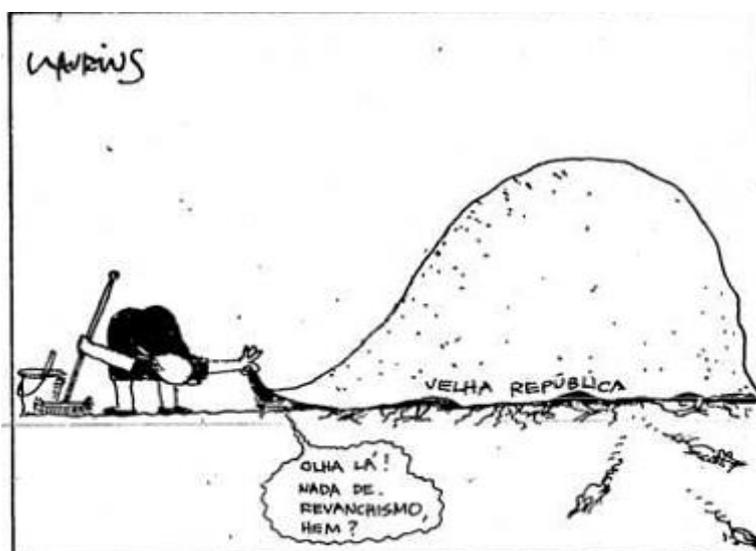


Figura 1- Reprodução de charge publicada na *Folha de São Paulo* em 1985. Ano-chave para as construções de memória sobre a ditadura e que resume bem o tratamento à questão do revanchismo nesse período³⁸³.

Em 1985, houve a publicação de “Brasil Nunca Mais”, no mesmo ano, o caso Bete Mendes e Brilhante Ustra ganhava espaço na imprensa, emergiam diversas reportagens e dossiês sobre questões polêmicas associadas ao período de abertura, como o “caso Baumgarten” e os atentados à bomba no Riocentro, nas quais muitas dessas manchetes e matérias seguiam um tom investigativo, alarmista, ou seja, em busca de *furos* e testemunhas

³⁸² TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

³⁸³ *Folha de São Paulo*, São Paulo, Quarta-feira, 20 de março de 1985, Coluna Opinião, p. 2.

inéditas...³⁸⁴ Ainda na década de 1980, sob os respingos do PBNM e das denúncias de torturas, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra escrevia seu livro “Rompendo o Silêncio”... Ao contrário, por exemplo, da Argentina que, no mesmo período, estava diante do “Juicio del Siglo” que condenou nove chefes de juntas militares por crimes contra os direitos humanos cometidos durante o regime militar do respectivo país³⁸⁵.

Nas palavras do próprio Passarinho, antes de colocar “a ‘Nova República’ no banco dos reus”, era necessário considerar que esta só “seria indubitavelmente nova, se tivesse surgido como consequência de uma vitória de forças políticas nitidamente contrárias àquelas que sustentaram os governos pós-1964 até o fim do mandato do presidente João Figueiredo”, lembrando que isso não ocorrera³⁸⁶. Vivia-se, nesse período, sob um governo tutelado; basta lembrar o compromisso que o então presidente José Sarney assumira com os militares e apoiadores do regime civil-militar, bem como a presença marcante e atuante do então Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, que, durante o caso Bete Mendes e Brilhante Ustra, saíra claramente em defesa do coronel acusado, gerando até um breve momento de crise na presidência³⁸⁷.

Pode-se até afirmar que a “batalha contra o revanchismo” se constituía enquanto uma bandeira do governo. Era forte o espírito de conciliação e de “seguir em frente” após o fim da ditadura. No entanto, nas palavras de Ustra, “o revanchismo tornava-se a palavra de ordem” e a “crítica ao regime militar e as acusações aos integrantes dos órgãos de informações tornavam-se cada vez mais contundentes”³⁸⁸. Mesmo sendo uma análise *a posteriori*, esta possibilita a compreensão que mesmo numa *escala* menor que a da década de 1990, a crítica ao intitulado revanchismo de esquerda era já uma preocupação relevante nas narrativas desses intelectuais.

³⁸⁴ No que tange ao Rio Centro, o tema foi abordado no primeiro capítulo. Já, sobre o caso Baumgarten cumpre destacar que Alexander Von Baumgarten era aliado aos governos militares, recebia verbas destes e publicava matérias de apoio à ditadura. Segundo relatos, o jornalista Baumgarten antes de ser assassinado tinha comprado e relançado a revista O Cruzeiro. Foi encontrado morto, em 1982, na praia da Macumba no Rio de Janeiro. Em ambos os casos tiveram militares do setor de segurança envolvidos. Ao longo dos que sucederam os acontecimentos, como em 1985, foram produzidas matérias em que voltavam a esses casos não solucionados, com novas pistas e suspeita. Por exemplo, ver em: Uma Nova Explosão, as investigações sobre os casos Baumgarten e Rio Centro trazem à tona a face oculta dos governos militares. *Revista Veja*, 02 de outubro de 1985. Sobre os casos citados: GÁSPARI, Élio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

³⁸⁵ BRITO, Alexandra Barahona. *Op. Cit.*

³⁸⁶ PASSARINHO, Jarbas. “A ‘Nova República’ no banco dos réus”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Sábado, 17 de agosto de 1985, Ilustrada, p.55.

³⁸⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; SOARES, Samuel Alves. “Forças Armadas, direção política e formato institucional”. In: *Op. Cit.*

³⁸⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 483.

Desse modo, o caso Brilhante Ustra foi o momento de maior acirramento dessas “disputas de memória”, especialmente após a publicação de “Brasil Nunca Mais”. No livro de Ustra encontram-se as críticas mais contundentes à dita “esquerda revanchista”, ou seja, com a referência mais direta à temas como a tortura e o terrorismo; interessante notar que, já nesse período, se sublinhava uma crítica à relação “revanchismo” e direitos humanos:

A esquerda radical sempre omite, em suas publicações, as ações armadas praticadas pelas Organizações Terroristas. Para ela sempre lutamos contra jovens inocentes e indefesos. Esta mesma esquerda se irrita quando os nomes dos que morreram lutando contra as organizações terroristas, ou foram por eles assassinados, vêm a público. Quando Marco Pollo Giordani publicou em seu livro “BRASIL SEMPRE” os nomes desses brasileiros, o Conselheiro do “Movimento de Justiça e Direitos Humanos”, Jair Krischke, duvidou da relação apresentada. Segundo “Zero Hora”, de Porto Alegre, queria que o autor provasse que uma das pessoas citadas, tivesse sido morta pelos terroristas. E dizia: “caso isso não fosse comprovado, o autor seria considerado o maior mentiroso do ano”. Por que o “Movimento de Justiça e Direitos Humanos”, pela palavra do seu conselheiro Jair Kríschke, nunca veio a público para condenar os atos terroristas? Seria isso revanchismo? Entretanto, quando a esquerda nos ataca ou calunia, não é isso, também revanchismo? E os Direitos Humanos? Eles são válidos somente para os terroristas, subversivos e agitadores? E aqueles que os combateram, que ficaram inválidos ou que foram por eles assassinados, não têm, também, os seus Direitos Humanos?³⁸⁹

Ao voltar o olhar para os argumentos de Ustra, não se pode perder de vista que a memória das comunidades de segurança era diretamente associada aos aspectos negativos do regime, como a tortura e os desaparecimentos. Daí pode-se supor a forma mais direta com que o autor se posicionava, em seu livro, contra o dito revanchismo. Já o não menos combativo Passarinho, mas com uma escrita mais *moderada*, situava a maioria de suas críticas ao revanchismo no campo do governo:

Instalado no governo, depois do calvário do saudoso Tancredo Neves, vi o inevitável ataque à administração anterior, as lamentações sobre a ‘herança recebida’ – malsinada herança – lembrando a piada de que, na história do Brasil, só não se queixou do seu antecessor o nobre senhor Tomé de Souza, nosso primeiro governador-geral... Uma das críticas mais severas se situou no campo das famosas mordomias [...] começou-se por fazer escandalizar a população da Nação, dizendo que ministros gastavam mais cem milhões de cruzeiros por mês [...]³⁹⁰

Porém, diante de temas polêmicos como a tortura e o terrorismo, construindo uma estratégia de respeito ao silêncio da Anistia e da conciliação, o coronel posicionava sua intervenção enquanto uma *resposta* à investida das esquerdas. Tanto que, no artigo

³⁸⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante Ustra. *Op. Cit.* 1987.

³⁹⁰ PASSARINHO, Jarbas. “A ‘Nova República’ no banco dos réus”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Sábado, 17 de agosto de 1985, Ilustrada, p.55.

“historiadores e historicidas”, destacava que o escrevia em reação ao autor que num texto o qualificara de “liberticida e apologista da tortura”, assim desrespeitando “a pacificação de que tratava a Anistia”. Nesse bojo, como citado no primeiro capítulo, transferindo a culpa para a “guerra suja” na qual, nas palavras do coronel, “ocorrera violência contra os direitos humanos de ambos os lados”³⁹¹.

De acordo com Alexandra Baharona de Brito, o Brasil da década de 1980 foi marcado por um governo de transição (Sarney) com alto grau de continuidade política – com a permanência de um presidente do partido da ditadura, com a presença do Serviço de Inteligência, em ação conjunta com o exército – desse modo, mantendo muitas prerrogativas e capacidade de veto sobre o governo civil. Portanto, somente anos mais tarde, na década de 1990, que começou a se esboçar um programa mais geral de direitos humanos³⁹². Diante desse quadro, as formas de intervenção nas disputas de memória por Passarinho e, inclusive, Ustra, era balizada por uma estratégia de respeito à transição calcada no pacto de esquecimento; basta recordar que a única intervenção pública de Ustra se dá com o livro “Rompendo o Silêncio” e, ademais, com seu próprio silêncio – já que o autor evitava falar em público sobre sua atuação durante o regime e as acusações que sofria.

Mas, o futuro era improvável...



Figura 2- Reprodução de charge publicada ao lado do texto “Julgadores Facciosos dos Direitos humanos” de Jarbas Passarinho, na *Folha de São Paulo* em 2008. No âmbito das comemorações do AI-5. Imagem remete a relação presente no texto desses autores entre direitos humanos e reparação às vítimas do Estado ditatorial.

³⁹¹ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Historiadores e Historicidas”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 de setembro de 1989, domingo, p. A3.

³⁹² BRITO, Alexandra Barahona. *Op. Cit.*, p. 204.

Dez anos após a publicação de “Brasil Nunca Mais”, mais especificamente em dezembro de 1995 – mês simbólico, pois remete ao AI-5 em 1968 –, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi sancionada a lei nº 9.140, que previa o reconhecimento da responsabilidade estatal pelas mortes e desaparecimentos políticos engendrados no período de setembro de 1961 até agosto de 1979. Esta também instalou uma comissão permanente para proceder no reconhecimento de pessoas desaparecidas ou mortas, disponibilizando esforços para localização de corpos e para emitir requerimentos referentes a possíveis indenizações³⁹³. Tal atitude marcou uma nova fase no que tange às políticas de memória, verdade e justiça no Brasil, que iria culminar com a organização, em 2007, de um livro resumo dos trabalhos realizados pelo projeto “Direito à Verdade e à Memória”³⁹⁴.

Sobre o decreto Brilhante Ustra afirmara:

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro “perseguido político” que chegou à presidência da República após a contrarrevolução de 1964. Em agosto de 1995, sete meses após tomar posse, enviou ao Congresso nacional um projeto de lei, que entrou em vigor em 04/12/95- [...] Lei dos Desaparecidos Políticos-, estabelecendo condições para a indenização financeira aos familiares dos desaparecidos políticos. Naquela ocasião, foram relacionados nomes de 136 pessoas que, oficialmente, até então não haviam sido reconhecidas como mortas. Dessa relação constavam os nomes de 61 desaparecidos nas selvas do Araguaia, dos quais 32 estudantes, recrutados, orientados, instruídos e fanatizados por experientes e inescrupulosos dirigentes do PC do B, para construir o embrião do futuro Exército de Libertação Popular³⁹⁵.

Seguia-se, nesse trecho, uma crítica à “unilateralidade” do projeto, que remete ao argumento no qual Passarinho, de modo semelhante a Ustra, afirma que “os mesmos terroristas do atentado à bomba no Aeroporto de Recife”, agora são tratados como “puros e chefiam órgãos de defesa dos direitos humanos”³⁹⁶. Para esses indivíduos, o “revanchismo” chegara ao governo e, nas palavras de Olavo de Carvalho, seria uma “atitude esperada” de um presidente que “tolera[va] paternalmente invasões de terras” e “transform[ou] o ensino público numa rede de propaganda marxista”. O autor prosseguia destacando “a perigosa farsa que consiste em rotular de ‘direitista’ o governo de FHC”, para Carvalho o presidente era “um gramsciano de carteirinha”, lembrando o argumento de que o revanchismo seria obra das

³⁹³ Cf. HEYMANN, Luciana Quillet. “O 'Devoir de Mémoire' na França Contemporânea: Entre memória, história, legislação e direitos.” In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e Cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

³⁹⁴ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Verdade e à Memória*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2007.

³⁹⁵ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 484.

³⁹⁶ TERNUMA- PASSARINHO, Jarbas. “A Esquerda Mitônoma”, *Correio Brasiliense*, Brasília, 14 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.ternuma.com>.

ideias de Gramsci adotadas pela esquerda³⁹⁷. Esses argumentos ganharam mais força e geraram uma tensão maior, quando, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, tornou-se público o caso Lamarca e Marighella³⁹⁸, figuras conhecidas da oposição armada ao Regime, que foram anistiados e suas famílias indenizadas, pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça:

[...] a lei estabelece que tem direito aos benefícios apenas as famílias de desaparecidos ou mortos em dependências policiais e assemelhados. Marighella e Lamarca não se enquadravam nesses dois casos, mas o entendimento acabou sendo de que ambos, ainda em combate, deveriam ter sido presos e algemados e suas vidas protegidas pelo Estado. [...] em função disso suas famílias terão direito à soma em dinheiro [...]³⁹⁹

Consideração que, nos termos de Passarinho, feria as Forças Armadas, colocando-a numa espécie de “valhacouto de bandidos”⁴⁰⁰; lembrando que “a guerrilha de Marighella matava”, como “assaltava bancos e carros pagadores”, além do que “detonava bombas” e “atacava a instituição militar”⁴⁰¹. Olavo de Carvalho, por seu turno, “ao chefe guerrilheiro Carlos Lamarca” atribuía “a atrocidade do assassinato de um prisioneiro a coronhadas”, ademais, era uma figura simbólica que dentro das Forças Armadas se virou contra o regime e não só fez isto como definiu sua militância em termos de esquerda revolucionária. No trabalho desses intelectuais, essa atitude surge como “o símbolo do revanchismo, da má-fé de esquerda e de escárnio contra as Forças Armadas”.

Emerge dessa questão outro ponto fundamental, a saber, a questão das indenizações. De acordo com Alexandra Barahona de Brito, as eleições para presidente no ano de 1994 marcaram um novo período no que tange às lembranças e políticas de reparação, a partir de um manifesto – organizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais – no qual os candidatos firmaram um compromisso referente ao reconhecimento dos crimes de Estado cometidos

³⁹⁷CARVALHO, Olavo. *O sorriso e a baba*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990218jt.htm>. Consultado em: 15/10/2010 às 12:09.

³⁹⁸ Carlos Lamarca que na época da ditadura integrou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e se tornou um dos mais simbólicos opositores ao regime foi assassinado por agentes do Estado de exceção em 1971. Já Carlos Marighella foi um dos líderes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi morto também por agentes do regime em 1969.

³⁹⁹ Acerto Póstumo. *Revista Veja*. 18 de setembro de 1996, p. 38.

⁴⁰⁰ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em Vez de Ação de Graças”, *O Estado de São Paulo*, domingo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

durante o regime civil-militar⁴⁰². E esse reconhecimento foi ampliado, como visto no caso Marighella e Lamarca, ao longo dos anos, com a criação de leis e emendas que determinavam o pagamento de indenizações aos atingidos pela ação do Estado ditatorial. No governo do presidente Lula, concernente a tais políticas, foram incluídos mecanismos de reparação simbólica e pecuniária através de projetos como o “Direito à Memória e à Verdade” de 2006 – que se insere no recorte temporal deste trabalho. Sobre essas leis, Brilhante Ustra afirmava que:

Pretendia fazer uma análise dos instrumentos legais que concedem indenização aos anistiados políticos. Mas são tantos a partir do governo Fernando Henrique, que parece quase impossível resumir, em poucas páginas, as medidas provisórias, as leis, decretos, anexos criados, pouco a pouco, para atender, cada vez mais, a um número de comprometidos com o butim aos cofres públicos [...]⁴⁰³

E Passarinho completava:

Bem pagos cresceu-lhes a ambição de derogar unilateralmente a Anistia. Imitando janus, são bifrontes: um rosto é dedicado à tortura que é o mal e, o outro, ao terrorismo, sobre o qual silenciam. Aparecem juristas doutrinados sobre a imprescritibilidade da tortura, mas omitem o terrorismo⁴⁰⁴.

Segundo esse argumento de Passarinho, a reparação seria uma forma de ganhar dinheiro, de fazer revanche, excluir e criminalizar o outro. É interessante notar que o mesmo Passarinho – que desloca a tortura enquanto contraparte do terrorismo para a ideia de guerra suja, esta pautada por agentes da repressão de Estado e por militantes armados da esquerda – também defende uma indenização e reconhecimento de ambas as partes. Estratégia e exemplo de como os interesses de um campo estão acima de suas divergências.

Ainda no âmbito da reparação, por um lado as organizações de direitos humanos se pautam numa concepção de que esta não é só uma forma de compensação econômica, pois tal

⁴⁰² BRITO, Alexandra Barahona. *Op. Cit.*, p.222./ O Grupo Tortura Nunca Mais (TNM) foi fundado em 1985 com a bandeira de reparação jurídica e moral atuou no que concerne a questão da tortura, dos desaparecimentos e das indenizações. Criado originalmente no Rio de Janeiro, ao longo da década de 1990, foi expandido para outras cidades do Brasil, com destaque (neste caso) para o TNM de Minas, São Paulo, Pernambuco e Rio que estiveram diretamente associados com o manifesto de 1994. Cf. QUADRAT, Samantha Viz. “A Emergência do Tema dos Direitos Humanos na América Latina”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 381.

⁴⁰³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 507.

⁴⁰⁴BN- PASSARINHO, Jarbas. “Julgadores Facciosos dos Direitos Humanos”, *Folha de São Paulo*, sexta-feira, 7 de novembro de 2008, Opinião, p. A-3.

atitude “se transforma em um ‘cala boca’”, em especial “para o atingido e a sociedade como um todo”, propondo-a com medidas mais amplas que perpassam o auxílio psicológico, a publicização e o esclarecimento dos valores violadores e a responsabilização dos agentes envolvidos⁴⁰⁵. Por outro lado, esses intelectuais de direita apresentam a reparação apenas sob um viés econômico:

E é assim que o grupo Tortura Nunca Mais julga que os suspeitos de envolvimento mesmo que indireto, remoto e conjectural em casos de tortura devem ser perseguidos até o fim dos tempos, como ratos, como nazistas, para que os reus confessos de terrorismo, instalados em altos postos da República, possam estar tranquilos e desfrutem de suas honras, glórias e mordomias. Contra estes, beneficiados pela Anistia, já não se pode dizer uma palavra. Mas aqueles, segundo a presidente dessa entidade, cometeram “crimes inaniáveis, imprescritíveis e de lesa-humanidade. Não poderiam ocupar cargos pagos com dinheiro da sociedade brasileira”. Anistia, cargos, dinheiro público, no entender dessa senhora, são só para os terroristas, para os que mataram por atacado [...]⁴⁰⁶.

Com esse argumento estabelecem uma crítica, não só ao Grupo Tortura Nunca Mais, mas ao próprio governo, que por ser integrado por militantes e ex-militantes de esquerda representaria o revanchismo a nível de Estado. E prosseguia associando as políticas de *justiça de transição* a uma espécie de corrupção e promoção financeira, pois “há muito dinheiro nos cofres públicos que ainda não foi gasto com indenizações”, nas palavras de Passarinho, diga-se, “vultosas indenizações” pagas “a anistiados, que se transformaram numa indústria”⁴⁰⁷. Voltando à questão do *ativismo judicial* é interessante ter em vista que Ustra passou a ser, nos discursos desses intelectuais, uma espécie de vítima representante desse tipo de atitude revanchista, como expõe Olavo de Carvalho:

O processo de indenização movido por César Teles e sua esposa Maria Amélia contra o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra é confessadamente um ato político, calculado para estimular outros militantes esquerdistas. [...] A tática jurídica adotada é restringir *ex post facto* a aplicação da lei da Anistia, mediante a alegação de que ela só preserva contra punição penal, não contra ações cíveis, uma nuance que nunca foi explorada antes por ser demasiado rebuscada para ocorrer de maneira natural e espontânea seja ao legislador, seja aos possíveis acusados ou beneficiários. A ideia do processo nasceu claramente de uma artificiosa investigação

⁴⁰⁵COIMBRA, Cecília Maria. “Reparação e memória”. In: *Cadernos AEL. Anistia e Direitos Humanos*, v. 13, n. 14/15, Campinas, UNICAMP, 2008, p. 21-22.

⁴⁰⁶BN- CARVALHO, Olavo de. “Tortura e Terrorismo”, *O Globo*, 6 de janeiro de 2001.

⁴⁰⁷CARVALHO, Olavo. *Anistia?*, 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061114dce.html/> PASSARINHO, Jarbas. “A tortura e o terrorismo”. In: *Op. Cit.* 2005, p.150.

de brechas possíveis que permitam eternizar os ganhos da autovitimização esquerdista⁴⁰⁸.

Nessa estratégia de abordagem do intitulado revanchismo e ao mesmo tempo de construção de uma imagem de *vítimas* cujas memórias seriam clandestinas, negadas e julgadas, percebe-se que esses intelectuais se cercam por todos os lados de formas argumentativas diversas para criticar os ditos “esquerdistas”. Para além, especialmente no caso de Ustra e Passarinho, cujas trajetórias estão diretamente ligadas ao regime, articulam uma defesa da ditadura onde este evento surge sem a mácula de aspectos negativos a ele associados; bem como para prosseguir com suas críticas acerca da esquerda, pois todos esses discursos são claramente anticomunistas.

Assim, Ustra argumentava em própria defesa que seus “acusadores não queriam sua presença no Tribunal no dia do julgamento e nem queriam o seu depoimento”. Prosseguia afirmando que se sentia como num circo, achincalhado por todas as partes. Em sua defesa Olavo de Carvalho ressaltava que havia “uma diferença substantiva entre a reivindicação sincera de quem se sente prejudicado” e o “ativismo judicial que visa espremer até depois da última gota o limão das vantagens possíveis”⁴⁰⁹. E ainda no bojo dessa questão, aproveitava para relativizar a repressão no Brasil, comparando-o com dados que seriam do regime cubano:

Os números, que abrangem o período de 1959 até hoje, serão publicados em breve sob o título ‘Livro Negro da Revolução Cubana’. São os seguintes: Fuzilados: 5.621. Assassinados extrajudicialmente: 1.163 [...]. A ditadura militar brasileira, segundo fontes esquerdistas, matou trezentas pessoas [...]. Some tudo, multiplique por vinte e obterá a medida aproximada dos elevados ideais humanitários do regime cubano. À luz desses números, torna-se evidente a boa-fé, a honradez daqueles heróis da liberdade que, indignados com o golpe de 1964, foram buscar em Fidel Castro a ajuda e a inspiração para restaurar a democracia e os direitos humanos⁴¹⁰.

Assim, ligando tais números ao fato de que as esquerdas armadas foram “subsidiadas por algumas das ditaduras mais genocidas que já existiram no planeta” e mesmo assim foram vencidas com o mínimo de violência: “300 mortos à esquerda, 200 à direita”, lembrando que esse era “um *placar* que não permitia em sã consciência fazer de um lado monstro de crueldade, do outro uma vítima inerme e angelical”⁴¹¹. No entanto, no que tange ao processo

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ Ibidem.

⁴¹⁰ BN- CARVALHO, Olavo. “Cuba em Números”, *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2004.

⁴¹¹ CARVALHO, Olavo. *Anistia?*, 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061114dce.html/> BN- CARVALHO, Olavo de. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001.

de Ustra, dava ênfase ao argumento de que “de modo geral, as vítimas do terrorismo estão colocadas numa posição mais favorável para pedir indenizações”, pois ressalta que “os danos sofridos foram imensuravelmente maiores do que qualquer comunista ou pró-comunista dos anos 60-70”⁴¹².

Essa argumentação também deve ser analisada levando em consideração os argumentos de Bernard Giesen de que nas sociedades ocidentais contemporâneas a formação da memória coletiva tem passado por um processo de valorização da vítima em detrimento da figura do herói. Nas palavras de Giesen:

[...] no lugar de se falar hoje dos heróis fundadores de uma comunidade, os monumentos e rituais públicos recordam o sofrimento das vítimas e os crimes perpetrados. [...] a memória do triunfo do passado é substituída pela memória dos traumas desse passado [...]⁴¹³.

Mesmo considerando que, no caso brasileiro, ainda há uma forte valorização dos *heróis nacionais*, ao remeter à memória da ditadura, com todos os silenciamentos ainda presentes, vale ter em vista que a partir dos anos 1990 a rememoração pública dos *anos de chumbo* em detrimento dos *anos de ouro* começou a ganhar força. Por um lado, sob a égide de uma *memória da resistência* pautava-se o ideário de que todos resistiram à ditadura - como destaca a historiadora Janaína Cordeiro, “as vítimas fomos todos nós”, ou seja, “resistimos ao Regime”⁴¹⁴. Por outro, mesmo que numa proporção menor, com as políticas voltadas para os direitos humanos, a *memória do trauma* - daqueles que sofreram a repressão direta do Estado ditatorial, dos desaparecidos, dos mortos - também ganhava gradativamente espaço um pouco maior. A página não seria mais virada, porque de acordo com Daniel Aarão Reis, “para grande maioria da sociedade, a ditadura e os ditadores foram demonizados”⁴¹⁵.

Nesse sentido, cumpre assinalar que ao tomar essa perspectiva, não se trata de afirmar um heroísmo daqueles que fizeram a ditadura, mas sim de reconhecer que nesse novo momento das “batalhas de memória” ir a público para disputar o espaço e o reconhecimento

⁴¹² Ibidem. [Trecho em Paráfrase].

⁴¹³ Tradução livre: «[...] En lugar de alabar de los héroes fundadores de una comunidad, los monumentos y rituales públicos recuerdan hoy el sufrimiento de las víctimas y los crímenes perpetrados. [...] la memoria de los triunfos del pasado es sustituida por la memoria de los traumas del pasado. [...]». Cf. GIESEN, Bernard. “Sobre héroes, víctimas y perpetradores”. In: *Revista Puentes*, Buenos Aires, outubro de 2001, p. 17.

⁴¹⁴ CORDEIRO, Janaína. “Anos de Chumbo ou Anos de Ouro? A memória social sobre o governo Médici”. In: *Estudos Históricos*, n. 43, 2009, p. 94.

⁴¹⁵ REIS FILHO, Daniel. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002, p. 7.

social de suas versões sobre tal passado recente torna-se tanto uma necessidade – de defesa do regime – como uma estratégia para expor suas ideias. O que se configura, seguindo a análise de Elizabeth Jelin, como um conflito entre memórias rivais “onde cada uma destas incorporou suas próprias lembranças e esquecimentos” para fazer frente a “outra” – “a ‘memória contra o esquecimento’ ou ‘contra o silêncio’ esconde o que na realidade é uma oposição [...] memória contra memória”⁴¹⁶.

Diante desse quadro, como visto até aqui, esses intelectuais reforçaram a noção de revanchismo, como uma forma de ser vítima e não perpetrador, uma *memória negada*. No entanto, para além de advogar por uma memória positiva do regime que compuseram (Ustra e Passarinho) – e de seus traços anticomunistas e de direita – o que alcança também Olavo de Carvalho, essa construção na qual surgem como vítimas é o mote que lhes abre a possibilidade de defender o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira como projetos cujas ideias e valores foram bem sucedidos e viáveis.

⁴¹⁶ JELIN, Elizabeth. “Memorias en Conflicto”, *Revista Puentes*, Buenos Aires, n. 1, agosto de 2000, p. 9.

Capítulo III:

“Criminalizar a Revolução de março de 1964, dar a um dos regimes autoritários mais brandos, equilibrados e produtivos que o mundo já conheceu as feições monstruosas de um nazi-fascismo tupiniquim, eis o empreendimento de *falsificação histórica* em que se irmanam, se abraçam e se lambuzam, na promiscuidade da mentira comum, a oposição de esquerda e o governo de centro-esquerda *de um país sem direita.*”

(Olavo de Carvalho. *Ordem do Dia e Ordem Pública*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org>)

“[...] *Tudo que fizemos de bom*, o saneamento da economia elevada à oitava posição do mundo, a reforma das comunicações, a malha das grandes rodovias, as hidrelétricas [...] a eliminação do drama nacional dos ‘excedentes’ dos vestibulares, o aumento da oferta do ensino público [...] a Previdência Social Rural nunca antes concedida aos homens e mulheres do campo [...] *tudo isso é negado* [...]”

(Jarbas Passarinho. “Réquiem em Vez de Ação de Graças”, *O Estado de São Paulo*, domingo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.)

“Comandei o DOI/CODI/II Exército, de 29/09/1970 a 23/01/1974, período em que as organizações terroristas atuaram com maior intensidade [...] *conto como os órgãos de segurança as derrotaram.* [...] Também enfrentamos o terrorismo. [...] *procuro desfazer mitos, farsas e mentiras* divulgadas para manipular a opinião pública e para desacreditar e desmoralizar aqueles que as venceram.”

(Carlos Alberto Brilhante Ustra. *A Verdade Sufocada*. Brasília: Editora Ser, 2007)

Os Fins Justificam os Meios... O lugar da ditadura nos discursos dos intelectuais de direita

“A memória é menos presença do passado que escolha do passado, do que uma reconstrução do passado para servir aos fins do presente...”⁴¹⁷

3.1- Entre memória e história: A defesa de uma imagem positiva da ditadura

A crítica ao intitulado “revanchismo da esquerda”, como visto, é o *meio* pelo qual esses intelectuais de direita se colocam nos debates públicos acerca da memória do golpe de 1964 e da ditadura. Ou seja, trata-se de uma estratégia de intervenção no espaço público. Nesse sentido, ao examinar tais discursos, deve-se ter em vista que o argumento, no qual os que defendem uma imagem positiva do regime surgem descritos como vítimas “da história reescrita pelos vencidos na luta armada”, possibilita a Ustra, Passarinho e Olavo Carvalho apresentarem seus testemunhos e ideias como “a *verdadeira* história do regime civil-militar”. Numa construção em que aparecem como “guardiães da memória, arautos da história”⁴¹⁸. Tanto que numa breve passagem pelos títulos que ilustram os trabalhos desses autores não é difícil encontrar entradas como: “A *Verdade* Sufocada”, “A Esquerda *Mitômana*”, “A *Verdade* incomoda”, “Derrubando a História Oficial”...

Esta é uma narrativa na qual só aqueles que *vivenciaram*, fizeram e apoiaram o regime, em especial, a luta contra o “perigo vermelho”, – no caso de Olavo de Carvalho, daqueles que conhecerem o “outro lado” e se desiludiram – *sabem* e possuem o direito, bem como o *dever* de contar o que “realmente aconteceu” durante tal período. Eles colocam a história e a historiografia produzida sobre o golpe e a ditadura não somente sob suspeita como sob acusação de serem falaciosas e instrumentos da política. Apesar desse ato de desconfiar das perspectivas críticas à memória não ser um posicionamento apenas das direitas, mas atributo peculiar – independente do matiz ideológico – dos discursos de memória, ao voltar o

⁴¹⁷ LABORIE, Pierre. *Op. Cit.* 2009, p. 86.

⁴¹⁸ A expressão final foi extraída de: ROLLEMBERG, Denise. “Ditadura, Intelectuais e Sociedade: O Bem-Amado de Dias Gomes”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz. *Op. Cit.* 2009, p. 378.

olhar para os trabalhos de Passarinho, Olavo de Carvalho e Ustra essa atitude surge como um elemento de suma importância.

Ante uma crescente desvalorização da imagem dos governos civil-militares iniciados após 1964, em que essa fase passou a ser cada vez mais associada aos *anos de chumbo*, as ideias desses que intitulo como intelectuais de direita foram articuladas de modo a apresentarem suas intervenções nos debates do presente como algo semelhante a um *dever de memória*. Tema que nasce historicamente associado à esquerda, baseado na ideia de que as “reminiscências do sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, com relação às comunidades portadoras dessas memórias”⁴¹⁹; o que implica não só num dever de lembrança e de manter o vivo passado – o passado que não passa ao qual se refere Henry Rousso –, mas num reconhecimento político e jurídico também⁴²⁰. No entanto, os limites desse *dever de memória* têm sido constantemente debatidos e apontados por historiadores, ou seja, o risco de tais práticas políticas tornarem-se reguladoras e definidoras de conteúdos para o passado histórico, sancionado por leis. A *sacralização* da memória. Nessas críticas, o que se está questionando não é o juízo negativo de políticas autoritárias, totalitárias e de abusos de poder por parte do Estado, nem a importância de determinados temas para o estudo do passado, mas sim “as intervenções que as políticas de memória impõem na apreciação de eventos históricos”, pois a imposição legal de uma visão da história transformaria *uma* memória em valor incontestado, eliminando qualquer possibilidade de discussão⁴²¹.

Antes de uma análise mais aprofundada, cumpre assinalar que a expressão *dever de memória*, cunhada ao longo dos anos 1990, não é utilizada pelos autores em questão. No

⁴¹⁹ HEYMANN, Luciana Quillet. *Op. Cit.*/ ROUSSO, Henry; CONAN, Eric. *Vichy, un passe qui ne passe pas*. Paris: Fayard, 1994.

⁴²⁰De acordo com Luciana Heymann, a origem da noção *dever de memória* estaria diretamente ligada ao processo de resignificação, ocorrido a partir dos anos 1970, do discurso memorial ligado ao holocausto de milhares de judeus que viviam na França. Enfatizando o caso francês, lembra que nos dias de hoje toda a evocação do passado, no espaço público, parece estar permeado por essa noção. E, prossegue, ressaltando que, apesar de ter surgido num contexto específico, a noção se afastou desse contexto inicial, atraindo novas reivindicações, bem como novos grupos que passaram a pautar tal bandeira; em suma, um debate intenso, cuja a ressonância tem atualizado a reflexão clássica sobre as relações entre história e memória, provocando rediscussões no espaço público, principalmente sobre os limites desse dever memória e sobre o problema de ter como consequência o que Tzvetan Todorov intitulou de *abusos de memória*. Apesar do caso brasileiro ainda estar distante dessa realidade, a história é, também, posta sob vigilância pela memória; onde muitas tentativas de visitar criticamente certos passados sensíveis é vista de forma suspeita por aqueles que constroem discursos de memórias sobre tais períodos. Cf. HEYMANN, Luciana Quillet. *Op. Cit.*

⁴²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre. “Memórias do PT: As vozes de seus construtores”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. *Op.Cit.*, 2008, p. 295-296.

Brasil tal termo tampouco compõe o “léxico das políticas públicas voltadas para gestão de passados sensíveis”, nem a linguagem dos movimentos sociais – segundo Luciana Heymann, estando estes mais próximos do “resgate de memória” e do “dever de justiça”. Mesmo assim, num movimento duplo, nos trabalhos de Ustra, Olavo de Carvalho e Passarinho, se por um lado se apresentam como críticos à dita *história oficial* do regime civil-militar – acusando de serem *abusos de memórias* as ações públicas, reivindicações, rememoração de determinados temas e medidas ligadas à justiça de transição – por outro constroem um discurso em que história e memória se embarçam, constituindo uma narrativa com função pedagógica. Uma espécie de *historia magistra vitae*, expressa de maneira que a história verdadeira seja aquela enunciada pelas memórias⁴²².

Decerto outros grupos também se posicionam dessa forma no que concerne à rememoração de tal passado (como no caso da *memória da resistência*, por exemplo). No entanto, essa memória que Ustra, Olavo de Carvalho e Passarinho buscam sacralizar – através da exaltação do testemunho e da crítica ao “outro” – serve para criticar o presente e através dela enaltecer diversos aspectos do regime ditatorial. Ao analisar as reminiscências de um determinado período (como lembra-nos Pierre Laborie na epígrafe deste capítulo), deve-se considerar que é justamente sob a luz dos questionamentos e flutuações do presente que se articulam e são organizadas as lembranças e esquecimentos bem como os silêncios que estruturam uma determinada memória social; ou seja, sempre “tributária das representações e preocupações do presente”⁴²³. Portanto, para essa memória torna-se capital fomentar e manter determinados silêncios, que perpassam aquilo que pode ou não ser dito, como uma forma de confirmar e contribuir para o esquecimento de determinadas questões do passado, em específico as que remetem à repressão de Estado – como lembra a fórmula do historiador Peter Burke *quem quer que quem esqueça o quê e por quê?* Também possui a sua contrapartida, ou seja, *quem quer que quem lembre o quê e por quê?*

Assim, sem perder de vista que na construção da memória social de um determinado período esquecimento e lembrança se coadunam, esse jogo entre visibilidades e invisibilidades, através da crítica aos governos estabelecidos no pós-ditadura – nas palavras de Brilhante Ustra “dos ‘perseguidos’ políticos que chegaram até a presidência”⁴²⁴ – tem por

⁴²² Sobre a *Historia Magistra Vitae* ver em: CATROGA, Fernando. “Ainda será a História Mestra da Vida?”, *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 7-36, 2006.

⁴²³ ROUSSO, Henry. “El Estatuto del Olvido”. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (org.). *Op. Cit.*, 2002, p.80.

⁴²⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p.

função lembrar e ressaltar o que seriam, segundo tais autores, pontos positivos do regime civil-militar; não apenas *esquecer* ou *virar a página* como muitas vezes é dito. Mas, para além, silenciar e lembrar. Silenciar para esquecer e para valorizar “o que deve ser lembrado”. Nesse caminho, o objetivo do presente capítulo é analisar qual o lugar da ditadura nesses discursos; tanto nos aspectos que são comuns aos três autores, quanto no que tange ao significado específico que ganha nas narrativas de cada um.

3.2- A nova ordem nacional*: A memória positiva da ditadura e a crítica aos governos estabelecidos no pós-regime civil-militar.

Em meados da década de 1980, Passarinho escrevia:

[...] a ‘Nova República’ vai bem... As eleições de novembro próximo serão um complicador a mais, já que os partidos colegiados nessa frágil e fissurada Aliança Democrática, vão pressionar o tesouro público. As nomeações em massa já estão gerando enorme peso sobre as folhas de salário dos Estados e Municípios, para garantir clientelismo eleitoral. Estou, porém, tão otimista quanto o nosso presidente da República, **pois creio no Brasil, que se alçou à condição de oitava economia capitalista do mundo, graças ou a despeito da ‘velha república’**⁴²⁵.

Mesmo usando a sentença “a despeito da velha república” é notável a defesa de Passarinho do período do regime civil-militar, mostrando sua importância até como forma de segurar certas fraquezas da ‘Nova República’. Uma prática discursiva que viria a ser comum aos três autores, a saber, a estratégia de cotejar os governos ditatoriais com as administrações políticas estabelecidas após o fim do período de exceção, como uma tentativa não só de relativizar o peso negativo dos crimes decorrentes do Estado ditatorial, mas como uma forma de mostrar e buscar o reconhecimento social das realizações de tal período – diante de uma memória, como foi visto, na qual a “ditadura” e o “golpe” eram gradativamente demonizados.

Antes de aprofundar a análise, é necessário destacar que tal comparação aparece com mais frequência e clareza nos textos de Jarbas Passarinho, contudo há referências importantes nos trabalhos de Ustra e Olavo de Carvalho. Não se pode perder de vista que as narrativas são articuladas por escolhas subjetivas daqueles que as produzem, sendo assim, existem ênfases e

* Título de artigo publicado por Olavo de Carvalho, no jornal “O Globo”. Cf. CARVALHO, Olavo. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001.

⁴²⁵ BN- PASSARINHO, Jarbas. “A ‘Nova República’ no banco dos réus”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Sábado, 17 de agosto de 1985, Ilustrada, p.55. [Grifos Meus].

formas diferentes de abordar o mesmo tema. Porém, convém salientar que, nessa primeira parte, trata-se de considerar seus temas em comum, ou seja, analisar o objetivo maior que é legitimar uma imagem positiva da ditadura.

Nesse sentido - no tocante aos argumentos supracitados de Passarinho - cumpre retomar que, na fase em que os escreveu, o Coronel era Senador da base do governo, o que não lhe impedia de fazer esse tipo de comparação entre o regime e os novos governantes, mas seus argumentos eram mais sutis que nos trabalhos que passou a publicar na década de 1990. Assim, em outro texto, prosseguia ressaltando que “o balanço dos resultados entre 64 e 84 mostra[va] claramente uma prevalência dos acertos sobre os erros”⁴²⁶. Mesmo Ustra, cuja narrativa estava mais voltada para o tema das guerrilhas, citava o período da ditadura como “uma época em que se deram profundas modificações na vida política e socioeconômica”⁴²⁷.

Jarbas Passarinho “lamentava” não poder “incorporar entre as consequências irreversíveis do autoritarismo extinto, um regime democrático estável”, no entanto, mesmo considerando que “a revolução” teria abandonado “sua límpida motivação inicial” que, segundo o autor, “era a defesa dos postulados democráticos” e de “forma traumática se acomodado ao estilo da *pax romana*”, o coronel tinha por argumento que com o fim do regime autoritário “ficaria de modo irreversível” a “modernização do Brasil, por ser indiscutível a erradicação das estruturas obsoletas ante-64, em praticamente todos os setores da vida nacional”⁴²⁸. Assim, mesmo sem se confrontar com o governo ou tomá-lo como exemplo direto para afirmar uma superioridade do regime civil-militar, cumpre assinalar que a valorização principalmente da política econômica do período da ditadura era um elemento central, sobretudo num período em que o país se encontrava em crise financeira e o presidente e seus ministros apresentavam profundas dificuldades de saná-las⁴²⁹.

No que tange a tais discursos, um tema privilegiado é a valorização do *milagre econômico brasileiro* que, vale destacar, não ficaria retida apenas nos trabalhos de Passarinho (especialmente). Esse modo de positivar a memória da ditadura e ressaltar determinadas mudanças que ocorreram nesse período prosseguiria ao longo das décadas de 1990 e 2000. Ao

⁴²⁶ BN- PASSARINHO, Jarbas. “A safra dos Aretinos”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Quarta-feira, 02 de abril de 1986, Coluna Opinião, p.2.

⁴²⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987.

⁴²⁸ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Vitória sobre os radicalismos e demagogias”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 1985, Sábado, Caderno Opinião, p. 3.

⁴²⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: *Op. Cit.* 2010.

propor uma análise do Golpe de 1964 e do regime que se estabeleceu, Olavo de Carvalho afirmava:

[...] em 1964, o número de pessoas que viviam na miséria, que viviam com menos de um salário mínimo neste país era de *sessenta por cento* da população nacional. Quando terminou o regime militar, eram *vinte e poucos por cento*. Ou seja, esse regime [...] conseguiu tirar da miséria *quarenta por cento* da população brasileira⁴³⁰.

No bojo dessa defesa, seguia questionando:

Será que estamos todos dormindo? Será que não percebemos as coisas? Será que perdemos o senso das proporções? Digam-me vocês: Qual o regime do século XX, qual o plano econômico, por mais genial que fosse, seja o Plano Quinquenal de Stálin ou o New Deal de Roosevelt ou qualquer outro, que conseguiu retirar da miséria e deu condições de vida humana a 50 milhões de pessoas no prazo de uma geração? Quem fez isso?

Para situar estes argumentos torna-se importante destacar, como o fez Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, que se por um lado o “milagre brasileiro” ocorrera no período de maior repressão do regime (a década de 1970) que foi “por excelência tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais”, por outro fora “para a *classe média*, o período de melhorar de vida”. O autoritarismo foi assim amparado por um surto de organização da economia, que multiplicou oportunidades de trabalho e permitiu a ascensão de amplos setores médios. Portanto - entre “carro-zero e pau-de-arara” - recuperar a memória do “festejado milagre econômico” significava trazer à baila um período em que o regime triunfava, em que a “oposição da classe média estava ao mesmo tempo sob o chicote e o afago”. Ou seja, pode ser considerada uma forma eficaz de relativizar a questão dos crimes, dos *anos de chumbo* e mostrar o lado positivo do regime⁴³¹.

Ao cotejar o governo do presidente Lula com os governos estabelecidos durante o regime civil-militar, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra ressaltava:

Na economia, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto e ex-militante de uma organização trotskista, dando continuidade à política do governo anterior, manteve a inflação em níveis razoáveis [...]. Entretanto,

⁴³⁰CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

⁴³¹ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WIES, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1998, p.332.

a queda do dólar, os juros altos e o fraco desempenho da agropecuária derrubaram a economia. O Produto Interno Bruto de 2005 (PIB) cresceu apenas 2.3%. Na América Latina o resultado superou apenas o do conturbado Haiti que, apesar de tudo, cresceu, 1.5%. [...]. No tão criticado regime militar, principalmente no governo de Médici, o crescimento da economia chegou a 11.9%. A média do período foi 9% ao ano⁴³².

Desse modo, se o milagre econômico tem lugar relevante nessa construção de memória, outros dois tópicos dividiriam com este tema – como já parcialmente enunciado na citação de Brilhante Ustra – o espaço e lugar de valorização nos discursos desses intelectuais, qual seja, tratam-se dos governos dos presidentes Médici e Castelo Branco. Num primeiro olhar sobre os trabalhos desses intelectuais de direita não é difícil encontrar referências variadas aos presidentes citados. Como nas palavras de Ustra, ao referir-se a Médici:

Médici enfrentou o auge das atividades terroristas e combateu-as com determinação. [...] Por essa razão as esquerdas, hoje, realizam forte orquestração associando o seu nome à imagem de um tirano cruel que perseguia aqueles que combatiam a sua ditadura. Jamais se permitiram admitir que Emílio Garrastazu Médici foi um dos melhores presidentes que já tivemos⁴³³.

Olavo de Carvalho lembrava que, mesmo estando em 1964 ao lado da esquerda, no tocante ao regime civil-militar “nunca pensou em negar suas realizações mais óbvias”, entre essas, associava a imagem de Castelo Branco o qual tinha por “um homem justo e um grande presidente” que, nos termos do autor, “demolira o esquema político comunista sem sufocar as liberdades públicas”⁴³⁴. E, advertia, “muito menos houve, nessa época, qualquer violência física, exceto da parte dos comunistas”.

No que tange a Médici, mudando um pouco do argumento de Ustra, considerava que “foi o melhor administrador que já tivemos apesar de mau político”⁴³⁵. Num tom semelhante aos dois autores, Passarinho rememora o “movimento de 1964” pondo ênfase na figura do presidente Castelo Branco ao afirmar que “diferentemente de muitos grupos golpistas contrários a João Goulart”, “o movimento de Castelo Branco conta[va] com uma liderança competente e a perspectiva de amplo apoio”. No que concerne a Médici, Jarbas Passarinho ressaltava que o ex-presidente “resistiu até a última hora a aceitar a indicação para suceder à

⁴³² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 527-528.

⁴³³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 484.

⁴³⁴ CARVALHO, Olavo. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16

⁴³⁵ *Ibidem*.

Costa e Silva”, contrapondo que “retratado pela esquerda como intolerante ditador, exigiu a reabertura do congresso”, e, continuava, ao ressaltar que “tido como cruel e sanguinário, dele jamais partiu a ordem para a prática da crueldade”; nas palavras do autor, Médici “assumi, sim, perante a história o alto preço de haver, no seu governo, desbaratado a esquerda armada”⁴³⁶.

Assim, nessa construção, o primeiro tinha a imagem ligada à “contrarrevolução”, ao *moderado*, cuja imagem evoca, nas palavras de Passarinho, “a límpida motivação inicial da contrarrevolução”. O nome de Castelo Branco é associado, nesses discursos, ao que seria o imediatismo do movimento de 1964, ou seja, como uma *resposta* à investida da esquerda, e a ideia de que o regime fora democrático desde o início, com o apoio do povo e, desse modo, um governo legítimo – que o regime autoritário só teria se instalado após o AI-5. Como forma de corroborar com essa construção, Passarinho voltava ao ano de 1955, quando Juscelino Kubitschek quase foi impedido de tomar posse, para lembrar que Castelo, à frente da ECEME, “em preleção aos seus comandados, pregava o afastamento dos militares da política”⁴³⁷. Já Olavo de Carvalho lembrava que o general, em 1963, “fez um discurso alertando seus companheiros para o perigo da proliferação de organizações paramilitares, que num momento de crise poderiam usurpar as Forças Armadas”, advertência, de acordo com Carvalho, “feita no plural, sem mencionar cor ideológica”⁴³⁸; tanto a esquerda quanto a direita.

Se Castelo representava a “contrarrevolução”, Médici era o homem cuja marca foi a luta contra o chamado terrorismo. Como citado anteriormente, o período Médici representa um momento privilegiado a ser recuperado na memória para relativizar aspectos negativos associados ao regime. Como lembra Passarinho, “estavam em lua de mel com o milagre”, isto é, “a economia crescia a níveis jamais antes alcançados”, “a inflação baixara a pouco mais de 15% ao ano” e o desemprego chegara à porcentagem mais baixa em muitas décadas”. Ustra acrescenta que este fora o presidente com “82% de aprovação”, ressaltando as grandes obras realizadas nesse período. Pode-se dizer que o lugar da memória de Médici nesses discursos é por um lado ressaltar os feitos do regime como um período próspero, e, por outro, que a

⁴³⁶ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 393.

⁴³⁷ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Réquiem em Vez de Ação de Graças”, *O Estado de São Paulo*, domingo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2. [Paráfrase].

⁴³⁸ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

repressão do Estado foi uma reação a uma primeira ofensiva da esquerda. Para além, Passarinho observa que:

Qualquer manual de guerra revolucionária ensina que o principal objetivo é obter o apoio popular. No Brasil ela não conseguiu, o que lhe valeu por golpe mortal. **De 1967 a 1973, período mais agudo da ação guerrilheira, a opinião pública não os apoiou.** Ao contrário, talvez por ter enveredado pelo terrorismo, seus ‘aparelhos’ foram identificados graças a denúncias⁴³⁹.

Ou seja, da forma como o autor articula o texto, a derrota das esquerdas não fora culpa direta da repressão de Estado – apesar de não negá-la – mas principalmente pela não adesão de uma sociedade que vivia e apoiava as conquistas econômicas de um governo. Era o “pra frente Brasil” e o “Ame-o ou deixe-o”. Ademais, os crimes de Estado eram associados a uma forma de resposta ao terrorismo, no sentido de “proteger a população contra atentados em massa”, por exemplo. Desse modo, nos discursos desses intelectuais, era necessário afirmar a existência de terroristas, enfatizar o apoio da população ao regime e não a guerrilha – ressaltando a questão das denúncias, como no trecho anteriormente citado, que seriam a grande prova do medo e da falta de apoio da população para a luta armada que, em contrapartida, também seria uma forma de demonstrar e ressaltar a colaboração popular com o regime.

Nesse ponto, vale retomar algumas zonas de tensão nesses discursos. Apesar de todos buscarem relativizar questões negativas referentes à tortura, mortes e desaparecimentos decorrentes da ação de agentes do Estado, Passarinho alega ter “convicção de que no governo de Médici não havia tortura” e se esta ocorreu “não decorreria de uma ordem do presidente”, “fora praticada clandestinamente”, não sendo, pois, institucionalizada como instrumento de defesa do Estado⁴⁴⁰. Convêm observar que sob o olhar do coronel Brilhante Ustra tal período é lembrado como aquele no qual “uma estrutura se armou contra o terror”, ou seja, referência à criação dos DOIs, dos CODIs e o CONDI, por uma ação da “presidência da República, em face dos problemas criados pelo terrorismo”. Olavo de Carvalho, por seu turno, destaca que:

Quem disser que no primeiro desses períodos houve restrição séria à liberdade estará mentindo. Castelo demoliu o esquema político comunista sem sufocar as liberdades públicas. Muito menos houve, nessa época qualquer violência física, exceto da parte dos comunistas, que praticaram 82 atentados [...]. O governo

⁴³⁹ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 393.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

Médici é marcado pela vitória contra a guerrilha, por uma tentativa fracassada de retorno à democracia e por um sucesso econômico estrondoso (o Brasil era 46ª economia do mundo, subiu para o 8º lugar na era Médici, caindo para o 16º de Sarney a Lula)⁴⁴¹.

Argumentos que por um lado contribuem e ajudam a construir uma série de *não-ditos* relacionados ao regime civil-militar, a saber, aqueles que decorrem da construção na qual a estrutura repressiva fora montada só após o AI-5, bem como e especificamente no caso de Passarinho, a de que os governos não tinham conhecimento ou controle sob o sistema de segurança⁴⁴². Por outro lado, também reforçam “o que deve ser lembrado”, isto é, o apoio da população, o surgimento de estruturas em defesa da ordem e da Pátria, a vitória contra a guerrilha no mesmo momento em que a economia chega ao seu auge (durante o regime).

Essa construção de esquecimentos, lembranças e silêncios está diretamente relacionada ao que Henry Rousso, no seu estudo sobre a memória do colaboracionismo na França de Vichy, intitulou de *enquadramento de memórias*, e que Pollak enfatizou como um processo de seleção constante entre aquilo que se quer guardar e esquecer. Ou seja, trabalho que visa fornecer um quadro de referência e que remete à disputa permanente entre os agentes que operam na construção da memória social de um determinado período⁴⁴³; ato de “reinterpretar incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”⁴⁴⁴. Logo, em meio a esse processo de enquadramento, Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho articulam suas narrativas sobre o período ditatorial contrapondo o regime civil-militar aos governos estabelecidos no período democrático, na medida em que tecem críticas e constroem imagens que devem ser socialmente reconhecidas para, assim, legitimar uma imagem positiva desse passado recente.

Nesse processo, como brevemente alinhavado, a crítica aos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e sobretudo de Luis Inácio [Lula] da Silva permite a esses intelectuais enaltecer a imagem da ditadura e do golpe de 1964. Seja adotando a estratégia de considerar tais governos como períodos em que, nas palavras de Carlos Alberto Brilhante

⁴⁴¹ CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

⁴⁴² Como foi citado ao longo do trabalho, para a essa questão ver em: FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2001./ QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

⁴⁴³ POLLAK, Michael. *Op. Cit.* 1989, p. 9.

⁴⁴⁴ Idem, p. 8.

Ustra, “com os ‘perseguidos políticos no poder’, passou a ser suficiente uma acusação para que um coro de revanchistas exigisse mesmo sem provas a punição ao acusado”⁴⁴⁵ - ou afirmando que a fase desses presidentes fora marcada por corruptos, aproveitadores e, no caso de Lula, por um presidente que “abandonara os estudos, sem concluir o primeiro grau”⁴⁴⁶.

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com a questão da lei dos desaparecidos e o reconhecimento da responsabilidade estatal por crimes cometidos pela repressão durante o período ditatorial, estava a questão militar, ou seja, a crítica ao tratamento dado às Forças Armadas. Como visto anteriormente, questões como a criação do Ministério da Defesa e a Anistia a Lamarca e Marighella geraram descontentamento no meio castrense e também marcou presença nestes discursos. De acordo com Passarinho, em referência a promoção *post mortem* dada a Carlos Lamarca:

Desde o governo FHC que a lei proporcionou indenizações, por vezes milionárias e promoções nas Forças Armadas, violando os requisitos legais para tanto. Antes, já se promovera, na Aeronáutica, um capitão não combatente diretamente a brigadeiro e um coronel, com curso de Estado Maior, é verdade, mas o que não lhe assegurava a promoção a brigadeiro, porque isso não é direito assegurado, mas escolha arbitrária do Presidente da República. [...] Presos ao dever da disciplina, os oficiais na ativa do Exército, silenciosos até aqui, foi-lhes impossível calar em face da ignomínia que representa para o Exército a promoção a general, ‘de contra-cheque’, de um desertor, assassino frio de homens do povo e de um militar seu refém⁴⁴⁷.

Diante desse protesto, lembrava a “conduta brilhante” de Golbery do Couto e Silva, homem do regime, ressaltando que “quando Jango assumiu após renúncia marota de Jânio, pediu passagem para a reserva, porque sabia que Jango não o promoveria”⁴⁴⁸. Cabe ressaltar que Golbery foi um dos principais articuladores da conspiração contra João Goulart, “uma espécie de ideólogo da nova ordem”, fundador do SNI⁴⁴⁹. Olavo de Carvalho, num texto que escreveu durante o governo de FHC, atribuía ao presidente a alcunha de “esquerdista” e “gramsciano de carteirinha”⁴⁵⁰ cuja estratégia:

Para passar da fase da “revolução passiva” à tomada do poder, nada mais urgente que o apoio das Forças Armadas [...] é lamber o ego militar. Paparicar,

⁴⁴⁵ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 483.

⁴⁴⁶ *Idem*, p. 526.

⁴⁴⁷ PASSARINHO, Jarbas. “A natureza das coisas”. In: *Op. Cit.* 2005, p. 9.

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 8.

⁴⁴⁹ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002, p. 23.

⁴⁵⁰ CARVALHO, Olavo. *O sorriso e a baba*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990218jt.htm>. Consultado em: 15/10/2010 às 12:09.

bajular, seduzir, ocultar sob a imagem de um futuro róseo um passado de ressentimentos que insiste, não obstante, em se infiltrar no discurso incensatório, como a gota de baba no canto de um sorriso hipócrita⁴⁵¹.

E prosseguia:

E, se ninguém se reconcilia com o adversário atirando-lhe na cara discursos sobre seus ‘feitos hediondos’, talvez seja bom aos esquerdistas saber que a memória militar não é tão facilmente manipulável pela mídia como a dos civis [...] o Exército Brasileiro ainda não está suficientemente idiotizado para começar a acreditar em vocês⁴⁵².

Para demonstrar que o Exército brasileiro ainda estava longe de se deixar levar pelo que afirma ser “hipocrisia esquerdista típica da revolução passiva”, retomava a imagem de que:

[...] nenhum daqueles homens tinha outra expectativa ou possibilidade de ascensão social senão as promoções que automaticamente lhes viriam no quadro de carreira, no cume das quais nada mais os esperava senão a metade de um salário de jornalista médio, percebi que seus interesses pelas questões nacionais era totalmente independente da busca de qualquer vantagem pessoal⁴⁵³.

E, por esse caminho, os argumentos de Olavo de Carvalho chegaram até o golpe de 1964 e o regime civil-militar. De forma provocativa afirmava que “deveríamos comparar os nossos militares aos governantes de outras nações, aos cubanos, aos espanhóis que queimavam freiras em massa”, bem como “aos americanos que se matam sem cessar, aos lindos lordes ingleses que nunca pararam de matar irlandeses, aos russos que mataram trinta milhões de seus compatriotas, aos chineses que mataram sessenta milhões” e não “condená-los por não serem perfeitos”. Diante desse quadro comparativo, seguia: “se houve um governo humano que fez melhor, me mostrem qual. Sobretudo, se houve um governo comunista que fez melhor”⁴⁵⁴.

Seguiam, assim, as críticas. Mas, não só. Nas palavras de Olavo de Carvalho, o exército que fizera 1964 era composto por “patriotas que viam nos símbolos nacionais – o

⁴⁵¹ Ibidem.

⁴⁵² Ibidem.

⁴⁵³ TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

⁴⁵⁴ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

hino, a bandeira, as armas da República – como condensações materiais dos valores que defendiam e do sentido da vida que tinham escolhido”⁴⁵⁵. E, ao finalizar enfatizava:

Mas todas estas coisas óbvias que estou dizendo parece que foram perdidas de vista, que se tornaram invisíveis e incompreensíveis, ofuscadas por tantas mentiras e tanto falatório comunista recompensado a peso de ouro por empresários de imprensa venais e irresponsáveis⁴⁵⁶.

Nesse bojo, inseria as políticas de reparação pautadas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Vale salientar que, nesse ponto, a ênfase dada aos argumentos de Olavo de Carvalho reside no fato de seus textos surgirem nos trabalhos deste campo intelectual de direita como referência, numa espécie de argumento de autoridade para tratar do assunto⁴⁵⁷. No entanto, esta não era a única crítica. Carlos Alberto Brilhante Ustra afirmava que “o MST esteve bem ativo durante o governo de FHC”⁴⁵⁸. Assim, as ações desses que Ustra intitulava de “sem-terras sem limites” eram considerados por Passarinho retrato de uma “inegável subversão fundiária, feita no estilo da velha esquerda: na marra”⁴⁵⁹. Porém, a crítica fundamental é a que esses intelectuais de direita fazem à atuação do governo Fernando Henrique e por extensão ao de Lula. De acordo com Olavo de Carvalho, seguindo o argumento de que FHC agia em conformidade com as ideias do filósofo italiano Antonio Gramsci, ressaltava:

Já tenho assinalado, aqui, a perigosa farsa que consiste em rotular de ‘direitista’ o governo FHC. Um governo direitista não tolera paternalmente invasões de terras, não incentiva o sexo livre sob a desculpa de prevenção da AIDS, não subscreve slogans feministas e abortistas, não impõe o controle estatal do vocabulário e, sobretudo, não transforma o ensino público numa rede de propaganda marxista⁴⁶⁰.

⁴⁵⁵TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

⁴⁵⁶CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

⁴⁵⁷ Ao longo do livro *A Verdade Sufocada*, Ustra cita por diversas vezes os artigos de Olavo de Carvalho, em especial, quando há críticas a governos estabelecidos no período democrático. Entre esses textos, vale destacar os títulos “Reparando uma Injustiça Pessoal” e “Os Militares e a Memória Nacional”, citados tanto por Ustra, bem como em sítios virtuais de direita (principalmente no TERNUMA) e em menor escala por Passarinho.

⁴⁵⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 480.

⁴⁵⁹ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Entre a injustiça e a desordem”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Terça-feira, 10 de outubro de 1995, Caderno A, p. A2.

⁴⁶⁰CARVALHO, Olavo. *O sorriso e a baba*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990218jt.htm>. Consultado em: 15/10/2010 às 12:09.

Com uma crítica um pouco mais comedida, Passarinho criticava o que seria uma passividade quase licenciosa do Governo com o MST:

Proprietários, sentindo-se desvalidos pelo Estado, cometem a estupidez, que só o desespero justifica, de se armar para se defender às balas as invasões. Os que recorrem à Justiça veem magistrados intimidados, enquanto o líder dos invasores declara que reagirá se for expedido o mandato de prisão preventiva. A justiça se retrai. O governo, que diz que “grito não é passaporte para terra”, se homizia na retórica e pede trégua⁴⁶¹.

No que tange a essa questão, antes de tratar do lugar da ditadura, é interessante salientar que essa crítica se estende até o governo Lula e ganha força nesse período em confluência com outras questões. Ustra ressalta que:

Em 2005, o MST resolveu dar uma demonstração de força, ao organizar a Marcha Nacional pela reforma agrária com 15.000 manifestantes. Iniciada em Goiânia, marcharam 200 km até Brasília. Pelo caminho, arrebentaram cercas e acamparam em fazendas mesmo sem a autorização dos proprietários. [...] O movimento promoveu manifestações em Brasília, sendo contido pela polícia quando da tentativa de invasão do Congresso Nacional. Realizou queima de bandeiras de países amigos e de organizações nacionais [...] o que não o impediu de ter seus representantes recebidos pelo presidente da República, a quem apresentaram inúmeras exigências [...]⁴⁶²

O coronel enfatiza a atenção que o presidente dispensa ao MST, como forma de criticar o fato de ambos serem de esquerda. E continua afirmando que “todo esse vandalismo é financiado com impostos pagos pelos contribuintes” e “agem com o patrocínio do Governo Federal”⁴⁶³. E, ainda ressaltava a “atitude mais firme” de um dos integrantes do governo de Lula e membro do PCdoB:

O presidente da câmara Aldo Rabelo vivenciou como responsável maior pela segurança da Câmara dos Deputados o que acontecia nas ruas nas décadas de 60 e 70. Foi firme como seu cargo exigia. Tomou medidas que seus correligionários sempre criticam: Os baderneiros, depois de cercados pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, foram detidos e levados para um ginásio homem, mulheres, idosos e crianças [...] onde foram revistados e encaminhados para o presídio⁴⁶⁴.

⁴⁶¹BN- PASSARINHO, Jarbas. “Entre a injustiça e a desordem”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Terça-feira, 10 de outubro de 1995, Caderno A, p. A2.

⁴⁶² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 528.

⁴⁶³ Idem, p. 533.

⁴⁶⁴ Ibidem.

Diante desse quadro, Jarbas Passarinho tomava como causa a “brutalidade da concentração de terras no Brasil” e atribuía à falta de continuidade do projeto iniciado no governo do presidente Castelo Branco, pois, nos termos do autor, “bastaria termos prosseguido com o Estatuto da Terra, que nos deixou o presidente Castelo Branco, para que a feição fundiária no Brasil fosse outra”⁴⁶⁵. Nesse sentido, Passarinho ressaltava o caráter social da Lei, lembrando-se de “latifundiários do Pará, queixando-se de que o presidente editara uma lei ‘comunista’”⁴⁶⁶. No que tange ao Estatuto da Terra, de acordo com Mario Grynzpan, o problema da reforma agrária foi um dos vetores do golpe de 1964, já que as políticas adotadas por Jango não agradavam latifundiários e outros setores das classes dominantes e, nesse sentido, a questão da terra no governo Castelo Branco integrava, entre outros objetivos, um projeto de desmobilização dos trabalhadores rurais e a eliminação de focos de tensão⁴⁶⁷. Dimensão ressaltada por Passarinho:

Governos seguintes, alguns os quais servi, fizeram do Estatuto da Terra, que gravava com impostos latifundiários improdutivos, uma “lei que não pegou”. Grave erro! Não daríamos, hoje, argumento para os que, pela violência, põem em xeque os governos Federal e Estadual e ameaçam a magistratura⁴⁶⁸.

Nesse sentido, o que estava em questão era apresentar um modelo de como conter as atividades de grupos que pautam a bandeira da reforma agrária, e afirmar uma imagem positiva das políticas sociais da ditadura para o campo, mesmo se tratando de um período de guerrilhas e de levantes de trabalhadores rurais. A versão que Passarinho traz à baila, portanto, busca mostrar que se havia alguma reclamação no campo, esta era resultante de “agitadores de esquerda”, bem como dos governos que seguiram o de Castelo Branco, com ênfase naqueles estabelecidos no pós-ditadura, que diante do problema estariam “açoitados e pedindo trégua”⁴⁶⁹. Por fim, Passarinho indicava o mesmo tipo de solução articulada durante o regime para o presente. Já Ustra, estabelecendo uma linha de continuidade entre o período da luta armada e o MST, advertia:

⁴⁶⁵ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Entre a injustiça e a desordem”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Terça-feira, 10 de outubro de 1995, Caderno A, p. A2.

⁴⁶⁶ Ibidem.

⁴⁶⁷ GRYNZPAN, Mario. “A questão agrária no Brasil. Pós-1964 e o MST”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Op. Cit.* 2010.

⁴⁶⁸ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Entre a injustiça e a desordem”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Terça-feira, 10 de outubro de 1995, Caderno A, p. A2.

⁴⁶⁹ Ibidem. [Paráfrase].

Além de ameaças e das agressões, no campo e na cidade [...] ainda corremos o risco, futuramente, de termos que pagar indenizações por danos morais, por traumas em crianças [...] como vêm fazendo atualmente ex-subversivos terroristas das décadas de 60 e 70⁴⁷⁰.

É este o jogo através do qual se transfere a questão do dito perigo subversivo e da ameaça vermelha para os dias de hoje, e permite ressaltar a importância daqueles que em 1964 e durante o regime “lutaram contra os comunistas”. A antiga referência à dita *má-fé* de esquerda permanecia.

Nesse processo, seja como forma de polemizar sobre a tortura, os desaparecimentos e as mortes decorrentes da repressão de Estado ou de fazer críticas aos governos e organizações de direitos humanos, o que está em questão é mostrar a importância daquilo que se deseja legitimar. Desse modo, para além dos temas citados, uma importante forma de comparar os governos de ex-militantes ou militantes de esquerda com aquilo que precisam positivar na memória da ditadura situa-se no âmbito dos “valores morais”: tópico que surge, principalmente, atrelado à questão das indenizações (como visto no capítulo II) e “por conseguinte” da corrupção, na ótica desses intelectuais. A confluência entre esses dois temas permite a esses autores introduzirem uma crítica à “falta de valores da esquerda” ou de “valores distorcidos”, numa leitura bastante influenciada pelo imaginário anticomunista. Além de que também os possibilita, a partir destes, ressaltar a importância do golpe de 1964 e do regime estabelecido.

Falar em valores morais numa sociedade fortemente marcada por uma *cultura política* conservadora é um ponto relevante para aqueles que pretendem validar uma imagem positiva sobre determinado passado. Assim, Carlos Alberto Brilhante Ustra, em seu livro “A Verdade Sufocada” destacava:

O partido dos trabalhadores sempre teve como meta ocupar a presidência da República. Mas, seu objetivo principal não é, apenas, assumir o governo e conquistar o poder. Segundo o jornalista João Mellão Neto, em seu artigo, “Inferno de Dante”: “Essa é a meta para os partidos burgueses. Para os petistas, embalados pelos evangelhos marxista-leninistas, o poder era apenas um meio. O fim maior era o de, através dele, mudar o Estado, reformar a sociedade e reconstruir a própria natureza. **Para alcançar metas tão ambiciosas não se podem medir esforços ou se deixar limitar por escrúpulos de natureza moral. Que se danem as regras, os costumes e a ética do convívio democrático!** Tudo vale a pena se a alma não é pequena! Tudo pelo socialismo!”⁴⁷¹

⁴⁷⁰ Ibidem.

⁴⁷¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 559. [Grifos meus].

Para Ustra, a tal “falta de escrúpulo e ética”, estaria representada pela “estatização de expressiva parcela da renda nacional”, ressaltando que no bojo desta mudança “aumentou-se, significativamente, a estrutura do Estado com a criação e preenchimento de cargos de direção e assessoramento superior, cujos titulares, voluntariamente e felizes, contribuía para os cofres do PT”⁴⁷². Porém, no centro de sua crítica estava a referência ao intitulado “esquema do mensalão”, o qual salientava como forma de garantir medidas e apoio ao “projeto socializante do governo”:

Para obter esse apoio político do Legislativo, conforme denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, o PT instituiu o “mensalão”, para o pagamento de deputados que, em troca, votariam a favor das propostas do governo. Nesse cenário – preocupante em face do descrédito nas Instituições; do baixo índice de crescimento da economia [...] da corrupção generalizada; da frustração popular; e outros – a Nação se empobrece [...]⁴⁷³.

A bagunça e a desordem seriam características inerentes ao comunismo, estando representadas – nos discursos desses intelectuais de direita – especialmente através do tema da corrupção. Como analisou Rodrigo Sá Motta, se num determinado imaginário anticomunista, aqueles que estavam à esquerda representavam “o mal, nada mais natural que suas ações levassem ao caminho do crime”, assim, da intitulada ameaça à moral decorria a caracterização dos comunistas como “dissolutos, sedutores, corruptos, mentirosos, cínicos, caluniadores e assassinos”⁴⁷⁴. Por esse caminho, Brilhante Ustra, traçando uma linha entre as esquerdas de 1964, do período da ditadura e a que, hoje, estaria “dominando o Estado na tentativa de se perpetuar no poder sob uma nova roupagem”, enaltecia o golpe e o regime estabelecido, lembrando que em nome “da ordem e dos valores cívicos ameaçados” ergueu-se a “contrarrevolução”, evento que marcaria o início de um período em que se viveu “com segurança, em que havia ordem, desenvolvimento, pleno emprego e povo ordeiro”⁴⁷⁵.

Como ressalta Carlos Fico, a noção de ‘crise moral’ foi um dos motes para justificar a ação da dita contrarrevolução de 1964, pois, “juntamente com o combate à subversão e ao comunismo, ‘acabar com a corrupção era uma das bandeiras da época’⁴⁷⁶. Tanto que, ao citar o AI-5, Ustra punha ênfase – para além do combate ao “terrorismo” – na possibilidade de um

⁴⁷² Ibidem.

⁴⁷³ Idem, p. 561.

⁴⁷⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.* p. 63.

⁴⁷⁵ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 319.

⁴⁷⁶ FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 149.

parlamentar ter “mandato cassado e perder” no caso de se colocar “contra a ordem econômica e a economia popular”⁴⁷⁷. Nesse sentido e segundo Fico, com o AI-5, paralelamente à montagem do sistema de segurança, houve a tentativa de estabelecer mecanismos de combate à corrupção; o artigo oitavo do citado Ato Institucional ditava que o presidente da República poderia, “após investigação, decretar o confisco de bens de todos quanto tenham enriquecido ilicitamente”⁴⁷⁸. O historiador prossegue em sua análise salientando que, acordes com o discurso ético-moral, havia a desconfiança militar no que toca aos políticos civis, como “incapazes de gerir a coisa pública”, destacando que tal predicado era atribuído ao “tradicional sentimentalismo do povo”, ou seja, o que lhes faria mais suscetíveis, por exemplo, às práticas de favorecimento pessoal⁴⁷⁹. Por esse caminho – do argumento utilizado por aqueles que compunham o Estado ditatorial ao votar o AI-5 – Olavo de Carvalho afirmava que:

Cresci, entrei no jornalismo e no Partido Comunista, frequentei rodas de intelectuais. Fui parar longe da atmosfera da minha infância, mas, nesse ponto, o ambiente não mudou em nada: o desprezo, a chacota dos símbolos nacionais eram idênticos entre a gente letrada e a turminha do bairro. Mais tarde, quando conheci os EUA, levei um choque. Tudo aquilo que para nós era palhaçada hipócrita os americanos levavam infinitamente a sério. [...] outro grupo onde encontrei um patriotismo autêntico fo[ram] [...]: os militares. [...] quem os ouvisse sem saber que eram militares teriam a impressão de estar diante de candidatos em plena campanha eleitoral, lutando por seus programas de governo [...]. Quando me ocorreu que nenhum daqueles homens tinha outra expectativa ou possibilidade de ascensão social senão as promoções que automaticamente lhes viriam no quadro da carreira [...] percebi que seu interesse pela questão nacional era totalmente independente da busca de qualquer vantagem pessoal⁴⁸⁰.

Nos textos de Ustra, essa aclamada superioridade estaria representada na atuação das comunidades de segurança, nas palavras do autor, cujas “condições peculiares de trabalho” não poderiam “jamais afastá-los de uma linha de conduta exemplar”. Nesse sentido, segundo o autor, “a corrupção, o suborno, o achaque, a proteção a contraventores eram crimes que jamais se coadunariam com um integrante do DOI/CODI/II Ex”⁴⁸¹. E, ao tomar como

⁴⁷⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 163.

⁴⁷⁸ Ato Institucional nº 5, 12 de dez. de 1968 *apud* FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 150.

⁴⁷⁹ *Idem*, p. 149. [Paráfrase].

⁴⁸⁰ Uma parte dessa citação foi utilizada anteriormente. No entanto, considerei interessante retomá-la aqui para reforçar o contraste pretendido por esses intelectuais entre militares (e até apoiadores do golpe e do regime) como detentores de valores morais e políticos superiores aos da esquerda, dos que intitulam de terroristas.

⁴⁸¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1987, [s/p].

exemplo um relatório do inquérito (DOPS- 15/10/1970) movido contra Bete Mendes e outros militantes da VAR-PALMARES, prosseguia afirmando que:

Esta Organização (VAR-PALMARES), além de desenvolver atividades que visavam a implantação de um movimento armado revolucionário, **procurava ainda contaminar a mente de jovens e viciá-los nos atos de corrupção e falsificação de documentos**, bem como desagregá-los do meio familiar e induzindo-os a viver na ilegalidade, com documentos falsos e às custas da organização subversiva, **numa verdadeira afronta à moral familiar, social e nacional**⁴⁸².

Como vimos, atitudes através das quais o coronel estabeleceria um *continuum* com o governo do PT no qual, nos termos do autor, “o desvio dos cofres públicos fora usado para pagar o ‘mensalão’ e assegurar a permanência no poder” – “num período em que o novo socialismo seria implantado no Brasil”⁴⁸³.

Já nos discursos de Passarinho, a questão dos valores morais também apareceria ligada à questão da corrupção e ao tema das indenizações pagas aos familiares de militantes e ex-militantes de esquerda. No que tange ao primeiro ponto, na década de 1980, o coronel respondia às acusações de mordomia e privilégios que teriam sido cedidas, ainda durante o regime, aos integrantes do Estado ditatorial:

[...] algumas teses têm sido utilizadas mais para causar efeito popular, até mesmo de gosto duvidoso, do que para a efetivação da pretendida austeridade. Uma delas é essa das mordomias, que ao mesmo tempo de opositoristas os peemedebistas usaram a valer, para suas críticas, quer no parlamento, quer especialmente nos comícios da quadra eleitoral. A palavra mordomia passou a caracterizar um estigma. E dela posso falar como é notório, sem constrangimentos. Por sete anos fui ministro de Costa e Silva e de Médici. Permaneci morando em meu apartamento próprio sem receber qualquer tipo de mordomia. Novamente ministro, fiquei em minha casa de moradia em Brasília. Por isso mesmo, acho que posso analisar a questão das mordomias com isenção. Uma coisa é o abuso; outra, o uso. Concorro que houve muito excesso [...]. Fala-se, agora, em aumentar para 14 milhões de cruzeiros o salário de ministro do Estado [...] o tiro pode sair pela culatra, ou seja, para dar-se aparência de austeridade vai gastar-se mais do que se gasta com as mordomias, mesmo atuais⁴⁸⁴.

Apesar de, neste trecho, não haver uma crítica balizada em ideias anticomunistas, interessa notar que Passarinho já demonstrava, ainda no período de transição democrática, uma preocupação em justificar e responder acusações do que seriam desvios morais

⁴⁸² Ibidem. [Grifos meus].

⁴⁸³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2007, p. 562. [Paráfrase].

⁴⁸⁴ BN- PASSARINHO, Jarbas. “As Mordomias”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, quarta-feira, 20 de março de 1985, Opinião, p. 2.

acontecidos durante o regime. Mesmo “reconhecendo excessos” por parte de integrantes do Estado ditatorial – sem fazer uma referência específica, por exemplo, sobre quem ou em qual governo civil-militar teriam ocorrido – Passarinho apenas aludia de forma genérica às casas entregues aos ministros que antes “eram modestas residências” a “nível de classe média alta” e que *depois* (sem especificar quando) com o aumento do contingente, “faltando casa para todos os ministérios, construíram-se novas”, lembrando que, assim, “começaram os exageros”⁴⁸⁵. Ou seja, um discurso em que a palavra excesso ou exageros cumpre a função de assinalar como exceção a realidade das acusações que foram feitas ao regime, seja no âmbito dos crimes de Estado ou da corrupção. Numa construção em que tal associação entre regime e mordomias seria uma espécie de demagogia daqueles que fizeram oposição durante o período da ditadura, no caso especificando o PMDB, ressaltando o fato das medidas tomadas e propostas feitas ao novo governo (do qual fazia parte) serem tão falhas ou até piores do que a “criticada mordomia dos integrantes do regime”.

Se ao longo da década de 1980, como visto, a crítica é um pouco mais comedida, com a eleição democrática de presidentes que durante o período ditatorial fizeram oposição ao regime, é em especial com a ascensão do PT que o discurso de Jarbas Passarinho torna-se mais contundente:

Em quatro anos de governo do fundador do PT, qual o saldo da esquerda? Moralidade, zero, com o mensalão mostrando que a ética do governo petista merece, na linguagem de uma cantora, que veio do PT, ser comparado a “São Jorge na parede da casa de tolerância”. Que é feito do “Fome Zero” que o projetou no mundo como o salvador dos pobres? [...] À concessão da Bolsa Escola, auxílio à alimentação e vale gás, da política assistencialista tucana, chamou de “esmolos quando deveria dar emprego aos pobres”. Era a esquerda que se dizia diferente e para atacar, inclemente, a outra esquerda apelidada de neoliberal. Sagaz, aproveitou as ‘esmolos’, deu-lhes o nome de Bolsa Família e aumentou o valor mensal [...]. Assim a esquerda governa o Brasil, desde o mandarinato do PMDB, faz 24 anos, metade dos quais na presidência da República⁴⁸⁶.

Em contraposição, o coronel ressaltava a atuação quase estoica, na qual estava incluído, daqueles que compunham as esferas estatais durante o regime, nas suas palavras:

[...] viemos a modernizar um país em que os generais-presidentes morreram pobres, mas só se limitaram a combater a inflação galopante, a corrupção generalizada,

⁴⁸⁵ Ibidem.

⁴⁸⁶ PASSARINHO, Jarbas. “Vinte e quatro anos na esquerda”. In: _____. *Op. Cit.*, 2005, p. 179-180.

rasgar estradas, construir Itaipú e Tucuruí, reformar a educação, dar empregos a todos, deixar a economia na oitava posição do mundo [...]⁴⁸⁷.

E por esse caminho associavam a corrupção, algo que seria inerente às esquerdas, com a questão das indenizações pagas àqueles que foram vítimas das violências decorrentes do Estado ditatorial. Nas palavras de Olavo de Carvalho, lembrando o processo movido pela família Telles contra Brilhante Ustra, destacava que este fora “confessadamente um ato político, calculado para estimular outros militantes esquerdistas presos durante o regime militar, bem como os seus descendentes” a “manterem acesa por um tempo ilimitado a chamada ‘luta contra a ditadura’, que há vinte anos estaria rendendo às organizações de esquerda incalculáveis lucros publicitários, políticos e financeiros”. Isto é, reivindicar indenizações, muitas vezes compreendidas nos discursos desses intelectuais de direita especialmente sob o viés financeiro e do lucro, seria um indício do tão falado oportunismo e ausência de ética da esquerda.

Nesse sentido, ainda no bojo do processo à Ustra, Olavo de Carvalho ressaltaria que “a acusação é tão velha como o próprio PT”, partindo do argumento de que o partido lucraria com esse tipo de ação cujo “custo”, segundo o autor, “jamais poderia ser coberto sem a ajuda de múltiplos patrocínios” incluindo “verbas de fundações estrangeiras e impostos arrancados ao contribuinte brasileiro”⁴⁸⁸. O que seria, em última instância, uma ingratidão já que a “contrarrevolução” e a luta contra a “ditadura comunista” teria preservado a democracia, nas palavras de Ustra, permitindo que “muitos dos derrotados de ontem, os mesmos militantes das organizações clandestinas”, estivessem hoje “no governo, eleitos pelo povo”. Por um caminho semelhante, Olavo de Carvalho concluía:

E, se os nossos militares tudo fizeram para apressar essa vitória [da democracia], por que continuar a considerá-los fantasmas de um passado tenebroso, em vez de reconhecer neles os precursores de um tempo que é melhor para todos, inclusive para as esquerdas? [...] Tendo em vista o preço modesto que esta nação pagou, em vidas humanas, para a eliminação daquele mal e a conquista deste bem, **não estaria na hora de repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de slogans pejorativos que ainda encobre sua realidade histórica?**

⁴⁸⁷ PASSARINHO, Jarbas. “Política e Ética”. In: _____. *Op. Cit.*, 2005, p. 90.

⁴⁸⁸ CARVALHO, Olavo. “Abolindo a Inquisição”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de junho de 2006. Disponível em: <http://www.jornaldobrasil.com.br/newsarchive>. [Grifos meus].

Como destaca Pollak, o enquadramento de uma memória não deve ser feito de forma arbitrária. Assim, a ideia de “repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de *slogans* pejorativos que ainda encobre sua realidade histórica” – como argumentou Olavo de Carvalho – tem o sentido de recuperar, na conjuntura atual, a defesa do que seria democracia para aqueles setores comprometidos com o “movimento de 1964” e com o regime. Isto é, em primeiro lugar, trata-se de uma estratégia de legitimação que se evidencia quando se diz que o *endurecimento* e, por vezes, os *excessos* foram necessários em nome da democracia (juntamente com o crescimento econômico e social), sendo esta representada pelos valores cristãos, pela ordem, pelo amor à pátria, a moral e os bons costumes e, acima de tudo, pela vitória sobre o comunismo que, ao contrário, significava a baderna, a crise moral, a corrupção, entre outros aspectos negativos.

De acordo com historiadora Janaína Cordeiro, com o distanciamento temporal desses eventos e, sobretudo, diante de uma memória na qual prevalece a imagem de uma sociedade que, como um todo, resistiu à ditadura – lembrando aqueles anos como um passado a ser exorcizado – muitos setores e pessoas que apoiaram a intervenção civil-militar de 1964 e a ditadura tem, hoje em dia, dificuldade em falar sobre a participação e comprometimento nas articulações golpistas, especialmente, de apoio ao regime após o AI-5⁴⁸⁹. Seguindo as análises de Alessandro Portelli e Pierre Laborie, a autora salienta que as memórias desses indivíduos ou grupos deveriam ser analisadas tendo como pano de fundo suas tentativas de manter intactas certa identidade política que os caracterizava, mas também considerando a rejeição a essa militância passada para a sociedade⁴⁹⁰.

Seguindo os passos de Laborie, chamaria atenção para duas formas de representação do *silêncio*: uma que seria a *memória do silêncio*, na qual “dizer nada é uma forma de testemunhar”, expressa por um comportamento que se tornou incompreensível no presente, daí o problema em falar sobre o que passou, e a outra que seria o *silêncio da memória*, ligando-se ao que o historiador chama de “consciência turva” ou “má consciência”, isto é, a

⁴⁸⁹ CORDEIRO, Janaína. *Op.Cit.* 2008, p. 111.

⁴⁹⁰ A historiadora toma como ponto de partida a noção de “memória dividida” de Alessandro Portelli. Cf. Idem, p. 112. Sobre a memória dividida ver em: PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 24 de junho de 1944): Mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moaes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, p. 103-105.

incapacidade ou vergonha de assumir coletivamente a responsabilidade pelos crimes do passado⁴⁹¹.

Cumprе assinalar que, ao tratar das memórias que de alguma forma buscam positivar aspectos do golpe de 1964 ou da ditadura, não se pode perder de vista a pluralidade de vozes e a diversidade de comportamentos sociais que compõem estas reminiscências. A historiadora Janaína Cordeiro chama atenção para essa dimensão da memória social do regime civil-militar, voltando sua análise para uma determinada construção memorialística⁴⁹². No entanto, concеrnete às intervenções de Ustra, Olavo de Carvalho e Passarinho, percebe-se outra forma de se posicionar diante dessas batalhas de memória.

Nesse sentido, é notável que para tais autores não haja grandes constrangimentos em falar sobre o que passou. Ao contrário, pois, é justamente essa incompreensão e rejeição do presente que esses indivíduos tomam como ponto de partida para seus argumentos. Além disso, mais do que uma “má consciência” ou vergonha de falar publicamente sobre os crimes de Estado cometidos durante a ditadura, está justamente a vontade de tornar pública suas versões sobre tal passado. Ou seja, se produzem *não-ditos* quando falam através de eufemismos ao se referir à repressão como *endurecimento*, *reação* ou *excessos*, bem como quando – especialmente no caso de Passarinho – associam a tortura aos *porões da ditadura* ou quando calam sobre a grande desigualdade social ainda existente durante o governo Médici, também quando deixam de lado toda a montagem de um estrutura repressiva durante o governo de Castelo Branco, em suma, em suas narrativas mesmo com essa construção do que pode ser conhecido ou não – organizada de acordo com o as demandas e imposições do presente – os temas da tortura, das mortes e desaparecimentos, mais do que evitados, são polemizados e relativizados.

Não se trata de escondê-los, mas sim de deslocar para a esquerda a imagem dos *anos de chumbo*. Se houve *excessos*, estes ocorreram por culpa daqueles que se lançaram na luta armada – dimensão presente até mesmo nos trabalhos de Passarinho que procura, muitas

⁴⁹¹ LABORIE, Pierre *apud* CORDEIRO, Janaína. *Op.Cit.* 2008, p. 113.

⁴⁹² A historiadora Janaína Cordeiro analisou as tentativas de construção de uma memória de segmentos sociais, no caso, representados pela CAMDE (associação Campanha da Mulher pela Democracia), que participaram ativamente da articulação do golpe de 1964 e da consolidação do regime. Cordeiro centrou suas análises nos diversos silêncios que permeiam essas memórias, buscando compreender as especificidades e complexidades dessas reminiscências, em especial, na contribuição dessas mulheres para formação de consensos em torno da ditadura, bem como no receio, o *risco da incompreensão*, de falar sobre a própria participação, especialmente, do apoio ao regime diante de uma sociedade que sacralizou a memória da resistência. Cf. CORDEIRO, Janaína. *Op.Cit.* 2008.

vezes, se esquivar “do combate direto à guerrilha”. Assim, associando a imagem do regime a um período em que ocorreram avanços sociais, econômicos, em que diversas medidas foram tomadas para melhorar a situação do Brasil, inclusive o combate à “ameaça comunista”. Sob a luz do presente, estabelecendo uma continuidade entre aquelas esquerdas e os integrantes dos governos estabelecidos a partir da segunda metade da década de 1990, o que estava em questão era trazer para o período democrático o perigo vermelho, como forma de destacar a importância das medidas tomadas durante o regime, “contra a corrupção, contra o golpismo da esquerda, contra a baderna”. A abordagem que fazem da existência do MST, do “mensalão”, das indenizações, colocando tudo num mesmo lugar, compõe, nos trabalhos desses intelectuais, a “prova” de que se não fosse a intervenção à direita em 1964 a situação do país estaria bem pior; confirmando, desse modo, os prognósticos daqueles que fizeram o regime.

Analisar, pois, a memória construída por esses intelectuais de direita é lidar com um discurso que vai ao passado para deslegitimar o presente e, num mesmo movimento, parte dessa crítica aos acontecimentos atuais para legitimar o que passou. Em outras palavras, não se trata apenas de lançar mão de argumentos para que uma imagem positiva da ditadura seja reconhecida socialmente como uma versão apta a compor a memória social, mas, junto desta, demonstrar como os governos estabelecidos no período posterior à ditadura, em especial o de Fernando Henrique Cardoso e, principalmente, de Lula, ainda representam o perigo vermelho, sob uma nova roupagem, ainda com o ranço comunista, mais além, com o ímpeto de fazer do país uma República socialista, um “satélite de Cuba”.

Ademais, o lugar da ditadura seria pedagógico, a saber, de como a direita “venceu” o perigo comunista; perigo, este, que ainda estaria presente na cena política, de uma forma muito mais sutil e agressiva que antes, pois, nas palavras de Olavo de Carvalho:

De uma geração para a outra, os registros desaparecem, o rosto dos personagens é alterado, o sentido do conjunto se perde para ser substituído, do dia para a noite, pela fantasia inventada que se adapte melhor aos novos padrões de verossimilhança, impostos pela repetição de slogans e frases feitas. [...] A juventude, hoje, acredita piamente que não havia revolução comunista nenhuma, que o governo João Goulart era apenas um governo normal eleito constitucionalmente, que os terroristas da década de 70 eram patriotas brasileiros lutando pela liberdade e pela democracia⁴⁹³.

⁴⁹³TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

Através do testemunho de quem viu e viveu, tomam para a si a função de resguardar e repassar a memória, principalmente para aqueles que não vivenciaram a ditadura, de “um período de grandes avanços da sociedade brasileira” em que a corrupção, a subversão e a crise moral, as quais associam aos governos atuais, foram combatidos por homens que acreditavam num país democrático e ordeiro, ou seja, longe da ameaça comunista. Ao contrário do *nunca mais* pautado pelas bandeiras de memória, verdade e justiça de grupos como o Tortura Nunca Mais ou pelas medidas de *justiça de transição*, nesses discursos o que há é o *sempre*, ou seja, rememorar a ditadura como uma “catalisadora da evolução e como mantenedora da bandeira *ordem e progresso*”⁴⁹⁴. Se há uma dimensão do *nunca mais* nos trabalhos desses intelectuais de direita, este se refere à esquerda que, vencida pelo golpe e pelo regime estaria hoje no poder, dessa forma, ainda deveria ser combatida, pelo menos, através das letras.

3.3- *Todo fato tem três versões: O lugar da ditadura nos trabalhos de Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho*

Como visto ao longo da dissertação a memória da ditadura ganhou ênfases diferentes nos textos de Passarinho, Ustra e Olavo de Carvalho. Enquanto as análises de Passarinho possuíam um *ethos palaciano*, ou seja, do Congresso, dos ministérios e dos chefes de Estado, Ustra em suas narrativas representava o *ethos das comunidades de segurança*, enquanto Olavo Carvalho nos fornece uma visão de direita exterior ao regime. De acordo com Halbwachs, a memória individual deve ser tratada como um ponto de vista sobre a memória coletiva⁴⁹⁵, e considerando o caráter plural e conflitante no que tange às reminiscências coletivas, cada um desses autores empregou sentido próprio à ditadura, significou de acordo com a sua vivência. Além de buscar reconhecimento social para uma memória positiva do regime, também estava em questão o reconhecimento de seu espaço de atuação, de seu lugar, em suma, de sua trajetória pessoal. Desse modo, cada um desses três, para além de uma memória em comum, estabeleceu seus próprios esquecimentos, lembranças e silêncios.

Ao tratar de narrativas individuais é de suma importância prestar atenção nas diferentes temporalidades e ênfases que as compõem. Ecléa Bosi, num estudo clássico sobre

⁴⁹⁴ JELIN, Elizabeth. *Op. Cit.* 2000, p. 9.

⁴⁹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

memórias, avança a ideia na qual aqueles que constroem uma determinada memória política costumam lançar mão da *lembrança* de certos fatos, conjugados a uma *interpretação* e *juízo* sobre os mesmos, revelando ainda um *distanciamento* ou *envolvimento* com os acontecimentos⁴⁹⁶. Não há pretensão aqui de fazer uma análise aprofundada dos detalhes presentes nas memórias de cada um desses intelectuais, pois fugiria do escopo desta dissertação. No entanto, o que está em questão é apontar essas diferenças, demonstrar a pluralidade dessa memória em defesa da ditadura – esses distanciamentos e envolvimento –, ou seja, não tomá-la como um monólito, mas sim como uma construção que abarca diferentes trajetórias e lugares de fala. Mesmo se tratando de análises sobre o regime, cada um escolhe o que de sua trajetória e da própria história desse passado recente é importante de ser lembrado.

Tratando-se de um *campo*, tais *escritas de si*, no caso de Passarinho e Ustra articuladas em autobiografias e no de Olavo de Carvalho em textos nos quais recorre à descrição de sua trajetória – do testemunho do que viu e viveu – permitem a esses indivíduos se localizarem nos debates de memória, bem como no próprio campo (como visto) e fixarem aquilo que consideram de mais positivo durante o período ditatorial. Uma escolha diretamente relacionada com a legitimação de seu próprio espaço de atuação ou, para além – lembrando que Olavo de Carvalho não compunha e nem apoiara, segundo seu próprio testemunho, nas décadas de 1960 e 1970, o golpe e o regime civil-militar – de seu próprio discurso, do seu próprio lugar de porta-voz.

Desse modo, pretendo situar a análise principalmente nos textos de cunho autobiográficos, quais sejam, “Rompendo o Silêncio” e “A Verdade Sufocada” de Brilhante Ustra, e no livro “Um Híbrido Fértil” de Passarinho, bem como nos “textos-testemunhos” de Olavo de Carvalho, a saber, “Resumo do que Penso sobre 1964”, “A História Oficial de 1964” e, em especial, “Reparando uma Injustiça Pessoal”. Apesar de ao longo desse tópico aparecerem outros textos, a ênfase estará nos trabalhos anteriormente citados, pois essas memórias e escritas dos próprios itinerários e da participação durante o regime constituem uma espécie de representação ou uma invenção de si, ou seja, um lugar privilegiado onde múltiplas temporalidades têm espaço⁴⁹⁷. Em suma, narrativas que buscam dar sentido e assegurar um lugar de importância para si e para aquilo que vivenciaram; para seu próprio

⁴⁹⁶ BOSI, Ecléa. “Memória Política”. In: _____. “Memória e Sociedade. Lembrança de velhos”. São Paulo: Companhia das Letras, [s/d], p. 461.

⁴⁹⁷ GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da história: A título de prólogo”. In: _____. (org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 17.

lugar. Considerar, portanto, os ritmos diferenciados, conteúdos e ênfases diversas que compõem esses discursos são de suma importância para compreender a construção, por esses indivíduos, de uma imagem positiva do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar, enquanto eventos vitoriosos e viáveis.

3.3.1- *O saldo do ciclo militar: Uma memória das esferas palacianas do governo ditatorial*

Nem todos, escritores políticos, adotam escrever suas memórias; uns, por superstição, pois acreditam que a publicação das memórias precede de pouco a morte de quem as escreve; outros, por princípio, por se julgarem acima do julgamento de coevos e pósteros. Não me filio a nenhuma dessas correntes. **Acho, sim, que é um dever, especialmente de quem teve por destino influir nos rumos históricos de sua terra, ou de ter sido personagem em eventos importantes.** Por isso decidi, **enquanto tenho a lembrança nítida** e ainda posso recorrer a testemunhos vivos, descrever minha experiência com os homens com quem convivi, inicialmente na carreira das armas e, posteriormente, no traiçoeiro terreno da política⁴⁹⁸.

Essas experiências que Jarbas Passarinho busca retratar em suas narrativas estão, boa parte, focadas “em suas passagens pela vida pública”, ou seja, nos ministérios, nos debates e disputas do congresso, no que diz ser “o traiçoeiro terreno da política”. Nesse sentido, vale destacar que, mesmo iniciando suas memórias no período da infância, passando pelos tempos em que viveu no Acre e no Pará, de como chegou ao Rio e iniciou a carreira política, os acontecimentos de sua vida são dispostos e articulados de modo a desaguar na sua trajetória política durante o regime; apesar de apresentá-la como um desvio ocorrido em 1964. Não podemos, portanto, perder de vista que mesmo um relato que segue uma aparente construção linear e cronológica, traz em si ritmos e recortes variados e, assim, cumpre ressaltar que boa parte de seu escrito biográfico – como boa parte de seus textos – está centrado no período ditatorial, mais especificamente nas fases mais *duras* do regime.

É no discurso de Jarbas Passarinho que a tentativa de afirmar o regime como um governo *moderado* que modernizou o país e promoveu consideráveis avanços econômicos e sociais encontra a sua grande relevância. Para tal, como brevemente alinhavado, o autor toma como estratégia alegar um distanciamento de setores que aponta como mais radicais, descrevendo-os somente como uma espécie de grupos de tensão, bem como de tratar a questão da tortura, dos desaparecimentos e mortes de presos políticos sob a tutela de agentes

⁴⁹⁸ PASSARINHO, Jarbas. “Introdução”. In: _____. *Op. Cit.* 1996, p. 15. [Grifos meus].

do Estado tanto como *excessos* decorrentes de uma *guerra suja* quanto como “algo não institucional”, longe do conhecimento daqueles partícipes dos ministérios, senados e outros cargos diretamente ligados aos chefes de Estado. Ora, pode-se questionar, então, o porquê de boa parte de seu escrito estar direcionado ao período mais visível da repressão, do AI-5 e da guerrilha. No entanto, essa é apenas uma aparente contradição. Pois ao localizar suas narrativas especialmente nessas questões percebe-se uma tentativa de reconstruir os acontecimentos de maneira que esses aspectos mais negativos sejam relativizados, quando não justificados. E, especialmente, ressaltar como os “homens dos governos”, no caso, os ministros e presidentes, enfrentando pressões tanto da esquerda quanto dos *duros*, tiveram que tomar medidas mais enérgicas em nome do regime e para “o bem do país”.

Nessa construção, o Ato Institucional nº 5 e o governo Costa e Silva são um tema e uma fase da ditadura que aparecem com frequência nos textos do coronel. Vale ressaltar que nesse período Passarinho exercia a função de Ministro do Trabalho e da Previdência Social. Como vimos no primeiro capítulo, o autor teve uma participação ativa durante as articulações do Ato e seu discurso ficou famoso ao mandar “às favas a consciência”. Assim, explicava num texto:

[...] estávamos numa verdadeira guerra civil não declarada. De outro lado, havia a pressão dos mais agressivos e radicais, do lado de cá [setores que participaram do golpe de 1964]. Praticamente o presidente Costa e Silva, na noite de 12 de dezembro, dormiu sob o ultimato, tomados os militares da guarnição do Rio de Janeiro de extrema exaltação. Não fosse ele um grande líder, teria sido deposto às vésperas do AI-5. Dentro do conselho fazia-se pressão para o fechamento do Congresso, a intervenção nos estados e a cassação de toda e qualquer câmara legislativa. O presidente apelava para nós, seus ministros amigos, através do general Portela. Precisava modelar as propostas, estas sim, de ditadura no modelo do Sr. Getúlio Vargas. Só quem viveu aquele dramático momento pode aquilatar o que aconteceria se Costa e Silva fosse deposto, pela reação militar ou luta armada. Fiz minha opção e dela nunca me retratei⁴⁹⁹.

Ou seja, segundo o coronel, a proposta do presidente Costa e Silva e de seus ministros fora aquela mais moderada diante das possibilidades à época. Mesmo reconhecendo o ato como uma medida autoritária, Passarinho busca desconstruir a imagem de arbitrariedade, ressaltando que “o AI-5 fora uma resposta que o governo se viu forçado a tomar”⁵⁰⁰. Nessa tentativa, em sua biografia, apresenta fatores que classifica entre “causas remotas e recentes”

⁴⁹⁹ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Historiadores e Historicidas”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 de setembro de 1989, domingo, p. A3.

⁵⁰⁰ PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 336.

para o ato outorgado em 1968. Entre as causas remotas, menciona elementos já bastante conhecidos (e também citados ao longo da dissertação) como o que diz ser “o crescimento das ações terroristas”, considerando que o governo “não tinha acompanhado devidamente a evolução das esquerdas” e também à pressão de setores *ultras* e *duros*, dentro do próprio regime, bem como daqueles que apoiaram 1964, mas perderam seus mandatos no decorrer dos governos civil-militares – sobre os quais enfatizava a “Frente Ampla, instrumentada por Carlos Lacerda” e “considerada perigosa para o regime”, que fora tornada ilegal em 1968, ressaltando ainda o “perigo de [que] Carlos Lacerda e Jânio Quadros”, uma vez “associados aos velhos inimigos JK e Jango” tentassem “assaltar o poder, *com o apoio de certa área militar*, ligada à facção chamada ‘linha dura’, radical”⁵⁰¹.

Contudo, é justamente nos fatores que descreve como recentes que o coronel faz uma descrição minuciosa de como fora “melancólico para o presidente e seus ministros” tomar o Ato Institucional como uma dita *medida preventiva*. Ao tratar das que intitula como causas recentes, Passarinho situa o “detonador” do Ato como o discurso no Congresso proferido pelo então deputado Márcio Moreira Alves na Câmara dos Deputados em dezembro de 1968. Nas palavras do Coronel, “vistas as causas remotas e as recentes, cabe analisar o que alguns chamam de pretexto, para a edição do AI-5, e que eu [Passarinho] defino como o ‘detonador’” que⁵⁰²:

[...] veio do menos significativo. E se transformou na bola de neve irresistível: um simples, afetado e desimportante discurso no *pinga-fogo*, na Câmara dos Deputados. Nem merecia chamar-se discurso, mas um pequeno amontoado de frases ridículas. [...] A tradição da Câmara dos Deputados é ninguém dar a menor atenção ao *pinga-fogo* [...]. É um monólogo, geralmente insípido, que visa mais a ocupar parte do noticiário da “Voz do Brasil”, quando ocupa. O Deputado Márcio Moreira Alves confessa, em seu livro aqui citado, ter estado a serviço da provocação, para forçar a eliminação de qualquer liberdade, pois que só assim esperava adesão dos trabalhadores à sua pretendida revolução. Proferiu insultos às Forças Armadas, particularizando o Exército, descrito como “valhacouto de gângsteres” e, como na comédia de Aristófanes, exortou as mulheres a se negarem aos militares. Não foi, certamente, a parte ridícula do discursinho [...] como se pretende, hoje, ter motivado a reação dos militares, mas sua equiparação a gângsteres e o Exército ao seu valhacouto⁵⁰³.

Assim, como forma de ressaltar a imagem do Presidente como um “homem constrangido” com o Ato, lembrava que “o peso da hierarquia na conduta dos subordinados

⁵⁰¹ Idem, p. 305. [Grifos meus].

⁵⁰² Idem, p. 311.

⁵⁰³ Idem, p. 312.

começava a ser abalado, na medida em que, contidos nos quartéis, os militares sentiam-se na sua grande maioria “inconformados” com aquilo que “identificavam como fraqueza do presidente da República”⁵⁰⁴. Acusando-o de “falta de pulso para conter e desarticular a insurreição” que diziam estar esboçada “na convulsão de massas estudantis, associada às ações da luta armada”⁵⁰⁵. Muito embora o Presidente Costa e Silva já estivesse envolvido com a expedição de Atos Institucionais desde o governo Castelo Branco, com a articulação do Inquérito Policial Militar e a cassação de militares e políticos, no discurso de Jarbas Passarinho a construção do Ato Institucional n° 5 surge como um “momento difícil” para o presidente que, segundo o coronel, teve que lançar mão de *medidas duras* para controlar a convulsão que assolava o país e as Forças Armadas. Em sua biografia, descrevendo a situação no Congresso, destacava que pouco antes do Ato ser decretado:

[...] a oposição, confraternizada com os 76 deputados arenistas que a apoiaram, entrava em euforia. Cantava o Hino Nacional, o que aliás foi bom, para que alguns se encontrassem com os versos de Osório Duque Estrada, de que estavam deslembados. O clima de triunfalismo, os mais ardorosos proclamando não a derrota parlamentar, mas a queda do regime, estende-se por comemorações a noite [...]⁵⁰⁶

E, prosseguia:

No Ministério do Exército, o Ministro Aurélio Lyra Tavares, um dos mais brilhantes e dignos oficiais, via aumentar o número de seus generais a expressarem sua inconformação com a **passividade do presidente**. Ponderavam ao ministro que a noite poderia ser fatal para o governo. [...] Não queriam a repetição de 1961. Exigiam a punição dos que consideravam haverem traído o Governo. Um dos mais exaltados, o general Muniz Aragão, chefe dos mais prestigiosos, legenda viva da Cavalaria e padrão de disciplinador, chegou a afirmar: – Se o presidente vacila, que seja ultrapassado. A frase tem um sentido só: a proposta de deposição do presidente, o que é bastante para dar a idéia do ânimo belicoso do momento, **da iminência de uma ruptura traumática com a legalidade encarnada na figura do presidente** que os próprios militares haviam alçado ao poder⁵⁰⁷.

Portanto, na descrição de Passarinho, o presidente Costa e Silva surge como um homem pressionado e dividido, cujas ideias “mostravam um quadro contraditório, revelador

⁵⁰⁴ Idem, p. 311.

⁵⁰⁵ Ibidem.

⁵⁰⁶ Idem, p. 321-322.

⁵⁰⁷ Idem, p. 324. [Grifos meus].

do drama que vivia”, já que “queria preservar a constituição, mas ao mesmo tempo a violava em princípios básicos”⁵⁰⁸. Situação narrada, pelo coronel, de forma minuciosa:

Silencioso, Costa e Silva chega ao Palácio, no Rio. Recolhe-se, de pronto, aos aposentos, no andar superior. Comenta rapidamente com o general Portella: – Fiz tudo para que compreendessem minhas advertências. Não quiseram. Agora verão o que vai vir. [...] Noite agitadaíssima passou ele, essa de 12 para 13 de dezembro [...] mostrou ao seu amigo Portella o todo escrito no papel de memorando rabiscado no avião: 1. Preservação da Constituição; 2. Recesso do Congresso; 3. Cassação de mandato e perda de direitos políticos por 10 anos [...] 6. Confisco de bem mal havidos; 7. Estado de Sítio. [...] A sua Biografia e a dos que viriam a acompanhá-lo no apoio a essa medida drástica seriam fatalmente afetadas. Não era sua vocação a violência. [...] Era, pois, no início dessa noite um ser dividido. A mistura incompatível das ideias no que pôs no papel traduz o conflito interior em que se debatia. [...] isso explica o porquê de haver-se recusado terminantemente a decidir aquela noite. Teria sido, no fundo, um desejo não exposto de abandonar o Governo? De oferecer aos *duros* a oportunidade de o substituírem?⁵⁰⁹

Mesmo considerando a montagem e ampliação de um aparelho repressivo estatal desde os tempos de Castelo Branco, como nos conta o historiador Carlos Fico, o governo Costa e Silva ao editar o Ato Institucional marcou definitivamente sua entrada na história como o responsável por inúmeros crimes hediondos⁵¹⁰. E se contrapondo a essa imagem, bem como propondo uma versão diferente de tal período – como forma de defender uma memória positiva daqueles que estiveram envolvidos no ato – Passarinho descreve o momento do AI-5, como “uma escolha pesarosa”, ou seja, um modo de sustentar o argumento de que o regime fora moderado até nos momentos e nas decisões consideradas mais duras; construção em que a ditadura foi, em última instância, um momento em que homens do governo e presidentes fizeram de tudo para “manter a democracia ou o espírito democrático da contrarrevolução de 1964”.

Nesse sentido, o dito setor *duro* é apresentado pelo coronel como um grupo disforme que não participava diretamente do governo, não compunha as ditas esferas de comando. O que por um lado permite construir uma imagem moderada e “não violenta” de Costa e Silva e, por outro, possibilita estabelecer um *continuum* com o governo de Castello Branco – como visto, no tópico anterior, apresentado por esses intelectuais de direita como o exemplo de “um governo sóbrio, preocupado com os valores democráticos e com a revolução de 1964” – ou seja, a ideia de que só após o AI-5 que teria se estabelecido uma ditadura e um Estado

⁵⁰⁸ Idem, p. 322-323.

⁵⁰⁹ Ibidem. [Grifos no original].

⁵¹⁰ FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 63.

realmente autoritário e que tal medida fora tomada por um presidente sem saída, pressionado “pelo ânimo belicoso do momento”, tanto de setores à esquerda como “dos mais exaltados à direita”. Não se trata, aqui, de afirmar que não havia setores mais radicais no regime, contudo, sabe-se que as relações e cisões estabelecidas entre os que faziam parte de diferentes espaços do Estado ditatorial estavam para além de duros e moderados; tal cisão surge no trabalho de Passarinho como um recurso para afirmar uma imagem positiva e de constrangimento (e não de recusa) ao que intitula de “decisões mais difíceis tomadas durante o regime”:

[...] Fiquei com o presidente. Aceitei o ato, mais brando que o pretendido por certos grupos. Violentei meus escrúpulos de consciência. Nos primeiros dias de agosto de 69, tive a prova de que agira certo. O presidente me chamou e recomendou que reassumisse o Senado, para eu ser líder e presidente da ARENA: Ele iria **outorgar** uma Constituição, que estava sendo elaborada pelo Dr. Pedro Aleixo e outros juristas. Restabeleceria a constituição de 67 em seus pontos fundamentais. Previa eleição direta para governador e a última indireta para o seu sucessor. Vinte dias depois, o derrame cerebral o abateu. Mergulhamos mais 9 anos no AI-5. Esta, sim, é a verdadeira história do AI-5⁵¹¹.

Desse modo, no discurso de Jarbas Passarinho, os aspectos do regime condenados na dita batalha das letras e das memórias, principalmente na década de 1990, são deslocados e relativizados como obra de setores exaltados que aparecem sem nome e sem voz, isto é, aquilo que deve ser silenciado, esquecido ou, quando não, lembrados como elementos que não compunham os ideais dos presidentes militares ou daqueles que estavam próximos destes governantes. Daí a importância de apresentar uma imagem do AI-5 como “uma resposta que o governo se viu forçado a tomar” e de Costa e Silva como um líder “que não tinha a menor vocação de opressor”⁵¹².

Ainda nesse contexto é notável, especialmente no discurso do coronel Passarinho, o argumento de que quase todos os presidentes que governaram durante a ditadura teriam expressado a vontade de realizarem eleições, esta sempre frustrada por um fator “externo”, no caso, a pressão das esquerdas ou por questões “internas”, diretamente associadas aos *duros*. Não seria diferente em sua narrativa sobre o governo de Costa e Silva, de quem afirmava “não ter expressado o desejo de ser sucedido”⁵¹³. Segundo o coronel, escrevendo de modo a

⁵¹¹ BN- PASSARINHO, Jarbas. “Dezembro de 1968”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 de outubro de 1988, domingo, p. A3. [Grifo meu].

⁵¹² PASSARINHO, Jarbas. *Op. Cit.* 1996, p. 333.

⁵¹³ Idem, p. 365.

demonstrar uma conversa íntima e de que o presidente teria revelado apenas aos mais próximos a sua vontade de “chamar eleições indiretas e outorgar a Constituição”:

Nos primeiros dias de agosto de 1979, o Presidente Costa e Silva chamou-me ao Palácio da Alvorada. [...] Foi direto ao assunto: queria que eu voltasse ao Senado Federal [...] vi o alcance das medidas e a responsabilidade de minha missão, mas ainda a vi maior quando ele acrescentou: - Chega de AI-5 [...] O presidente leu, nos meus olhos, a alegria que a decisão me causou, mas advertiu: - Mantenha segredo, exceto de sua volta ao Senado, pois eu marcho sobre baionetas⁵¹⁴.

Por esse caminho, Passarinho atribuía à doença o fato de Costa e Silva não poder expressar publicamente tal vontade, ficando restrita ao Palácio, e também justificar o porquê de enquanto líder da ARENA, não ter tornado público tal desejo do presidente.

Interessante notar, também, que nessa construção da memória de um regime *moderado*, ao longo de sua autobiografia o coronel não faz referência à formação das comunidades de segurança e nem se debruça sobre tal questão. Principalmente nas fases consideradas mais *duras* da ditadura, o autor toma como temas principais aqueles associados a sua atuação nos Ministérios – seu trabalho no MEC, com a previdência, os convites para ser ministro, a morte de Costa e Silva, a sucessões presidenciais, o sucesso do regime. Apesar de tópicos como a tortura, a censura e as prisões políticas estarem presentes em boa parte de seus artigos e publicações, no texto biográfico do autor tais questões estão submetidas e articuladas a esses temas principais. Ao se tratar de uma *escrita de si* (uma representação da própria trajetória) essa estratégia – anteriormente apresentada – associada ao silêncio ou à pouca referência direta às comunidades de segurança, revela uma importante faceta daquilo que o autor deseja que seja lembrado e de como quer que seja recordado. Ou seja, marcando um distanciamento dos gabinetes ministeriais, dos presidentes e do Congresso relativo a esses setores envolvidos diretamente com o combate à guerrilha.

De forma geral, a memória positiva que Passarinho busca trazer para o presente é aquela dos debates do congresso, aquela que joga apenas para as comunidades de segurança a responsabilidade por boa parte da repressão e dos crimes dela decorridos. Porém, considerar tal aspecto não significa afirmar que o discurso do coronel esteja isento da tentativa de relativizar questões como a tortura, as mortes e prisões de presos políticos sob a tutela do Estado. Tal construção também é uma forma de amenizar o peso negativo de tais temas, mesmo que em defesa, especialmente, dos espaços nos quais atuou e de sua trajetória política.

⁵¹⁴ Idem, p. 353-354.

Não se pode esquecer que as questões dos direitos humanos e dos crimes decorrentes da repressão de estado são tratadas, em seus trabalhos, como um tipo de oportunismo e calúnia dos que intitula como “revanchistas esquerdistas”. E que, no seu discurso, Passarinho apesar de buscar se isentar de qualquer relação com os diferentes espaços de atuação da repressão ditatorial, é combativo em defesa de sua instituição e do regime do qual participou; tanto que pode-se tomar como exemplo a defesa de Brilhante Ustra pautada pelo coronel Passarinho durante diferentes momentos do processo no qual o ex-dirigente do DOI de São Paulo esteve envolvido.

Desse modo, cumpre recordar (como visto ao longo do capítulo dois) que mesmo deslocando a responsabilidade dos ditos *excessos* cometidos por agentes do Estado para tais setores, ou seja, o intitulado *porão* da ditadura, Passarinho argumenta que estes teriam ocorrido – grande parte – em resposta aos *crimes cometidos* por militantes de esquerda. No entanto, existem aspectos da repressão associados à atuação direta dos ministérios e Chefes de Estado, como o caso das cassações de mandato, sobre as quais dedica um capítulo inteiro de sua autobiografia, intitulado “O Ritual das Cassações”⁵¹⁵. Seguindo um caminho semelhante ao utilizado para justificar e amenizar a imagem negativa do Ato Institucional nº 5, mesmo se referindo ao processo de cassação como “uma caça às bruxas” o coronel ressaltava a importância de um presidente “sempre disposto a amenizar as sanções punitivas”, sem “a menor vocação de opressor”, somado a uma imagem moderada de seus ministros e Chefes dos Estados-Maiores, cuja participação nesse processo fora fundamental para evitar e corrigir “os erros e injustiças nos inquéritos”⁵¹⁶:

O presidente Costa e Silva convoca[ra] o Conselho de Segurança para exame e decisão sobre a cassação dos direitos políticos, já então incidindo também sobre suspeitos de desonestidade. Somava-se ao critério de contra-insurreição o do expurgo dos corruptos, mesmo quando leais ao governo. A abrangência das punições estenderam-se aos legislativos estaduais, especialmente no caso de corrupção [...] Ao SNI, principalmente, cabia a preparação do dossiê de cada caso, para o que contribuíam as agências estaduais, no levantamento de dados concretos. Infelizmente, a profecia do presidente iria realizar-se. A intriga política permeou os levantamentos. Nem sempre os servidores do SNI estavam habilitados como analistas dos informes, para separar o joio do trigo. O resultado, em não poucos casos, foi “o justo pagar pelo pecador [...] Daí alguns equívocos, que serviram para uma profusão de anedotas, especialmente de intelectuais chamados a depor [...] Uma vez selecionados, eram eles [os processos] levados à reunião do pleno do Conselho de Segurança, de que faziam parte o vice-presidente da república e todos os ministros, normalmente acrescidos dos Chefes dos Estados-Maiores das três Forças

⁵¹⁵ PASSARINHO, Jarbas. “O Ritual das Cassações”. In: *Op. Cit.* 1996, p. 339-351.

⁵¹⁶ Idem, p. 332/346.

Armadas. Aberta a sessão [...] muitas vezes, ao colher os votos dos membros do conselho, o presidente estimulava-os a apresentar razões de defesa, no caso de poderem contestar alguma das referências feitas no dossiê.⁵¹⁷

Assim, Passarinho confrontava a imagem de arbitrariedade das cassações. Se houve algum tipo de “equivoco” ocorrido durante tais processos este fora fruto – dada a abrangência e alargamento das averiguações dos IPMs, após a promulgação do AI-5 – de funcionários que “poucas vezes estavam habilitados para o exame dos inquéritos, que englobavam desde as diferentes doutrinas sociais contemporâneas, estranhas ao currículo estudantil militar, até questões financeiras”⁵¹⁸. Convém ressaltar aqui que no discurso do coronel tais equívocos não surgem como arbitrariedades, mas como resultado de um desconhecimento de determinadas questões exigidas ao longo dos processos para a cassação. Estratégia que serve não só para retirar o peso negativo da questão das cassações, como também para exaltar o trabalho daqueles que, segundo o coronel, inseridos nos gabinetes ministeriais e nos altos cargos militares conseguiam de forma sóbria e sensata conduzir as decisões finais.

Em suma, pode-se dizer que, para além de situar a lembrança da ditadura em questões como as grandes obras e o milagre econômico, relativizar questões como a tortura, as mortes e prisões, tais temas têm no discurso de Passarinho a função de lembrar e positivar aqueles espaços nos quais participou e que compõem sua trajetória política. Para o coronel construir uma memória positiva do regime perpassa o que seria não só recordar, mas reconhecer e legitimar socialmente uma imagem moderada daqueles que atuaram nos congressos, ministérios e gabinetes presidenciais. O regime deveria ser entendido como obra destes que seriam seus protagonistas.

3.3.2- Não se combate terrorismo com flores: Uma memória do DOI

Os integrantes da OBAN e, posteriormente, dos DOIs, não eram apenas policiais e militares meros cumpridores de uma obrigação funcional. Muito mais que isso, eram homens e mulheres fortemente unidos por um arraigado espírito de cumprimento de missão, para a qual se empenhavam a fundo, mesmo em detrimento de suas vidas pessoais e de seus familiares. Além disso, impregnaram-se do verdadeiro ardor patriótico e de grande firmeza ideológica, o que lhes dava suporte para o elevado moral frente ao fanatismo terrorista [...]⁵¹⁹.

⁵¹⁷ Idem, p. 339.

⁵¹⁸ Ibidem.

⁵¹⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006.

Se no discurso de Passarinho o olhar está voltado para a atuação dos ministérios e presidentes, a narrativa de Ustra tem como principal foco as comunidades de segurança – especialmente os DOIs. Como visto ao longo da dissertação, a partir da segunda metade da década de 1980 e, especialmente, durante os anos 1990, a memória da ditadura passou gradativamente a ser associada às arbitrariedades, aos atos institucionais e à repressão. Nesse processo, se houve um nome que ficou diretamente vinculado à imagem dos crimes cometidos por agentes do Estado ditatorial, este fora o do coronel Brilhante Ustra. Trata-se, portanto, da memória dos chamados *anos de chumbo*.

Traçando um paralelo com os textos de Olavo de Carvalho e Jarbas Passarinho, percebe-se que é no discurso de Ustra que a ênfase ao combate à luta armada ocupa um espaço privilegiado. Mesmo fazendo referência aos *anos de ouro*, bem como ao elogio da atuação dos presidentes durante o regime, em seus textos de memórias, sua biografia está organizada de modo que chegue a sua participação dentro do DOI. Pode-se dizer que no trabalho do coronel Ustra a defesa da ditadura como um projeto vitorioso e viável está diretamente associada à atuação das comunidades de segurança, a saber, o argumento de que o regime foi bem sucedido “pela atuação vitoriosa desses setores”.

Dessa forma, em “A Verdade Sufocada”, ressaltava:

Alguns criticam os métodos utilizados para pacificar o país [...] Afirmam que a vitória poderia ser alcançada com outra forma de combate. [...] Não é verdade. Nós [integrantes dos DOIs] fomos designados oficialmente para um órgão oficial por uma diretoria presidencial e estávamos sob as ordens do general comandante da área, o qual prestava contas de suas ações ao ministro do exército. Dizer que as Forças Armadas não participaram da luta armada e que foi uma ação paralela de alguns militares é, no mínimo, um desrespeito ao comandante militar da área ao qual estávamos subordinados, ao ministro do Exército e até ao presidente da República, que havia assinado a diretoria que criava os DOIs. Alguns nos acusam de desrespeitar as normas da Convenção de Genebra. Só quem estava frente a frente com os terroristas, dia e noite, de arma na mão, pode julgar. [...] É fácil criticar quando, mesmo vivendo na época da luta armada, só se tomou conhecimento da situação em gabinetes atapetados e refrigerados, sem ouvir um tiro e jamais ter visto um terrorista, nem mesmo preso. É fácil criticar quando não se tinha sob a sua responsabilidade [...] É fácil criticar quando não se estava sujeito a “justiçamentos”, seqüestros, sabotagens e atentado. É fácil criticar quando as famílias estavam seguras e não corriam riscos. Não queríamos a luta armada, não a desejamos, não a procuramos [...] ⁵²⁰.

Ustra toma como ponto de partida uma crítica às versões produzidas não só por aqueles que pautavam uma memória dita das esquerdas, mas ao que seria a falta de

⁵²⁰ Idem, p. 320-321.

reconhecimento, por parte de setores que compunham o Estado ditatorial, da importância da função exercida pelos membros das comunidades de segurança; crítica esta que se refere a tal “memória do palácio” tratada anteriormente. Contrapondo-se, pois, a essa versão e como forma de valorizar sua esfera de atuação durante o regime – tendo vista, em especial, as acusações que recebera e os processos no quais era réu – enfatiza, nos seus textos, a imagem dos integrantes desses destacamentos como pessoas de moral elevado, incorruptíveis e com um forte ardor nacionalista e patriótico. Nesse sentido ressalta que a “luta contra o terror”, mesmo com toda uma estrutura armada pelo Estado ditatorial, só fora bem sucedida devido à formação de um “espírito de corpo” entre os integrantes de diferentes áreas militares que compunham os DOIs. Reforçando seu cargo de comandante num destes destacamentos, o autor destacava que enquanto exercia sua função:

Aproveitava [...] para falar aos subordinados e lembrar-lhes que estava[am], ali, lutando e arriscando [suas] vidas pela Pátria. Dizia-lhes que o mesmo fora feito, ao longo dos anos, por nossos antepassados. Citava, então, passagens da nossa história quando brasileiros tinham perdido a vida praticando atos heroicos e destemidos em defesa da Pátria. [...]

Constituíamos um grupo heterogêneo quanto à formação. Uns militares outros civis. A condução desses homens deveria ser adaptada a essa realidade. [...] Para que o êxito fosse ascendente existisse um arraigado espírito de corpo e que o moral de seus integrantes fosse o mais elevado possível [...] ⁵²¹.

Segundo Ustra, diante da missão de “combater o terrorismo”, para compor tais destacamentos o indivíduo deveria ser incorruptível, aspecto que comparava não só com os integrantes da luta armada das esquerdas, aos quais o título de terroristas já resume bastante a imagem negativa a eles atribuída, mas também aos membros do regime. Contrapondo-se às acusações de que recebiam dinheiro de empresários, de que tinham salários e bonificações mais altas que as dos demais agentes do Estado ditatorial, Ustra, em seu discurso, destacava que o DOI era integrado pelos militares e civis mais íntegros do Estado ditatorial, até mais que aqueles que compunham os gabinetes ministeriais. Nas palavras do autor:

Quanto ao moral procurávamos sempre explicar os motivos de nossa atividade-fim. Lutávamos para manter a tranquilidade do país e contra alguns brasileiros que, através de atos de banditismo e terrorismo, tentavam implantar o caos. A nossa missão era lutar e vencê-los. As condições peculiares do nosso trabalho não poderiam jamais nos afastar de uma linha de conduta exemplar. A corrupção, o suborno, achaque, a proteção a contraventores eram crimes que jamais se coadunariam com um integrante do DOI/CODI/II Ex. Procuramos ressarcir os

⁵²¹ Idem, p. 287-288.

nossos homens das despesas em serviço e, a título de gratificação, o pessoal do Exército passou a receber, por mês, cinco diárias de alimentação. Isso corresponde, hoje, dezembro de 86, para um oficial superior, a quantia mensal de Cz\$1.641.90. A Polícia Militar, também gratificava os seus homens com o mesmo valor. A Polícia Civil não pagava diárias, entretanto, os Delegados e os Investigadores que serviam ao DOI, sempre eram promovidos por merecimento, tão logo completassem o interstício mínimo na classe onde se encontravam. Ainda, como medida de manutenção do moral dos nossos homens, conseguimos que o Governo do Estado de São Paulo considerasse como relevante o serviço prestado no DOI/CODI/II Ex. Nesse mesmo sentido, visando ao reconhecimento público do trabalho sério e honesto dos integrantes do DOI/CODI/II Ex, noventa de seus membros receberam a Medalha do Pacificador com Palma, a mais alta condecoração outorgada pelo Exército Brasileiro àqueles que cumpriram o seu dever com risco de vida⁵²².

Destacando que “nunca lutaram por dinheiro” e que era “com muita tristeza” que via “a esquerda revanchista inventar que os salários dos membros do DOI eram complementados com dinheiro de empresários”⁵²³. Para além, como forma de ressaltar o caráter e moral dos integrantes das comunidades de segurança, ressaltava “o trabalho exaustivo que não tinha hora para começar nem para terminar”, onde era “a missão que ditava os horários de trabalho e de folga” – especialmente no que tange à sessão de investigação⁵²⁴. Ustra também punha ênfase no que dizia ser um próprio preconceito interno às Forças Armadas contra tais setores:

Se não bastassem as dificuldades enfrentadas por nossos homens, muitas vezes éramos surpreendidos com a incompreensão de muitos companheiros e de alguns chefes. Muitas vezes, quando alguns de meus subordinados iam a suas unidades origem, ouviam, não raro, dos seus comandantes, reprimendas por estarem vestidos em trajes civis, com a barba e o cabelo grandes. Outros reclamavam da falta que faziam na instrução da tropa, pois, embora no DOI, continuavam ocupando vaga no quartel⁵²⁵.

Construindo, desse modo, uma imagem de entrega (pode-se dizer estoica) dos integrantes do DOI. No entanto, essa estratégia narrativa e retórica está diretamente relacionada com a descrição que Ustra faz das atividades realizadas nesses destacamentos, principalmente aquelas que envolviam prisões políticas e atuação direta da repressão política contra as esquerdas. Isto é, num movimento duplo, a caracterização dos integrantes do DOI como indivíduos de caráter elevado, ao mesmo tempo em que permite a Ustra apresentar uma versão desse passado onde tais destacamentos surgem como espaços formados por militares e civis “conscientes de que lutavam pelo Brasil, por seu povo e por seus familiares”, cujo

⁵²² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1986 [s/p].

⁵²³ *Ibidem/* USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006, p. 289. [Paráfrase].

⁵²⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006, p. 303.

⁵²⁵ *Idem*, p. 290.

“moral elevado, a coesão e o espírito de corpo foram a mola impulsora do sucesso sob a guerrilha”⁵²⁶, igualmente possibilita ao coronel ressaltar esses destacamentos como lugares em que, nas palavras do autor, apesar da “grande tensão que viviam no dia-a-dia, restavam alguns momentos de calma”, onde compunham uma família – descrição que Ustra contrapõe diretamente às acusações de torturas, mortes e maus-tratos ocorridas no DOI.

Por esse caminho, primeiramente dava ênfase à atuação dos membros do DOI como uma resposta ao dito “terrorismo de esquerda”, partindo do conhecido argumento de que “tal estrutura de combate à luta armada só fora montada devido à ‘escalada do terror’”. Em seu livro “A Verdade Sufocada” faz um resumo de tal “escalada”:

A situação era preocupante, pois os subversivos-terroristas, até o início da década de 1970, assaltaram, aproximadamente, 300 bancos e alguns carros fortes de empresas pagadores; encaminharam de 300 militantes para os cursos em Cuba e na China; sabotaram linhas férreas; assaltaram quartéis para roubar armas; sequestraram três diplomatas; ‘justiçaram’ três militares; roubaram grande quantidade de explosivos em pedreiras; explodiram dezenas de bombas [...] e incendiaram várias rádios patrulhas. O número de mortos da insensatez dessa guerrilha urbana já era grande: 66 pessoas, sendo 20 policiais militares, 7 militares, 7 policiais civis, 10 guardas de segurança e 22 civis de profissões diversas⁵²⁷.

Esse tipo de referência também é encontrada nos trabalhos de Passarinho e Olavo de Carvalho. Porém, no discurso de Ustra, pode-se dizer que tal descrição – que conta com listas com nomes de “vítimas do tribunal revolucionário”, os chamados “justiçamentos”, e do dito terrorismo⁵²⁸ – tem por função marcar e justificar a importância da organização das comunidades de informação e segurança. Interessante notar, como visto no primeiro capítulo, que essa construção narrativa da “escalada do terror” está diretamente relacionada com uma supervalorização da criação dos DOIs (em especial) e dos CODIs, bem como da atuação dos integrantes destes espaços. Nesse sentido, Ustra centra seu trabalho no período posterior ao AI-5, pois constroi seus argumentos de modo que a criação desses espaços seja apresentada como um antídoto ao mal maior. Ou seja, o que está em questão é afirmar que foi a eficiência dos membros, particularmente do DOI, que derrotou a guerrilha no Brasil e que garantiu a estabilidade do regime.

⁵²⁶ Idem, p. 291.

⁵²⁷ Idem, p. 243.

⁵²⁸ Nomes como o de Capitão Chandler, integrante do exército do Estados Unidos, os sequestros como o do Embaixador americano e do Cônsul do Japão, a morte de tenentes e sargentos como, por exemplo, de Mateus Levino dos Santos e de Alberto Mendes Júnior que teriam sido pegos “em combate” por organizações de esquerda. Lista completa nos anexos 2 e 3 da dissertação.

Mesmo considerando que tais destacamentos estavam subordinados ao governo e aos chefes-militares – não obstante, destacando que recebiam ordens de superiores ligados diretamente à esfera de comando do Estado ditatorial – a montagem do sistema repressivo surge como um divisor de águas na história do regime. No entanto, cumpre observar que, nessa construção, Ustra deixa de lado ou dá pouca relevância a todo o processo de organização, ao longo dos primeiros anos da ditadura, dessa estrutura que culminaria nas comunidades de informação e segurança. Como visto anteriormente, a parte mais densa de sua narrativa está no período pós-Ato Institucional nº 5 e sua primeira análise específica da articulação do sistema de segurança ocorre com a criação da Operação Bandeirantes (OBAN) – em 1969, da qual participou ativamente.

Como examinou Carlos Fico, a OBAN foi de suma importância nesse processo de montagem do aparelho de segurança, sendo sua estrutura incorporada ao sistema DOI-CODI⁵²⁹. De acordo com o historiador, a Operação Bandeirantes era um órgão de análise, de informações, de interrogatórios e de combates – estes dois últimos executados pelo DOPS⁵³⁰. No entanto, no trabalho de Ustra, a Operação Bandeirantes surge como uma organização cuja atuação não se estendia ao combate, nas palavras do autor, “a OBAN era um Centro de Coordenação, subordinado ao II Exército, composto pela central de informações e pela central de operações”⁵³¹; para o coronel a parte de execução era um órgão exterior à OBAN. Nesse ponto, é interessante destacar que mesmo não considerando tal organização como um órgão de combate, Ustra sublinha “o êxito desse método de trabalho usado no combate à subversão e ao terrorismo”⁵³². O autor ainda enfatizava que “o entrosamento entre os diversos órgãos que integravam a OBAN fez-se com rapidez”, pois, “desde o início de suas atividades, sucedeu-se uma série de prisões”⁵³³. Ou seja, ao mesmo tempo em que nega a atuação da OBAN como um órgão de ação direta, Brilhante Ustra ressalta o que seriam êxitos de combate de tal organização.

⁵²⁹ De acordo com Carlos Fico, há versões em que se especula que com a criação do DOI paulista a OBAN teria perdido a sua força. Contudo, o autor ressalta que seria mais lógico considerar a incorporação da estrutura da OBAN pelo DOI, já que a própria foi um modelo para a implementação de um sistema nacional de segurança. E, ao considerar sua incorporação ao DOI dá-se relevância a um processo de formação desse sistema repressivo e não de uma ruptura, ou seja, do DOI como parte de uma estrutura que se formou após o AI-5 e com “aumento das ações armadas”. FICO, Carlos. *Op. Cit.* 2001, p. 115.

⁵³⁰ *Idem*, p. 116.

⁵³¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006, p. 224.

⁵³² *Idem*, p. 225.

⁵³³ *Idem*, p. 224.

Essa, portanto, é a construção narrativa que permite ao coronel afirmar que o DOI-CODI fora criado em “substituição à OBAN”, ou seja, a atuação mais efetiva por parte do Exército brasileiro no combate a guerrilha só se deu com a “Diretriz Presidencial de Segurança Interna” (de 1970) e, conseqüentemente, com a criação das comunidades de segurança. Cumpre observar que mesmo considerando a relevância do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional, Ustra punha ênfase na importância das “leis especiais”. Isto é, se no trabalho de Passarinho o Ato Institucional surge como o marco central no combate às organizações armadas de esquerda, no discurso de Brilhante Ustra é a “Diretriz Presidencial de Segurança Interna” que ocupa tal lugar. Segundo o coronel Ustra, no capítulo intitulado “A Contraofensiva: Uma estrutura se arma contra o terror”, de seu livro “Rompendo o Silêncio”:

O combate ao terrorismo e à subversão só teve êxito, a partir do momento em que, cumprindo a “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, os Comandantes Militares de Área baixaram normas centralizando as Informações de Defesa Interna e determinando que todas as Operações de Informações fossem realizadas através de um único órgão e, sob um comando único, que era Comandante do DOI⁵³⁴.

E, por esse caminho, em “A Verdade Sufocada” ressaltava:

Na primeira quinzena de setembro de 1970, a Presidência da República, em face dos problemas criados pelo terrorismo, expediu um documento no qual analisava em profundidade as conseqüências que poderiam advir dessa situação e definia o que deveria ser feito para impedir e neutralizar os movimentos subversivos. Tal documento recebeu o nome de *Diretriz Presidencial de Segurança Interna*. De acordo com a diretriz, em cada comando de Exército [...] existiria:

- um Conselho de Defesa Interna (CONDI)
- um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)
- um Destacamento de Operações e Informações (DOI)

[...]

O que o Exército fez para combater a subversão e o terrorismo foi adotar uma linha de ação genuinamente brasileira, que serviu de ensinamento para outros países. [...] Uma solução que deu certo e que possibilitou neutralizar todas as organizações terroristas⁵³⁵.

É correto, como destacou Samantha Quadrat – citando Alfred Stepan – que nenhum outro país do Cone Sul teve um aparato repressivo tão bem organizado e detalhado como no caso do Brasil⁵³⁶. É justamente nesse ponto que Ustra centra a sua atenção. Como forma de

⁵³⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1986 [s/p]. [Grifos meus].

⁵³⁵ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006, p. 282-283. [Grifos no original].

⁵³⁶ QUADRAT, Samantha Viz. “Muito Além das Fronteiras”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.* 2004, p. 318.

demonstrar a vitalidade das comunidades de segurança – em particular o DOI – e de sua existência fundamental para a consolidação do regime, o coronel ressaltava o dinamismo, a estrutura organizada e a eficiência prática desses setores. Portanto, segundo o discurso de Ustra, se houve leis que “partiram de cima, dos gabinetes”, fora a ação dessas comunidades que garantiram o “sucesso contra o terrorismo”. Segundo o autor:

O Exército, por intermédio dos generais-de-exército, comandantes militares de área, centralizou, coordenou, comandou e se tornou responsável pela condução da contrassubversão e do contraterrorismo no país. Os DOIs eram a força pronta para o combate, diretamente a eles subordinados, recebendo e cumprindo suas ordens. Foi uma maneira inteligente adotada com eficiência para combater o terrorismo. [...] Era necessário uma reestruturação do órgão operacional herdado da antiga OBAN, para torná-lo adequado para enfrentar e vencer, o mais rápido possível, o terrorismo em São Paulo. [...] mudamos a organização do DOI, tornando o trabalho centralizado e compartimentado, onde cada homem desempenhava uma função específica. Estávamos prontos para atuar ofensivamente e procurar os terroristas onde quer que eles estivessem. Agora, poderíamos trabalhar dentro de um minucioso planejamento, em que um Estado-Maior estudava todas as situações, de modo que as decisões só fossem tomadas após uma análise minuciosa e cuidadosa⁵³⁷.

Ainda nesse ponto, destacava que para desenvolver tais atividades havia poucos integrantes envolvidos, ou seja, apenas “450 homens, que comparados com o efetivo total do Exército (150.000 homens na época) é um número simplesmente insignificante”⁵³⁸. Ele ressalta, assim, ao lado do heroísmo, da entrega, do amor à pátria e do moral elevado dos membros desses destacamentos, o próprio dinamismo da articulação das estruturas do DOI. No entanto, tratando-se de uma disputa por memória, não se pode perder de vista que algumas questões são centrais para a afirmação de uma imagem positiva dessas comunidades de segurança bem como de seus integrantes, a saber, o tema das torturas, dos desaparecimentos e mortes de presos sob a tutela do Estado, já que falar da memória das comunidades de segurança é falar na memória dos *anos de chumbo*. Portanto, em conjunto com a imagem que punha relevância no que seria a bravura e a integridade daqueles que compunham tais setores, Ustra descreve o espaço do DOI como um lugar familiar em que os presos, “apesar de seus crimes hediondos”, eram tratados de forma enérgica, porém humana e respeitosamente.

De forma geral, como visto no segundo capítulo, partia do argumento que estavam no meio de uma guerra suja – considerando suja apenas a atuação das esquerdas armadas – ou

⁵³⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006, p. 283/293.

⁵³⁸ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1986 [s/p]. [Paráfrase].

seja, segundo os termos do autor “guerra é guerra e *não se combate terrorismo com flores*”⁵³⁹. Uma justificativa para explicar o que seriam atuações mais *duras* dessas comunidades. Não obstante afirmava que:

Após o período de incomunicabilidade, que de acordo com a periculosidade do preso durava de poucas horas até o máximo de 30 dias, ele tinha um excelente tratamento, muitas vezes melhor que o dispensado aos presos de guerra. Nunca estiveram confinados em campos de concentração, como preconiza a Convenção de Genebra. Comiam a mesma comida que nós. Recebiam a visita de seus familiares não só todas as semanas, mas, também, nas datas especiais, como a de seus aniversários. Ceavam na noite de Natal em companhia da família. Cumpriam penas em presídios especiais, que eles chamavam de “aparelhão”, separados dos delinquentes comuns [...] ⁵⁴⁰.

Seguindo por esse caminho, afirmava que com muita “tristeza via a esquerda revanchista inventar” que “no DOI, estupravam mulheres, que torturavam e prendiam não só crianças, como pais, irmãos e parentes de presos que nada tinham a ver com a subversão e o terrorismo”⁵⁴¹. Descrevia o II exército de São Paulo como uma família, onde costumava levar sua mulher e filha para passear e conversar com as presas:

Absorvido com os problemas do DOI, pouco tempo restava para a família. [...] Os fins de semana, quando podia, dedicava à família. Ia com Joseíta e Patrícia, agora com três anos, a um parquinho de diversões. [...] Na volta para casa, sempre preocupado, passava pelo DOI, para ver o andamento do serviço. A nossa ida até lá era ótima para Patrícia. Ela brincava com o Cabeção e a Neguinha, cachorros mascotes do Destacamento, corria pelo pátio, passava de colo em colo. [...] ⁵⁴².

E, ao tratar do caso específico de três presas e mais uma que fora presa grávida e o marido morto pela polícia política, aproveitava para ressaltar o “ambiente agradável do DOI”:

Em um destes fins de semana chegamos ao DOI. “BIA”, “CRISTINA”, “LILA” e “SHIRUCA” tomavam banho de sol e escutavam música, enquanto “JOANA” fazia seus exercícios diários, amparada por um membro do Destacamento. Eu havia recebido os resultados dos exames de “BIA” e comentara com minha mulher que uma das presas estava grávida. Joseíta, como sempre sentimental e romântica, havia se emocionado muito. Imaginava “BIA” sofrendo com a morte do companheiro e sem o apoio da família, que morava no Rio. [...] aos poucos, foi-se iniciando um relacionamento em princípio frio e depois muito cordial. Nas conversas que mantinham não tratavam de política, de ideologias ou de recuperação. Apenas havia um sentimento de apoio, como se fossem vizinhas, separadas por um muro que não as impedia de dialogar. A presença de Joseíta e de

⁵³⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006, p. 318. [Grifos meus].

⁵⁴⁰ *Ibidem*.

⁵⁴¹ *Idem*, p. 289.

⁵⁴² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 1986 [s/p].

Patrícia se tornou uma rotina para aquelas presas. Contavam com elas e, no horário do banho de sol, passeavam pelo pátio. [...] Patrícia, às vezes sozinha, vinha para o DOI e então aquelas jovens dedicavam-se totalmente a ela. [...] Não haviam gritos de horror e elas não eram torturadas como afirma Moacir Oliveira Filho em seu artigo “BRINQUEDO MACABRO” [...]”⁵⁴³.

Se assim descrevia as instalações do DOI, no que tange ao combate e ao enfrentamento direto com as esquerdas, Ustra construiu uma versão em que as mortes de militantes de esquerda ocorriam, em sua maioria, em combate ou após “atacarem de forma covarde” militares em serviço. De acordo com o autor, “muitos afirmam que existiram *excessos* no tratamento dos terroristas presos. Mas, se existiram foram poucos. Não foi uma regra constante”⁵⁴⁴. Nessa construção, a incomunicabilidade durante os interrogatórios – nos termos de Ustra, “a fase crucial da prisão” – é justificada como uma forma eficaz de conseguir informações dos presos e impedir que o grupo ao qual este pertencia se organizasse. Segundo o coronel, o preso ficava incomunicável pois necessitavam de informações, já que o interrogador vivia uma batalha contra o tempo e, em muitos momentos, o tempo da incomunicabilidade aparece relacionado ao próprio preso que “por sua ideologia, por companheirismo, por seu fanatismo ou por medo da represália de sua organização que poderia ‘justificá-lo’, tentava iludir-nos e ganhava o máximo de tempo possível”⁵⁴⁵. E, continuava:

Tanto para a prisão planejada como para a inopinada, ao longo dos dias o interrogatório continuava. Necessitávamos saber o Organograma de sua Organização, todos os seus contatos e como foi aliciado. A fase do interrogatório culminava com uma Declaração de Próprio Punho, onde ele sozinho fazia um relato manuscrito de toda a sua militância⁵⁴⁶.

Por fim, destacando que “é absolutamente falsa a versão que os subversivos difundiam” na qual tais declarações apareciam como falsas, ou seja, conseguidas sob tortura. Mesmo reconhecendo o amplo alcance do SNI e das comunidades de informação, bem como o levantamento detalhado de dados que membros do DOI recebiam desses setores, segundo Ustra o interrogatório era o momento de conseguir informações, o que acarretava em tempo e na necessidade de isolar o preso. Ainda sobre este tema, o autor enfatizava:

⁵⁴³ Ibidem.

⁵⁴⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Op. Cit.* 2006, p. 318. [Grifo meu].

⁵⁴⁵ Idem, p. 310.

⁵⁴⁶ Idem, p. 311.

Quem já teve acesso a essas declarações, arquivadas no Supremo Tribunal Militar, verificou que, pela maneira como foram escritas, pela letra firme, com a coerência como os fatos foram revelados, com a clareza com que o preso expõe a sua vida íntima na organização, jamais poder[ia] dizer que tais depoimentos tenham sido feitos sob tortura⁵⁴⁷.

Nesse processo, outro tema a ser justificado era a questão dos desaparecidos. Sobre tal, Ustra parte do argumento de que os militantes de esquerda usavam nomes falsos e, assim, quando mortos em combate eram enterrados com seu nome *frio*. Salientando que “quando o indivíduo se engajava na militância política de esquerda, sabia que estava deixando tudo para trás, família, nome, sua vida normal”. Desse modo, por diversos caminhos buscava ao mesmo tempo contrapor a imagem negativa construída sobre as comunidades de segurança bem como trazer à baila uma versão positiva desses espaços. Nas palavras do coronel:

Não queríamos a luta armada, não a desejamos, não a procuramos, nem estávamos preparados para ela. [...] O confronto, que não iniciamos, mas que vencemos, preservou a democracia. [...] **Essa guerra, hoje censurada e reescrita por alguns derrotados revanchistas, permitiu aos governos contrarrevolucionários alavancar o desenvolvimento, tornar-se respeitado na comunidade internacional e conduzir o Brasil à condição de 8ª economia do mundo. Quer queiram ou não, foi com nosso método de combate [...]**⁵⁴⁸.

E, assim, prosseguia afirmando que escrevia suas memórias “em nome dessa gente que fez a hora, verdadeiramente, na defesa do país e dos princípios democráticos”⁵⁴⁹. “A esses homens e mulheres muito deve o Brasil”, destacava Ustra, isto é, não bastava apenas disputar a memória para se contrapor ou para se defender, estava em questão também trazer à baila uma versão em que tais comunidades segurança aparecessem como protagonistas e fundamentais para a vitória do regime, sobre o qual afirmam ser a vitória da democracia.

Essas duas diferentes versões de dois militares que atuaram durante o regime são interessantes, pois, mesmo partindo de uma mesma Instituição possuem ênfases diferentes, seguem caminhos diversos na construção de uma memória positiva da ditadura. Partindo de uma lógica que é própria do campo, ou seja, apesar da causa em comum ou da semelhança,

⁵⁴⁷ Ibidem.

⁵⁴⁸ Idem, p. 320. [Grifos meus].

⁵⁴⁹ Ibidem.

esses indivíduos disputam pela legitimação não só de uma imagem positiva do regime civil-militar, mas também da sua esfera de atuação, de seu lugar durante tal período. Considerar este aspecto é de suma importância para fugir de uma construção na qual a versão das direitas, especialmente dos militares, surge como um todo homogêneo.

3.3.3- Olavo de Carvalho e uma memória civil: A *direita moderada* e os militares como protagonistas

Se nos discursos de memória de Passarinho e Ustra encontramos uma descrição minuciosa e densa de determinados aspectos do regime civil-militar, no trabalho de Olavo de Carvalho há uma visão mais geral, quase que panorâmica do período da ditadura, mas nem por isso menos importante. É o olhar exterior, do civil que se dizia esquerda em 1964 e que se arrependera de tal, ou seja, uma perspectiva um pouco diferente da dos outros autores apresentados. A começar pela periodização e pela organização de seus textos: a narrativa de Carvalho não trata de uma fase específica da ditadura, apesar de afirmar que existiram “quatro regimes militares”, mas sim, de acordo com a proposta do autor, do período militar como o exemplo de um bem sucedido governo de direita, mesmo criticando o que considerava alguns momentos ruins. É nesse sentido que o discurso de Olavo de Carvalho se diferencia e possui uma dinâmica diversa do de Passarinho e Ustra.

Poder-se-ia dizer, de forma geral, que para Olavo de Carvalho o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira foram eventos vitoriosos, especialmente pela atuação do que diz ser uma *direita moderada* que venceu o “perigo vermelho”. Ademais, para justificar a importância da análise que produz sobre tal período, parte do argumento de que por conhecer os dois lados da moeda (ou do espectro político) teria a autoridade e o conteúdo para realizar um exame mais frio e objetivo dos momentos do golpe e do regime que o sucedeu. Seu lugar de fala seria o da imparcialidade, imagem que busca evidenciar em seus textos-testemunhos.

Desse modo e como apresentado anteriormente – no primeiro capítulo – refere-se (por recurso retórico ou não) à produção memorialística (que inclui tanto a esquerda como a direita) bem como à acadêmica sobre o período da ditadura como trabalhos ainda muito parciais. Tanto que chega a salientar que “toda essa bibliografia, somada, não te[ria] valor

intelectual nenhum”, ou seja, “servindo apenas de matéria-prima, muito rudimentar, para um trabalho de compreensão em profundidade que ainda nem tinha começado”⁵⁵⁰.

Colocando-se, assim, num lugar privilegiado – do que seria um “discurso neutro” – baliza sua análise do período de exceção partindo do que seria o reconhecimento e arrependimento de um preconceito (que remete aos tempos de esquerda) para com aqueles que fizeram 1964 e também com a direita; um ponto de vista que, segundo o autor, durante muito tempo o teria impedido de “reconhecer a verdade”. Por esse caminho, em seu texto testemunho “Reparando uma Injustiça Pessoal” afirmava:

[...] é uma ilusão pensar que você se livra do veneno marxista simplesmente trocando a carteirinha do seu clube; não é assim, é um processo interior que requer uma verdadeira psicanálise [...] tendo sido educado nesta mentalidade foi assim que julguei o movimento de 1964. **Para julgá-lo, condená-lo e abominá-lo eu não precisei saber quase nada a respeito dele. Bastou ouvir uma palavra. E qual era essa palavra? Era a palavra mágica – "a Direita". Qual era o crime dos militares? Eles eram a Direita. Ora, a Direita quer dizer necessariamente o mal, portanto eles eram o mal encarnado.** Não interessava saber o que estavam fazendo, por que estavam fazendo, etc. Não era preciso saber nada a respeito deles para odiá-los e condená-los. Era uma espécie de maldade ontológica que estava grudada na constituição deles, independentemente do que fizessem ou deixassem de fazer⁵⁵¹.

Se a direita era a *palavra mágica* cujo efeito seria o de dar um aspecto negativo ao regime civil-militar, enquanto intelectual sua função seria de desconstruir tal imagem. Como visto, num primeiro momento partia do argumento de que a caracterização negativa do regime e do golpe de 1964 – numa determinada memória social, a qual creditava às esquerdas – ocorrera devido ao fato de ser simplesmente associada à direita, ou seja, em decorrência de uma construção, quase uma “lavagem cerebral”, que “situava o mal à direita”. Nesse sentido, partindo do próprio exemplo de “iludido pelo veneno marxista” o autor inicia a construção de sua versão de tal período não só afirmando que essa imagem articulada pela esquerda era originária de uma visão deturpada, mas também estabelecendo uma divisão entre o que seria uma *direita moderada* e uma *extrema-direita*. De acordo com Carvalho:

⁵⁵⁰ Apesar dessa afirmativa, cumpre recordar (como visto no primeiro capítulo) que, nessa consideração, Carvalho não insere trabalhos de Ustra, Passarinho, bem como de diversos integrantes do TERNUMA. Podendo ser vista mais como um recurso retórico para justificar a importância de sua própria versão dos fatos. A citação está conforme: CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

⁵⁵¹ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00. [Grifos meus].

Se houve na história da América Latina um episódio *sui generis*, foi a revolução (**ou, se quiserem, o golpe de abril**) de 1964. [...] Na noite do dia 31 de março para 1º de abril, uma mobilização militar meio improvisada bloqueou as ruas, pôs a liderança esquerdista para correr e instaurou um novo regime no país de dimensões continentais [...] As lideranças esquerdistas, que até a véspera se gabavam de seu respaldo militar, fugiram em debandada para dentro das embaixadas, enquanto a extrema-direita civil, que acreditava ter chegado sua vez de mandar no Brasil, foi cuidadosamente imobilizada pelo governo militar e acabou por desaparecer do cenário político⁵⁵².

Assim, lembrando o golpe como um primeiro momento, Olavo de Carvalho toma como ponto de partida o argumento de que “o *golpe* não produziu diretamente o regime militar”, já que este último teria “nascido de uma sequência de transformações – quase ‘golpes internos’ – cujas consequências ninguém poderia prever em março de 1964”⁵⁵³. No entanto, já afastava da dita contrarrevolução aqueles setores que considerava *duros* e radicais, o que dizia ser a “extrema-direita”. Destacava que dada a situação em que o Brasil se encontrava, o golpe ou a contrarrevolução fora um ato legítimo, mesmo que não seguindo uma determinada legalidade – de forma diferente a Ustra e Passarinho, Carvalho reconhece que houve um golpe e uma tomada de poder, considerando-o um modo de conter grupos exaltados, sendo esses, de um lado, à esquerda e, do outro, a “perigosa direita civil”.

Nesse sentido, dois pontos são relevantes. O primeiro refere-se ao fato de que, em seu discurso, toda a extrema-direita estaria no campo civil. Mesmo reconhecendo o apoio da população ao golpe e da influência decisiva, em 1964, de diversos setores civis, Olavo de Carvalho dá corpo a uma versão em que, enquanto a direita radical estaria no meio civil, uma dita direita moderada estava nos quartéis. Interessante notar que justamente no discurso de um civil, o período de exceção é elogiado por ser de direita e militar, ou seja, o elogio à caserna tem lugar central nos textos do autor. Aqui, cabem algumas considerações.

Não se pode perder de vista que o discurso de Olavo de Carvalho é fortemente marcado pelo anticomunismo e, como visto na introdução dessa dissertação, os militares foram o grupo em que as ideias anticomunistas, principalmente, associadas ao nacionalismo, vingaram com mais vigor. Pode-se dizer um anticomunismo apocalíptico, típico dos tempos de Guerra Fria, no qual o perigo estava expresso nas ideias de complô, articulação

⁵⁵² BN- CARVALHO, Olavo. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

⁵⁵³CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

internacional, golpe iminente (entre outros). Tal posicionamento, portanto, pode ser entendido se levarmos em consideração a forma como Carvalho compara a sociedade civil com o meio castrense:

Só os militares eram patriotas porque só os militares tinham consciência da história da pátria como sua história pessoal. Daí também outra diferença. **A sociedade civil, desconjuntada e atomizada, é anormalmente vulnerável a mutações psicológicas** que induzidas do Exterior ou forçadas por grupos de ambiciosos intelectuais ativistas que apagam do dia para noite a memória dos acontecimentos históricos e falseiam por completo sua imagem do passado. De uma geração para a outra, os registros desaparecem, os rostos dos personagens são alterados, o sentido todo do conjunto se perde para ser substituído [...] No Brasil, a multidão não tem memória própria. Sua vida é muito descontínua, cortada por súbitas mutações modernizadoras, não compensadas por nenhum daqueles **fatores de continuidade que preservava a identidade histórica do meio militar**⁵⁵⁴.

Trata-se de uma visão, muito cara a uma determinada extrema-direita, da sociedade enquanto um corpo biológico que se desenvolve de forma descontínua formando um todo hierarquizado e diferenciado, no qual as “anomalias” ou “anormalidades” (termo usado por Carvalho) devem ser combatidas, em nome da ordem, por um “poder armado” e necessário. Mesmo que de forma geral, como destaca Ariane Chebel d’Appollonia, essa é a concepção que vê na autoridade, na hierarquia e na obediência os principais agentes determinantes da ordem social – argumento também presente no texto de Ustra e com um pouco menos intensidade nos de Passarinho⁵⁵⁵. Trazendo para o caso de Olavo de Carvalho, devido à “formação e o espírito de corpo” – nas palavras do autor, “por força da continuidade imutável das suas instituições” – os militares seriam os mais indicados a manter o prosseguimento das tradições e costumes, mesmo sendo necessária uma intervenção armada, ditatorial (tais características são vistas de forma positiva, nesse caso, pelo autor)⁵⁵⁶.

Assim, apesar de lançar mão de argumentos que podem ser caracterizados como exemplos de um conservadorismo extremado, Olavo de Carvalho parte desta imagem que

⁵⁵⁴TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07. [Grifos meus].

⁵⁵⁵Ao falar de uma determinada extrema-direita, parto do princípio que assim como há direitas também existem extremas-direitas, com programas que mudam de acordo com a conjuntura nacional, com um determinado período histórico, mas que se chamam extrema-direita por, apesar dessas diferenças, terem como características em comum a recusa às ideias revolucionárias, a modificações profundas da sociedade. A citação no parágrafo está conforme: APPOLLONIA, Ariane Chebel. *L’extrême-Droite em France. De Maurras à Le Pen*. Paris: Editions Complexe, 1996, p. 34.

⁵⁵⁶ A citação no parágrafo está conforme: TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

constroi das Forças Armadas para justificar o que seria uma moderação nas intervenções públicas dos militares, ou seja, não era o poder que justificava a tomada do governo, mas especialmente o “amor ao território, ao passado histórico, à identidade cultural, ao patrimônio do país”, nas palavras de Carvalho, “consideravam que era o seu [militar] dever lutar por essas coisas”⁵⁵⁷.

Conseqüentemente, o autor pouco se refere à participação de líderes da “direita civil” no momento do golpe de 1964. Sendo este o segundo ponto importante. Nomes como os de Carlos Lacerda e Adhemar de Barros são associados à extrema-direita que fora contida com a “contrarrevolução”; segundo o autor, em sua justificativa, “um dos recursos que esses líderes usavam para fazer face a uma eventual ameaça comunista era a constituição de tropas paramilitares”⁵⁵⁸. Deixando de lado toda uma preparação para o golpe – bem como a própria influência de Lacerda, por exemplo, nas escolas militares – pode-se dizer que o objetivo de Carvalho era de apresentar “a contrarrevolução de 1964” como um evento reativo, isto é, no qual uma direita moderada agiu em nome da democracia e contra uma “possível guerra civil”:

[...] em plena época da chamada Guerra Fria, as duas grandes potências não duelavam diretamente, mas sim através de situações exatamente como essa, montadas em países periféricos. Portanto, se houvesse uma guerra civil aqui, todo mundo iria querer ajudar os dois lados. Seria um festival de generosidade universal: os Estados Unidos mandando armas e assistência técnica para um lado e a União Soviética e a China mandando armas e assistência técnica para o outro. Seria uma efusão de bondade fantástica, como foi no Vietnã. E teríamos vivido este drama por uma década ou duas. Isto era o cenário que estava montado, isto não é uma conjectura feita *a posteriori*, isto eram os planos que já estavam em andamento de parte a parte [esquerda e extrema-direita civil] [...] ⁵⁵⁹.

O golpe, portanto, seria uma primeira ação positiva. Para além, limitar a extrema-direita ao campo civil que fora derrotado em 1964 permite ao autor afastar a imagem do regime de qualquer ligação com o que chama de radicalismos – estes cabiam apenas aos civis e às esquerdas. Nessa construção, é notável que ao contrário dos outros dois autores Carvalho use, juntamente com contrarrevolução, o termo golpe para tratar do ocorrido em 1964. O que só aparentemente é uma contradição de seu discurso. Seu uso pode ser explicado tanto por ter um afastamento maior dos fatos ocorridos durante o regime civil-militar – já que não

⁵⁵⁷ Ibidem.

⁵⁵⁸ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00./

⁵⁵⁹ Ibidem.

participou do Estado de exceção como Ustra e Passarinho – e também como um recurso para demonstrar imparcialidade. No entanto, cumpre ressaltar que isso não significa uma aceitação ou concordância com a versão “das esquerdas”. Pelo contrário, segundo o autor, revolução é um termo genuinamente da esquerda, o que não caberia para qualificar ou classificar uma “intervenção de direita bem sucedida”:

O movimento de 64 foi uma revolução? Eu acho que não foi. Também acho que disputar com os esquerdistas e insistir no termo "revolução" quando dizem que foi apenas um golpe é ceder a uma tábua de valores esquerdistas, a um vocabulário esquerdista. Porque para um esquerdista uma revolução é a melhor coisa do mundo. Comunistas é que adoram revoluções. Para que temos de imitá-los? O que temos de responder-lhes é: Vocês, comunistas, que façam suas revoluções. Nós fazemos coisas modestas, nas quais morre menos gente, nós não somos assassinos profissionais, nós não estamos o tempo todo tentando virar o mundo de cabeça para baixo, nós só agimos na emergência para impedir catástrofes. Porque nós não somos como vocês, nós não temos a solução de todos os males, nós não somos o bem encarnado, nós não acreditamos que temos a verdade revelada que nos autorize a matar metade do mundo para salvar a outra metade. Em suma, nós somos gente, somos seres humanos [...] não temos autoridade para fazer a História à nossa imagem e semelhança, e por isto mesmo, ao tomar o poder em 1964, governamos com sabedoria, com paciência, com bondade, com brandura e sobretudo protegemos vocês contra a direita civil que queria matá-los⁵⁶⁰.

Dessa forma, partindo de uma imagem do golpe como um evento “bem sucedido”, afirmava que era necessário “distinguir entre o golpe que derrubou João Goulart e o regime que acabou por prevalecer nos vinte anos seguintes”⁵⁶¹. Argumento que nos permite compreender o modo como Carvalho constroi uma imagem de moderação do regime. Interessante notar que o autor associava tal diferenciação a uma “falta de ideologização” da ação dos militares. Segundo o autor:

Ora mas foi somente isso que aconteceu em 1964 — um movimento muito bem sucedido, que desmonta duas máquinas de guerra e devolve a paz à nação, com um número de perdas insignificante? Não! Em seguida, as pessoas que fizeram o movimento tinham de governar. Governar como? Tinham um programa? Tinham ao menos uma ideologia pronta? Não tinham. Tanto não tinham, que os governos nascidos da Revolução de 1964 tentaram, nos anos subsequentes, duas políticas exatamente contrárias: primeiro uma política liberal internacionalista, com Castelo, e depois uma política estatizante nacionalista, com Geisel. Ou seja, eles tentaram as

⁵⁶⁰ Ibidem.

⁵⁶¹CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

duas pontas do espectro ideológico que então havia no país. Isso prova que não tinham ideologia nenhuma⁵⁶².

No entanto, mesmo buscando demonstrar que o golpe fora um evento reativo e que, de certa forma, os erros e mudanças políticas ocorridas durante o regime estavam diretamente relacionados a uma falta de ideologia por parte daqueles que fizeram 1964, é interessante ressaltar a comparação que a todo tempo Carvalho faz com outros governos, principalmente os de esquerda, para mostrar a eficiência das medidas tomadas durante o período de exceção:

Ora, não ter ideologia nenhuma significa que esse movimento não foi feito para implantar uma ideologia determinada, mas que foi feito simplesmente para tirar o país de uma emergência catastrófica, e que, apesar de não se apresentar com programa algum, acabou tendo uma folha de realizações bem superior, seja à da Era Vargas, seja à dos governos que lhe sucederam. Quais [foram] essas realizações? [...] Vamos ver: em 1964, o número de pessoas que viviam na miséria, que viviam com menos de um salário mínimo neste país era de sessenta por cento da população nacional. Quando terminou o regime militar, eram vinte e poucos por cento. Ou seja, esse regime que não tinha ideologia, que não tinha planos, que nem sabia o que haveria de fazer, conseguiu tirar da miséria quarenta por cento da população brasileira. O que são quarenta por cento da população brasileira? São, hoje, setenta milhões de pessoas, na época uns cinquenta milhões. Aí é que eu me pergunto: Será que estamos todos dormindo? Será que não percebemos as coisas? Será que perdemos o senso das proporções? Digam-me vocês: Qual o regime do século XX, qual o plano econômico, por mais genial que fosse, seja o Plano Quinquenal de Stálin ou o New Deal de Roosevelt ou qualquer outro, que conseguiu retirar da miséria e deu condições de vida humana a 50 milhões de pessoas no prazo de uma geração? Quem fez isso? Quem pode se gabar de tanto? Nós conseguimos fazer⁵⁶³.

Ou seja, segundo o autor, de todos os regimes e políticas autoritárias que ocorreram no mundo, o brasileiro, obra de militares (e pode-se dizer da direita militar) foi o mais bem sucedido, particularmente por não ter se deixado levar por ideologias. No entanto, cumpre observar que ao referir uma falta de ideologia o autor não está criticando a direita ou afirmando a imagem de um golpe sem roupagem política. Primeiro, vale destacar que é inerente ao discurso de Carvalho o claro elogio ao anticomunismo e o fato de tal autor ser publicamente conhecido por seus posicionamentos de direita, imagem que afirma e defende. Tanto que credita à imagem negativa construída em torno do período de exceção ao que seria a falta de grupos e partidos de direita no Brasil. Nas palavras de Olavo de Carvalho, essa memória fora fruto da “falsificação histórica em que se irmana[ram] e se abraça[ram]” a

⁵⁶² CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

⁵⁶³ Ibidem.

“oposição de esquerda e o governo de centro-esquerda *de um país sem direita*”⁵⁶⁴. Logo, na construção do autor, resguardar a memória da ditadura de certo modo significa defender a direita.

Para além, é importante reter dessa consideração que, ao diferenciar a ditadura civil-militar brasileira de “outros regimes do século XX”, Carvalho tece uma comparação entre extremos (nos seus trabalhos, de um lado as ideias de esquerda e do outro o fascismo, por exemplo) - isto é, na versão do escritor, “criminalizar a Revolução de março de 1964” seria “dar a um dos regimes autoritários mais brandos, equilibrados e produtivos, que o mundo já conheceu, as feições monstruosas de um nazi-fascismo tupiniquim”⁵⁶⁵.

Assim, o que aconteceu em 1964 e durante o regime pode ser entendido, no discurso de Olavo de Carvalho, como uma reação ao que seria o “utópico e fruto de idealismos”, em nome “da tradição e das leis naturais”, estas construídas pela experiência. Pode-se apreender dessa construção que, ao afirmar a ausência de ideologias por parte dos *militares* que fizeram o golpe de 1964, Carvalho comunga de uma construção muito comum à direita, qual seja, aquela onde a crença no que consideram “ideias abstratas” não só prejudica os fundamentos naturais da sociedade bem como leva em última instância os homens a disputarem e matarem uns aos outros.

No que tange ao golpe de 1964 e à ditadura, o perigo idealista “combatido de forma exemplar pelas Forças Armadas” – estas as únicas capazes de manter a ordem e conhecedoras do passado histórico, das tradições, em suma, da experiência – fora o comunismo. Tanto que ao cotejar a extrema-direita civil com o movimento fascista, salientava o fascismo, mesmo sendo “uma coisa bastante perigosa”, como “uma reação ao comunismo”, tal como a “febre está para a infecção”, isto é, “não é *causa sui*, não é ele que se produz a si próprio”; lembrando que a “direita sempre muito mais combativa” estava se armando em 1964 para uma guerra civil e que “se algum comunista chegou vivo, deveria agradecer a intervenção salvadora dos militares”⁵⁶⁶. A “contrarrevolução”, portanto, salvara o país da guerra civil, e das “misérias e barbáries inerentes ao ideal comunista”. Segundo o autor, esta intervenção

⁵⁶⁴CARVALHO, Olavo de. *Ordem do Dia e Ordem Pública*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990415jt.htm>. Consultado em 15/05/2010 às 23:47.

⁵⁶⁵ Ibidem.

⁵⁶⁶ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

fora moderada e não radical, por ser representada e pautada por aqueles que conheciam profundamente as tradições e prezavam pelo *status quo*, a direita militar.

Por esse caminho, em seus trabalhos Olavo de Carvalho dividiu o regime em quatro partes, nas quais duas apenas surgem como elogiáveis e as outras responsáveis por todos os momentos ruins e até mesmo por uma memória negativa do período ditatorial. No entanto, cumpre assinalar que não se trata de uma crítica à ditadura civil-militar como um todo, pois, mais do que marcar uma heterogeneidade de forças que compunham o golpe e os governos ditatoriais ou certa fraqueza do estado ditatorial em determinados momentos, o que está em questão é afirmar a tal ausência de ideologia e exaltar a tentativa dos militares. Ou seja, em 1964 precisaram tomar o poder e, mesmo sem um programa, tiveram que se alongar devido à ameaça comunista. De acordo com Carvalho:

Na verdade não houve “um regime militar”. Houve *quatro* regimes, muito diferentes entre si: (1) o regime saneador e modernizador de Castelo Branco; (2) o período de confusão e opressão que começa com Costa e Silva, prossegue na Junta Militar e culmina no meio do governo Médici; (3) o próprio período Médici propriamente dito; e (4) a dissolução do regime com Geisel e Figueiredo⁵⁶⁷.

Ao contrário de Passarinho que punha ênfase nos momentos da ditadura que considerava mais difíceis – em especial aqueles que na memória social do período ficaram com o peso mais negativo, buscando relativizá-los – Olavo de Carvalho parte de uma divisão em fases para remeter àqueles que apresenta, em seus textos, como “maus administradores”, (juntamente com a “pressão das esquerdas”) a culpa por problemas ocorridos durante o regime civil-militar. Em tal construção, o governo Costa e Silva é apresentado como a fase “das repressões sangrentas” e do “abuso generalizado de autoridade”, bem como o de Geisel e, especialmente, de Figueiredo como momentos em que fora “adotada uma política econômica socializante da qual pagamos o preço até hoje”, lembrando que sua “opinião sobre Costa, a Junta Militar, Geisel e Figueiredo não pode[ria] ser dita em público sem ferir a decência”. Contudo, mesmo deslocando para esses governos o que dizia serem aspectos negativos do regime, no discurso de Carvalho é comum encontrar o argumento no qual ressalta que apesar de estar à esquerda em 1964, “nunca pensou em negar suas [da ditadura]

⁵⁶⁷CARVALHO, Olavo de. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16.

realizações mais óbvias” e nem “em ocultar por baixo de suas misérias os crimes incomparavelmente mais graves praticados por comunistas”⁵⁶⁸.

Mesmo considerando as “fases ruins”, ao olhar o regime como um todo Carvalho exaltava um “saldo positivo” da intervenção militar. Perpassa seus argumentos a construção em que, se houve algum erro ou momentos difíceis, bem como presidentes que “não foram tão bons”, isto se deveu à falta de um programa inicial. Se os militares não tinham a pretensão de ficar no poder em 1964 – o fizeram em nome “da defesa da pátria”, contra o comunismo – tudo o que ocorrera de ruim deveria ser compreendido mais como uma tentativa do que um erro. Nesse sentido, separar o regime e o golpe é, de forma geral, uma maneira de relativizar e justificar até mesmo o que diz ser “as partes ruins do regime”. Se não havia ideologia, se não havia programa, o que os militares fizeram de “improviso” fora muito bem sucedido, principalmente por terem vencido o “inimigo externo” e “alçado a economia brasileira à 8ª posição no mundo”. Segundo o autor:

"nós, brasileiros, fizemos", — vejam que coisa irônica! —, estou atribuindo a mim as obras e as glórias daqueles a quem eu abominava e a quem chamava de "gorilas". E eles, os abomináveis gorilas, me deram a possibilidade de hoje poder dizer com orgulho: Nós, brasileiros, fizemos isso, nós tivemos a vitória — a maior vitória sobre a miséria que se conheceu no século XX. E será que temos motivo para sentir vergonha disso?⁵⁶⁹

Nessa construção, no que toca aos “temas vergonhosos”, no caso, as torturas e mortes de militantes de esquerda e presos políticos ocorridas durante a ditadura, Olavo de Carvalho mesmo afirmando que houve tais práticas durante o período de exceção – nas suas palavras, “houve prisões, houve torturas, houve mortes” – considera que foram uma parte menor que deveria ser relativizada pelo “sucesso do regime”. Nas suas palavras, “haveria de ser um monstro de mesquinaria para condenar em bloco, por esses atos de violência, *por mais revoltantes e intoleráveis que sejam em sua própria escala*, um regime que salvou o país de uma guerra civil e cinquenta milhões de pessoas da miséria”⁵⁷⁰.

Em suma, se houve violência, esta fora necessária em defesa de uma causa maior. Segundo o autor “teria sido muito pior com os comunistas no poder ou a extrema-direita

⁵⁶⁸ Ibidem.

⁵⁶⁹ CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

⁵⁷⁰ Idem.

civil”. O golpe de 1964 e o regime improvisado, portanto, foram vitoriosos pela atuação de uma direita moderada, representada pelos militares que salvaram o país da miséria, dos perigos do comunismo e de uma guerra civil pautada por uma “combativa extrema-direita”.

Ao voltar o olhar para as narrativas de Olavo de Carvalho, percebe-se menos uma versão conflitante (apesar de terem pontos divergentes) com as dos demais autores, do que outra visão, outra forma de olhar e construir uma memória positiva da ditadura. Não há ênfase a setores específicos ou a defesa de espaços de atuação, como no caso de Passarinho e Ustra, no entanto, a forma de construir o discurso e se colocar no debate (de apresentar o lugar de fala) segue um caminho um pouco diverso aos dois militares. Até porque, como dito ao longo deste trabalho, Carvalho não ocupou cargo na estrutura estatal durante a ditadura. Dimensão, esta, de suma importância para uma análise mais plural dessa memória de direita em defesa de uma imagem positiva da ditadura civil-militar brasileira.

Conclusão:

Só os vitoriosos esqueceram?

Mas a observação se adianta, discernindo através de tudo isso [...] Decifra a intenção que mais parece singela...⁵⁷¹

Mais do que um título, a expressão proferida por Jarbas Passarinho é uma provocação – para além, um incômodo – que norteou a escolha do tema e a produção desse trabalho. Só os vitoriosos esqueceram. Argumento comum não só ao autor ou àqueles com quem compartilha um campo de produção intelectual, mas também presente numa ampla produção historiográfica sobre ditadura e acerca da memória do regime civil-militar, a saber, que pouco questionou sobre a intervenção daqueles que ainda hoje defendem uma memória positiva da ditadura. O lugar desse discurso, por duas vias, aparece muitas vezes associado ao do esquecimento. Primeiro, em vários casos, por ser trazida ao espaço público como a versão dos *velhos combatentes que sempre dizem a mesma coisa*. Segundo, por ser considerado aquele discurso que defende apenas o esquecimento, o virar a página sobre os *anos de chumbo*. Pode-se assim dizer, uma leitura um pouco naturalizada sobre tais versões do passado.

Ao longo da dissertação houve a pretensão de mostrar de que modo um campo intelectual de direita intervém nos debates de memória e busca legitimar socialmente uma imagem positiva da ditadura civil-militar brasileira, especialmente, através da relativização de aspectos negativos associados a esse passado recente, a saber, temas candentes como a tortura, os desaparecimentos políticos, prisões e mortes decorrentes da atuação repressiva do Estado. Como é próprio do processo de constituição das memórias, vimos que esquecimento e lembrança estão imbricados, ou seja, a construção de determinada memória social ocorre pela relação dialética entre o que lembrar e esquecer. Tomou-se, portanto, como problema central, o questionamento do que legitimaria a intervenção desses intelectuais nas “batalhas de memória” do período ditatorial.

Dessa forma, ao buscar desconstruir e questionar criticamente essas imagens e discursos em defesa de uma memória positiva da ditadura, o ponto de partida foi considerar tal memória para além dos círculos militares. Isto é, voltou-se o olhar para todo um campo

⁵⁷¹ GRACIÁN, Baltasar. *A Arte de Prudência*. São Paulo: Martin Claret Ediora, 2003, p. 29.

que se dedica a construir uma imagem positiva da ditadura. Percebemos que não se trata de uma memória formalizada por uma Instituição – no caso, as Forças Armadas – ou somente pelos “velhos combatentes” (apesar da idade avançada ser uma característica comum a esses indivíduos), mas sim por militares (em sua maioria) e também civis que articularam um espaço de debates e de circulação de ideias: um campo plural, composto por indivíduos com formações e atuações diversas, que vivenciaram de diferentes formas a fase de exceção. No entanto, compreendeu-se que não se tratava de um grupo, mas sim de uma *comunidade argumentativa*, que através da publicação de livros, autobiografias, artigos em periódicos e sítios virtuais, oferecia reflexões sobre a memória da ditadura e, principalmente, elaboraram uma versão desse passado recente sem o peso negativo de questões como a tortura, os desaparecimentos políticos e a repressão. Uma produção intelectual.

Em suma, uma comunidade argumentativa que foi se organizando a partir da segunda metade da década de 1980 e ao longo dos anos 1990. Durante os anos 1980, o lugar desse discurso, mesmo com diferentes nuances, era a narrativa daqueles que de alguma forma atuaram durante o período ditatorial e, a partir da década de 1990, essa memória em defesa da ditadura ganhou em complexidade. Aos indivíduos anteriormente citados, juntaram-se as abordagens de autores civis, alguns dos quais não haviam participado como membros ou apoiadores do golpe de 1964 e do Estado de exceção. Pôde-se observar, então, que com a diversificação desses trabalhos, começou de fato a se constituir um campo intelectual de direita, abrangendo diferentes enfoques, mas que confluíam na construção de uma memória positiva do regime civil-militar sob um viés conservador e anticomunista. Especialmente nos anos 1990, o grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA) tornou-se um lugar privilegiado e espaço de articulação dos trabalhos desses intelectuais.

Porém, a análise do discurso e da constituição desse campo revelou que alguns desses intelectuais de direita ocuparam um lugar de reconhecimento distinto dos demais; como um exemplo a ser seguido e, para além, como uma voz autorizada a advogar, no espaço público, por uma imagem positiva do regime civil-militar. Já que, ao voltar o olhar para um campo constituído, não se pode perder de vista que há aqueles cuja fala “concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador”⁵⁷²: O porta-voz autorizado. Nesse sentido, três nomes tiveram destaque nesse campo intelectual, estes foram os de Passarinho, Ustra e Olavo de Carvalho. Evidenciou-se,

⁵⁷² BOURDIEU, Pierre. “A linguagem autorizada”. In: _____. *Op. Cit.* 2008, p. 89.

com tal escolha, que esses discursos, apesar de confluírem numa questão central – a construção de uma memória positiva da ditadura sob um viés anticomunista e conservador –, tal como numa “semelhança na diferença” são proferidos de lugares específicos e obedecem às trajetórias de cada um dos autores, ou seja, perspectivas diferentes.

Assim, foi possível constatar que para além de um objetivo central e comum a esses indivíduos que, de certa forma, é a razão de ser deste campo, o discurso tinha suas especificidades. Antes de adentrar nos pontos específicos, cumpre ressaltar que se constatou que o objetivo central da intervenção desses indivíduos era legitimar socialmente e cristalizar na memória social a imagem do golpe e do regime civil-militar como projetos vitoriosos e viáveis. Contudo, sabendo que a memória é fruto das indagações e necessidades do presente, foi possível perceber que esses indivíduos, ao recuperarem uma memória positiva da ditadura tinham como pretensão não só trazer uma imagem do passado, mas também cotejá-la com o tempo presente. Portanto, se a ditadura fora vitoriosa por expurgar o perigo comunista, por construir uma boa política econômica e, mesmo depois de muitos anos, devolver o poder democrático para os civis, nesses discursos o lugar do regime civil-militar seria pedagógico, a saber, de como a direita “venceu” o perigo comunista; perigo, este, que ainda estaria presente na cena política, de uma forma muito mais sutil e agressiva.

Trata-se de um discurso que vai ao passado para deslegitimar o presente e, num mesmo movimento, parte dessa crítica aos acontecimentos atuais para legitimar o que passou. Em outras palavras, não é questão de apenas trazer à baila argumentos para que uma imagem positiva da ditadura seja reconhecida socialmente como uma versão apta a compor a memória social; mas junto desta, estabelecendo um *continuum* entre as esquerdas armadas e os governos estabelecidos no período democrático, demonstrar que ainda existia o perigo vermelho, sob uma nova roupagem, ainda com o ranço comunista, mais além, com o ímpeto de fazer do país uma República socialista, um “satélite de Cuba”, o que foi uma forma desses intelectuais manterem atualizadas suas ideias e visões de mundo.

Através do testemunho, de quem viu e viveu, tomam para a si a função de resguardar e repassar a memória, principalmente para aqueles que não vivenciaram a ditadura, de “um período de grandes avanços da sociedade brasileira” em que a corrupção, a subversão e a crise moral, as quais associam os governos atuais, foram combatidos por homens que acreditavam num país democrático e ordeiro, ou seja, longe da ameaça comunista. Ao contrário do *nunca mais* pautado pelas bandeiras de memória, verdade e justiça de grupos como o Tortura Nunca

Mais ou pelas medidas de *justiça de transição*, nesses discursos o que há é o *sempre*, ou seja, rememorar a ditadura como uma “catalisadora da evolução e como mantenedora da bandeira *ordem e progresso*”⁵⁷³. Se há uma dimensão do *nunca mais* nos trabalhos desses intelectuais de direita, este se refere à esquerda que, vencida pelo golpe e pelo regime estaria hoje no poder, dessa forma, ainda deveria ser combatida, pelo menos, através das letras.

A partir dessa indagação e ao longo dos capítulos, evidenciou-se que para além de pautar uma bandeira do silêncio e do esquecimento, o discurso desses intelectuais guardava uma dimensão do que deveria ser lembrado. Essa constatação permitiu considerar a crítica ao dito revanchismo de esquerda como uma estratégia de intervenção no espaço público por parte desses indivíduos. Não obstante, possibilitou o entendimento dessas narrativas não só como uma resposta ou contra-argumento – tal como fora apresentado por Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho – mas como uma forma de valorização de políticas e realizações relacionadas ao regime e ao golpe de 1964. Nessa construção, mais do que negar ou esquecer os anos de chumbo, o que estava em questão era relativizar ditos “momentos ruins” para, então, legitimar uma memória dos *anos de ouro*. Mais do que esquecer, se tratava de *silenciar*. Nesse sentido, de forma geral, no que tange à questão dos crimes cometidos sob a tutela do Estado ditatorial, estes são relativizados ou justificados como fruto de uma guerra suja iniciada pela esquerda.

No entanto, foi de suma importância considerar o caráter plural e conflitante no que tange a tais reminiscências, onde cada um desses autores empregou sentido próprio à ditadura, significou de acordo com a sua vivência. Além de buscar reconhecimento social para uma memória positiva do regime, também estava em questão o reconhecimento de seu espaço de atuação, de seu lugar, em suma, de sua trajetória pessoal. Percebeu-se que enquanto as análises de Passarinho possuíam um *ethos palaciano*, ou seja, do Congresso, dos ministérios e dos chefes de Estado, Ustra em suas narrativas representava o *ethos das comunidades de segurança*, enquanto Olavo Carvalho nos fornece uma visão de direita exterior ao regime. E, desse modo, cada um desses três, para além de uma memória em comum, estabeleceu seus próprios esquecimentos, lembranças e silêncios.

Ao questionar o que legitima a intervenção desses intelectuais de direita nas ditas “batalhas pela memória” do regime civil-militar, houve a pretensão de compreender os fios

⁵⁷³ JELIN, Elizabeth. *Op. Cit.* 2000, p. 9.

que tecem a construção dessa versão em que buscam positivar a imagem da ditadura. Partindo de um incômodo com a forma um pouco superficial com a qual tal memória fora tratada, buscou-se mostrar a complexidade de sua formalização, pensá-la não como um todo homogêneo, mas como conjunto de vozes e lugares de fala, um campo em suma. Nesse sentido, foi possível demonstrar que até mesmo entre aqueles militares – no caso, Ustra e Passarinho – que ocuparam cargos durante o regime há uma disputa de versão, bem como, em alguns momentos, uma diferença de ênfase.

Assim, ao perscrutar os caminhos pelos quais Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho construíram uma imagem do golpe e do regime como projetos vitoriosos e viáveis, foi possível perceber que a afirmação de que tal campo pautava uma bandeira de esquecimento significaria tomar de forma naturalizada o argumento posto por esses mesmos intelectuais, ou seja, cair na teia de suas estratégias para se colocarem no espaço público. Visto que numa fase em que as memórias ditas de esquerda ganham espaço cada vez maior, afirmar-se vítima do revanchismo esquerdista permite a esses indivíduos ao mesmo tempo silenciar, por um lado, sobre aquilo que não convém a uma imagem positiva da ditadura e, por outro, alegando defesa e resposta, demonstrar como os homens do regime lutaram, prosperaram e venceram o perigo comunista. Perigo comunista que, agora, estava expresso na batalha das letras e nos governos estabelecidos no pós-transição democrática. Em suma, nessa dissertação houve a pretensão de olhar de forma crítica para essas memórias, buscando desconstruir a ideia de que se trata de um discurso de esquecimento, reativo e dos “velhos combatentes que se defendem”, pois, como ensinou Orwell na epígrafe que abre este trabalho, como ter a certeza de que tudo não passava de estratagemas?

Referências Bibliográficas:

Fontes

Principais:

Impressas

Livros

- CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições*. É Realizações Editoras, 1995.
- _____. *O Imbecil Coletivo: Atualidades inculturais brasileiras*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora/Academia Brasileira de Filosofia, 1996.
- PASSARINHO, Jarbas. *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A Verdade Sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2006 ou 2007?.
- _____. *Rompendo o Silêncio. OBAN.DOI/CODI. 29 Set 70-23 Jan 74*. Distrito Federal: Editeria, 1987.

Artigos

BN- *O Globo*, 31 de março de 1985

BN- CARVALHO, Olavo de. “A Nova Ordem Nacional”, *O Globo*, sábado, 25 de agosto de 2001.

_____. “Tortura e Terrorismo”, *O Globo*, 6 de janeiro de 2001

_____. “Anistia?”, *O Globo*, 14 de novembro de 2006.

CARVALHO, Olavo de. “A História Oficial de 1964”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999.

_____. “Prólogo do prólogo”. In: *Op. Cit.* 1999, [s/p]. ?

_____. “A verdadeira direita”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2000.

_____. “Três mentiras”, *Revista Época*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2001

BN- PASSARINHO, Jarbas. entrevista concedida à João Emílio Falcão. “Passarinho faria 64 outra vez”, *Folha de São Paulo*, Domingo, 2 de Janeiro de 1983, 1º caderno.

_____. . “Vitória sobre os radicalismos e demagogias”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 1985, Sábado, Caderno Opinião.

_____. . “Como fica o país após a morte de Tancredo”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de abril de 1985, Segunda-Feira, Caderno Opinião.

_____. “Peço um aparte!”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Quarta-feira, 09 de abril de 1986, Coluna Opinião.

_____. . “A safra dos aretinos”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 de abril de 1986, Quarta-feira, caderno Opinião.

_____. “Historiadores e Historicidas”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 de setembro de 1989, domingo.

_____. “Waterloo e o AI-5”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 de agosto de 1996, Caderno A.

_____. “A Prova”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 de agosto de 2000, Caderno A.

_____. “Réquiem em Vez de Ação de Graças”, *O Estado de São Paulo*, domingo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A.

_____. “31 de março de 1964”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2004

_____. “O contra-golpe de 1964”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de março de 2004.

_____. “A Anistia revisitada”, *Folha de São Paulo*, Domingo, 13 de setembro de 2004, Opinião.

_____. “Julgadores Facciosos dos Direitos Humanos”, *Folha de São Paulo*, sexta-feira, 7 de novembro de 2008, Opinião.

_____.

PASSARINHO, Jarbas. . “A incoerência”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 nov. 2001. Caderno A.

_____. “O saldo da derrota comunista”. In: _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005

_____. . “A Anistia que não deu certo”. In: _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005

_____. “A Loucura das Paixões”. ”. In: _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005

_____. “A História Revisitada”. In: _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005

_____. . “A tortura e o terrorismo”. In: _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005

_____. “Verdade Histórica”. In: _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005

_____. “Uma democracia em perigo”. In: _____. *Contradições e Incertezas do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. . “A Vingança dos derrotados”. In: *A Verdade Sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2006 ou 2007?

_____. “Intentona Comunista”. In: *A Verdade Sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2006 ou 2007?

_____. BN- Discurso proferido por Carlos Alberto Brilhante Ustra no almoço em sua solidariedade, 25 de janeiro de 2007. In: *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, abril de 2007

Eletrônicas

CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

_____. *Ordem do Dia e Ordem Pública*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990415jt.htm>. Consultado em 15/05/2010 às 23:47. Publicado originalmente no “Jornal da Tarde”, 15 de abril de 1999.

_____. “Resumo do que penso sobre 1964”. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah!*(Jornal Universitário Gaúcho), maio de 2004. Visto em: 25/10/2011 às 15:16

_____. “Censura e desinformação”, *Terrorismo Nunca Mais*, 26 de novembro de 2000. Disponível em: <http://www.ternuma.com/> <http://www.olavodecarvalho.org/textos/desinformacao.htm>. Consultado em: 03/03/2012 às 19:11.

_____. *Anistia?*, 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061114dce.html>.

_____. “Abolindo a Inquisição”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de junho de 2006. Disponível em:

_____. “Por que não sou liberal”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de março de 2007. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/070308jb.html>. Consultado em: 25/10/2011 às 14:38.

_____. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010 às 18:07.

PASSARINHO, Jarbas. Entrevista concedida ao programa Roda Vida, TVE, em 6 de outubro de 1988. Vídeo e transcrição disponíveis em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/255/entrevistados/jarbas_passarinho_1988.htm. Visto em: 06/02/2012.

_____. *A Anistia e o Revanchismo*, em 18 de novembro 2004. Disponível: <http://www.dci.com.br/A-anistia-e-o-revanchismo-4-81678.html>. Visto em: 28/02/2012 às 19:00

_____. Discurso proferido por Jarbas Passarinho no almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 21 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=1

_____. “A esquerda mitômana”, *Ternuma*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/jpassarinho0828.htm>. Consultado em: 18/10/2008 às 18:35

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “Motivações para a luta armada”. In: _____. *Contestações às Injúrias e Difamações Contra Mim*. 2008. Disponível: <http://www.averdadesufocada.com.br>. Consultado em: 19/09/2011 às 18:24

_____. Vídeo do almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em Brasília, novembro de 2006. A Verdade Sufocada. Visto em 05/12/2011 às 17:58. Disponível em:

http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=294&Itemid=74

Complementares:

Impressas

Livros

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Verdade e à Memória*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2007.

GIORDANI, Marco Polo. *Brasil Sempre*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

LOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

Artigos

“31 de março”, *Informex*, n° 11, 25 de março de 2004.

BN- BUENO, Sillas. “Terrorismo Nunca Mais”, *Ombro a Ombro*, ano IX, n° 98, julho de 1996,

Reportagens

Acerto Póstumo. *Revista Veja*. 18 de setembro de 1996

BN- Deputada Denuncia Adido no Uruguai como seu Torturador. *Jornal o Globo*, Sábado, 17 de agosto de 1985

O Grito do Porão. *Revista Veja*, 18 de março de 1987, p. 28. Disponível em: www.veja.com.br. Consultado em: 15/01/201 às 22:36.

Eletrônicas

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. “Negligência Histórica”, 30 de março de 2006, disponível em: <http://www.averdadesufocada.com.br>. Acessado em: 22 de julho de 2009 às 14:15.

_____. AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira*

CORDEIRO, Nivaldo. “Comentando Olavo”, 09 de março de 2007. Disponível em: <http://www.nivaldocordeiro.net/comentandoolavo.html>. Acessado em: 06/01/2012, às 11:20.

MARQUEZELLI, Nelson. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 14 de julho de 2009 às 12:54 na seção 183.3.53.O, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>, seção: Deputados/ Discursos e Notas Taquigráficas. Acessado em 15/01/2012 às 19:00

PAOLA, Heitor de. “Quem tem Medo do Coronel?”, *Mídia Sem Máscara*, 03 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.midiasemmascara.com.br/artigos.php?sid=4940>. Acessado em 13 de junho de 2008 às 18:09.

TERNUMA. “Apresentação”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>. Consultado em: 10/05/2010 às 15:27

_____. “Convite”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/Convite%20para%20ingresso.pdf> Consultado em: 10/05/2012 às 08:40.

_____. Estatuto do Grupo Terrorismo Nunca Mais. Brasília, DF, 30 de junho de 2011. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/ternuma/upload/520112508161720EstatutoTernuma2011.pdf>, acessado em: 09/03/2012 às 14:30

Bibliografia:

ABREU, Hugo. *O Outro Lado do Poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: O cotidiano da oposição de classe média. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1998.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “História, Memória e Esquecimento: Implicações políticas”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, dezembro de 2007.

BIANCHI, Giorgio. “Revanchismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____. *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BOURDIEU, Pierre. “O campo intelectual: um mundo à parte”. In: _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRITO, Alexandra Barahona de. “Verdad, justicia, memoria y democratización en el cono sur”. In: BRITO, Alexandra Barahona de; FERNANDEZ, Paloma Aguilar & ENRIQUEZ, Carmen González (eds.). *Las Políticas Hacia El Pasado: Juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias*. Madrid: Ediciones Istmo, 2002

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990

_____. “Comemorando a ‘revolução’ de 1964”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008,

CATELA, Ludmila da Silva. “Violencia política y dictadura em Argentina”. In: *Op. Cit.* 2008

CATROGA, Fernando. “As comemorações como Liturgias Cívicas”. In: TORRALBA, L. R.; MENDES, J. A.; CATROGA, F. *História da História em Portugal séculos XIX-XX: Da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e debates.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002

CORDEIRO, Janaína. “A Nação que se Salvou a Si Mesma”. *Entre Memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

_____. “Anos de Chumbo ou Anos de Ouro? A memória social sobre o governo Médici”. In: *Estudos Históricos*, n. 43, 2009

- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória Viva do Regime Militar: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- D'APPOLLONIA, Ariane Chebel. "Les grands traits de la doctrine". In: _____. *L'Extrême-droite en France. De Maurras à Le Pen*. Paris: Éditions Complexe, 1996.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. "Política e corporativismo militar no Brasil". In: Anais Eletrônico do Primeiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa. ABED. 19 a 21 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/maria_celina_27-8-07.pdf
- Dossiê: O que é Justiça de Transição?" In: *Revista da Anistia. Política e justiça de transição*. n. 1, janeiro-junho, 2009
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: vozes, 1981.
- FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008
- FICO, Carlos. *Reiventando o Otimismo. Ditadura Propaganda e Imaginário Social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997
- _____. *Como Eles Agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2001
- _____. *Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso Companheiro?*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- GÁSPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- _____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIESEN, Bernard. "Sobre héroes, víctimas y perpertradores". In: *Revista Puentes*, Buenos Aires, outubro de 2001
- GINZBURG, Carlo. "Sinais. Raízes de um paradigma indiciário". In: *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- GRECO, Heloísa. *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em história)
- GÓMES, José Maria. "Memória, Justiça e Direitos Humanos: A propósito da herança das ditaduras militares no Cone-Sul latino-americano." In: Sússekind, Elizabeth (org.). *Memória e Justiça*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2009
- HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- _____. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HEYMANN, Luciana Quillet. "O 'Devoir de Mémoire' na França Contemporânea: Entre memória, história, legislação e direitos." In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e Cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JELIN, Elizabeth. "Memorias en Conflicto", *Revista Puentes*, Buenos Aires, n. 1, agosto de 2000.

_____. *Los Derechos Humanos y la Memoria de la violencia política y la repressão: La construcción de um campo nuevo em las ciências sociais*. Buenos Aires: Cuadernos Del Ides, 2003

KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões... Saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976

LABORIE, Pierre. “Memória e Opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. “De L’Opinion Publique à L’Imaginaire Social”. In: *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, n. 18, avril-juin 1988, p. 107. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/xxs_0294-1759_1988_num_18_1_4857.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996

MARTINS, Roberto R. *Liberdade para os brasileiros: anistia, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Segurança Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Op. Cit.* p. 71.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. Cit.* 2002?

MELLO, Jayme Portella. *A Revolução e o Governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, n. 10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; SOARES, Samuel Alves. “Forças Armadas, direção política e formato institucional”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, vol.2, n.3, 1989.

_____. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992.

POULANTZAS, Nicos. *A Crise das Ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. 2004. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. “A Emergência do Tema dos Direitos Humanos na América Latina”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz.

Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O Golpe e a Ditadura Militar 40 anos Depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

_____. “Um passado imprevisível: A construção da memória das esquerdas nos anos 60”. In: _____ (org.). *Versões e Ficções. O seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

_____. “Ditadura Militar e a Revolução Socialista no Brasil”. Palestra proferida na VI Semana Acadêmica de História. América Latina: Ditaduras militares e experiências socialistas, em 18 de novembro de 2006. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/viewFile/213/213>.

_____. “Ditadura, Anistia e Reconciliação”. In: *Estudos Históricos*, vol.23, n°45, janeiro-junho de 2010.

_____. “Entre ditadura e democracia – Da modernização conservadora ao modernismo moderado”. *No prelo*.

RÉMOND, René. “Droite-Gauche: Où la est la différence” In: _____. *Les Droites em France*. France: Aubier, Collection Historique, 1995.

_____. “A la Recherche de la droite”. In: _____. *Les Droites em France*. France: Aubier, Collection Historique, 1995.

RICOUER, Paul. “O Esquecimento”. In: *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários. Legitimidade, Consenso e consentimento no século XX*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. “História, Memória e Verdade: Em busca do universo dos homens”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.2, São Paulo: Hicitec, 2009.

_____. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários. Legitimidade, Consenso e consentimento no século XX*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

_____. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O Golpe de 1964 e o Regime Militar*. São Carlos: Ed. USCar, 2006.

ROUSSO, Henry; CONAN, Eric. *Vichy, un passe qui ne passe pas*. Paris: Fayard, 1994.

_____. “El Estatuto del Olvido”. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (org.). *Porqué Recordar?.* Buenos Aires, Barcelona, México, Santiago, Montividéu: Granica Ediciones, 2002.

_____. *Le Syndrome de Vichy. De 1944 à nos Jours*. Paris: Seuil, 1990.

SANTOS, Eduardo Heleno J. *Extrema-Direita, Volver! Memória, ideologia e políticas dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação de Mestrado –Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Os Anos de Chumbo. Memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (orgs.). *A Volta aos Quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

ANEXO 1:

Estatuto do TERNUMA (Terrorismo Nunca Mais)⁵⁷⁴:

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n. 00102180

O. N. G. - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

**GRUPO TERRORISMO NUNCA MAIS
TERNUMA**

ESTATUTO

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES

Art. 1º. O Grupo Terrorismo Nunca Mais, com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ nº 03.455.245/0001-00, doravante denominado **TERNUMA**, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que se regerá por este Estatuto e pela legislação em vigor, isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações de raça, religião, sexo, cor e política, quer em suas atividades e objetivos sociais, quer entre os componentes de seu quadro associativo.

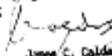
Art. 2º. O **TERNUMA** tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Local Norte 302 - Bloco B – salas 101/103 – Asa Norte – CEP 70.723-520.

Art. 3º. O Grupo tem por objetivos:

- I - trabalhar para esclarecer os atos, ditos políticos, de assaltos, seqüestros e mortes praticados por terroristas, com repercussão na história do Brasil;
- II - denunciar à sociedade brasileira as ações institucionalizadas de assaltos, seqüestros e mortes praticadas por terroristas, de modo a criar uma consciência nacional favorável à extinção dos privilégios a eles concedidos;
- III - defender e propor posturas e procedimentos que visem manter a integridade e a inviolabilidade do território nacional, bem como combater o avanço de ideologias que desrespeitem os princípios democráticos;
- IV - consolidar a dignidade pessoal e profissional dos cidadãos de acordo com os objetivos do **TERNUMA**;
- V - promover e incentivar manifestações patrióticas, assim como o estudo e a discussão de assuntos nacionais de alta relevância;
- VI - pugnar pela adoção de uma legislação que defina o terrorismo como crime hediondo, devidamente tipificado no Código Penal Brasileiro, para que haja cooperação de todas as Unidades da Federação no sentido de extirpá-lo do cenário nacional.

Art. 4º. Para a consecução de seus objetivos, o **TERNUMA** poderá:

- I - apoiar e assessorar indivíduos, entidades ou organismos em questões relacionadas com seus objetivos, sobretudo as vítimas e seus familiares, decorrentes dos atos ou ameaças terroristas;
- II - criar publicações para a divulgação, promoção e propaganda das atividades do Grupo e dos temas relacionados com os seus objetivos;


James C. Caldas
048-28 13649

⁵⁷⁴ Observações importantes: Assinou o Estatuto, enquanto presidente da entidade, o General Valmir Fonseca Azevedo Pereira. O Estatuto foi registrado no Cartório Marcelo Ribas em Brasília- Distrito Federal. Registrado e arquivado sob o número: 00009233 do livro n. A-25 em 25/01/2011. Microfilmado sob o n. 00102180 em 27/07/2011.

- III - realizar outras atividades tendo em vista a consecução de seus objetivos, sempre mantendo estreita colaboração com instituições ou entidades nacionais de direito público ou privado;
- IV - estimular a criação de Regionais em todo o território nacional, que atuem em conformidade com este Estatuto.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO SOCIAL

- Art. 5º. O Grupo é constituído de SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS EFETIVOS e SÓCIOS COLABORADORES.
- §1º Sócios Fundadores são aqueles que participaram da Assembléia de criação do Grupo;
- §2º Sócios Efetivos são as pessoas físicas admitidas no Quadro Social;
- §3º Sócios Colaboradores são as pessoas físicas ou jurídicas que se propõem a colaborar com o Grupo no desenvolvimento de seus objetivos.
- Art. 6º. Os Sócios Efetivos e os Sócios Colaboradores serão admitidos mediante proposta apresentada por um sócio, após estudadas e aprovadas pela Diretoria.
- Art. 7º. Os sócios poderão pedir, a qualquer tempo, sua demissão ou exclusão do Grupo, ou estas poderão ocorrer por decisão da Diretoria.
- Art. 8º. Os Sócios Colaboradores, quando pessoas jurídicas, far-se-ão representar por delegados apresentados à Diretoria e por ela aprovados, no seu ato constitutivo.
- Art. 9º. Somente os Sócios Fundadores e os Sócios Efetivos poderão votar e serem votados para ocupar cargos na Diretoria do **TERNUMA**.
- Art. 10. Os Sócios não respondem por obrigações contraídas pelo Grupo, realizadas em desconformidade com este Estatuto e sem anuência da Assembléia Geral.
- Art. 11. São direitos do Sócio: votar e ser votado; participar de todo e qualquer evento promovido pelo Grupo; participar de reuniões de Diretoria, porém, sem direito a voto; representar o Grupo sempre que designado pela Diretoria; manifestar-se e sugerir sobre temas que visem ao engrandecimento do Grupo.
- Art. 12. São deveres do Sócio: promover e bem divulgar o nome e as atividades do Grupo; participar de reuniões e Assembléias, sempre que convocado; participar dos eventos que venham a ser promovidos pelo Grupo; desincumbir-se de tarefas e missões que lhe tenham sido atribuídas em Assembléia ou pela Diretoria; prestar contas de tarefas ou despesas sob sua responsabilidade; cumprir e fazer cumprir este Estatuto e determinações emanadas de Assembléia ou da Diretoria.
- Art. 13. Os membros integrantes da Diretoria não recebem qualquer remuneração por prestação de serviços ou pelo exercício de seus cargos.


José C. Caldas
02-02-1964

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 14. São ÓRGÃOS GESTORES E DECISÓRIOS do **TERNUMA**:

- I - Assembléia Geral
- II - Diretoria Executiva
- III - Conselho Fiscal

Art. 15. A Assembléia Geral é o órgão máximo do **TERNUMA**, com as atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei e por este Estatuto.
Parágrafo único. A Assembléia poderá ser Ordinária ou Extraordinária, sendo a Ordinária realizada a cada ano, sempre na segunda quinzena do mês de março, e a Extraordinária sempre que convocada pela Diretoria Executiva, ou pela maioria dos Sócios com direito a voto, considerando-se a metade mais um.

Art. 16. Compete às Assembléias Ordinárias, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - eleger e dar posse ao Presidente do **TERNUMA**, à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- II - examinar e referendar, quando já aprovado pelo Conselho Fiscal, os Relatórios, Balanços e Contas da Diretoria Executiva referentes ao exercício findo;
- III - autorizar e deliberar sobre matérias de interesse do **TERNUMA**.

Art. 17. Compete às Assembléias Extraordinárias, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - aprovar as proposições apresentadas pelas Comissões nomeadas pela Diretoria Executiva;
- II - deliberar sobre a concessão de homenagens a pessoas físicas e jurídicas de reconhecida idoneidade, ou cuja atuação tenha contribuído para o engrandecimento nacional do **TERNUMA**;
- III - deliberar sobre a pauta apresentada pela Diretoria Executiva ou pelos Sócios;
- IV - autorizar a alienação dos bens imóveis pertencentes ao **TERNUMA**.

Art. 18. As Assembléias serão convocadas mediante correspondência eletrônica, via Internet, enviada a todos os sócios e, quando imprescindível, com publicação em jornal de grande circulação na cidade sede, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

- §1º as Assembléias realizar-se-ão com um quorum mínimo de 1/3 (um terço) dos Sócios Fundadores e Efetivos em primeira convocação, e com qualquer quorum, meia hora depois, em segunda e última convocação;
- §2º as Assembléias serão dirigidas pelo Presidente do **TERNUMA** ou, na sua ausência, por qualquer dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 19. A Diretoria Executiva é composta por:

- I - Presidente;
- II - Secretário Executivo;
- III - Diretores:
 - a) Planejamento e Pesquisa
 - b) Comunicação e Informática;
 - c) Administrativo e Financeiro;


Maria C. Caldas
CPF nº 13649

IV - Assessor Jurídico.

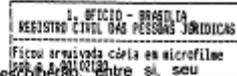
- Art. 20. O Presidente será eleito para um período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito por igual período.
- Art. 21. Os Diretores, o Secretário Executivo e o Assessor Jurídico serão escolhidos pelo Presidente dentre os Sócios Fundadores e Efetivos, que tomarão posse na mesma AGO que der posse ao Presidente eleito.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

- Art. 22. O Presidente é o representante legal do **TERNUMA** nas atividades do Grupo, representando-o, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.
- Art. 23. É da competência da Diretoria Executiva:
- I - admitir Sócios Efetivos e Colaboradores;
 - II - estabelecer a programação, agenda e orçamento anual do **TERNUMA**;
 - III - nomear Coordenadores de Programas e/ou Eventos;
 - IV - emitir parecer, ouvindo o Assessor Jurídico, sobre os balancetes mensais e anuais apresentados pelo Diretor Administrativo e Financeiro;
 - V - criar Comissões para tratar de assuntos específicos de interesse do **TERNUMA**, atribuindo-lhes metas e prazos;
 - VI - decidir sobre matéria não contemplada neste Estatuto.
- Art. 24. O Presidente, em seus impedimentos ocasionais, será substituído pelo Secretário Executivo e pelo Diretor Administrativo e Financeiro, nesta ordem.
- Art. 25. Compete ao Presidente, ao Diretor Administrativo e Financeiro e ao Secretário Executivo, abrir e movimentar contas bancárias, podendo ser através de meios eletrônicos, emitir cheques, requisitar talões de cheques e cartões do Banco, estabelecer as senhas de acesso e fornecer os dados necessários para a operacionalização da conta bancária do **TERNUMA**, autorizar transferências, movimento de aplicações financeiras de valores e investimentos financeiros de recursos disponíveis.
- §1º Poderão, isoladamente, assinar, endossar cheques e ordens de pagamento no país, relativas a conta bancária do **TERNUMA**;
- §2º O Diretor Administrativo e Financeiro poderá efetuar as operações financeiras da conta bancária do **TERNUMA**, por meios eletrônicos (Internet).
- Art. 26. Toda emissão e aceites de títulos de créditos e documentos outros que envolvam obrigação ou responsabilidade para o **TERNUMA**, serão obrigatoriamente assinados pelo Presidente e pelo Diretor Administrativo e Financeiro, ou por procurador de qualquer deles, mediante competente instrumento de procuração, nomeado com poderes especiais.
- Art. 27. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 1 (um suplente), eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por igual período.


James C. Caldas
000-16 13641



Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal são nomeados pelo Presidente.

Art. 28. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os balancetes mensais, bem como o Balanço Anual do Grupo;
- II - sugerir modificações que satisfaçam à legislação fiscal e geral às quais se subordina o **TERNUMA**;
- III - examinar, mensalmente, as atividades financeiras da Diretoria Executiva, assessorando-a no que se fizer necessário.

CAPÍTULO V

PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS E A SUA APLICAÇÃO

Art. 29. Os recursos financeiros e o patrimônio físico do **TERNUMA** são provenientes das contribuições dos sócios e afins, bem como de doações e subvenções, sempre aplicados na consecução dos objetivos do Grupo.

Art. 30. O **TERNUMA** entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, mediante voto favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Sócios Fundadores e Efetivos presentes.

Art. 31. O Presidente é o liquidante nato do **TERNUMA**. Em caso de impedimento declarado pelo mesmo, a Assembleia poderá nomear outro membro da Diretoria Executiva.
Parágrafo único. Em caso de dissolução do Grupo, a AGE designará Comissão Especial para liquidar o patrimônio existente, apurando o ativo, pagando o passivo e dando baixa nos órgãos competentes para fins tributários e cartorários.

Art. 32. A mesma Assembleia, observado o Parágrafo único do Art. 31, que deliberar acerca da dissolução ou liquidação do **TERNUMA**, poderá determinar a destinação do patrimônio e dos seus bens remanescentes, por doação, a outra Instituição sem fins lucrativos.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. O presente Estatuto só poderá sofrer alterações por deliberação em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, pela maioria absoluta, metade mais um, dos Sócios presentes, admitindo-se para este fim o voto por procuração escrita.

Art. 34. Os direitos e atribuições não contemplados neste Estatuto serão disciplinados em Regimento Interno a ser aprovado pela Diretoria Executiva.

Art. 35. O exercício financeiro do **TERNUMA** coincide com o Ano Fiscal em vigor.

Isaac C. Galvão
046-07 13645

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n. 00102190

Art. 36. O presente Estatuto foi aprovado, por maioria absoluta dos Sócios Fundadores e Efetivos presentes na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2011, nominados em sua Ata, do qual é parte integrante.

Brasília, DF, 30 de junho de 2011


Geni Valmir Fonseca Azevedo Pereira

CARTORIO MARCELO RIBAS J. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS SUPER CENTER - Ed. VENEZUELA 2000 RCS - Bloco B - 8-68 St. 140-E L. ANHANGUERA BRASÍLIA/DF - TEL: 3346-7234-4026
Registrado e Arquivado sob o Número 80909233 do Livro n. A-25 em 25/06/2011 - Dou 16 Protocolado e microfilmado sob n.º 00102190 Brasília, 27/07/2011.
Titular: Marcelo Caetano Ribas Subst.ª: Geni Valmir Fonseca Azevedo Pereira Beraldo do Carmo R. Rodrigues Eunice de Oliveira Foddeo Edileuzia Miquel Pereira Franco Francineide Gomes de Jesus Marcos Antonio da C. Oliveira Michelle Barros Lima Marta Lúcia C. Darje Grise - Resimir Alves de Jesus
Sele: 100F120110210000240PEM Para consultar: www.tcrf.jus.br
CARTORIO MARCELO RIBAS Endereço: ES 125-41 Tab: J 1


Geni Valmir Fonseca Azevedo Pereira
130-DF 13649

ANEXO 2:

Lista das chamadas “vítimas do terrorismo” apresentada por Ustra em “Rompendo o Silêncio” – transcrito exatamente como no livro⁵⁷⁵:

VOCÊS QUE NUNCA SERÃO ESQUECIDOS, PORQUE MORRERAM PELA PÁTRIA:

— 28 Mar 65 — (PR) — CARLOS ARGEMIRO CAMARGO, Sargento do Exército. Morto em combate contra um grupo de guerrilheiros comandados por JEFERSON CARDIN DE ALENCAR OSÓRIO;

— 25 Jun 66 — (PE) — EDSON REGIS DE CARVALHO, Jornalista. Morto em decorrência de atentado à bomba, no Aeroporto de Recife, contra o Gen Costa e Silva;

— 25 Jun 66 — (PE) — NELSON GOMES FERNANDES, Almirante. Morto nesse mesmo atentado;

— 15 Dez 67 — (SP) — OSIRIS MOTTA MARCONDES, bancário. Morto quando tentava impedir assalto de terroristas ao Sanco Mercantil, do qual era gerente;

— 10 Jan 68 — (AM) — AGOSTINHO FERREIRA LIMA, tripulante da Marinha Mercante. Morto ao tentar reagir ao subjugamento da lancha “Antônio Alberto”, no Rio Negro;

— 21 Jun 68 — (RJ) — NELSON DE BARROS, Sargento da PM. Morto após ser atingido por pedaços de madeira, atirados do alto de um edifício, quando da realização de uma passeata;

— 26 Jun 68 — (SP) — MARIO KOZEL FILHO, Soldado do Exército. Morto quando de sentinela ao QG do II Exército, por terroristas da ala MARIGHELLA, quando da explosão de um carro carregado de dinamite, atirado contra aquele quartel;

— 20 Ago 68 — (SP) — ANTÔNIO CARLOS JERRERY, Soldado PM. Abatido a tiros, quando de sentinela;

— 07 Set 68 — (SP) — EDUARDO CUSTODIO DE SOUZA, Soldado PM. Morto por terroristas, quando de sentinela no DEOPS/SP;

⁵⁷⁵ Cf. USTRA, Carlos Alberto Brillhante. *Op. Cit.* 1987.

— 20 Jan 69 — (MG) — CECILDES MOREIRA DE FARIA, Subinspetor de Polícia. Morto em tiroteio com terroristas durante a invasão de um “aparelho” subversivo;

— 29 Jan 69 — (MG) — JOSÉ ANTUNES FERREIRA, Guarda Civil. Morto numa diligência de captura de terroristas;

— 07 Mai 69 — (SP) — JOSÉ DE CARVALHO, Investigador de Polícia. Morto por terroristas, durante assalto ao União de Bancos Brasileiros;

— 09 Mai 69 — (SP) — ORLANDO PINTO SARAIVA, Guarda Civil. Morto por terroristas, durante um assalto ao Banco Itaú;

— 27 Mai 69 — (SP) — NAUL JOSÉ MANTOVANI, Soldado PM. Morto por terroristas quando de sentinela. Motivo: roubar sua arma;

— 04 Jun 69 — (SP) — BOAVENTURA RODRIGUES DA SILVA, Soldado PM. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Tozan;

— 22 Jun 69 — (SP) — GUIDO BONE, Soldado PM. Morto por terroristas, após incendiarem uma Viatura da PMESP;

— 22 Jun 69 — (SP) — NATALINO AMARO TEIXEIRA, Soldado PM. Morto por terroristas, após incendiarem uma viatura da PM;

— 11 Jul 69 — (RJ) — CIDELINO PALMEIRAS DO NASCIMENTO, motorista de táxi. Morto a tiros quando conduzia policiais em seu carro, em perseguição a terroristas que haviam assaltado o Banco Aliança;

— 24 Jul69 — (SP) — APARECIDO DOS SANTOS OLIVEIRA, Soldado PM. Morto por terroristas, por ocasião de assalto ao Banco Bradesco;

— 31 Ago 69 — (MA) (Santa Luzia) — MAURO CELSO RODRIGUES, Soldado PM. Morto quando da luta armada entre lavradores e proprietários de terras incitados por movimentos subversivos;

— 03 Set 69 — (SP) — JOSÉ GETÚLIO BORBA, comerciário. Morto por terroristas. Tentava auxiliar na prisão de um terrorista que passava cheque sem fundos na Lutz Ferrando;

— 03 Set 69 — (SP) — JOÃO GUILHERME DE BRITO, Guarda Civil. Assassinado quando, em serviço, enfrentou terroristas que assaltavam uma loja;

— 30 Set 69 — (SP) — CLÁUDIO ERNESTO CANTON, Agente da Polícia Federal. Após ter efetuado a prisão de um terrorista, foi atingido na coluna vertebral, vindo a falecer em consequência deste ferimento;

— 04 Out 69 — (RJ) — EUCLIDES DE PAIVA CERQUEIRA, guarda particular. Morto por terroristas durante assalto ao carro transportador de valores do Banco Irmãos Guimarães;

— 06 Out 69 — (SP) — ABELARDO ROSA DE LIMA, Soldado PM. Morto em tiroteio com um grupo de terroristas;

— 07 Out 69 — (SP) — ROMILDO OTTENIO, Soldado PM. Morto em tiroteio com terroristas;

— 07 Nov 69 — (MA) — MAURO CELSO RODRIGUES, Soldado PM. Morto em uma emboscada durante luta entre lavradores e proprietários de terras, incitada por militantes da Ação Popular;

— 04 Nov 69 — (SP) — ESTELA BORGES MORATO, Investigadora de Polícia do DOPS/SP. Morta a tiros quando participava da operação em que morreu o terrorista Carlos Marighella;

— 17 Nov 69 — (RJ) — JOEL NUNES, SubTen PM. Morto a tiros por terroristas do PCBR que haviam assaltado o Banco Sotto Mayor;

— 18 Dez 69 — (RJ) — ELIAS DOS SANTOS, Soldado do Exército. Morto a tiros durante a invasão de um “aparelho” subversivo;

— 17 Jan 70 — (SP) — JOSÉ GERALDO ALVES CURSINO, Sargento PM. Morto a tiros por terroristas;

— 21 Fev 70 — (SP) — ANTÔNIO APARECIDO PONCE NOGUEIRA, Sargento PM. Morto numa ação contra terroristas;

— 11 Mar 70 — (RJ) — NEWTON DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Soldado PM. Morto quando transportava militantes da ALN, presos;

— 31 Mar 70 — (PE) — JOAQUIM MELO, Investigador de Polícia. Morto por terroristas, durante ação contra um “aparelho” terrorista;

— 02 Mai 70 — (SP) — JOÃO BATISTA DE SOUZA, guarda particular. Morto por terroristas, durante assalto a uma Agência da Companhia de Cigarros Souza Cruz;

— 10 Mai 70 — (SP) — ALBERTO MENDES JÚNIOR, 1.º Tenente PM. Morto a coronhadas de fuzil, em Registro, SP, por militantes da VPR, entre os quais Carlos Lamarca;

— 11 Jun 70 — (RJ) — IRLANDO DE MOURA REGIS, Agente Federal. Morto a tiros, durante seqüestro do Embaixador da Alemanha Federal no Brasil Von Holleben;

— 15 Jul 70 — (SP) — ISIDORO ZAMBOLDI, guarda de segurança. Morto por terroristas, durante assalto à loja Mappin;

— 12 Ago 70 — (SP) — BENEDITO GOMES, Capitão do Exército. Morto por terroristas no interior de seu carro, na Estrada Velha de Campinas;

— 19 Ago 70 — (RJ) — VAGNER LUCIANO VITORINO DA SILVA, guarda particular. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, realizado por terroristas do MR-8;

— 14 Set 70 — (SP) — BERTOLINO FERREIRA DA SILVA. Morto durante assalto ao carro
Generated by ABC Amber LIT Converter,
<http://www.processtext.com/abclit.html>pagador da Brink's — Rua Paraíso; — 21 Set 70 — (SP) (Santo André) — CÉLIO TONELLY, Soldado PM. Morto quando de serviço em uma Rádio-Patrolha, tentou deter terroristas que ocupavam um automóvel;

— 22 Set 70 — (RJ) — ALTAIR MACEDO, guarda particular. Morto por terroristas, durante assalto à Empresa de Ônibus Amigos Unidos;

— 27 Out 70 — (BA) — VALDER XAVIER DE LIMA, Sargento da FAB. Morto quando transportava terroristas presos;

— 10 Nov 70 — (SP) — GARIBALDO DE QUEIROZ, Soldado PM. Morto a tiros em confronto com terroristas;

— 10 Nov 70 — (SP) — JOSÉ ALEIXO NUNES, Soldado PM. Morto a tiros em confronto com terroristas;

— 07 Dez 70 — (RJ) — HÉLIO DE CARVALHO ARAÚJO, Agente Federal. Morto por terroristas, durante seqüestro do Embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Autor do disparo: Carlos Lamarca;

— 12 Fev 71 — (SP) — AMÉRICO CASSIOLATO, Soldado PM. Morto por terroristas na cidade de Pirapora do Bom Jesus, SP;

— 08 Mar 71 — (RJ) — DJALMA PELUCCI BATISTA, Soldado PM. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro;

— 24 Mar 71 — (PE) — MATEUS LEVINO DOS SANTOS, Tenente da FAB. Morto por terroristas do PCBR, que roubaram seu carro;

— 03 Abr 71 — (RJ) — JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINEZ, Major do Exército. Morto durante a prisão de um casal terrorista do MR-8;

— 15 Abr 71 — (SP) — HENNING ALBERT BOILESEN, presidente da Ultragaz. Morto por terroristas do Movimento Revolucionário Tiradentes e ALN;

— 10 Mai 71 — (SP) — MANOEL SILVA NETO, Soldado PM. Morto por terroristas, durante assalto à Empresa de Transportes Tusa;

— 02 Set 71 — (RJ) — GAUDÊNCIO JAIME DOLCE, guarda de segurança. Morto por terroristas da ALN, durante assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras;

— 02 Set 71 — (RJ) — SILVANO AMÂNCIO DOS SANTOS, guarda de segurança. Morto por terroristas durante assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras;

— 02 Set 71 — (RJ) — DEMERVAL FERREIRA DOS SANTOS, guarda de segurança. Morto por terroristas durante assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras;

— 22 Out 71 — (RJ) — JOSÉ DO AMARAL VILELA, Suboficial da Reserva da Marinha. Morto por terroristas da VAR-PALMARES, durante assalto a um carro transportador de valores da Transfort S.A., do qual fazia a segurança;

— 01 Nov 71 — (SP) — NELSON MARTINEZ PONCE, Cabo PM. Morto ao intervir em atentado realizado por cinco terroristas contra um ônibus da Empresa Transportes Urbanos S.A.;

— 10 Nov 71 — (SP) — JOÃO CAMPOS, Cabo PM. Morto na estrada de Pindamonhangaba, ao interceptar um carro que conduzia terroristas;

— 27 Nov 71 — (RJ) — EDUARDO TIMÓTEO FILHO, Soldado PM. Morto por terroristas, durante assalto realizado contra as Lojas Gaio Marti;

— 13 Dez 71 — (RJ) — HÉLIO FERREIRA DE MOURA, guarda de segurança. Morto por terroristas, durante assalto contra um carro transportador de valores da Brink's, na Via Dutra;

— 18 Jan 72 — (SP) — TOMAZ PAULINO DE ALMEIDA, Sargento PM. Morto por terroristas, quando da invasão de um “aparelho” terrorista;

— 20 Jan 72 — (SP) — SYLAS BISPO FECHE, Cabo PM. Morto por terroristas da ALN, ao lhes pedir que se identificassem;

— 18 Fev 72 — (SP) — BENEDITO MONTEIRO DA SILVA, Cabo PM. Morto durante assalto terrorista a uma agência bancária, em Santa Cruz do Rio Pardo;

— 28 Fev 72 — (GO) — LUZIMAR DE OLIVEIRA, Soldado PM. Morto por terroristas em tiroteio;

Generated by ABC Amber LIT Converter, <http://www.processtext.com/abclit.html> — 12
Mar 72 — (SP) — MANOEL DOS SANTOS, guarda de segurança. Morto por terroristas, durante assalto à Fábrica de Bebidas Charel Ltda.;

— 08 Mai 72 — (PA) — ODILO CRUZ ROSA, Cabo do Exército. Morto por terroristas;

— 02 Jun 72 — (SP) — ROSENDO, Sargento PM. Morto ao interceptar quatro terroristas que assaltaram um bar e um carro da Distribuidora de Cigarros Oeste Ltda.;

— 09 Set 72 — (RJ) — MARIO DOMINGOS PANZARIELO, Detetive. Morto ao tentar prender um terrorista da ALN;

— 23 Set 72 — (PA) — MÁRIO ABRAHIM DA SILVA, Sargento do Exército. Morto por terroristas, durante assalto à Empresa de ônibus Barão de Mauá;

— 22 Fev 73 — (RJ) — PEDRO AMÉRICO MOTA GARCIA, civil. “Justiçado” por terroristas, por haver impedido um assalto contra uma agência da Caixa Econômica Federal;

— 25 Fev 73 — (RJ) — OTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÚNIOR, Delegado de Polícia de São Paulo. Metralhado no Rio de Janeiro, por terroristas da ALN e da VAR-PALMARES;

10 Abr 74 — (SP) — GERALDO JOSÉ NOGUEIRA, Soldado PM. Morto quando da captura de terroristas.

ALÉM DESSES, FORAM VITÍMAS
DO TERROR TAMBÉM OS SEGUINTEs:

— 27 Jun 68 — (RJ) — NOEL DE OLIVEIRA RAMOS, civil. Morto em conflito de rua, no Largo de S. Francisco, por um agitador;

— 12 Out 68 — (SP) — CHARLES RODNEY CHANDLER, Capitão do Exército dos EUA. Assassinado ao sair de sua casa, perante seu filho e sua mulher, por terroristas, que lançaram panfletos no local, acusando-o de “Agente da Cia”;

— 24 Out 68 — (RJ) — LUIZ CARLOS AUGUSTO, civil. Morto por disparo de arma de fogo, quando de uma passeata estudantil;

— 07 Nov 68 — (SP) — ESTANISLAU IGNÁCIO CORRÊA. Morto por terroristas, que roubaram seu automóvel;

— 11 Jan 69 — (RJ) — EDMUNDO JANOT. Morto a tiros, foixadas e facadas, por um grupo de terroristas que haviam montado uma base de guerrilha nas proximidades de sua fazenda;

— 31 Mar 69 — (RJ) — MANOEL DA SILVA DUTRA, comerciante. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Andrade Arnaud;

— 14 Abr 69 — (SP) — FRANCISCO PINTO DA SILVA, bancário. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Francês e Italiano;

— 08 Mai 69 — (SP) — VICENTE DE CARVALHO, civil. Morto por terroristas, durante assalto ao União de Bancos Brasileiros;

— 20 Ago 69 — (RJ) — JOSÉ SANTA MARIA, gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Morto por terroristas que assaltaram seu estabelecimento;

— 25 Ago 69 — (PA) — SULAMITA CAMPOS LEITE, parente do terrorista F.A.N.L.S. Morta em sua residência, ao fazer detonar, por inadvertência, uma carga explosiva;

— 20 Set 69 — (SP) — SAMUEL PIRES, trocador de ônibus. Morto por terroristas que assaltavam a empresa de ônibus;

— 22 Set 69 — (RS) — KURT KRIEGEL, civil. Morto durante assalto ao restaurante de sua propriedade;

— 04 Nov 69 — (SP) — FRIEDERICH ROHMANN, protético. Morto durante a operação que resultou na morte do terrorista Carlos Marighella;

— 14 Nov 69 — (SP) — ORLANDO GIROLO, bancário. Morto por terroristas, durante assalto

— 22 Fev 70 — (SP) — ANTÔNIO APARECIDO NOGUEIRA, civil. Morto em tiroteio entre terroristas e policiais;

— 29 Ago 70 — (CE) — JOSÉ ARMANDO RODRIGUES, comerciante. Seqüestrado, roubado e morto por terroristas da ALN, em São Benedito, CE;

— 10 Nov 70 — (SP) — JOSÉ MARQUES DO NASCIMENTO, motorista de táxi. Morto por terroristas, em confronto com policiais;

— 07 Jan 71 — (MG) — MARCELO COSTA TAVARES, estudante. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais;

— 26 Fev 71 — (RJ) — FERNANDO PEREIRA, comerciário. Morto por terroristas, durante assalto à “Casa do Arroz”, da qual era o gerente;

— 07 Abr 71 — (RJ) — MARIA ALICE MATOS, empregada doméstica. Morta por terroristas, quando do assalto a um depósito de material de construção;

— 14 Mai 71 — (RJ) — ADILSON SAMPAIO, artesão. Morto por terroristas, durante assalto às Lojas Gaio Marti;

— 09 Jun 71 — (RJ) — ANTÔNIO LISBOA CERES DE OLIVEIRA, civil. Morto por terroristas, durante assalto à Boite Comodoro; — 01 Jul 71 — (RJ) — JAIME PEREIRA

DA SILVA, civil. Morto por terroristas, na varanda de sua residência, durante tiroteio entre terroristas e policiais;

— Out 71 — (RJ) — ALBERTO DA SILVA MACHADO, civil. Morto por terroristas, durante assalto à Fábrica de Móveis Vogal Ltda, da qual era um dos proprietários;

— 25 Jan 72 — (SP) — ELZO ITO, aluno do Centro de Formação de Pilotos Militares. Morto por terroristas, quando do roubo de seu carro;

— 01 Fev 72 — (RJ) — IRES DO AMARAL, civil. Morto por terroristas, durante tiroteio com policiais;

— 05 Fev 72 — (RJ) — DAVID CUTHBERG, marinheiro inglês. Morto por terroristas da VAR-PALMARES, em Frente com a ALN e o PCBR;

— 27 Fev 72 — (SP) — NAPOLEÃO FELIPE BISCALDI, civil. Morto por terroristas, em tiroteio com policiais;

— 12 Mar 72 — (SP) — ANÍBAL FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE, Coronel R/1 do Exército. Morto por terroristas, quando do assalto à Fábrica de Bebidas Charel Ltda., da qual era um dos proprietários;

— 06 Out 72 — (PE) — SEVERINO FERNANDES DA SILVA. Assassinado por terroristas que agitavam o meio rural.

— 06 Out 72 — (PE) — JOSÉ INOCÊNCIO BARRETO, civil. Morto por terroristas, atuantes do meio rural;

— 21 Fev 73 — (SP) — MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA, civil. Morto no bar de sua propriedade, por terroristas da ALN, porque suspeitavam que ele era colaborador da Polícia.

ANEXO 3:

Lista das chamadas “vítimas do terrorismo” ampliada por Ustra em “A Verdade Sufocada”⁵⁷⁶:

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
1	12/11/1964	Paulo Macena	Bomba no Cine Bruni - protesto contra Lei Suplicy	vigia	Rio de Janeiro	RJ
2	27/3/1965	Carlos Argemiro Camargo	Operação Três Passos	sargento do Exército	Leônidas Marques	PR
3	25/7/1966	Edson Régis de Carvalho	AP - Bomba no Aeroporto de Guararapes	jornalista	Recife	PE
4	25/7/1966	Nelson Gomes Fernandes	AP - Bomba no Aeroporto de Guararapes	almirante	Recife	PE
5	28/9/1966	Raimundo de Carvalho Andrade	passeata estudantil	cabo PM	Goiania	GO
6	24/11/1967	José Gonçalves Conceição (Zé Dico)	Ala Mariguella - Invasão de sua fazenda	fazendeiro	Presidente Epitácio	SP
7	15/12/1967	Osiris Motta Marcondes	ao tentar impedir assalto à agência bancária	bancário	São Paulo	SP
8	10/1/1968	Agostinho Ferreira Lima	Ala Mariguella - abordagem de lancha	Marinha Mercante	Rio Negro	AM
9	31/5/1968	Ailton de Oliveira	MAR - ao tentar impedir fuga do presídio	guarda penitenciário	Rio de Janeiro	RJ
10	26/6/1968	Mário Kozel Filho	VPR - sentinela do QG/II Ex - carro bomba	soldado do Exército	São Paulo	SP
11	27/6/1968	Nelson de Barros	passeata estudantil	sargento PM	Rio de Janeiro	RJ
12	27/6/1968	Noel de Oliveira Ramos	passeata estudantil	civil	Rio de Janeiro	RJ
13	1/7/1968	Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen	COLINA - “justiçado” por engano	major do exército alemão	Rio de Janeiro	RJ

⁵⁷⁶ Cf. USTRA, Carlos Alberto Brillhante. *Op. Cit.* 2006, p. 512-521.

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
30	4/6/1969	Boaventura Rodrigues da Silva	ALN - assalto a banco	soldado PM	São Paulo	SP
31	22/6/1969	Guido Boné	ALN - ataque à radiopatrulha que guarnecia	soldado PM	São Paulo	SP
32	22/6/1969	Natalino Amaro Teixeira	ALN - ataque à radiopatrulha que guarnecia	soldado PM	São Paulo	SP
33	11/7/1969	Cidelino Palmeiras do Nascimento	VAR - Palmares - ao conduzir policiais que perseguiam terroristas após assalto a banco	motorista de táxi	Rio de Janeiro	RJ
34	24/7/1969	Aparecido dos Santos Liveira	VAR - Palmares - grupo do gaúcho - MRT - assalto a banco	soldado PM	São Paulo	SP
35	20/8/1969	José Santa Maria	assalto a banco	gerente de banco	Rio de Janeiro	RJ
36	25/8/1969	Sulamita Campos Leite	ALN - ao tocar numa bomba escondida por terrorista em sua casa	dona-de-casa	Belém	PA
37	31/8/1969	Mauro Celso Rodrigues	conflito agrário	soldado PM	Área rural	MA
38	3/9/1969	José Getúlio Borba	ALN - ao denunciar terrorista que passara cheque roubado	gerente da loja Lutz Ferrando	São Paulo	SP
39	3/9/1969	João Guilherme de Brito	ALN - ao perseguir terrorista que matara gerente da loja Lutz Ferrando	soldado PM	São Paulo	SP
40	20/9/1969	Samuel Pires	assalto a empresa de ônibus	cofrador de ônibus	São Paulo	SP
41	22/9/1969	Kurt Kriegel	VPR - assalto ao restaurante de sua propriedade	comerciante	Porto Alegre	RS
42	30/9/1969	Cláudio Ernesto Canton	ALN - morto pelas costas após prender terrorista	agente da Polícia Federal	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
43	4/10/1969	Euclides de Paiva Cerqueira	assalto a carro pagador	guarda de carro pagador	Rio de Janeiro	RJ
44	6/10/1969	Abelardo Rosa Lima	MRT / REDE - assalto a supermercado	soldado PM	São Paulo	SP
45	7/10/1969	Romildo Ottenio	ao tentar prender terrorista	soldado PM	São Paulo	SP
46	31/10/1969	Nilson José de Azevedo Lins	PCBR - ao depositar dinheiro no banco	gerente de distribuidora de cigarros	Olinda	PE
47	4/11/1969	Stela Borges Morato	tiroteio - operação para a prisão de Marighella	investigadora do DOPS	São Paulo	SP
48	4/11/1969	Friederich Adolf Rohmann	tiroteio - operação para a prisão de Marighella	protético	São Paulo	SP
49	7/11/1969	Mauro Celso Rodrigues	AP - conflito agrário	soldado PM		MA
50	14/11/1969	Orlando Girolo	MRT/REDE - assalto a banco	bancário	São Paulo	SP
51	17/12/1969	Joel Nunes	PCBR - assalto a banco	sargento - PM	Rio de Janeiro	RJ
52	18/12/1969	Elias dos Santos	PCBR - operação para prisão de terrorista	soldado do Exército - RJ	Rio de Janeiro	RJ
53	17/1/1970	José Geraldo Alves Cursino	abordagem para identificar terrorista	sargento PM	São Paulo	SP
54	20/2/1970	Antônio Aparecido Posso Nogueiro	VPR - ao investigar roubo de carro	sargento PM	São Paulo	SP
55	11/3/1970	Newton de Oliveira Nascimento	ALN - ao conduzir terrorista para averiguação	soldado PM	Rio de Janeiro	RJ
56	31/3/1970	Joaquim Melo	operação para prisão de terrorista	investigador de polícia	Recife	PE

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
57	2/5/1970	João Batista de Souza	REDE / MRT - assalto à distribuidora de cigarros	cabo PM	São Paulo	SP
58	10/5/1970	Alberto Mendes Júnior	VPR - assassinato a coronhadas de fuzil depois de preso, desarmado e amarrado	1º tenente PM	Registro	SP
59	11/6/1970	Irlando de Moura Régis	ALN/REDE/VPR - assassinado durante seqüestro do embaixador da Alemanha	agente da Polícia Federal	Rio de Janeiro	RJ
60	15/7/1970	Isidoro Zamboldi	ALN - assassinado por Ana Bursztin - assalto à loja Mappin	guarda de segurança	São Paulo	SP
61	12/8/1970	Benedito Gomes	ALN - ao roubarem seu carro	capitão do Exército	Campinas	SP
62	19/8/1970	Vagner Lúcio Vitorino da Silva	MR-8 - assalto a banco	guarda de segurança	Rio de Janeiro	RJ
63	29/8/1970	José Armando Rodrigues	ALN - durante assalto a sua firma comercial	comerciante	São Benedito	CE
64	14/9/1970	Bertolino Ferreira da Silva	ALN/MRT - durante assalto a carro pagador	guarda de carro pagador	São Paulo	SP
65	21/9/1970	Célio Tonelly	guarnecia uma radiopatrulha - ao tentar prender terroristas	soldado PM	Santo Andre	SP
66	22/9/1970	Utair Macedo	assalto à empresa de ônibus	guarda de segurança	Rio de Janeiro	RJ
67	27/10/1970	Walder Xavier de Lima	PCBR - morto pelas costas após a prisão de dois terroristas	sargento da Aeronáutica	Salvador	BA
68	10/11/1970	Garibaldi de Queiroz	ALN/VPR - metralhado quando, num táxi, perseguia três terroristas	soldado PM	São Paulo	SP
69	10/11/1970	José Aleixo Nunes	ALN/VPR - metralhado quando, num táxi, perseguia três terroristas	soldado PM	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
70	10/11/1970	José Marques do Nascimento	ALN/VPR - metralhado quando em seu táxi conduzia policiais perseguindo terroristas	motorista de táxi	São Paulo	SP
71	10/12/1970	Hélio de Carvalho Araújo	VPR - assassinado durante seqüestro do embaixador suíço	agente da Polícia Federal - RJ	Rio de Janeiro	RJ
72	7/1/1971	Marcelo Costa Tavares	ALN - menor 14 anos - durante assalto a banco	estudante	Belo Horizonte	MG
73	12/2/1971	Américo Cassiolato	ao tentar prender terroristas	soldado PM	Pirapora do Bom Jesus	SP
74	28/2/1971	Fernando Pereira	ao tentar evitar assalto à casa comercial	gerente da Casa do Arroz	Rio de Janeiro	RJ
75	8/3/1971	Djalma Pelucci Batista	assalto a banco	soldado PM	Rio de Janeiro	RJ
76	24/3/1971	Mateus Levino dos Santos	PCBR - ao roubarem seu carro	tenente da FAB	Recife	PE
77	4/4/1971	José Júlio Toja Martínez	MR-8 - assassinado traiçoeiramente ao tentar ajudar uma falsa grávida - sem saber que era uma terrorista	major do Exército	Rio de Janeiro	RJ
78	7/4/1971	Maria Alice Matos	assalto a depósito de material de construção	empregada doméstica	Rio de Janeiro	RJ
79	15/4/1971	Henning Albert Boilesen	ALN/VPR/MRT - assassinado por julgarem que ajudava a Oban	industrial	São Paulo	SP
80	10/5/1971	Manoel Silva Neto	ALN - assalto à frota de táxis Bandeirante	soldado PM	São Paulo	SP
81	14/5/1971	Adilson Sampaio	assalto às lojas Gaio Marti	artesão	Rio de Janeiro	RJ
82	9/6/1971	Antônio Lisboa Ceres de Oliveira	assalto à Boate Comodoro	civil	Rio de Janeiro	RJ

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
83	1/7/1971	Jaime Pereira da Silva	transeunte - durante tiroteio entre terroristas e policiais	civil	Rio de Janeiro	RJ
84	2/9/1971	Demerval Ferreira dos Santos	ALN - assassinado durante assalto à Casa de Saúde Dr Eiras	guarda de segurança	Rio de Janeiro	RJ
85	2/9/1971	Cardênio Jayme Dolce	ALN - assassinado durante assalto à Casa de Saúde Dr Eiras	Chefe do Departamento de Pessoal	Rio de Janeiro	RJ
86	2/9/1971	Silvano Amâncio dos Santos	ALN - assassinado durante assalto à Casa de Saúde Dr Eiras	guarda de segurança	Rio de Janeiro	RJ
87	2/9/1971	Gentil Procópio de Melo	PCR - ao roubarem seu táxi	motorista de táxi	Recife	PE
88	-/10/1971	Alberto da Silva Machado	PCR - durante assalto a sua loja	proprietário da Casa de Móveis Vogal	Rio de Janeiro	RJ
89	1/11/1971	Nelson Martínez Ponce	MOLIPO - metralhado durante assalto à empresa de ônibus	cabo PM	São Paulo	SP
90	10/11/1971	João Campos	ao interceptar carro que conduzia terroristas	cabo PM	Pindamonhangaba	SP
91	22/11/1971	José do Amaral Vilela	MR-8 - Var-Palmares - assalto a carro pagador	sub-oficial da reserva da Marinha - segurança carro pagador	Rio de Janeiro	RJ
92	27/11/1971	Eduardo Timóteo Filho	durante assalto às lojas Gaio Marti	soldado PM	Rio de Janeiro	RJ
93	13/12/1971	Hélio Ferreira de Moura	durante assalto a carro pagador	guarda de carro pagador	Rio de Janeiro	RJ
94	18/1/1972	Tomaz Paulino de Almeida	MOLIPO - ao roubarem seu carro	sargento PM	São Paulo	SP
95	20/1/1972	Sylas Bispo Feche	ALN - ao tentar identificar dois terroristas num carro suspeito	cabo PM	São Paulo	SP

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
96	25/1/1972	Elzo Ito	ao roubarem seu carro	estudante	São Paulo	SP
97	1/2/1972	Iris do Amaral	ALN - passageira de táxi - durante perseguição policial a dois terroristas que dispararam suas metralhadoras e feriram outras pessoas	dona-de-casa	Rio de Janeiro	RJ
98	5/2/1972	David A. Cuthberg	ALN/VAR-Palmares/PCBR - por pertencer a um "país imperialista"	marinheiro inglês	Rio de Janeiro	RJ
99	18/2/1972	Benedito Monteiro da Silva	assalto a banco	cabo PM	Santa Cruz do Rio Pardo	SP
100	27/2/1972	Napoleão Felipe Bertolane Biscaldi	MOLIPO - transeunte - durante tiroteio entre terroristas e policiais	civil	São Paulo	SP
101	28/2/1972	Luzimar Machado de Oliveira	MOLIPO - ao tentar prender o terrorista Arno Preis	soldado PM	Paraíso do Norte	TO
102	6/3/1972	Walter César Galetti	ALN - durante assalto à firma-feriram mais duas pessoas	gerente da firma Monteiro S/A	São Paulo	SP
103	12/3/1972	Anibal Figueiredo de Albuquerque	durante assalto à firma	coronel R1 do Exército - proprietário da distribuidora de bebidas Charel Ltda	São Paulo	SP
104	12/3/1972	Manoel dos Santos	durante assalto à firma	guarda de segurança da distribuidora de bebidas Charel Ltda	São Paulo	SP
105	8/5/1972	Odilo Cruz Rosa	PCdoB - guerrilha do Araguaia	cabo do Exército	Araguaia	PA
106	2/6/1972	Rosendo Resende	ao interceptar carro com terroristas	sargento PM	São Paulo	SP

	Data	nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
107	29/6/1972	João Pereira	PCdoB - guerrilha do Araguaia	mateiro - região do Araguaia	Araguaia	PA
108	-/9/1972	Osmar...	PCdoB - guerrilha do Araguaia	posseiro - região do Araguaia	Araguaia	PA
109	23/9/1972	Mário Abraim da Silva	PCdoB - guerrilha do Araguaia	segundo sargento do Exército	Araguaia	PA
110	27/9/1972	Sílvio Nunes Alves	PCBR - assalto a banco	bancário	Rio de Janeiro	RJ
111	1/10/1972	Luiz Honório Correia	assalto a empresa de ônibus	civil	Rio de Janeiro	RJ
112	6/10/1972	José Inocêncio Barreto	conflito agrário	civil		PE
113	6/10/1972	Severino Fernandes da Silva	conflito agrário	civil		PE
114	9/11/1972	Mário Domingos Panzaricelo	ALN - ao tentar identificar a terrorista Aurora Maria Nascimento Furtado	detetive policia civil	Rio de Janeiro	RJ
115	21/2/1973	Manoel Henrique de Oliveira	ALN - assassinado sob acusação de delação de terroristas	comerciante	São Paulo	SP
116	22/2/1973	Pedro Américo Mota Garcia	assassinado como represália por ter impedido assalto à CEF	civil	Rio de Janeiro	RJ
117	25/2/1973	Octávio Gonçalves Moreira Júnior	ALN/VAR-Palmares/PCBR - assassinado pelas costas por pertencer ao DOI/CODI/II Ex	delegado de policia de São Paulo	Rio de Janeiro	RJ

	Data	Nome	Org. resp. pela morte e como morreu	Função	Cidade	UF
118	12/3/1973	Pedro Minciro	PCdoB - guerrilha do Araguaia	capataz da Fazenda Capingo - região do Araguaia	Araguaia	PA
119	24/7/1973	Francisco Valdir de Paula	PCdoB - guerrilha do Araguaia	soldado do Exército	Araguaia	PA
120	10/4/1974	Geraldo José Nogueira	assassinado ao tentar prender terroristas	soldado PM	São Paulo	SP

Alguns desses casos estão descritos, com maior detalhamento, ao longo do livro.

ANEXO 4:

Imagens:



HOMENAGEM: *Apoio a Ustra*

- Acusado de ser um torturador no período da ditadura, o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra foi homenageado ontem, em Brasília, por cerca de 300 oficiais da reserva, inclusive o ex-senador e ex-ministro Jarbas Passarinho.

Figura 3- Almoço em solidariedade à Ustra em Brasília, realizado em 2006. Ustra proferindo discurso. Cf. Capítulo I. Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/>.

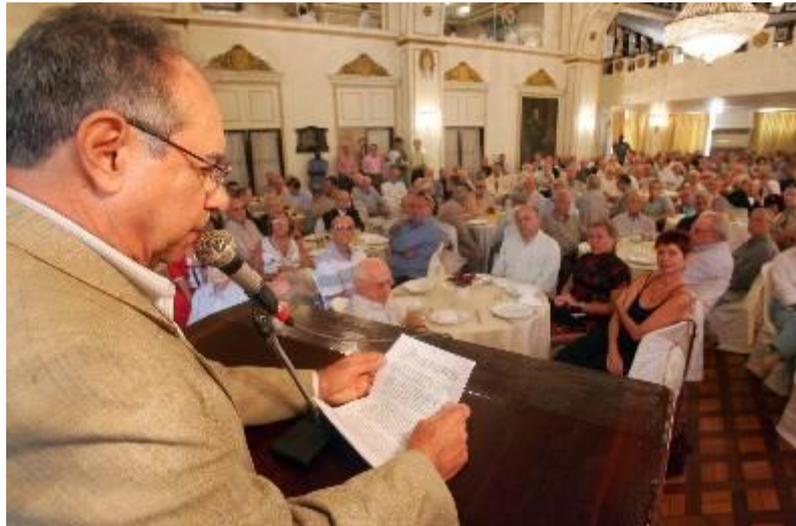


Figura 4-Almoço em Solidariedade à Ustra no Clube Militar do Rio de Janeiro, realizado em 2006. Ustra proferindo discurso. Cf.Capítulo I. Fonte: Revista do Clube Militar. Disponível em: <http://clubemilitar.com.br/revista/>.



Figura 5- 1ª edição do livro “Rompendo o Silêncio” do coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra

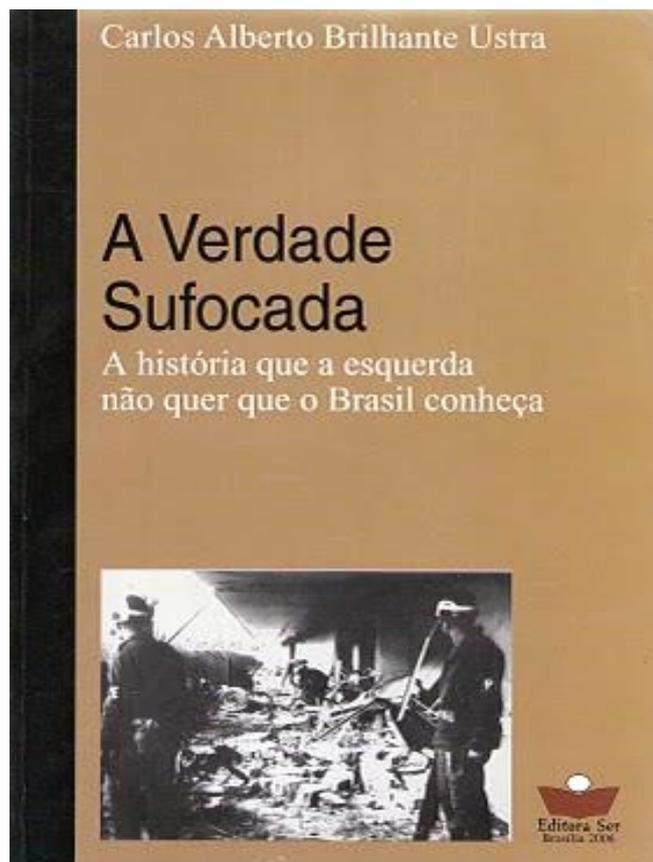


Figura 6- 1ª edição do livro “A Verdade Sufocada” do coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra

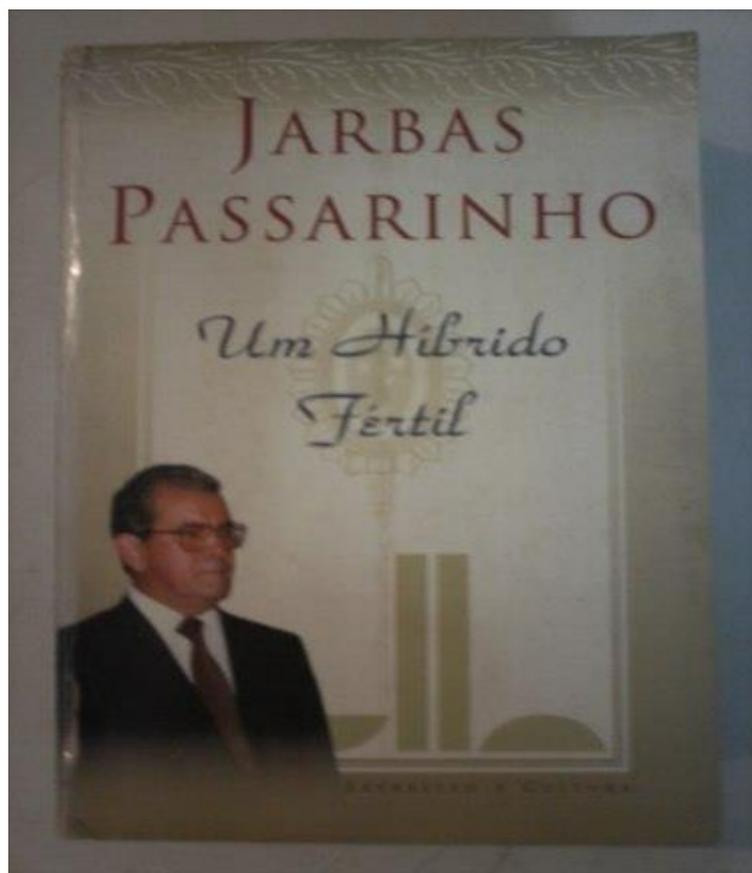


Figura 7- “Um Híbrido Fértil”, livro publicado em 1996 pelo coronel da reserva Jarbas Passarinho

Figura 8- Logo do grupo Terrorismo Nunca Mais. Disponível em:
<http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php>

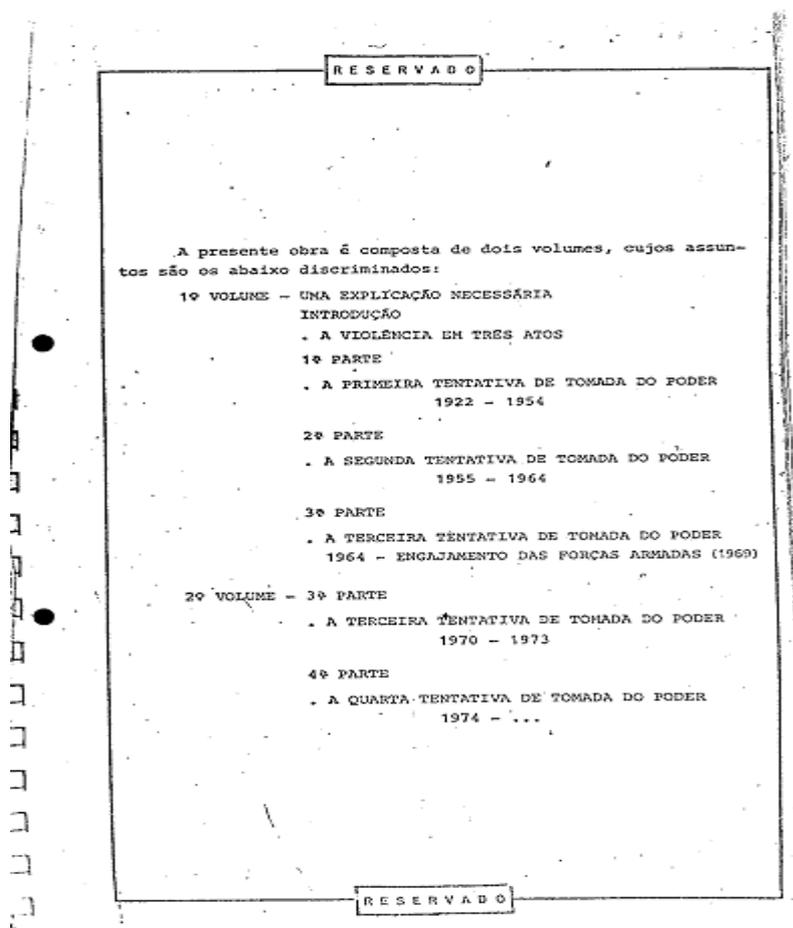


Figura 9- Possível página do Projeto Orvil. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php>.

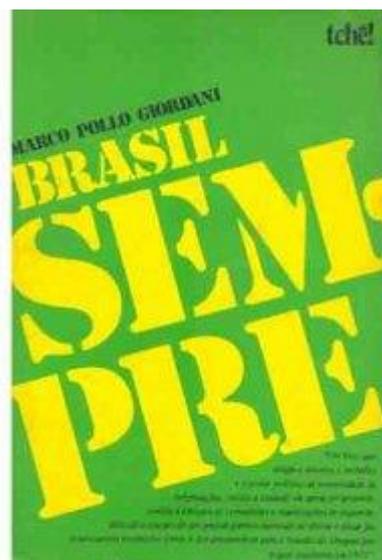


Figura 10- O livro “Brasil Sempre” de Marco Pollo Giordani. Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?>



Figura 11- O escritor Olavo de Carvalho. Fonte: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/desvendando-o-enigma>